

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (PROPG)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**Gabriel Mallet Toueg**

**JORNALISMO ÉTICO, DIALÓGICO E TRANSFORMADOR? UMA  
ANÁLISE DA COBERTURA DO TRÁFICO DE BEBÊS PELA IMPRENSA  
BRASILEIRA NOS ANOS 1980**

**Sorocaba/SP  
2026**

**Gabriel Mallet Toueg**

**JORNALISMO ÉTICO, DIALÓGICO E TRANSFORMADOR? UMA  
ANÁLISE DA COBERTURA DO TRÁFICO DE BEBÊS PELA IMPRENSA  
BRASILEIRA NOS ANOS 1980**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do  
*Programa de Pós-Graduação em Comunicação e  
Cultura* (PPGCC) da Universidade de Sorocaba  
(Uniso), como exigência parcial para obtenção do  
título de **Mestre em Comunicação e Cultura**.

Orientadora: **Profa. Dra. Mara Ferreira Rovida**

**Sorocaba/SP  
2026**

### Ficha Catalográfica

T664j Toueg, Gabriel Mallet  
Jornalismo ético, dialógico e transformador? : uma análise da cobertura do tráfico de bebês pela imprensa brasileira nos anos 1980 / Gabriel Mallet Toueg. -- 2026.  
216 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Ferreira Rovida.  
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2026.

1. Jornalismo – Aspectos sociais. 2. Imprensa – Brasil – Anos 1980. 3. Vítimas de tráfico humano. 4. Crianças – Crime contra – Brasil. I. Rovida, Mara Ferreira, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

**GABRIEL MALLET TOUEG**

**JORNALISMO ÉTICO, DIALÓGICO E TRANSFORMADOR? UMA ANÁLISE DA  
COBERTURA DO TRÁFICO DE BEBÊS PELA IMPRENSA BRASILEIRA NOS ANOS 1980**

Dissertação aprovada como requisito parcial para  
obtenção do grau de mestre no Programa de  
Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCC)  
da Universidade de Sorocaba (Uniso).

Aprovado em: 25 de fevereiro de 2026.

**BANCA EXAMINADORA**

**PROFA. DRA. MARA FERREIRA ROVIDA**

Orientadora – Universidade de Sorocaba (PPGCC/Uniso)

**PROFA. DRA. MÍRIAM CRISTINA CARLOS SILVA**

Universidade de Sorocaba (PPGCC/Uniso)

**PROFA. DRA. JOËLLE RACHEL ROUCHOU**

Fundação Casa de Rui Barbosa (PPGMA/FCRB, Minc)

## DEDICATÓRIA

A história do tráfico de bebês no Brasil, tão atual hoje quanto o era 40 anos atrás – como se verá –, é uma história sobre múltiplas vítimas: **as mães biológicas**, cooptadas que foram pelas quadrilhas para entregar suas crianças em troca de uma cesta básica ou da promessa de que teriam vida melhor, ou ainda cujos filhos foram raptados de seus braços; **os bebês traficados**, hoje adultos, que buscam – muitas vezes sem sucesso – saber algo de sua origem; **as famílias adotivas**, que sonham com a parentalidade e acabam sendo levadas a acreditar num cruel conto de fadas que vende a ideia de que as crianças que adotam são abandonadas, indesejadas, têm cravado em pedra um destino necessariamente infeliz e que, com a adoção, a estarão “salvando”; ouso até pensar que também são vítimas pessoas tão vulneráveis a ponto de serem usadas nas quadrilhas para tarefas de mais exposição – elas que afinal acabam pagando, sozinhas, o preço do crime praticado por “peixes grandes”.

É uma história de vítimas que transcende o tempo. As mães cujos filhos foram roubados ainda celebram, ano após ano, os aniversários das crianças que nunca mais viram e seguem se equilibrando entre a incerteza de onde estarão, se é que vivos, e a esperança de reencontrá-los; os adotados naquela época tiveram seu passado roubado e pouco sabem de sua própria história e origens. É, na essência, uma história sobre buscas: por pessoas, por informações, por verdades.

**Não posso senão dedicar este trabalho, parte de um esforço de pesquisa maior que em 2026 completará 14 anos, a todas e a cada uma das milhares de vítimas que fez o amplo e organizado esquema de tráfico de bebês nos anos 1980, muito em especial àquelas tantas que me confiaram sua intimidade, seus medos e anseios, suas histórias e documentos. Não cito nomes para não cometer o lapso do esquecimento.**

Ao longo dos últimos quase 14 anos, venho ouvindo relatos emocionados de mães e de filhos, mas também de jornalistas que cobriram o tema na época e de policiais e juristas que se envolveram na busca e na persecução dos traficantes. É também a essas pessoas, que vieram antes de mim na contação e execução dessa história, que dedico as páginas que seguem e o suor e as lágrimas empreendidos no seu desenvolvimento.

Quando defendo um jornalismo humanizado, juntando minha voz à de tantas e tantos colegas jornalistas e pesquisadores que trabalham e advogam pela mesma causa, e quando proponho um olhar permeado pelo humano no fazer jornalístico, é principalmente nessas pessoas que reside a minha inspiração e, para elas, o meu compromisso.

## DEDICATION<sup>1</sup>

*The history of baby trafficking in Brazil—as will be shown—is as current today as it was 40 years ago. It is a story about multiple victims: **the biological mothers**, who were recruited by gangs to hand over their children in exchange for a basic food basket or the promise that they would have a better life, or whose children were torn from their arms; **the trafficked babies**, now adults, who seek—often unsuccessfully—to learn something about their origins; **the adoptive families**, who dream of parenthood and are led to believe in a cruel fairytale selling the idea the children they adopt are abandoned, unwanted, doomed to an inevitably unhappy fate and that, through the adoption process, they are “saving” them. I even dare to think the very vulnerable people used by the gangs for the more dangerously exposed tasks are also victims. They often end up paying alone for the crimes of “bigger fish.”*

*It is a story of victims that transcends time. Mothers whose children were stolen and who still celebrate—year after year—their birthdays even if they never saw them again. These mothers continue to live their lives with the uncertainty of where their children might be—or if they are even alive—and the hope of finding them again one day. Those adopted during that period had their past stolen and know little about their own history and origins. At its core, this is a story about searching: for people, for information, for truths.*

***I cannot but dedicate this work, which is part of a larger research effort completing 14 years in 2026, to each and every one of the thousands of victims of the broad and organized baby-trafficking scheme of the 1980s, especially those who trusted me with their intimacy, their fears and hopes, their stories and documents. I will not cite names lest I should forget any one among the many.***

*For almost 14 years, I have been hearing emotional accounts from mothers and children, but also from journalists who covered the issue at the time and from police officers and legal professionals who became involved in the search for and prosecution of the traffickers. It is also to these people, who came before me in telling and shaping this story, that I dedicate the pages which follow, as well as the sweat and tears invested in their writing.*

*Whenever I defend the idea of humanized journalism—adding my voice to those of so many fellow journalists and researchers working and advocating for the same cause—and whenever I propose an approach infused with a more human dimension in journalistic practice, I think above all in these people. In them lies my inspiration and to them my commitment belongs.*

---

<sup>1</sup> Tendo em vista que parte significativa dos bebês brasileiros traficados nos anos 1980 não fala português, tomou-se a decisão de incluir, também, versões em inglês e hebraico da *Dedicatória*.

## דברי הקדשה

ההיסטוריה של סחר בתינוקות בברזיל – כפי שיוצג להלן – אקטואלית כיום כפי שהייתה לפני 40 שנה. זהו סיפורם של קורבנות רבים: **האמהות הביולוגיות**, שגויסו על ידי כנופיות כדי למסור את ילדיהן בתמורה לסל מזון בסיסי או להבטחה שלתינוקות יהיו חיים טובים יותר, או שילדיהם נקרעו מזרועותיהם; **התינוקות שנסחרו**, שכעת הם מבוגרים ומבקשים – לעתים קרובות ללא הצלחה – ללמוד משהו על מוצאם; **ומשפחות המאמצות**, שפעם חלמו על הורות והובילו להאמין בסיפור אכזרי ששכנע אותן שהילדים שאימצו היו נטושים, לא רצויים, נידונו לגורל אומלל לכאורה, וכי באמצעות תהליך האימוץ הן "מצילות" אותם. אני אף מעז לחשוב כי גם האנשים הפגיעים ביותר, שבהם השתמשו הכנופיות לביצוע המשימות המסוכנות והחשופות ביותר, הם קורבנות בעצמם. לעיתים קרובות הם נאלצים לשאת לבדם באחריות לפשעיהן של העבריינים הבכירים יותר.

זהו סיפור שחוצה את גבולות הזמן. אמהות שילדיהן נגנבו עדיין חוגגות את ימי הולדתן – שנה אחר שנה – גם אם לא ראו אותן שוב. אמהות אלה ממשיכות לחיות בחוסר ודאות מתמיד לגבי מקום הימצאם של ילדיהן – או אפילו האם הם בחיים – ובתקווה עמוקה למצוא אותם שוב יום אחד. לאלה שאומצו באותה תקופה נגנב עברן, והן יודעות מעט מאוד על ההיסטוריה והשורשים שלהן. בלב הסיפור הזה נמצא החיפוש: אחר אנשים, אחר מידע, אחר אמת.

**איני יכול שלא להקדיש עבודה זו – שהיא חלק ממאמץ מחקרי רחב יותר, אשר ישלים 14 שנות מחקר בשנת 2026 – לכל אחד ואחת מאלפי קורבנות תוכנית סחר התינוקות המאורגנת והנרחבת של שנות השמונים, ובייחוד לאלה שהפקידו בידי את סיפוריהם, את פחדיהם ואת תקוותיהם, את זיכרונותיהם ואת מסמכיהם. איני מזכיר שמות, פן אשמיט ולו שם אחד מבין הרבים.**

במשך קרוב ל-14 שנים האזנתי לעדויות נוגעות ללב של אמהות וילדים, וכן לעיתונאים שסיקרו את הפרשה באותה עת, ולשוטרים ולאנשי מקצוע משפטיים שנטלו חלק בחקירה ובהעמדה לדין של הסוחרים. גם לאנשים אלה – שקדמו לי בסיפור ובעיצובו – אני מקדיש את העמודים הבאים, כמו גם את הזיעה והדמעות שהושקעו בכתיבתם.

בכל עת שאני מגן על רעיון העיתונות האנושית – ומצרף את קולי לקולם של עיתונאים וחוקרים רבים הפועלים למען אותה מטרה – ובכל פעם שאני מציע גישה הרואה באדם את מרכז העשייה העיתונאית, אני חושב בראש ובראשונה על האנשים הללו. בהם טמונה השראתי, ולהם נתונה מחויבותי.

## AGRADECIMENTOS

Não há nada de trivial na escrita de uma dissertação. A bem da verdade, escrever até que é fácil. Difícil é tudo que vem antes. Por vezes, é doloroso, até. Exaustivo sempre é. Seria solitário não fossem as pessoas que se juntam, cada uma à sua maneira, na longa jornada. A elas, meu agradecimento mais profundo.

À minha esposa, Lindsay, agradeço pela parceria de todos os nossos dias e ao longo da pesquisa e da escrita desta dissertação – mas só isso não basta. Lindsay fez bem mais: foi ela quem me estimulou, apesar de todos os obstáculos que eu pude inventar, a levar minha pesquisa de mais de uma década para uma finalidade acadêmica. Seguir seus passos na trajetória do mestrado foi – hoje consigo reconhecer – uma escolha da qual me orgulho. Não bastasse, ela ainda foi apoio essencial naqueles dias em que pensei em jogar tudo para o alto! São também dela os toques e retoques que dão a este trabalho o contorno que agora se conhece.

Meu obrigado, também, a meus pais, Nely e André, eles que são minha base, à minha irmã Adriana, minha fortaleza e inspiração, e aos meus irmãos menores, Breno e Adriely, futuro despontando. Em nome deles, estendo esse agradecimento a toda a nossa grande família.

Minha orientadora, colega jornalista com quem compartilho a paixão pela profissão, merece uma salva de agradecimentos. A prof. dra. Mara Ferreira Rovida foi apoio mais que essencial, imprescindível, na caminhada entre dúvidas, receios e temores. “Orientação” é palavra subestimada – certíssima no seu sentido: à Mara, um imenso “obrigado” por *reorientar* minhas ideias e por não desistir, apesar dos vários motivos, do tema que me abraçou.

Lado a lado, do início de 2024 para cá, estive com outros mestrandos e também com doutorandos com quem tive a sorte de trocar ideias e experiências, cruciais para a formação que esta etapa exige. A todas e a todos, agradeço pelo caminhar junto. Agradeço especialmente aos colegas jornalistas nesse grupo: Evenize Batista, Rafael Filho, Ranieri Costa, Vanessa Ferranti e Vernihu Oswaldo. Também à Uniso, pelo espaço, e à Capes, pelo incentivo com a cessão da bolsa-taxa que me permitiu cursar o mestrado, meu obrigado.

Aprendi, na aurora da minha monografia, longínquos 22 anos atrás, que “amigos são a pátria do homem”<sup>2</sup>. Minha pátria está dispersa pelo mundo, com grandes amigos que talvez nem se saibam tão importantes – eu deveria dizê-lo mais amiúde. Obrigado, amigos. Obrigado pela força, ainda que só compreendendo as ausências. Na caminhada da pesquisa sobre o tráfico de bebês, ganhei novos amigos e a eles também agradeço.

Esta dissertação termina de ser redigida enquanto, lá fora, sob o sol, recorde atrás de recorde de temperaturas são registrados. O verão 2025/2026 já é o mais quente da nossa história. Por isso, agradeço simbolicamente a todas as pessoas que não negam a ciência e que fazem o que podem para amenizar os efeitos das mudanças climáticas no mundo, que é o único que temos.

---

<sup>2</sup> A frase me foi dita pelo personagem do TCC, o veterano jornalista Nahum Sirotsky (1925–2015), ele mesmo um grande amigo, cujo centenário tive a honra de celebrar em evento recente no Instituto Guimarães Rosa de Tel Aviv. Postumamente, a ele também agradeço pelos ensinamentos sobre o que o jornalismo deve ser.

*Procurei-me a vida inteira e não me achei.  
Pelo que fui salvo.*

(Manoel de Barros, "Autorretrato Falado")

## RESUMO

Esta dissertação tem como contexto a cobertura jornalística do tráfico de bebês no Brasil, em especial nos anos 1980, fenômeno marcado por raptos de recém-nascidos, cooptação de mães em extrema vulnerabilidade social e adoções internacionais ilegais. O estudo tem como objeto as narrativas produzidas pela imprensa brasileira sobre esses casos, entendidas aqui não apenas como registros históricos dos acontecimentos, mas como construções discursivas que moldaram a compreensão pública do fenômeno e produziram efeitos duradouros sobre a vida das pessoas diretamente envolvidas. A pesquisa parte das seguintes perguntas: de que maneira o jornalismo brasileiro representou o tráfico de bebês nos anos 1980 e em que medida essas narrativas se aproximaram – ou se afastaram – de uma prática jornalística ética, dialógica e humanizada? A ideia que orienta o trabalho é a de que a cobertura predominante esteve ancorada em um modelo jornalístico hegemônico, marcado pela centralidade de fontes institucionais, pelo enquadramento policial e jurídico dos acontecimentos e pela objetivação das experiências humanas, contribuindo para processos de desumanização simbólica e silenciamento das vozes diretamente afetadas. O objetivo geral da pesquisa é compreender, de modo crítico, como essas narrativas jornalísticas trataram o tráfico de bebês nos anos 1980, à luz de uma proposta de jornalismo humanizado. Como objetivos específicos, busca-se: (a) identificar padrões quantitativos na cobertura da imprensa sobre o tráfico de bebês; (b) examinar qualitativamente enquadramentos narrativos, escolhas de fontes e modos de representação dos sujeitos envolvidos; e (c) avaliar os efeitos éticos e simbólicos dessas narrativas. Em relação à metodologia, a pesquisa combina análises quantitativa e qualitativa de conteúdo, conforme a tradição francesa representada em Bardin (1977). O *corpus* é composto por reportagens publicadas nos anos 1980 em jornais de circulação regional e nacional, coletadas em acervos digitais e hemerotecas, bem como por uma série jornalística publicada em 2012, que revisita o tema com distanciamento temporal. As análises qualitativas concentram-se nos modos de narrar, nos silêncios e nas relações de poder implicadas no discurso jornalístico. A fundamentação teórica articula autoras e autores que problematizam o modelo hegemônico do jornalismo e propõem alternativas éticas e epistemológicas, como Medina (2002, 2003, 2017), Moraes (2019), Ijuim (2012, 2017, 2024), Rovida (2014, 2023), Dines (1974, 1998, 2009), Peixoto (2024) e Araújo (2017), mobilizando conceitos como desumanização, alteridade, subjetividade, diálogo e práxis jornalística. Os resultados evidenciam que, embora o jornalismo tenha desempenhado papel relevante na denúncia do crime, suas narrativas frequentemente marginalizaram a experiência humana, privilegiando procedimentos institucionais em detrimento da escuta das vítimas. A relevância da pesquisa reside na contribuição aos estudos de jornalismo, especialmente no que se refere à análise de coberturas de violência e de violações de direitos humanos, ao evidenciar os limites do modelo jornalístico hegemônico e as possibilidades de uma prática ética, dialógica e humanizada.

**Palavras-chave:** Jornalismo; imprensa anos 1980; tráfico de bebês; jornalismo humanizante; análise de conteúdo.

## **ABSTRACT**

*This dissertation is contextualized within the press coverage of baby trafficking in Brazil, especially in the 1980s, a phenomenon marked by kidnapped newborns, mothers in extreme social vulnerability being lured into giving up their babies, and illegal adoptions abroad. This research revolves around the narratives produced by the Brazilian press about baby trafficking cases, narratives understood here not only as historical records of events, but as a discursive construction that shaped public understanding of the phenomenon and produced lasting effects on the lives of those directly involved. The study stems from the following questions: how did the Brazilian press represent baby trafficking in the 1980s, and to what extent did their narrative align with—or diverge from—an ethical, dialogical, and humanized journalistic practice? The underlying idea is that the predominant coverage was anchored in a hegemonic journalistic model marked by the centrality of institutional sources, police and legal framings, and the objectification of human experiences, contributing to processes of symbolic dehumanization and silencing of those directly affected. The overall aim of this research is to critically understand how such journalistic narratives addressed baby trafficking in the 1980s, in light of a proposal for humanized journalism. As for the specific objectives, this research seeks to: (a) identify quantitative patterns in the press coverage of baby trafficking; (b) qualitatively examine narrative framing, the choice of sources, and modes of representation of those involved; and (c) evaluate the ethical and symbolic effects of these narratives. Regarding methodology, the research combines both quantitative and qualitative content analysis, following the French tradition represented in Bardin (1977). The corpus consists of news reports published in the 1980s in regional and national Brazilian newspapers, collected from digital archives and newspaper libraries, as well as a series of reports published in 2012, which revisits the same topic from a temporal distance. Qualitative analyses focus on narrative strategies and methods, gaps of silence, and power relations that are inherent in journalistic discourse. The theoretical framework is based on authors who problematize the hegemonic model of journalism and propose ethical and epistemological alternatives, including Medina (2002, 2003, 2017), Moraes (2019), Ijuim (2012, 2017, 2024), Rovida (2014, 2023), Dines (1974, 1998, 2009), Peixoto (2024), and Araújo (2017). They all mobilize concepts such as dehumanization, otherness, subjectivity, dialogue, and journalistic praxis. The results show that, although the press has played a relevant role in exposing and denouncing the crimes in question, its narratives have often marginalized the human experience, prioritizing institutional procedures to the detriment of the victims' voices. The relevance of the research lies in its contribution to studies of Journalism, particularly with regard to the analysis of coverage of violence and human rights violations, by highlighting the limitations of the hegemonic journalistic model and the possibilities of an ethical, dialogical, and humanized practice.*

**Keywords:** *Journalism; Brazilian Press in the 1980s; Baby Trafficking; Humanizing Journalism; Content Analysis.*

## NOTAS DO AUTOR E ADVERTÊNCIAS METODOLÓGICAS E EDITORIAIS

1 Este trabalho adota a ortografia da língua portuguesa conforme as normas vigentes do *Acordo Ortográfico da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*<sup>3</sup>. De forma a preservar a fluidez da leitura e em respeito à padronização, a grafia de conteúdo em citações diretas mais antigas, especialmente aquelas escritas no período analisado (anos 1980), teve a sua ortografia atualizada, sem alteração de estilo. O uso da indicação [sic] foi restrito aos casos estritamente necessários à compreensão do texto. Nenhum conteúdo substantivo foi alterado.

2 Salvo indicação em contrário, as traduções são de autoria do pesquisador. Elas priorizam a fidelidade semântica e contextual, podendo, quando necessário, afastar-se da literalidade estrita. A transliteração de termos em hebraico segue o padrão mais comumente usado para tal finalidade. A revisão e normalização do texto são de Bruna Del Rio.

3 Os termos empregados ao longo da dissertação – tais como “tráfico de bebês”, “adoções ilegais”, “rapto de recém-nascidos”, entre outros – refletem opções analíticas fundamentadas em documentos, processos judiciais, investigações oficiais e literatura especializada. Reconhece-se que tais expressões podem ser objetos de disputas conceituais em campos diversos; sua utilização neste trabalho não implica juízo moral, mas busca precisão descritiva e coerência com as fontes analisadas. Adicionalmente, alguns temas, expressões e abordagens refletem o contexto histórico e as visões de mundo da época em que foram originalmente escritos e publicados; por seu valor documental, seu conteúdo foi preservado sem alterações.

4 O autor possui atuação prévia como jornalista investigativo em temas correlatos ao objeto desta dissertação. Tal experiência é aqui reconhecida como parte de sua trajetória profissional, sem prejuízo do compromisso acadêmico com o rigor metodológico, a análise crítica das fontes, o contraditório e a fundamentação documental. O envolvimento prolongado com o tema não substitui, mas orienta a responsabilidade analítica adotada neste trabalho.

5 A dissertação está organizada de forma temática, recorrendo, quando necessário, a quadros explicativos, cronologias, tabelas e notas extensas para facilitar a compreensão do leitor. Essa opção busca equilibrar a exposição analítica com a complexidade do material empírico examinado.

6 Ao longo do texto, menções em *itálico* e sublinhadas a *capítulos* e *itens* estão formatados como *links* que, ao serem clicados, direcionam, respectivamente, para o ponto em que aquele capítulo ou item tem início, permitindo ao leitor navegar facilmente de um ponto a outro dentro da dissertação.

7 Um *hotsite* foi criado com a finalidade de oferecer material complementar a esta dissertação, como listas completas de cada um dos *corpora* que compõem a pesquisa, dados numéricos das análises, reprodução de tabelas e

---

<sup>3</sup> Disponível em «<http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Acordos/maisAcordos/AcordoOrtogrLinguaPortug.pdf>».

figuras e documentos diversos. Há também uma retrospectiva ilustrada do período. Trata-se de material que não substitui o teor desta dissertação. Está disponível em «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/>».

8 O autor autoriza a reprodução total ou parcial desta dissertação, por qualquer meio ou processo, para fins de estudo, pesquisa e/ou divulgação acadêmica, desde que citada a fonte e respeitados os direitos morais.

9 Entre em contato com o autor pelo email [gabriel@traficodebebes.info](mailto:gabriel@traficodebebes.info).

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – População mundial, China e Índia (1980–2025).....	28
Gráfico 2 – População brasileira (1980–1989).....	29
Gráfico 3 – Inflação no Brasil (1980–1989).....	34
Gráfico 4 – ‘Importadores’ e ‘exportadores’ de bebês nos anos 1980.....	54
Gráfico 5 – Circulação impressa dos 3 maiores jornais brasileiros (2012–2023).....	68
Gráfico 6 – Formatos das matérias apuradas.....	90
Gráfico 7 – Formatos das chamadas de capa das matérias.....	91
Tabela 1 – Escolas de jornalismo no Brasil.....	41
Tabela 2 – Valores amortizados em dólares e convertidos.....	48
Tabela 3 – Inquéritos instaurados pela PF por tráfico para adoção ilegal.....	57
Tabela 4 – Resultados de buscas na Biblioteca Nacional por termo (anos 1980).....	66
Tabela 5 – Esquema de catalogação de buscas.....	71
Tabela 6 – Veículos com resultados analisados.....	72
Tabela 7 – Cálculo da amostragem a ser analisada.....	74
Tabela 8 – Distribuição de jornais e matérias para análise.....	75
Tabela 9 – Avaliação dos acervos utilizados.....	81
Tabela 10 – Distribuição das matérias por ano (amostra e ‘população’).....	84
Tabela 11 – Distribuição das matérias por UF (amostra e ‘população’).....	85
Tabela 12 – Perguntas-guia e respostas (eixo 1).....	125
Tabela 13 – Perguntas-guia e respostas (eixo 2).....	127
Tabela 14 – Perguntas-guia e respostas (eixo 3).....	127
Tabela 15 – Perguntas-guia e respostas (eixo 4).....	128
Tabela 16 – Perguntas-guia e respostas (eixo 5).....	129
Tabela 17 – Perguntas-guia e respostas (eixo 6).....	130
Tabela 18 – Perguntas-guia e respostas (eixo 7).....	132
Tabela 19 – Dados numéricos da análise (eixo 1).....	133
Tabela 20 – Dados numéricos da análise (eixo 2).....	135
Tabela 21 – Dados numéricos da análise (eixo 3).....	137
Tabela 22 – Dados numéricos da análise (eixo 4).....	140
Tabela 23 – Dados numéricos da análise (eixo 5).....	140
Tabela 24 – Dados numéricos da análise (eixo 6).....	142
Tabela 25 – Dados numéricos da análise (eixo 7).....	144
Tabela 26 – Dados numéricos da análise (eixo 1).....	159
Tabela 27 – Dados numéricos da análise (eixo 2).....	161
Tabela 28 – Dados numéricos da análise (eixo 3).....	162
Tabela 29 – Dados numéricos da análise (eixo 4).....	164
Tabela 30 – Dados numéricos da análise (eixo 5).....	166
Tabela 31 – Dados numéricos da análise (eixo 6).....	167
Tabela 32 – Dados numéricos da análise (eixo 7).....	169

## LISTA DE IMAGENS E QUADROS

Imagem 1 – Destaques de eventos dos anos 1980 (mundo).....	27
Imagem 2 – Destaques de eventos dos anos 1980 (Brasil).....	32
Imagem 3 – Recortes de imprensa dos anos 1980.....	65
Imagem 4 – Resultados destacados nos acervos do <i>Estadão</i> e da Biblioteca Nacional.....	77
Imagem 5 – Capa da edição de 5 ago. 2012 do <i>Diário Catarinense</i> .....	151
Quadro 1 – Fórmulas para obtenção de número amostral.....	74
Quadro 2 – Distribuição regional de matérias (amostra e ‘população’).....	86
Quadro 3 – Esquema de quadrantes nas páginas de jornal.....	87
Quadro 4 – Distribuição das matérias nos quadrantes.....	88
Quadro 5 – Exemplos de manchetes e manchetes com fotos.....	96

## LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E TERMOS ESTRANGEIROS

**BN:** Biblioteca Nacional (do Brasil)

**CF88:** Constituição Federal de 1988

**DC:** *Diário Catarinense* (jornal)

**ECA:** Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>4</sup>

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Ipea:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**IVC:** Instituto Verificador de Comunicação<sup>5</sup>

**JB:** Jornal do Brasil

**JI:** jornalismo investigativo

**MJSP:** Ministério de Justiça e Segurança Pública

---

<sup>4</sup> Acesse uma versão do ECA com destaques para trechos relevantes à temática da adoção e do tráfico de bebês, disponível no endereço «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/documentos/eca>».

<sup>5</sup> Antes, Instituto Verificador de *Circulação*, o IVC mudou de nome quando começou a apurar, além da circulação impressa (daí o termo), também os números analíticos de acesso às versões *online* dos veículos que audita.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2 OS ANOS 1980: ALGUNS ASPECTOS.....</b>	<b>24</b>
2.1 O Brasil nos anos 1980.....	29
2.2 A imprensa brasileira nos anos 1980.....	36
2.3 O tráfico de bebês para adoção nos anos 1980.....	44
<b>3 METODOLOGIA E ESCOLHA DO <i>CORPUS</i>.....</b>	<b>63</b>
3.1 Processo de seleção das matérias analisadas.....	67
3.1.1 Breves notas sobre os acervos consultados.....	75
3.2 Algumas hipóteses.....	81
3.3 Informações quantitativas do <i>corpus</i> .....	82
3.4 Síntese analítica quantitativa.....	91
3.4.1 Geografia.....	92
3.4.2 Os profissionais na conta.....	94
3.4.3 Priorização.....	94
<b>4 UM JORNALISMO ÉTICO, DIALÓGICO E TRANSFORMADOR.....</b>	<b>98</b>
4.1 Jornalismo e desumanização: o esgotamento do modelo hegemônico.....	100
4.2 O ser humano como ponto de partida e de chegada do fazer jornalístico.....	104
4.3 Objetividade, subjetividade e práxis jornalística.....	108
4.4 Aproximação e distanciamento com o Outro: ética da alteridade no jornalismo.....	110
4.5 O diálogo como método e como ética jornalística.....	112
4.6 Subjetividade, experiência e partilha: narrativas humanizadas.....	115
4.7 Por uma prática jornalística humanizada.....	118
<b>5 ANÁLISES QUALITATIVAS.....</b>	<b>121</b>
5.1 Eixos de análise.....	123
5.1.1 Centralidade do ser humano.....	124
5.1.2 Reconhecimento da alteridade.....	125
5.1.3 Diálogo e escuta.....	127
5.1.4 Subjetividade e posicionamento narrativo.....	128
5.1.5 Experiência, contexto e complexidade.....	129
5.1.6 Presença/ ausência de “rua”.....	130
5.1.7 Enquadramento estrutural e modelo jornalístico.....	131
5.2 Análise do <i>corpus</i> dos anos 1980.....	132
5.2.1 Centralidade do ser humano.....	133
5.2.2 Reconhecimento da alteridade.....	134
5.2.3 Diálogo e escuta.....	136
5.2.4 Subjetividade e posicionamento narrativo.....	138

5.2.5 Experiência, contexto e complexidade.....	140
5.2.6 Presença/ ausência de “rua”.....	141
5.2.7 Enquadramento estrutural e modelo jornalístico.....	143
5.4 Síntese interpretativa.....	145
<b>6 UM JORNALISMO TRANSFORMADOR NA PRÁTICA?.....</b>	<b>149</b>
6.1 Apresentação da série <i>Órfãos do Brasil</i> .....	150
6.2 Análise do <i>corpus</i> de 2012.....	157
6.2.1 Centralidade do ser humano.....	159
6.2.2 Reconhecimento da alteridade.....	160
6.2.3 Diálogo e escuta.....	162
6.2.4 Subjetividade e posicionamento narrativo.....	163
6.2.5 Experiência, contexto e complexidade.....	165
6.2.6 Presença/ ausência de “rua”.....	167
6.2.7 Enquadramento estrutural e modelo jornalístico.....	168
6.3 Síntese interpretativa.....	170
<b>7 CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>173</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>177</b>
<b>APÊNDICE – Ensaio do autor.....</b>	<b>198</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em minha carreira como jornalista, parti rapidamente da academia para a prática profissional, embora, é verdade, fora do espaço físico das redações. Numa espécie de inversão na “ordem natural” das coisas, tornei-me correspondente internacional – no Oriente Médio – antes mesmo de ter atuado em grandes redações brasileiras: meu primeiro trabalho nessa função nem sequer foi para um veículo nacional: no fim do meu primeiro ano em Israel, fui contratado pela rádio pública francesa *Radio France Internationale* (RFI) para colaborar com a redação de seus serviços em português brasileiro e de Portugal.

Era 2005, e a sociedade israelense vivia um momento de intensa polarização interna em torno da retirada unilateral de civis e militares da Faixa de Gaza, decisão tomada pelo então primeiro-ministro, Ariel Sharon. O episódio, de grande complexidade política, logística e militar, produziu fissuras profundas no tecido social israelense, expondo tensões políticas, religiosas e identitárias que atravessam o conflito regional até hoje. Foi nesse contexto que iniciei minha atuação como correspondente, cobrindo, para a RFI e para outros veículos, uma variedade de temas que, direta ou indiretamente, acabavam sempre orbitando aquele conflito.

Como é próprio do ofício jornalístico, grande parte do trabalho consistia em dialogar com pessoas, ouvir histórias, estabelecer vínculos. Na condição de correspondente *freelancer*, essa dimensão se tornava ainda mais acentuada: era preciso estar permanentemente atento a fontes, a narrativas, a personagens e a situações que pudessem se transformar em pautas relevantes para o público brasileiro. Foi numa dessas conversas – informal, entre amigos, em um bar de Tel Aviv – que conheci a história de uma jovem nascida no Brasil e adotada por um casal israelense. Seu nome é Chen. Ela arriscava algumas palavras em português, falava um espanhol aprendido nas telenovelas pela televisão, mas se emocionava ao contar sua história em hebraico, língua na qual foi alfabetizada, educada e socializada.

Àquela altura, a história de Chen me pareceu singular, comovente, mas isolada. Apenas anos depois eu compreenderia que fazia parte de um fenômeno muito mais amplo. Estima-se que milhares de crianças nascidas no Brasil tenham sido adotadas em Israel, principalmente na década de 1980 – Israel, ao que tudo indica, era o principal destino dos bebês, embora nem de longe o único. Se estivéssemos diante apenas de adoções internacionais, aquele seria um fenômeno legítimo, ainda que complexo. O problema é que uma parcela significativa dessas

adoções ocorreu à custa de raptos de bebês em maternidades e da cooptação de mulheres pobres e socialmente vulneráveis levadas a entregar seus filhos em troca de quantias irrisórias.

Retirados de seus lares biológicos, os bebês eram ilegalmente levados para fora do país e vendidos, alguns com poucos dias de vida, por quadrilhas que atuavam naquele período. Investigações conduzidas à época indicam que os grupos teriam sido responsáveis por retirar ilegalmente do Brasil até 12 mil crianças, movimentando grandes somas de dinheiro e sustentando-se por meio de amplas redes de corrupção, que envolviam agentes públicos, funcionários de maternidades, cartórios e outros intermediários. É um crime de grande envergadura, cujos efeitos se estendem por décadas, atravessando vidas, identidades e memórias.

Embora meu primeiro contato com esse universo tenha ocorrido ainda em 2002, apenas dez anos depois, já de volta ao Brasil, o tema retornaria de forma decisiva à minha trajetória pessoal e profissional. Em 2012, assistindo à novela *Salve Jorge*, deparei-me com a mesma Chen – a primeira pessoa que me havia contado sobre sua adoção – num depoimento real inserido em meio à trama ficcional do folhetim. Naquele momento, a ficção televisiva reativava em mim uma história real ainda em aberto: Chen pedia ajuda ao Brasil para encontrar sua mãe biológica.

Desde então, tenho me dedicado à investigação do tráfico de bebês no Brasil, tanto como jornalista quanto, mais recentemente, na academia, na qualidade de pesquisador, com um olhar para o trabalho da imprensa na cobertura daquele tema nos anos 1980. Esse percurso se desdobra em diferentes frentes. De um lado, busco compreender as condições sociais, políticas e culturais que tornaram possível – e, em certa medida, ainda tornam – a existência desse fenômeno: desigualdades estruturais, vulnerabilidade extrema, tabus em torno da maternidade, criminalização do aborto, machismo nas relações humanas, ausência de políticas públicas e atuação seletiva do Estado. De outro, acompanho adultos nascidos no Brasil e que foram adotados no exterior e que se voltam – ou voltam – ao país em busca de respostas sobre suas origens – e o faço ouvindo relatos, analisando documentos frequentemente falsificados e tentando reconstruir trajetórias interrompidas.

Ao longo desse percurso, tornou-se impossível separar completamente a investigação jornalística da escuta prolongada das pessoas diretamente afetadas pelo tráfico de bebês. As histórias que me chegam não se limitam aos fatos já conhecidos ou aos processos judiciais consultados ou narrados pela imprensa: vêm carregadas de frustrações, lacunas, memórias interrompidas e, com frequência, de um sentimento persistente de não pertencimento. Muitas

dessas pessoas relatam não apenas a violência do crime em si, mas também a forma como suas trajetórias haviam sido enquadradas publicamente – se é que foram – por narrativas que privilegiavam procedimentos institucionais, dados e versões oficiais, em prejuízo da experiência humana. Esses relatos não constituem, aqui, um *corpus* empírico formal, mas funcionam como horizonte ético da pesquisa: eles tensionam o olhar analítico e impõem a necessidade de refletir não apenas sobre o que foi noticiado, mas sobre como foi narrado, a partir de quais vozes e com quais efeitos sobre aqueles que tiveram suas vidas transformadas de maneira irreversível.

É nesse ponto que se insere o objeto central desta dissertação. Diante da escassez de registros oficiais e da fragmentação das memórias individuais, os arquivos de imprensa emergem como uma das principais fontes para a recomposição histórica do tráfico de bebês nos anos 1980. Reportagens publicadas naquele período não apenas documentaram os acontecimentos, mas também moldaram a forma como eles foram compreendidos socialmente. Ao mesmo tempo, como pude constatar ao longo de anos de diálogo com vítimas e familiares, essas narrativas jornalísticas deixaram marcas profundas – raramente positivas – na vida daqueles que tiveram suas histórias expostas ao público.

Este trabalho parte, portanto, de uma dupla inquietação. A primeira diz respeito ao papel do jornalismo na revelação de um crime de grandes proporções e relevância social. A segunda – e mais delicada – refere-se às formas narrativas pelas quais esse jornalismo operou: quem foi ouvido, quem foi silenciado, quais enquadramentos foram privilegiados e de que maneira o ser humano apareceu (ou não) como centro da narrativa. Lanço mão, para isso, da seguinte pergunta: de que maneira o jornalismo brasileiro representou o tráfico de bebês nos anos 1980 e em que medida essas narrativas se aproximaram – ou se afastaram – de uma prática jornalística ética, dialógica e humanizada?

A análise aqui proposta não se ocupa de julgar intenções individuais, mas de compreender os efeitos de um modelo jornalístico historicamente consolidado, marcado pela centralidade de fontes institucionais, pelo predomínio de enquadramentos policiais e pela objetivação das experiências humanas. O objetivo geral da pesquisa é analisar criticamente tais narrativas jornalísticas à luz de uma proposta de jornalismo humanizado – ético, dialógico e transformador. Como objetivos específicos, busca-se: (a) identificar padrões quantitativos na cobertura da imprensa sobre o tráfico de bebês; (b) examinar qualitativamente enquadramentos

narrativos, escolhas de fontes e modos de representação dos sujeitos envolvidos; e (c) avaliar os efeitos éticos e simbólicos dessas narrativas.

Ao longo da pesquisa, tornou-se recorrente ouvir das pessoas diretamente afetadas pelo tráfico de bebês um sentimento de traição em relação à imprensa: a percepção de terem sido usadas, mal representadas ou reduzidas a simples casos. Esses relatos não constituem o objeto empírico central deste trabalho, mas funcionam como alerta ético e epistemológico. Eles evidenciam que o jornalismo, ao narrar histórias de sofrimento, violência e ruptura de vínculos, não é neutro em seus efeitos. Ao contrário, participa ativamente da construção – ou da negação – de sentidos, memórias e reconhecimentos.

É a partir dessa constatação que esta dissertação se ancora na discussão sobre um jornalismo ético, dialógico e transformador. Não se trata de propor um “novo jornalismo”, mas de tensionar criticamente práticas já existentes à luz de uma lente que recoloca o ser humano no centro do fazer jornalístico. A análise do *corpus* – composto por reportagens publicadas nos anos 1980 e, posteriormente, por uma série jornalística de 2012 – busca avaliar em que medida essas narrativas se aproximam ou se afastam de uma prática jornalística humanizada, entendida aqui como práxis ética, situada e responsável diante do Outro.

Essa escolha teórica dialoga diretamente com minha trajetória pessoal. Sou filho e neto de judeus egípcios que se tornaram apátridas no fim dos anos 1950. Após uma longa travessia e uma chegada precária ao Brasil, meus avós – e também meu pai e minha tia – optaram por um voto de silêncio não declarado como forma de lidar com o trauma do desenraizamento. Embora eu tenha estudado profundamente outras histórias semelhantes – há 1 milhão de pessoas no mundo com trajetórias similares –, há uma narrativa à qual nunca tive acesso: a deles. Essa ausência ecoa, embora de forma distinta, nas trajetórias dos adotados ilegalmente nos anos 1980, pessoas que tiveram seu passado subtraído e sua história interrompida.

Entre essas histórias silenciadas, há quadrilhas responsáveis por alterar destinos de forma irreversível – mesmo quando reencontros ocorrem, eles são permeados de camadas de obstáculos formadas pelo tempo, os idiomas, a distância geográfica e o histórico pessoal de cada um.

Há, também, um jornalismo que, ao narrar esses acontecimentos, produziu efeitos duradouros – alguns de denúncia e transformação, outros de apagamento e dor. Esta dissertação se insere nesse espaço de tensão. Ao analisar como o tráfico de bebês foi narrado pela imprensa brasileira, busca-se não apenas compreender o passado, mas refletir criticamente sobre o papel

do jornalismo na produção de sentidos sociais, na partilha da experiência humana e na possibilidade – sempre inacabada – de uma prática ética e transformadora.

Em relação à metodologia, a pesquisa combina análises quantitativa e qualitativa de conteúdo, conforme a tradição francesa de Bardin (1977). A análise qualitativa concentra-se nos modos de narrar, nos silêncios e nas relações de poder implicadas no discurso jornalístico. A fundamentação teórica articula autoras e autores que problematizam o modelo hegemônico do jornalismo e propõem alternativas éticas e epistemológicas, como Medina (2002, 2003, 2017), Moraes (2019), Ijuim (2012, 2017, 2024), Rovida (2014, 2023), Dines (1974, 1998, 2009), Peixoto (2024) e Araújo (2017), mobilizando conceitos como desumanização, alteridade, subjetividade, diálogo e práxis jornalística. Os resultados evidenciam que, embora o jornalismo tenha desempenhado papel relevante na denúncia do crime, suas narrativas frequentemente marginalizaram a experiência humana, privilegiando procedimentos institucionais em detrimento da escuta das vítimas. A relevância da pesquisa reside na contribuição aos estudos de jornalismo, especialmente no que se refere à análise de coberturas de violência e de violações de direitos humanos, ao evidenciar os limites do modelo jornalístico hegemônico e as possibilidades de uma prática ética, dialógica e humanizada.

## 2 OS ANOS 1980: ALGUNS ASPECTOS

Não se pode pretender uma análise de reportagens publicadas no Brasil dos anos 1980, como aqui se propõe, sem antes oferecer ao leitor informações contextualizadoras sobre (a) os anos 1980, de forma geral; (b) o Brasil e sua sociedade naquele período; (c) o jornalismo brasileiro praticado naqueles dias; e, em se tratando do tema que aqui se abordará, (d) o tráfico internacional de bebês brasileiros para adoção ilegal, cujo ápice se deu naquela década. A isso tudo o presente capítulo e os itens que o compõem se prezam<sup>6</sup>.

Vamos a um passado não muito distante: a década sobre a qual – dizem os mais nostálgicos da turma que a banda *Legião Urbana* apelidou de “geração Coca-Cola” – quem a ela sobreviveu a tudo mais sobreviverá! Ou, como escrevem os autores do *Almanaque anos 80*, “os mal-humorados que consideram os anos 80 a década perdida não sabem o que deixaram para trás. Nós, pelo menos, nos divertimos à beça” (Alzer & Claudino, 2004, p. 9).

\* \* \*

Ao redor do mundo, a década foi marcada por acontecimentos impactantes, alguns com efeitos até hoje. A Guerra Fria (1947–1991) estava em curso, inclusive com ameaças nucleares significativas, mas já começava a dar sinais de arrefecimento. Principal símbolo do conflito entre as maiores potências mundiais, o Muro de Berlim viria ao chão em novembro de 1989.

Em setembro de 1980, o ditador iraquiano Saddam Hussein ordenou a invasão do Irã, país vizinho que, em janeiro de 1979, tinha trocado a monarquia autocrática do xá Reza Pahlevi por uma república islâmica teocrática sob o comando do aiatolá Khomeini. Resultado: a guerra Irã-Iraque matou centenas de milhares de pessoas até 1988 sem provocar mudanças territoriais. Estimativas apontam que o número pode ter passado de 1 milhão de mortos (1980: [...], 2022).

Os anos 1980 registraram um evento que só se repetiria bem mais tarde: a invasão ilegal e não provocada de um país latinoamericano, o Panamá, pelos EUA, em dezembro de 1989, sob a presidência de George H. W. Bush, com o objetivo de derrubar e capturar o ditador Manuel

---

<sup>6</sup> Fontes da época e informações ilustradas sobre alguns dos eventos destacados ao longo deste capítulo podem ser consultados, em detalhes, no endereço «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/retro1980s>».

Noriega. Quase quatro décadas depois, em janeiro de 2026, enquanto este trabalho vai sendo finalizado, o roteiro se repete na Venezuela, com o sequestro de Nicolás Maduro<sup>7</sup> (Mota, 2026).

Os ônibus espaciais, revolucionários porque parcialmente reutilizáveis, davam início a um novo capítulo da era de exploração do universo. Em abril de 1981, o *Columbia* entrou em órbita com uma missão tripulada – algo inédito até então. Seria lançado 28 vezes, passando 300 dias no espaço e contornando a Terra 4.808 vezes até 2003, quando foi destruído na reentrada (*Space Shuttle Columbia*, 2026). Outro ônibus espacial, o *Challenger*, teve destino parecido ainda na década de 1980: em janeiro de 1986, explodiu no lançamento, provocando a morte da tripulação, que incluía uma professora. Ainda no espaço, um evento que só acontecerá de novo em 2061 atraiu a curiosidade para os céus: a passagem do cometa *Halley*, em 1986.

A aids foi a epidemia da década. A doença se espalhou pelo mundo surfando numa onda incontrolável de estigmas e de terror. O HIV, vírus causador da aids, já circulava desde a década de 1930, mas começou a crescer e a chamar atenção naquele início dos anos 1980. O Brasil, cujo primeiro caso registrado é de 1980, viu histeria e preconceito, das manifestações políticas (Westin, 2023) à cobertura da imprensa: o jornal *Notícias Populares*, por exemplo, se referia à doença como “peste gay” (Fiocruz, [20--]) – não era uma infeliz exceção:

Antes de colaborar com os órgãos governamentais nos esforços para reduzir a ansiedade da população em relação aos riscos de transmissão do vírus da aids e passar mensagens de solidariedade à pessoa doente, a imprensa brasileira, muitas vezes, tratou a doença de maneira leviana e jocosa (Brasil, 2025b, p. 220).

A aids mataria anônimos e conhecidos, como o estilista Markito, oficialmente a primeira vítima brasileira da doença (Westin, 2023), os músicos Cazuza e Renato Russo, o ator Lauro Corona e o sociólogo Betinho, o vocalista do *Queen* Freddie Mercury, o filósofo francês Michel Foucault, entre outros. Em 1987, o *Correio Braziliense* informava que o número de mortos com HIV no país eram 892, com 15 mil infectados e 300 mil portadores do vírus (Mortos [...], 1987).

Na área cultural, a década viu surgir o CD (no Japão), a estreia nos cinemas do clássico de ficção científica *ET*, de Steven Spielberg e o álbum *Thriller*, de Michael Jackson – tudo em 1982. Em 1980, o assassinato de John Lennon, que tinha sido líder dos *Beatles*, chocou o mundo.

---

<sup>7</sup> Parte do jornalismo que aqui se propõe passa por reconhecer, também na qualidade de jornalista, o estado assustador das coisas no mundo atual, da política nacional às relações internacionais, passando pelos efeitos humanos no clima e por conflitos que se amontoam. Passa por compreender e denunciar os autoritarismos de toda espécie. Passa por não se acomodar diante de injustiças. Passa por manter a firmeza de propósitos e os valores para fiscalizar e levantar a voz contra grupos de pessoas que se insurgem contra a democracia.

A internet deu seus primeiros passos em 1983. Em 1985, a primeira versão do *Windows* foi lançada pela *Microsoft*. Em 1982, o primeiro coração artificial foi implantado em um paciente.

Em 1981, o mundo parou para assistir, pessoalmente ou na TV, ao casamento do príncipe (agora rei) Charles com Diana Spencer, a Lady Di. A ditadura Argentina declarou guerra contra o Reino Unido (e perdeu) pelas ilhas Malvinas (1982), o Nobel da Paz foi entregue ao pastor sulafriano Desmond Tutu por sua ferrenha oposição ao *apartheid* (1984), a carcaça do *Titanic* foi descoberta no fundo do mar em 1985, os olhos se voltaram para a praça *Tiananmen*, na China, onde Pequim reprimiu protestos pacíficos de forma violenta em junho de 1989, e para Chernobil, na Ucrânia, em abril de 1986, quando o pior acidente nuclear da história espalhou uma nuvem radioativa sobre vários países europeus.

Nos EUA, a década começou com o democrata Jimmy Carter (1977–1981) na Casa Branca, mas foi essencialmente dos republicanos Ronald Reagan (1981–1989) e George H. W. Bush (1989–1993); a URSS via a maior troca de líderes de sua história de 69 anos: a década começou com Leonid Brezhnev (1964–1982), teve Yuri Andropov (1982–1984), Konstantin Chernenko (1984–1985) e terminou com Mikhail Gorbachev (1985–1991).

Importante dispositivo de proteção à infância e à adolescência, a *Convenção sobre os Direitos da Criança*<sup>8</sup> foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989 e é hoje o mais universal instrumento de direitos humanos, ratificado por 196 países – o Brasil o fez em 24 de setembro de 1990 e utilizou o documento como base para o *Estatuto da Criança e do Adolescente*, o ECA<sup>9</sup>. Apenas os EUA não ratificaram o documento.

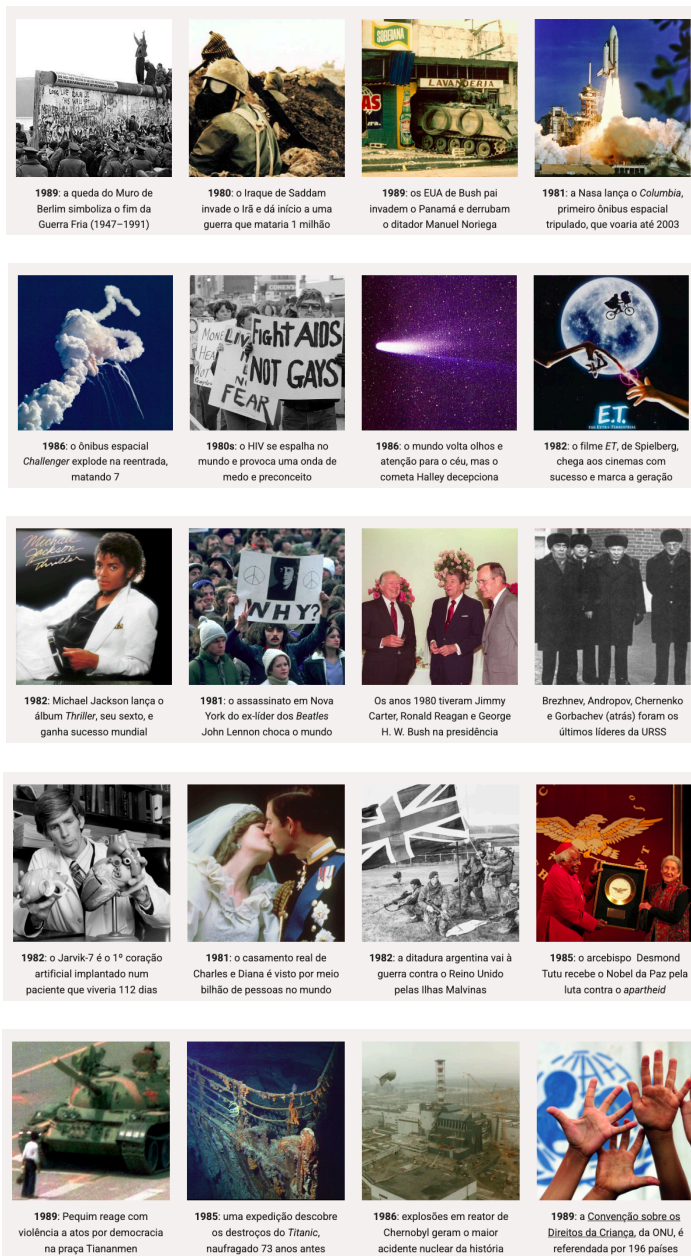
No primeiro item de seu artigo 3º, a CDC determina que “[e]m todas as ações relativas às crianças, o interesse superior da criança deve ser uma consideração primordial” (Brasil, 2019b). A convenção tem especial importância no contexto do tema que perpassa o *corpus* desta pesquisa (e sobre o qual se falará no *item 2.3*), ao estabelecer que bebês não podem ser separados arbitrariamente, entender a identidade como um direito inalienável, regulamentar a adoção no contexto internacional, compreender o tráfico como crime em qualquer contexto e determinar que cabe aos Estados a obrigação ativa de prevenir, investigar e reparar.

---

<sup>8</sup> A íntegra em português da *Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)* está disponível no endereço «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/documentos/cdc>».

<sup>9</sup> Uma versão do ECA com trechos de relevância para a temática central desta pesquisa – o tráfico de bebês – está disponível no endereço «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/documentos/eca>».

## Imagem 1 – Destaques de eventos dos anos 1980 (mundo)<sup>10</sup>



Fonte: Elaboração própria (2025)

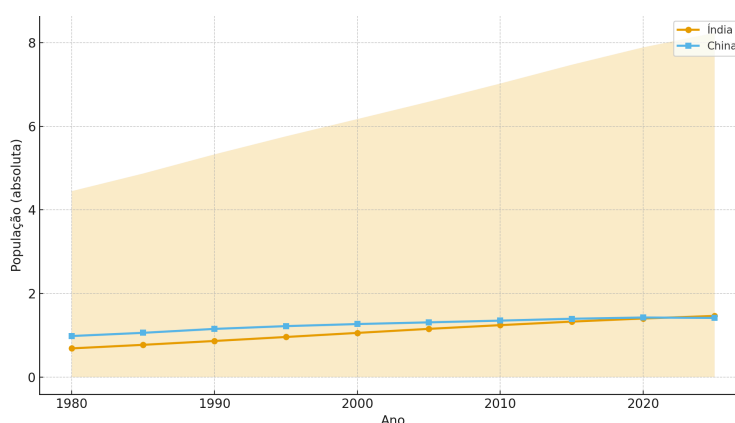
<sup>10</sup> Para informações adicionais a respeito desses eventos e para ler fontes publicadas na imprensa na época, acesse «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/retrospectiva-1980s/mundo>». As imagens são meramente ilustrativas e a lista de eventos não se pretende exaustiva.

Especificamente em relação à adoção, o art. 21 da CDC determina aos países que reconhecem/ admitem o sistema de adoção que garantam que

o melhor interesse da criança seja a consideração primordial e [que devem] [...] reconhecer que a adoção efetuada em outro país pode ser considerada como um meio alternativo para os cuidados da criança, quando a mesma não puder ser colocada em um orfanato ou em uma família adotiva, ou não conte com atendimento adequado em seu país de origem; [...] adotar todas as medidas apropriadas para garantir que, em caso de adoção em outro país, a colocação não resulte em benefícios financeiros indevidos para as pessoas envolvidas; [...] (Brasil, 2019b).

Em 1980, o mundo tinha 4,5 bilhões de habitantes; 5,2 bilhões no fim da década. De lá para cá, a população mundial deu um salto imenso: no fim de 2025, éramos mais de 8,2 bilhões de pessoas, ou 85% mais do que no começo dos anos 1980. A China era o país mais populoso em 1980, com 983,2 milhões de habitantes (22,11% da população mundial); a Índia vinha em segundo, com 687,4 milhões de habitantes (15,45%). Essa ordem se inverteria bem mais tarde, apenas em 2025, quando a Índia passaria a ter mais habitantes do que a China: 1,46 bilhão contra 1,42 bilhão. Impressionam as curvas de crescimento: a China cresceu 7,8% entre 1980 e 1985 e 8,85% entre 1985 e 1990; a Índia, respectivamente 15,45% e 15,87% – os crescimentos recentes foram mais tímidos: a Índia cresceu 4,37% no último quinquênio (2020–2025) e a China teve redução de 0,7%, algo inédito. Os dados são da Divisão de População da ONU ([2025?]<sup>11</sup>).

**Gráfico 1 – População mundial, China e Índia (1980–2025)**



Fonte: Elaboração própria (2025), com dados da Divisão de População da ONU ([2025?])

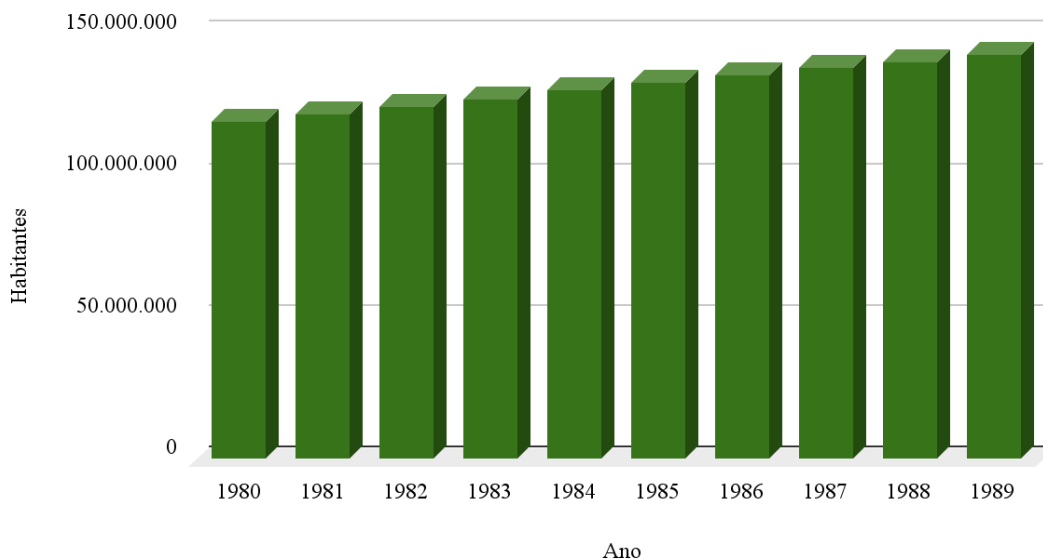
<sup>11</sup> As informações da Divisão de População da Organização das Nações Unidas, com dados disponíveis a partir de 1950, podem ser consultados em <<https://population.un.org/dataportal>>.

## 2.1 O Brasil nos anos 1980

*Oh! Mundo tão desigual/ Tudo é tão desigual/ Oh! De um lado esse carnaval/ Do outro a fome total/ Oh-oh-oh-oh-oh-oh (Gilberto Gil, “A novidade”)*

A exemplo do que aconteceu com a população mundial, o Brasil também viu um crescimento significativo no número de seus habitantes de 1980 para cá, embora de forma mais lenta: éramos 119 milhões de pessoas em 1980; 132,7 milhões em 1985 e 142,7 milhões em 1989 – os 204,8 milhões de brasileiros que o Censo registrou em 2024 são 72% mais do que a população do país em 1980 (Ipea, 2024<sup>12</sup>).

**Gráfico 2 – População brasileira (1980–1989)**



*Fonte: Elaboração própria (2025), com dados Ipeadata ([2024])*

Por aqui, vivemos grandes transformações políticas, econômicas e sociais. O país entrou na década ainda na ditadura militar (1964–1985) e chegou ao fim dos anos 1980 num processo esperançoso de redemocratização. Houve a eleição indireta de Tancredo Neves (1985), que morreu antes de tomar posse como presidente, sendo substituído pelo vice, José Sarney

<sup>12</sup> A base de dados econômicos e financeiros do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) inclui números da população brasileira desde 1872 e pode ser acessada em «<https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=36471&module=M>».

(1985–1990). A primeira eleição direta para presidente ocorreu em 1989, dando o cargo a Fernando Collor, o “caçador de marajás” que prometia acabar com a corrupção, mas se mostraria mais do mesmo, renunciando como subterfúgio enquanto respondia a um processo de *impeachment* para não ter seus direitos políticos cassados.

O mais importante marco da redemocratização do país ocorreu em outubro de 1988: a nossa “constituição cidadã” foi promulgada sob potente discurso de Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte, já então conhecido como o “Senhor Diretas<sup>13</sup>”:

Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. [...] Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora. [...] A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma. Quanto a ela, *discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais*. Afrontá-la, nunca. *Traidor da Constituição é traidor da Pátria*. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério. [...] *temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações* [...]. Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiros, de menores carentes<sup>14</sup>, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. Como o caramujo, guardará para sempre o bramido das ondas de sofrimento, esperança e reivindicações de onde proveio. [...] Tem substância popular e cristã o título que a consagra: “a Constituição cidadã”. [...] Democracia é a vontade da lei, que é plural e igual para todos, e não a do príncipe, que é unipessoal e desigual para os favorecimentos e os privilégios. Se a democracia é o governo da lei, não só ao elaborá-la, mas também para cumpri-la, são governo o Executivo e o Legislativo. [...] Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora. Será luz, ainda que de lamparina, na noite dos desgraçados. É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los. [...] Nossas congratulações à imprensa, ao rádio e à televisão. Viram tudo, ouviram o que quiseram, tiveram acesso desimpedido às dependências e documentos da Constituinte. Nosso reconhecimento, tanto pela divulgação como pelas críticas, que documentam a absoluta liberdade de imprensa neste País (Guimarães, 1988<sup>15</sup>, grifos do autor).

---

<sup>13</sup> O epíteto lembra seu protagonismo na campanha “Diretas Já”, que, entre 1983 e 1984, pedia eleições diretas para a presidência da República já no pleito de 1985, com enorme apoio popular. Embora tenha obtido número expressivo de votos a favor (298, com 65 contrários e 3 abstenções), a Emenda Dante de Oliveira (PEC 05/1983), que previa o retorno do voto direto, foi rejeitada em abril de 1984 por não alcançar os 2/3 de votos necessários – faltaram 22 favoráveis (Batista, 2014). Apesar da derrota, o movimento foi essencial para abrir caminho para que, anos depois, em 1989, o eleitor brasileiro pudesse escolher o presidente da República diretamente pela primeira vez desde o golpe de 1964. Ulysses Guimarães não foi, por óbvio, nome único na defesa da PEC, mas ficou conhecido dessa forma por atuar intensamente pela sua aprovação (Silveira, 2016).

<sup>14</sup> Em campanha recente, o *Coletivo Colo*, iniciativa de jornalismo infantojuvenil, ressalta que “[o] uso do termo ‘menor’ para falar de crianças e adolescentes é errado, desrespeitoso e carrega uma história de estigmatização e criminalização da infância e da juventude” (Colo, 2025). Por esse motivo, neste trabalho o termo aparece apenas quando reproduzido fielmente de sua utilização original, como é aqui o caso.

<sup>15</sup> Conforme o site da Câmara dos Deputados, esta é a versão *revisada* do discurso de Ulysses Guimarães no ato de promulgação da Constituição Federal de 1988. Podem, assim, haver variações em relação ao discurso original.

Antes de Collor e Sarney, a faixa presidencial vestiu o general João Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de repressão e espionagem do regime, e último dos cinco ditadores brasileiros do período, que ficou no poder entre 1979 e 1985.

A década viu a fundação do PT (1980), o atentado no Riocentro (1981), a emancipação a estados de Rondônia (1981), Amapá e Roraima (1988), até então territórios, e a criação do Tocantins (1988). O aeroporto de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, hoje o mais movimentado do país, começou a ser construído em 1980 e entrou em operação em 1985. Em 1980, o papa João Paulo II visitou o Brasil. O SBT foi inaugurado em 1981. A usina hidrelétrica de Itaipu, na fronteira com o Paraguai, entrou em operação em 1982. O chiclete *Ping-Pong*, com suas figurinhas, virou mania e causou um surto de cáries na criançada (Almanaque [...], 2024).

Surgiram no país bandas como *Ultraje a Rigor*, *Barão Vermelho*, *Kid Abelha*, *Ira!*, *Blitz*, (1981), *Titãs*, *Legião Urbana*, *Capital Inicial*, *Os Paralamas do Sucesso* (1982), *RPM* (1983), entre tantas outras, que cantavam o momento das mudanças políticas que o país atravessava. Na TV, Xuxa estreou seu programa infantil em 1986. No Rio de Janeiro, o Sambódromo foi inaugurado em 1983. A primeira edição do *Rock in Rio*, foi em 1985, com ingressos vendidos no Banco do Brasil por um valor que representava 16% do salário mínimo da época – em 2025, a entrada valia 56% do piso (Araujo, 2025). A *Lei Rouanet*<sup>16</sup> foi sancionada em 1986.

Em 1988, Ayrton Senna conquistou seu primeiro título mundial de Fórmula 1, feito que repetiria em 1990 e 1991. No Rio, a virada de 1988 para 1989 foi marcada pela tragédia do *Bateau Mouche*, embarcação que naufragou na Baía da Guanabara, matando 55 das 142 pessoas a bordo. Em São Paulo, o Memorial da América Latina foi inaugurado em 1989. Em 1985, a ossada do nazista Josef Mengele, o “anjo da morte”, foi identificada na Grande São Paulo.

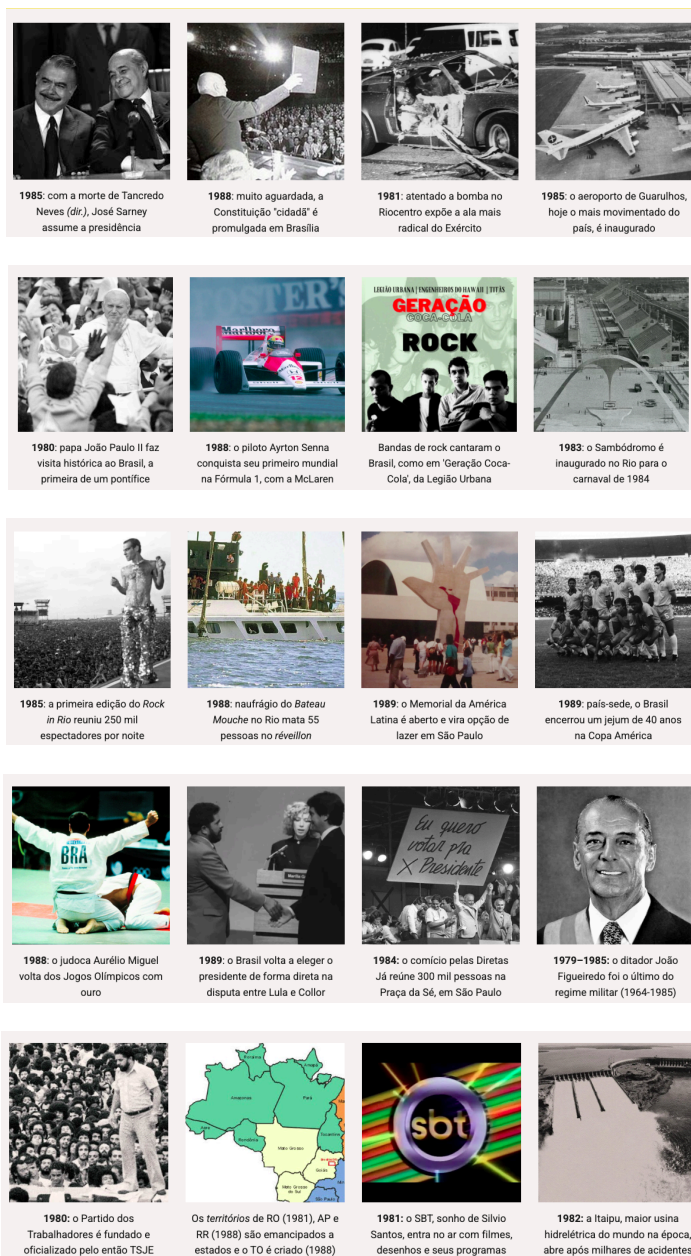
Em 1989, o Brasil conquistou seu primeiro importante título no futebol desde 1970: a Copa América, com vitória no Maracanã contra o Uruguai. Mesmo com grandes times, o Brasil não saiu campeão das Copas do Mundo de 1982 (na Espanha, vencida pela Itália) e de 1986 (no México, vencida pela Argentina) – em 1982, aliás, a derrota da Seleção foi traduzida numa capa icônica<sup>17</sup> do *Jornal da Tarde* com a foto de um menino desolado usando a camiseta canarinho.

---

<sup>16</sup> A Lei nº 8.313/1991, oficialmente “Lei Federal de Incentivo à Cultura”, sancionada pelo então presidente Fernando Collor e responsável por criar o programa por meio do qual empresas e pessoas físicas podem investir em Cultura com incentivos fiscais, restabeleceu princípios de uma lei anterior, a Lei nº 7.505, de 1986, esta sancionada por José Sarney (Brasil, 1986; Brasil, 1991).

<sup>17</sup> Veja esta e outras capas emblemáticas publicadas na década de 1980, além de fotografias que mostram redações do período, no endereço «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/retrospectiva-1980s/imprensa>».

## Imagem 2 – Destaques de eventos dos anos 1980 (Brasil)<sup>18</sup>



Fonte: Elaboração própria (2025)

Nas Olimpíadas, o Brasil levou 2 ouros e 2 bronzes em *Moscou 1980*, 1 ouro, 5 pratas e 2 bronzes em *Los Angeles 1984* e 1 ouro, 2 pratas e 3 bronzes em *Seul 1988*. Na última edição dos

<sup>18</sup> Para informações adicionais a respeito desses eventos e para ler fontes publicadas na imprensa na época, acesse «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/retrospectiva-1980s/brasil>». As imagens são meramente ilustrativas e a lista de eventos não se pretende exaustiva.

Jogos Olímpicos da década, o destaque foi para o ouro de Aurélio Miguel, inédito no judô, cuja vitória na categoria peso meio-pesado criou uma geração de judocas mirins no país.

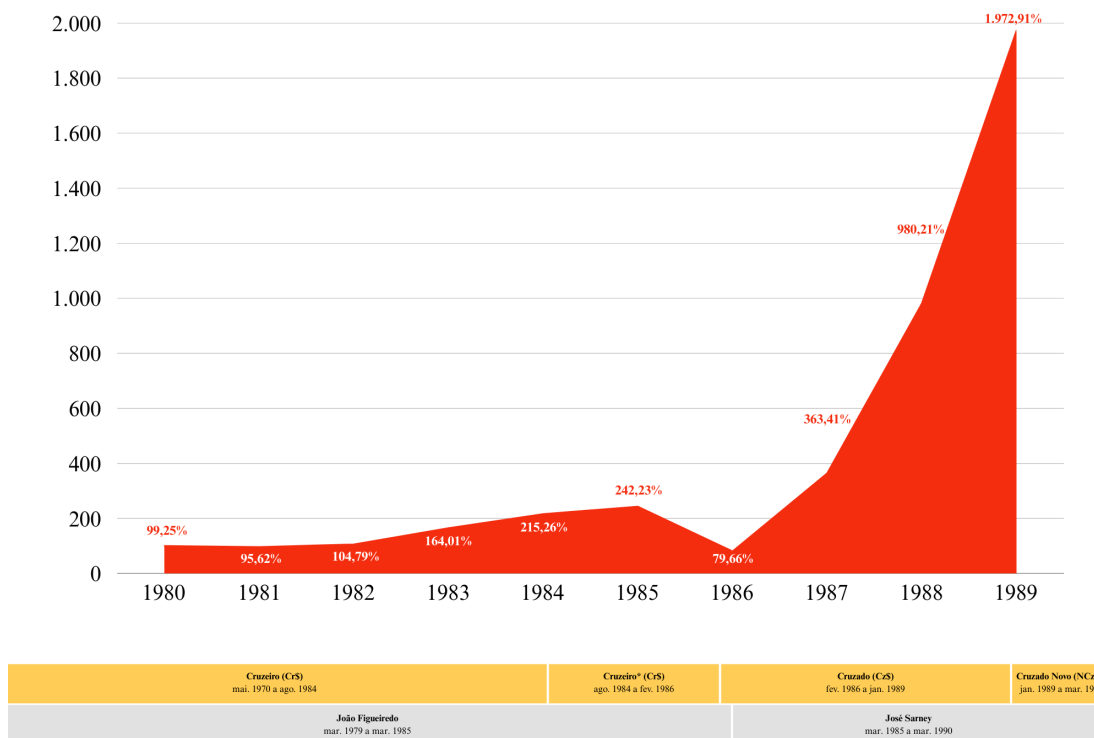
Como mencionado, aos anos 1980 deu-se o nome, no Brasil, de “década perdida”. Foi um período de profunda instabilidade social e econômica no país, marcado por transição política, hiperinflação e vulnerabilidade da população. Após duas décadas de regime militar (1964–1985), o país vivia um processo de abertura política e enfrentava uma grave crise da dívida externa, que corroía o poder de compra da população e limitava investimentos públicos em áreas sociais.

Marca indelével do período foram os sobressaltos na economia. Entre abril de 1985 e janeiro de 1989, o país teve seis planos de estabilização econômica, que tentavam – sem sucesso – conter a hiperinflação, que terminou a década em 1.972,91% (Ipea, 2025). Em fevereiro de 1986, por exemplo, o *Plano Cruzado* cortou três zeros do cruzeiro, moeda da época, e congelou preços; em janeiro de 1989, o *Plano Verão* elevou as taxas de juros, fez crescer o risco de calote da dívida externa e não resolveu o problema. As trocas de moedas, aliás, nunca tinham sido tão frequentes: o cruzeiro (Cr\$), em circulação desde 1970, foi substituído em 1984 pelo cruzeiro sem centavos (ainda Cr\$), centavos que retornaram em 1986, dando origem ao cruzado (Cz\$); em 1989, a moeda adotada foi o cruzado novo (NCz\$), em 1990, o cruzeiro “de novo” (Cr\$), que ficou em vigor até a adoção do cruzeiro real (CR\$), em 1993, e então, enfim, o real (R\$), a partir de 1994 (Ipea, [20--a]). Só o real foi verdadeiramente capaz de conter a inflação.

O crescimento médio anual do PIB ao longo da década foi de 1,55%, acumulado no período em 16,6%. “Entre 1981 e 1990, [...] o PIB mundial cresceu 38,4%”, lembra Alves (2018). O autor explica que, como nossa população cresceu 19,2%, “o brasileiro médio ficou mais pobre” (*idem*). Porém, para Marangoni, “década perdida” só pertence à economia:

Os anos 1980 [...] ficaram conhecidos como “a década perdida” n[a] economia. Das taxas de crescimento do PIB à aceleração da inflação, passando pela produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos e inúmeros outros indicadores, o resultado do período é medíocre. No Brasil, a desaceleração representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores. [...] Mas, sob o ponto de vista político, aquela foi literalmente uma década ganha. Não apenas se formaram e se firmaram inúmeras entidades e partidos populares [...] como se abriu uma nova fase histórica para o país, através do fim da ditadura e da promulgação da Constituição de 1988 (Marangoni, 2012, p. 58).

**Gráfico 3 – Inflação no Brasil (1980–1989)<sup>19</sup>**



Fonte: *Elaboração própria (2025), com dados Ipeadata ([2025])*

Para além da economia, e também em função dela, o Brasil enfrentava graves problemas socioeconômicos. Em 1980, a mortalidade infantil superava 80 crianças menores de 1 ano mortas para cada mil nascidos vivos (Szwarcwald & Castilho, 1995, p. 453)<sup>20</sup>, e a expectativa de vida ao nascer era de pouco mais de 62 anos<sup>21</sup>. Os números expressam não apenas o subdesenvolvimento econômico, mas também a precariedade dos serviços de saúde, saneamento e nutrição. A hiperinflação anual afetava de modo desproporcional diferentes camadas populares, agravando a desigualdade e tornando incertas as condições básicas de sobrevivência do brasileiro.

Para quem vive com a inflação controlada de hoje, em torno de 4%<sup>22</sup>, talvez seja difícil compreender o que era a hiperinflação. Uma lembrança de infância do autor ilustra a situação: quando íamos ao mercado fazer compras, sempre “do mês”, para não ficar à mercê dos aumentos, era comum correremos – as crianças – na frente dos remarcadores de preços,

<sup>19</sup> O gráfico mostra os índices de inflação (IPCA) de dezembro de cada ano; a título de ilustração, as faixas coloridas sob o gráfico indicam as moedas (em amarelo) e os presidentes (em cinza) que o país teve no período.

<sup>20</sup> Em 2023, a mortalidade infantil tinha taxa de 12,6‰ (Mortalidade [...], 2025).

<sup>21</sup> Em 2022, a expectativa de morrer no Brasil era de 75 anos (Em 2022 [...], 2023).

<sup>22</sup> A inflação brasileira em 2025 foi de 4,26% (Brasil [...], 2026).

funcionários cujo ingrato trabalho era mudar a etiqueta dos produtos com os valores corrigidos. Nosso objetivo: apanhar mercadorias com o valor “velho”, geralmente, do dia anterior.

Outro: salários exigiam reajustes constantes para tentar acompanhar a desvalorização do poder de compra – o que nem sempre acontecia. A carteira de trabalho do pai do autor dá uma pequena amostra: as páginas com anotações sobre alterações de salário estão repletas de remarcações, distantes umas das outras por poucos meses – e não eram promoções!

A situação de fome extrema gerou, em não poucos casos, uma onda de saques a supermercados nas maiores cidades do país. O trecho a seguir traz algumas características ilustrativas adicionais que a hiperinflação imprimiu aos anos 1980:

[...] nos primeiros dias úteis do mês, supermercados eram tomados por multidões apressadas para conseguir fazer compras essenciais antes que os preços aumentassem. [...] Maior símbolo do período, a estocagem de alimentos virou padrão de consumo. As compras eram feitas para durar um mês ou mais. Quem tinha mais condições, adquiria congeladores de grande porte para guardar carne. Quem não tinha, diminuía o consumo consistentemente ou ficava sem (Lacerda, 2022).

Na educação, ¼ da população era analfabeta em 1980 – em 2022, eram 7% (Carneiro; Saraiva, 2024), e o acesso à escola ainda era fortemente condicionado pela origem social e pela localização geográfica. A escolarização média era baixa e o ensino público enfrentava carências estruturais graves, com escolas sem infraestrutura adequada e professores mal remunerados. O Brasil urbano crescia de forma desordenada, atraindo migrantes do campo, mas as cidades careciam de políticas de habitação e saneamento que acompanhassem essa expansão.

Em 1984, o Brasil tinha, segundo o IBGE, 63 milhões de crianças e adolescentes – 47% da população de então. Parcela significativa deles, 36 milhões (57%) era considerada “carente”. O tema voltará no *item 2.3*, adiante. A desigualdade social, medida pelo coeficiente de Gini, permanecia entre as mais altas do mundo, refletindo uma estrutura concentradora de renda que deixava grande parte da população à margem dos benefícios do desenvolvimento econômico. Ainda alta hoje, a taxa que mede a desigualdade social era de 0,593 em 1979, 0,598 em 1985 e 0,636 em 1989 (Ipea, [20--b])<sup>23</sup>.

A população brasileira vivia, portanto, uma experiência de vulnerabilidade generalizada, com a pobreza evidenciada não apenas pela renda, mas também pela exclusão do acesso a bens e

---

<sup>23</sup> O índice Gini varia de 0 a 1: quanto mais perto de 0, mais justa é determinada sociedade; mais perto de 1, mais desigual (0, portanto, indica igualdade total; 1, altíssima desigualdade e máxima concentração de renda). Em 2024, dado mais recente disponível, o índice Gini do Brasil era de 0,504 (Castro, 2025)

serviços básicos. As classes médias, que haviam se expandido nas décadas anteriores, viam sua renda corroída pela inflação e pela estagnação econômica, enquanto a classe trabalhadora sofria com desemprego e informalidade. Nas periferias urbanas, cresciam as favelas e loteamentos irregulares, símbolos de um processo de urbanização acelerado e sem inclusão. O país chegaria aos anos 1990 ainda sob o peso dessa herança social desigual, que moldaria políticas públicas e os debates em torno da cidadania nas décadas seguintes.

Os anos 1980 revelam um Brasil em crise e em transição – uma sociedade que, ao mesmo tempo em que buscava reconstruir sua democracia, ainda convivia com índices sociais típicos de nações de extremo subdesenvolvimento.

A década expressa um ponto de inflexão entre o atraso e a promessa de modernização, entre a persistência da desigualdade e o surgimento de novas formas de mobilização social. As características políticas e socioeconômicas do Brasil naquele período ajudam, em grande parte, a compreender as condições (e contradições) que faziam do país um celeiro de “exportação” de crianças, como se verá<sup>24</sup>.

## 2.2 A imprensa brasileira nos anos 1980

*O jornal deve incomodar. Se não incomoda, é inútil*  
(Cláudio Abramo, “A regra do jogo”)

O trecho a seguir, assinado pela jornalista Luiza Villaméa sob o subtítulo “O adeus às *pretinhas*<sup>25</sup>” no livro *História da Imprensa no Brasil*, descreve o ambiente da redação brasileira do início da década de 1980<sup>26</sup>: ruidoso, caótico, sujo, insalubre<sup>27</sup>:

<sup>24</sup> A expressão, que se verá repetida nesta dissertação, foi cunhada nos anos 1980, quando investigações revelavam altos números de bebês sendo retirados, ilegalmente, do país. Sobre isso, v. Paraná [...], 1986.

<sup>25</sup> Não raro, jornalistas que usaram máquinas de escrever nas redações se referem carinhosamente aos pesados artefatos como “pretinhas”. Assim o fazem, por exemplo, Abramo, em texto publicado na primeira edição da *Revista Imprensa*, em 1987 (“*Pretinhas*, nunca mais!”); ou Débora Chaves (1987), na edição seguinte da mesma revista; em 2021, Jorge Antonio Barros também assim se referiu, com nostalgia, a elas (“Quarenta anos de jornalismo, uma vida a serviço das *pretinhas*”). Com bem menos carinho, a geração que as conheceu primeiro dentro das redações dava a elas apelidos como “geringonça”, que traduzem sua resistência à troca do texto de punho pelo digitado à máquina.

<sup>26</sup> Alguns registros em imagens de redações de diferentes jornais brasileiros no período estão disponíveis no endereço «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/retrospectiva-1980s/imprensa>»

<sup>27</sup> Apenas na segunda metade da década seguinte – em 1996, por meio do art. 2º da lei 9.294 (Brasil, 1996) – fumar em locais fechados passaria a ser proibido no Brasil. As redações tiveram de seguir a legislação, por óbvio. Mas naquele começo da década de 1980, aos papéis espalhados pelas mesas e pelo chão, ao som ruidoso das máquinas de escrever e à barulheira geral, se somava também a fumaça dos cigarros invariavelmente pendurados nos lábios de jornalistas concentrados em seus textos.

O barulho marcou as redações brasileiras durante décadas. No fechamento de cada edição, o matraquear das máquinas de escrever misturava-se às discussões acaloradas, ao som estridente de campainhas e à gritaria geral. Com muita frequência, alguém se enfurecia com o próprio texto, arrancava a lauda da máquina, embolava o papel e o atirava longe. O cortar e colar de trechos em uma nova lauda só ajudava a acumular restos de papel pelas mesas e até mesmo pelo chão. Havia ainda o indefectível carbono, que manchava rostos, mãos, punhos e colarinhos [...] no meio de uma desordem generalizada. Se um incauto observasse à distância, não acreditaria que a publicação estaria em breve nas bancas (Villaméa, 2008, p. 249).

Em outro livro, a professora Marialva Barbosa se refere ao que chama de “lembranças repletas de idealizações de um passado como tempo melhor” (2024, p. 27) para mencionar que memórias sobre o jornalista do período acompanham gestos sensoriais: o barulho de máquinas, gritaria, gargalhadas, telefones tocando; o cheiro da fumaça de cigarro; o azul dos borrões provocados pelo papel carbono... Esses e outros elementos, ela vai dizer, “são valores importantes na constituição do ser jornalista no passado e que rapidamente estavam sendo transformados nos novos tempos” (2024, p. 28).

Em 2015, Alberto Dines, crítico da profissão e criador do *Observatório da Imprensa*, comparou as “antigas redações”, que chamou de “quentes e desarrumadas”, às “contemporâneas, ventiladas, vazias, como drones, não-tripuladas”, dizendo que aquelas “produziam as mais afiadas línguas bem como os mais atilados repórteres e talentosos panfletários” e fazendo referência ao chefe de reportagem, “tomando providências, dando ordens e batucando na enorme *Remington*<sup>28</sup> as instruções (hoje chamadas pautas). Às vezes acendia o cachimbo, puxava algumas baforadas, desistia – não era fumante” (Dines, 2015).

Por ocasião da descontinuação da versão impressa do jornal *Tribuna do Paraná*, no início de novembro de 2025, a jornalista Mara Cornelsen, autora de muitas reportagens sobre o tráfico de bebês nos anos 1980, escreveu nostálgica sobre aquele período:

A redação da Mercês [bairro de Curitiba em que operava a *Tribuna do Paraná*] fervilhava nos finais de tarde. Logo que entrei, em 1980, novatos e veteranos disputavam as melhores máquinas de escrever, muitas delas com fitas gastas ou faltando teclas, chegavam a tirar sangue dos dedos de quem as usava. A partir das 18 horas surgia uma névoa sob as cabeças pensantes dos jornalistas. Era fumaça de cigarro. Sim, todo mundo

---

<sup>28</sup> Trata-se de uma tradicional marca de máquinas de escrever, que passaram a ser produzidas em 1868 por uma série de empresas originadas a partir da *E. Remington and Sons*, que também manufaturava armas. As máquinas de escrever da *Remington* foram as primeiras no formato *QWERTY*, que utilizamos até hoje em teclados de computadores e notebooks. Como curiosidade, em 1957, a *Remington Rand* lançou uma promoção para celebrar seus 50 anos de presença no Brasil: com um anúncio no *Estadão*, oferecia uma recompensa milionária e uma máquina de escrever “do ano” a quem tivesse a *Remington* mais antiga (Scholz, 2010).

fumava na redação e ninguém se importava. E não adiantava nada se importar, o “fumacê” continuava (Cornelsen, 2025).

Os novos tempos trazem, com a introdução do computador, “usado no começo como máquina de escrever sofisticada” (Villaméa, 2008, p. 249), um “novo ambiente, marcado pela assepsia, pelo silêncio, pelo ordenamento e que adotaria como padrão o modelo *taylorista* de produção”<sup>29</sup> (Barbosa, 2024, p. 28). Os primeiros jornais diários a “informatizar” as redações foram a *Folha de S. Paulo*, em 1983, e *O Globo*, em 1985 (Barbosa, 2024, p. 26). Seguiriam o mesmo caminho, nesta ordem, a revista *Info*, os jornais *Tribuna de Santos*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *Zero Hora*. Em 1986, o *Diário Catarinense* (da RBS, como o *ZH*) já nasceria informatizado; dois anos depois, em 1988, seria a vez do mineiro *Hoje em Dia*.

A introdução dos computadores nas redações brasileiras não aconteceu sem resistência, como é normal ocorrer frente a inovações de toda sorte. Porém, como explica Villaméa (2008, p. 250), no Brasil havia uma razão adicional para que jornalistas veteranos torcessem o nariz para os novos dispositivos: “o temor de que a máquina ajudasse a aumentar o controle do Estado sobre cada cidadão”. A jornalista lembra que o país seguia sob regime ditatorial e que “as políticas tecnológicas eram formuladas pela Secretaria Especial de Informática (SEI), criada em outubro de 1979 e vinculada ao Conselho de Segurança Nacional”. Havia ainda outro motivo para a relutância dos jornalistas: as falhas técnicas. Villaméa, também ela (2008, p. 251), relata uma história que ilustra o problema:

Com o computador, de vez em quando um texto simplesmente “desaparecia”. No Rio de Janeiro, a repórter Alexandra Bertola viveu a experiência em dose dupla. Uma noite, Alexandra terminava uma matéria sobre o Balé Bolshoi quando um blecaute atingiu a redação de *O Globo*, que estava sendo informatizada, em 1986. Assim que a luz voltou, ela refez a matéria rapidamente, mas, no dia seguinte, relatou o problema para Iran Frejat. O jornalista, que supervisionava o programa de informatização do jornal, resolveu demonstrar a eficiência do sistema. Abriu outra matéria – uma especial que Alexandra estava preparando – e desplugou o computador. Ligou de novo. “Todo mundo ficou parado, olhando para a tela, mas nada de a matéria reaparecer”, lembra a repórter. E não houve como recuperar o texto, para desespero de Alexandra. “Depois disso, a expressão ‘Vou desligar a tomada’ passou a ser usada em todas as brincadeiras da redação”.

Tanto quanto o Brasil, portanto, a imprensa do país passava por transições importantes. Após duas décadas de censura e autoritarismo, a imprensa vivia a redemocratização do país

---

<sup>29</sup> Em referência ao engenheiro estadunidense Frederick Winslow Taylor (1856–1915), que criou um modo de organização do processo produtivo focado na maximização da produção nas empresas, dentro do contexto da Revolução Industrial (1760–1840).

como um momento de libertação e de redefinição de seu papel social. A revogação da censura prévia e o enfraquecimento do aparato repressivo permitiram o surgimento de uma imprensa mais crítica e plural<sup>30</sup>. Veículos como a *Folha de S.Paulo* e o *Jornal do Brasil* lideraram uma reformulação do fazer jornalístico, com práticas mais modernas de apuração e checagem; revistas de circulação nacional, como *Veja* e *IstoÉ*, consolidaram o jornalismo investigativo.

É notável, em especial, a contribuição do jornal paulista nesse processo de modernização: entre 1984 e 1987, a *Folha de S.Paulo* conduziu uma ampla reforma interna em busca de um jornalismo mais “moderno”, “preciso, quase científico, de cuja execução se deveria eliminar qualquer ranço de intuição, daquilo que na nossa rica lista de anglicismos chama-se *feeling*, ou do mero ‘chutômetro’” (Costa, 2008). Escreve o jornalista Carlos Eduardo Lins da Silva, que teve papel central na concepção e implementação do *Projeto Folha*, que “[p]raticamente tudo<sup>31</sup> que a *Folha* dos anos 80 fez sob apupos quase generalizados da concorrência acabou, positiva ou negativamente, adotado por ela” (2005, p. 17).

O processo, entretanto, não foi indolor: nos período de implantação do *Projeto*, 472 jornalistas pediram demissão ou foram afastados – um a cada 2,1 dias em média nos 1.000 dias (os números são de Lins da Silva). Villaméa (2008, p. 255) relata que, um ano antes da implementação do *Projeto*, o clima na redação da *Folha* era de entusiasmo: “Identificado com o desejo de redemocratização, o jornal se consolidara como o maior e mais influente do país”. Um livro do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo – que celebra 60 anos de sua história – é pouco elogioso ao *Projeto Folha*, que chama de “terremoto” (Ribeiro, 1998, p. 158). Sobre o período, Jorge Claudio Ribeiro (1994, p. 65) fala em “inédito clima de terror”.

“Terror” não era eufemismo quando o tema era outro, ainda presente no contexto do fim da ditadura militar. Mesmo com a reabertura gradual, havia resistência de setores das Forças Armadas responsáveis por patrocinar ataques contra a imprensa. “Em 1980, bancas de jornal, editoras e órgãos de imprensa viraram alvo de atentados a bomba” (Villaméa, 2008, p. 256).

---

<sup>30</sup> Não faltam críticas à imprensa, e são elas justas e cabíveis, no que se refere ao seu papel nos acontecimentos que culminaram nos acontecimentos de 1964 – como lembra Laurenza (2008, p. 182), “a maioria dos grandes jornais do país apoiou, ao menos no início, o golpe de 1964”. Aqui, porém, pretende-se mirar no período que veio na esteira dos anos de repressão e censura que aquele maldito evento inaugurou. Os anos 1980 também davam início a um processo de autorreflexão e de reconhecimento que os próprios veículos fariam sobre os erros que haviam cometido na primeira metade da década de 1960.

<sup>31</sup> O autor se refere a “textos curtos, uso intensivo de gráficos e tabelas, *cadernização* [divisão em *cadernos*, ou partes temáticas] do jornal, organização mais racional e metódica que a tradicional da atividade produtiva na redação jornalística e muito mais” (2005, p. 17).

Cenas de capítulos do período foram muito bem registradas nas páginas da *Revista Imprensa*, ela mesma nascida no fim da década de 1980 com o intuito de discutir a profissão, algo até então inédito. Em seu primeiro número, de setembro de 1987, a revista discutia a credibilidade do jornalista, em patamares baixíssimos naquele momento. Em texto de apresentação, os editores afirmavam que a revista buscava “valorizar esta hoje combalida Instituição<sup>32</sup> [...], analisar, discutir, criticar” (Mattiussi *et al.*, 1987). A criação de *Imprensa* naquele contexto indica que também ela, a profissão, começava a preocupar-se em olhar para si.

Foi sob a marca de transformações significativas e aceleradas que o fazer jornalístico da década de 1980 se forjou no Brasil. Faz-se necessária a ressalva, entretanto, de que as mudanças no jornalismo aconteceram com ritmo e intensidade diferentes em distintos jornais de localidades variadas do país. Daí Barbosa (2024, p. 31) falar em “jornalisms” no período (e não seria diferente também mais tarde, em contextos outros): “o que há são jornalisms (em múltiplos sentidos) que adotam padrões próprios em temporalidades às vezes muito distantes em relação às transformações já experimentadas nos grandes centros” (*idem*).

Outro fenômeno que ocorre nessa toada é a criação – também pela *Folha de S.Paulo*, em setembro de 1989, do papel de *ombudsman*<sup>33</sup>, profissional pago pelo jornal para representar os interesses dos leitores. O primeiro *ombudsman* da *Folha* foi Caio Túlio Costa, com mandato de um ano, prorrogável por mais um, “como o responsável por ouvir os leitores e resguardar seus direitos” (*Folha* lança [...], 1989). “O que diferencia o *ombudsman* [...] é servir como intermediário para o pensamento dos leitores. [...] Isso por vezes provoca reações dos jornalistas. ‘Alguns deles gostam, outros não’, comenta Richard Harwood, o atual *ombudsman* do [‘jornal *The Washington Post*]’” (Estreia [...], 1989).

Eventos ocorridos ao longo dos anos 1980 são sentidos até hoje pelos profissionais e ajudaram a imprimir as características da atuação da imprensa na esteira da redemocratização que o país viveu naquele período. Segundo Bergamo,

---

<sup>32</sup> Em referência à imprensa.

<sup>33</sup> O termo tem origem no sueco, a partir da palavra *umboðsmaðr*, no idioma nórdico antigo, com significado de “representante” ou “representante do povo”; no contexto jornalístico, tem o sentido de “defensor do leitor” (Observatório da Imprensa, 2014); na *Folha*, foi apresentado como “procurador” dos leitores (Silva, 1989). Não é função exclusiva da imprensa e pode existir em empresas e órgãos públicos. O dicionário *Priberam* assim define o termo: “1. Cargo público destinado à defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; 2. Cargo, em órgãos de comunicação social ou em outras empresas, públicas ou privadas, destinado a receber e investigar queixas ou a estabelecer a comunicação entre a instituição e os seus usuários ou utentes [usuários]; 3. Pessoa que ocupa qualquer desses cargos” (Ombudsman, 2025).

[o]s anos de 1980 e 1990 representaram, para o jornalismo brasileiro, um período de profundas transformações no mercado de trabalho e também de intensos debates sobre a profissão, debates esses que ficaram marcados na memória de seus profissionais como o conflito entre “antigos” e “novos” jornalistas. Os “antigos”<sup>34</sup> seriam aqueles que já trabalhavam há *[sic]* certo tempo na profissão e, principalmente, não possuíam o “diploma de jornalista” [...] Os “novos” seriam justamente aqueles profissionais que haviam sido formados pelas recém-criadas escolas de jornalismo, cujo número aumentava com o passar dos anos (2020, p. 340).

Até 1979, a “profissão de jornalista”, institucionalizada como tal, não existia. Jornalistas da “velha guarda” eram os autodidatas, que se formavam na redação, no dia a dia, no gastar de sola. Naquele último ano da década de 1970, um decreto<sup>35</sup> passou a tornar obrigatório o diploma em curso de jornalismo para o exercício profissional – “jornalistas por canudo”, como já se cunhou. A lei previa, em seu artigo 4º, que a prática da profissão “requer prévio registro no órgão regional do Ministério do Trabalho, que se fará mediante a apresentação de: [...] III - diploma de curso de nível superior”. Aceitas para tal eram as carreiras de Jornalismo ou de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

O curso, porém, não era novidade: a atual Faculdade Cásper Líbero foi a primeira escola brasileira de jornalismo, criada bem antes, em 1947, no “Palácio da Imprensa”, edifício histórico no centro de São Paulo. Mas ainda eram poucas as opções para estudar a profissão no país. O decreto de 1979 mudou completamente a realidade.

**Tabela 1 – Escolas de jornalismo no Brasil**

Ano	Núm. escolas	Crescimento
1970	18	-
1980	51	183,33%
1990	61	19,61%
2000	137	124,59%
2010	317	131,39%

*Fonte: Elaboração própria (2025), a partir de dados de Mick & Lima (2013)*

<sup>34</sup> Curiosamente, os “antigos” eram os “novos” de um período anterior, as décadas de 1950 e 1960, quando, a exemplo do ocorrido nos anos 1980, também houve significativas transformações. Como ressalta Barbosa (2024, p. 17), contudo, “foram duas gerações com práticas e anseios profissionais que se situam em campos opostos”.

<sup>35</sup> Assinado pelo ditador Ernesto Geisel em março de 1979, o Decreto nº 83.284 regulamentava o Decreto-Lei nº 972 (de 1969), que discorria sobre o exercício da profissão de jornalista, tornando obrigatória a necessidade de diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão. A exigência vigoraria ao longo de três décadas, até o STF a derrubar, em 2009 (Brasil, 1969; Brasil, 1979; Supremo [...], 2009).

Segundo Mick & Lima (2013, p. 20), havia 18 cursos de jornalismo abertos até 1970 ainda em atividade em 2010; até 1980, 51; até 1990, 61; até 2000, 137; até 2010, 317<sup>36</sup>. Como é possível verificar na *tabela 1*, abaixo, o maior crescimento percentual observado (183,33%) ocorreu justamente no período imediatamente posterior à decretação da obrigatoriedade de diploma – o que é intuitivamente esperado.

A chegada de uma nova geração de jornalistas graduados nas escolas (e não na prática profissional) gerou atritos entre os mais velhos e os mais novos. Escreve Peixoto:

Se o “velho” jornalista não possuía formação especializada – e muitas vezes encontrava-se abrigado nas redações por razões políticas, sobretudo nos anos 60 e 70 –, o “jornalista de hoje”, mão-de-obra das grandes empresas jornalísticas, “aprendeu o ofício na escola, e não nas redações” [...] Polêmica também é a avaliação dessa nova geração pelos membros da geração anterior. Se não mais existe o completo “analfabeto” de outros tempos – sem formação regular –, perderam-se os valores básicos da profissão: a reportagem, o “jornalismo quente” (Peixoto, 1998, p. 32).

A antropóloga também evidencia que esse atrito se arrasta para a forma como a geração que não saiu das faculdades de jornalismo enxerga as escolas, reproduzindo falas de colegas que ouviu, segundo quem “os cursos são fracos, não formam o profissional competente”, ao passo que, para outros, “jornalismo não se aprende na escola” (Peixoto, 1998, p. 32). Ela também destaca uma frase recorrente: “o jornalista é, e sempre será, um autodidata” (*idem*, p. 33).

Costa (2008) assim aborda o tema: “[o]s bons contadores de histórias perderam espaço, brotaram os repórteres capazes de relatar com precisão quantos manifestantes haviam ocorrido a determinado evento [...]”. Ele mesmo dá pista para um olhar tecnicista dos novos jornalistas:

Nesse período, os entusiastas das novas normas, profissionais com brilhantes carreiras acadêmicas e nenhum sinal de poeira ou lama nos sapatos, cunharam a expressão “jornalismo impressionista”, usada de forma depreciativa para identificar as reportagens pintadas com as cores fortes da emoção. Queria-se, com isso, dizer que o jornalismo feito de pinceladas fortes, como nos quadros impressionistas, não podia retratar a verdade com a precisão exigida pelos novos tempos (Costa, 2008).

Para Clóvis Rossi, veterano jornalista da turma dos “antigos”, o fim da ditadura impôs às redações um novo padrão editorial (Niemiets, 2016, p. 314). O seguinte trecho de um livro de Rossi ilustra bem o sentimento:

Houve um momento em que o jornalista [brasileiro] era, frequentemente, um escritor frustrado. Apanhava um fato qualquer, jogava sobre ele a sua real ou suposta veia

<sup>36</sup> Considera o número de escolas de jornalismo *abertas até aquele ano* e ainda em atividade em 2010.

literária, descrevia-o quase livremente e dirigia-se ao bar da esquina para a interminável conversa a respeito da vida. Não havia horário de fechamento, não havia a concorrência do rádio e da televisão [...] O salário não importava tanto pois o jornalismo era mais um bico do que uma profissão [...] Acabou-se, também, a fase do jornalista que combate a censura ou a ditadura. Não há mais censura nem ditadura (Rossi, 1986, p. 16).

Se as redações viam atrito entre a velha guarda e os egressos das faculdades, do lado de fora, nas bancas, o cenário pedia celebração. A “distensão lenta, gradual e segura” da ditadura (nas palavras de Geisel), que se traduzia na redução da censura e numa “crescente autonomia da imprensa” (Peixoto, 1998, p. 35), foi permitindo um aumento no número de títulos e circulação. Segundo a antropóloga, “[a] grande imprensa passa [...] a abrigar jornalistas antes restritos aos veículos da imprensa alternativa, assim como intelectuais atuantes na academia” (*idem*).

Em 1986, por exemplo, a *Folha de S. Paulo*, que se consolidava como o jornal mais lido do país, via um crescimento de 80,2% no número de seus assinantes na capital paulista em relação a dois anos antes. Por comparação, no mesmo período, o principal concorrente local da *Folha*, *O Estado de S. Paulo* teve crescimento de 23,2% (Nas diretas [...], 1987).

A volta da democracia também favoreceu, na segunda metade da década de 1980, um crescimento rápido na circulação de jornais. Para além de veículos tradicionais, também se consolidaram e cresceram a imprensa alternativa, a sindical e a “de nicho”. São do período títulos como *Bizz* (de 1985, com foco em música e cultura pop), *Trip* (1986), *Veja São Paulo* (como encarte separado, em 1985); *Set* (1987, cinema), *Chiclete com Banana* (1985, humor/quadrinhos *underground*). Algumas delas perduraram por décadas.

Em conjunto, esses elementos permitem compreender os anos 1980 como uma década de transição profunda e ambígua para a imprensa brasileira. De um lado, a memória das redações barulhentas, improvisadas e intensamente politizadas – forjada sob censura, risco e precariedade – ainda funcionava como referência identitária para muitos. De outro, a informatização, a racionalização dos fluxos de produção, a exigência do diploma e a adoção de modelos editoriais mais padronizados introduziam uma nova lógica de trabalho, frequentemente percebida como fria, tecnicista e despersonalizada. Não se tratou de uma substituição imediata, mas de uma sobreposição tensa entre tempos, práticas e valores distintos.

Ao mesmo tempo, a redemocratização abriu espaço para uma expansão sem precedentes do ecossistema jornalístico. A grande imprensa cresceu, modernizou-se e ampliou sua influência. Paralelamente, floresceram veículos sindicais, publicações de nicho e revistas segmentadas, que

respondiam a novos públicos, linguagens e sensibilidades culturais. Esse movimento indica que a década não foi marcada apenas pela consolidação de modelos hegemônicos, mas também por uma diversificação significativa da oferta jornalística, favorecida pela abertura política, pelo crescimento do mercado editorial e pela redefinição do papel social da imprensa.

Mais do que um período de simples “modernização”, os anos 1980 configuram um momento fundador das tensões que atravessam o jornalismo brasileiro ainda hoje: entre técnica e intuição, empresa e vocação, padronização e experimentação, mercado e compromisso público. As disputas entre “antigos” e “novos”, entre o jornalismo “quente” e o “preciso”, entre a memória heróica da resistência e da fumaça e as exigências de uma profissão institucionalizada, ajudam a explicar por que esse período permanece tão presente nos discursos e nas práticas contemporâneas. Foi ali, nesse terreno instável, que se assentaram muitas das bases do jornalismo que se faria – e ainda se faz – no Brasil democrático.

### 2.3 O tráfico de bebês para adoção nos anos 1980

*Chega estampado, manchete, retrato/ Com venda nos olhos, legenda e as iniciais/ Eu não entendo essa gente, seu moço/ Fazendo alvoroço demais/ O guri no mato, acho que tá rindo/ Acho que tá lindo de papo pro ar (Chico Buarque, “O meu guri”)*

O tráfico de bebês é tema de pesquisa deste autor desde 2012, após um primeiro contato, ao acaso, dez anos antes, com uma pessoa que contou ser nascida no Brasil e adotada por pais estrangeiros; ela tinha sido traficada, como se saberia depois – a história está narrada, em primeira pessoa, num ensaio que nasceu nas aulas da disciplina *Comunicação, Cultura e Arte*, no 3º semestre do curso que a aprovação deste trabalho encerrará<sup>37</sup>. Nos últimos 14 anos, então, tem o autor se debruçado para tentar entender em profundidade o esquema criminoso organizado que tirava bebês recém-nascidos do Brasil, a movimentação ilegal de milhares de crianças, os nomes envolvidos, a atuação da polícia e da Justiça, o papel dos jornalistas e para conhecer histórias de vítimas – famílias biológicas e bebês adotados (hoje adultos), principalmente.

O contexto socioeconômico brasileiro naquele período, exposto no *item 2.1*, em grande parte colaborou para converter o país em celeiro e exportador de bebês. Por frio que pareça, a história do tráfico de recém-nascidos é uma história sobre oferta e demanda. Na demanda, casais

<sup>37</sup> O texto está no *Apêndice* e em [«https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/dissertação/ensaio»](https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/dissertação/ensaio).

estrangeiros buscando, por vezes de forma desesperada, a parentalidade<sup>38</sup>, e para isso recorrendo a todo tipo de caminho quando não podem fazê-lo por meios biológicos naturais. Na oferta, uma nação cuja miséria e tabus produziam bebês aos montes, com origem e feições diversas, gerando fenótipos para todos os gostos. A conta é simples: oferta e demanda mantêm o jogo em pé: enquanto houver uma, a outra estará ali. Quadrilhas tiraram proveito da matemática.

Como se viu, 47% da população brasileira era formada por menores de idade em 1984. Eram 63 milhões de brasileiros, segundo o IBGE. Parcela significativa deles, 36 milhões (57%) eram “carentes”. Em 1986, o jornal *O Globo* registrava que 20% dos “menores carentes” eram totalmente abandonados (IBGE: [...], 1986). O jornal também afirmava, naquela matéria, que,

[s]egundo estudos da Funabem<sup>39</sup>, apesar da quantidade de crianças abandonadas, o processo de adoção não busca resolver o problema da criança. Ao contrário, transformou-se “em tábua de salvação de casais estéreis, solitários ou com grandes problemas existenciais”. A capacidade de atendimento das instituições especializadas não supre a demanda de adoção, porque, de acordo com o estudo, os casais buscam apenas “o filho idealizado”. Há flagrante rejeição da cor – a maioria tem expectativa de achar “bebês brancos” (IBGE: [...], 1986).

“Diante dessa situação” – ainda conforme registrado no jornal fluminense – “proliferam as quadrilhas de comércio e tráfico de menores, voltadas para casais estrangeiros que pagam em dólar. Em média, uma criança custa cerca de US\$ 8 mil [...]” (IBGE: [...], 1986).

Outra matéria do mesmo ano e jornal apresenta agentes federais, não nomeados, segundo quem o tráfico de bebês no país existia “por duas causas”:

A primeira razão é porque a adoção demora muito tempo, atrasada por cuidados especiais com os bebês e burocracia. A segunda causa é a vontade dos estrangeiros de adotarem

---

<sup>38</sup> Embora reconhecendo os diferentes significados do termo, usa-se “parentalidade” aqui em referência ao *desejo da mulher ou do homem de exercer o papel de mãe ou pai*, equivalente ao termo em inglês “*parenthood*”, mas não ao termo “*parenting*”, este último mais associado ao processo ativo de criar uma criança. Por outro lado, o termo “*parenthood*” guarda mais relação com o “estado de ser mãe ou pai”. Segundo Langaro & Pretto (2015, p. 131), entende-se que maternidade e paternidade são “aspectos de um mesmo fenômeno e, por isso, indissociáveis”. Daí, como as autoras, a opção pelo uso do termo neste sentido.

<sup>39</sup> A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor foi uma entidade federal brasileira que coordenava políticas para crianças e adolescentes.

bebês brancos, às vezes até de olhos claros<sup>40</sup>, que raramente são encontrados nas instituições brasileiras (O tráfico [...], 1986).

Em 1988, o juiz de Menores<sup>41</sup> Niveo Geraldo Gonçalves apontava uma razão adicional para o interesse de casais estrangeiros especificamente pelo Brasil: a facilidade de sair do país com crianças: “No Brasil é bastante fácil adotar uma criança como filho legítimo<sup>42</sup> e, em seguida, deixar o País pelas fronteiras normais ou pelo Paraguai, em particular” (Juizado [...], 1988).

Mas a história do tráfico de crianças não é só feita da frieza de compreender o que a torna possível. Trata-se, afinal, de uma história de vidas roubadas, futuros desapropriados, direito à origem<sup>43</sup> extirpado e muita dor. É uma história com múltiplas vítimas: os bebês traficados, hoje adultos em busca de suas raízes. Em referência às condições de vida nos países em que foram adotados, uma matéria do *Diário Catarinense* lembrou que “[m]esa farta, educação e carinho não preencheram todos os espaços. Estes jovens querem ter identidade, um rosto próprio” (Descoberta [...], 2012). Também são vítimas as mães biológicas (*elas*, principalmente) que vivem com culpa, dúvida e medo. São vítimas, igualmente, os pais adotivos, assombrados pelo temor de que, ao descobrir terem sido “comprados”, os filhos se voltem contra eles (o que não é

---

<sup>40</sup> Muito se falou, naquele período, e também muito se fala atualmente sobre a suposta busca por bebês com traços como pele branca, olhos e cabelos claros – em outros termos, um fenótipo europeu. Não há, porém, evidências de que essas características fossem determinantes nas adoções – legais ou ilegais. De fato, o contato do autor com vítimas daquele período tem mostrado que a maioria dos adotados no exterior não segue esse “padrão”. Em 1986, um juiz de Menores de Fortaleza afirmou que “os *brasileiros*, geralmente, fazem restrições ao tipo de criança, o que não ocorre com estrangeiros, que aceitam crianças de cor e até com problemas mentais” (Exportação [...], 1986, grifo do autor). Segundo Houdali e Pires (2009), estrangeiros, em geral, são “indiferentes a raça, estando dispostos a adotar crianças pardas e negras, bem como não se importam em adotar irmãos”. Para eles, enquanto os estrangeiros desejam, principalmente, ser pais, entre os brasileiros é mais importante “criar a ilusão de família natural, tendo como objetivo adotar bebês brancos e saudáveis, nos primeiros seis meses de vida”.

<sup>41</sup> A mudança do nome *Juizado de Menores* para *Vara da Infância e da Juventude* ocorreu de forma gradual, impulsionada pela CF88 e pelo ECA; a nova nomenclatura buscava se distanciar do termo “menor”, de conotação discriminatória e considerado inadequado, passando a adotar uma visão de proteção integral das crianças e adolescentes, que, pela nova legislação, são considerados sujeitos de direitos, não mais objetos de tutela (Brasil, 1988; Brasil, 1990). A título de curiosidade, o primeiro Juizado de Menores do Brasil (e da América Latina) surgiu em 1923, no Rio de Janeiro, então capital (Souza, 2023). No mundo, o primeiro foi a *Juvenile Court of Cook County*, criada em 1899 nos EUA (*Juvenile* [...], 2023).

<sup>42</sup> Conhecida como “parto suposto” ou, mais popularmente, como “adoção à brasileira”, a prática é crime no Brasil, conforme o artigo 242 do Código Penal, que estipula pena de prisão de 2 a 6 anos a quem “[der] parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil [...]” (Brasil, 1981). A lei prevê como atenuante o crime ocorrer “por motivo de reconhecida nobreza”, o que, segundo Fonseca (2012, p. 16), “reflete a tolerância generalizada pela prática”.

<sup>43</sup> O art. 48 do ECA prevê o direito de pessoas adotadas a obter acesso a informações sobre seu processo de adoção, bem como de conhecer sua família biológica (Brasil, [1990]). Uma resolução de 2019 criou o mecanismo por meio do qual as autoridades brasileiras recebem e processam pedidos de acesso a tais informações por adotados que residem no exterior (Brasil, 2019b; Brasil, 2020).

incomum): “Ao aproximarem-se da velhice, convivem com a culpa por terem em casa filhos comprados no Brasil, que sofrem para remendar o passado” (Foltran, 2012a, p. 32).

Por vezes, são vítimas também pessoas vulneráveis cooptadas pelo esquema, como foi o caso de uma jovem que acabara de perder o “pátrio poder”<sup>44</sup> sobre seu filho quando foi aliciada para raptar a filha de uma outra mulher e repassá-la a uma quadrilha que a venderia por milhares de dólares<sup>45</sup>. Em março de 1985, o jornal curitibano *Correio de Notícias* revelava (Confirmada [...], 1985) que Marlene Severino da Silva, integrante da quadrilha de Arlete Hilú, era um dos casos de “pessoas paupérrimas” que “vinham sendo utilizadas por Arlete”, segundo a polícia.

Foltran (2012b, p. 31) lembra que o tráfico “enriqueceu os ‘capos’ [...], que, beneficiados pela legislação da época, cumpriram penas irrisórias na cadeia e conseguiram manter parte dos bens adquiridos com a venda de crianças”. Em 1985, 58 bebês foram localizados pela PM do Paraná “em casas de pessoas de baixo poder aquisitivo, que eram contratadas pela quadrilha para cuidar dos menores até a entrega a seus pais adotivos” (Falsa [...], 1986).

Segundo estimativas otimistas da polícia, 3 mil crianças podem ter sido retiradas do país ilegalmente *por ano*, principalmente de 1985 a 1988, ou 12 mil bebês (Foltran, 2012b). Outros falam em números ainda maiores: em 1986, João Santos Filho, que fora presidente da Comissão Nacional do Menor<sup>46</sup>, afirmou à imprensa que só a quadrilha de Arlete Hilú, a mais ativa e conhecida, comercializava “cerca de dois mil bebês por mês” (Há estrangeiros [...], 1986).

Os preços cobrados pelos bebês podiam variar de 10 mil a 40 mil dólares cada (Foltran, 2012b; Bebê [...], 1986). Em termos atuais, considerando inflação e câmbio, significa dizer que uma criança poderia custar entre 160 mil e mais de meio milhão de reais.

<sup>44</sup> Fora de uso desde que a Lei nº 12.010/09, substituiu a expressão por “poder familiar”, o termo “pátrio poder” ainda era utilizado nos anos 1980, em referência à sujeição dos filhos menores de idade aos pais. Assim, a ideia de “perder o pátrio poder” está associada à sanção imposta aos pais (ou individualmente a um deles) “que faltarem com os deveres em relação aos filhos” (Torres *et al.*, 2012, p. 214). O ECA (Seção II) e o Código Civil (Seção III), regulamentam os casos que podem incorrer na perda (ou destituição) do poder familiar, como abandono, maus-tratos, exploração e/ou descumprimento dos deveres parentais; um dos itens, incluído pela Lei nº 13.509/2017, prevê a destituição para quem “entregar de forma irregular o filho a terceiros para fins de adoção” (Brasil, [1990]; Brasil, 2002; Brasil, 2009; Brasil, 2017).

<sup>45</sup> O caso Bruna foi amplamente noticiado à época: a menina, com apenas 4 meses de idade, foi raptada por Marisa Vieira, que se passara por babá para ter acesso à casa da família da bebê. Presa, chegou a afirmar (Justiça [...], 1988) que seu crime merecia pena de morte (dispositivo inexistente no Brasil). Descobriria-se mais tarde que ela havia perdido o *pátrio poder* (poder familiar) sobre seu próprio filho.

<sup>46</sup> A Comissão Nacional do Menor (CNM) foi um órgão federal de caráter normativo, consultivo e coordenador, criado no contexto do regime militar para formular e articular a política nacional voltada à “questão do menor”. Era responsável por definir diretrizes nacionais, coordenar ações entre União, estados e municípios e assessorar o poder executivo em temas ligados à infância “em situação irregular”. Com a CF88 e o ECA, a CNM foi perdendo força até que, em 1991, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) enterrou o órgão. O Conanda, herdeiro da CNM, representa um modelo institucional completamente diferente (Brasil, 1991a).

**Tabela 2 – Valores amortizados em dólares e convertidos**

<b>Valor (USD)</b>	<b>Ano</b>	<b>2025 (USD)</b>	<b>2025 (BRL)</b>
\$10.000,00	1985	\$29.977,79	R\$162.779,40
\$10.000,00	1988	\$27.266,36	R\$148.056,33
\$40.000,00	1985	\$119.911,15	R\$651.117,54
\$40.000,00	1988	\$109.065,43	R\$592.225,28

Fonte: *Elaboração própria (2025), com dados dos sites US Inflation Calculator e Conversor de Moeda XE*<sup>47</sup>

É difícil dizer quando o tráfico de bebês teve início no Brasil – alguns afirmam que Hilú começou a atuar em 1968<sup>48</sup> –, mas é correto apontar a década de 1980 como o período em que mais crianças foram retiradas ilegalmente do país com a finalidade específica de adoção.

Vale ressaltar que a adoção internacional é um dispositivo previsto na lei brasileira<sup>49</sup>, mas condicionada a regras que protegem os interesses da criança. É perfeitamente possível adotar legalmente uma criança de fora do país tanto quanto o é um estrangeiro adotar uma criança brasileira – mas o processo é, justamente em função dos cuidados que a lei exige, lento e, por vezes, burocrático. De fato, dados da PF da época mostram que 3 mil crianças brasileiras eram adotadas – legalmente – por ano por casais estrangeiros (Drama [...], 1988), mostrando que essa movimentação não ocorria apenas no âmbito da criminalidade.

\* \* \*

Nos anos 1980, como se viu no *item 2.1*, o Brasil passava por percalços que cobravam preço altíssimo das parcelas mais pobres da população. Se a situação herdada da ditadura militar fazia estragos na classe média, nos estratos mais vulneráveis o problema era imensamente mais preocupante. Para crianças e adolescentes brasileiros, a década de 1980 representou um dos períodos de maior vulnerabilidade social desde o início do século 20. O país enfrentava inflação crônica, recessão, desemprego e aprofundamento da miséria urbana – contexto que afetava especialmente famílias pobres com crianças pequenas.

<sup>47</sup> Taxas cumulativas de inflação nos Estados Unidos, de acordo com o site *US Inflation Calculator* (<https://www.usinflationcalculator.com/>): 1985/2025: 199,8%; 1988/2025: 172,7%; valor do real brasileiro frente ao dólar estadunidense válido para 8 ago. 2025, segundo o site <https://www.xe.com/pt/currencyconverter/>: R\$ 5,43 (valores meramente referenciais).

<sup>48</sup> Gangue [...], 1986.

<sup>49</sup> A Subseção IV do ECA (Brasil, [1990]) discorre longamente sobre a adoção, regulamentando a adoção internacional a partir de seu art. 51.

O relatório do Unicef<sup>50</sup> *A Situação Mundial da Infância 1987* apontava o Brasil entre países em que “a desnutrição, o baixo peso ao nascer e a mortalidade infantil estão aumentando entre os pobres” (Unicef, 1987, p. 2). O país tinha 1/3 do total de 1 milhão de crianças que morriam por ano nas Américas Central e do Sul (*idem*, p. 28) e metade das nossas crianças sofriam com algum grau de subnutrição (*ibidem*).

Antes da promulgação do ECA<sup>51</sup>, a lógica jurídica dominante era a da “situação irregular”, prevista no *Código de Menores* de 1927<sup>52</sup>, segundo o qual a criança pobre era vista como objeto de intervenção estatal, e não como sujeito de direitos. A institucionalização em abrigos, internatos e juizados era o destino frequente de crianças cujas famílias enfrentavam miséria, doença, pobreza extrema ou simplesmente o juízo moral das autoridades. Essa lógica se articulava a uma tradição de controle moral sobre a maternidade pobre, sobretudo de mulheres jovens, negras, periféricas, migrantes e solo.

Num artigo de 2012 em que busca compreender as “mães abandonantes”<sup>53</sup>, a antropóloga Claudia Fonseca traz pistas que ajudam a explicar por que crianças eram entregues em adoção no contexto brasileiro dos anos 1950-1970: “a falta de autonomia legal e econômica das mulheres, uma moralidade sexual repressiva e a instabilidade geográfica e conjugal associada à pobreza” (Fonseca, 2012, p. 13). Soejima e Weber destacam que o “abandono” de crianças se dá num contexto de proibição legal do aborto, miséria, falta de esclarecimento à população e falta de amparo familiar. E lembram: “[a] maioria dos abandonos se dá por mães jovens (entre 15 e 20 anos), solteiras, com dificuldades financeiras, sem apoio do parceiro e da família” (2008, p. 175).

Desde fins da década de 1970, era comum o Estado retirar bebês de mães que assistentes sociais, médicos e juizes consideravam “incapazes”, muitas vezes sem consentimento livre e informado. Embora, como reconhece a antropóloga (*idem*, p. 17), “o movimento feminista [dos anos 1980], insuflado pela expansão de movimentos sociais, passa a abrir novos espaços para a mulher brasileira”, na prática a situação não mudou para aquelas em situação de vulnerabilidade.

<sup>50</sup> Fundo das Nações Unidas para a Infância.

<sup>51</sup> Antes do ECA, o *Código de Menores* (Brasil, 1927), sancionado pelo então presidente Washington Luís (1926–1930), estabeleceu normas para o tratamento legal de crianças em situações de vulnerabilidade social ou que tivessem cometido atos infracionais, introduzindo um sistema de justiça juvenil para lidar com “menores” em conflito com a lei e, pela primeira vez, estabelecendo 18 anos como idade de maioridade penal (Westin, 2015).

<sup>52</sup> Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979 (Brasil, 1979b).

<sup>53</sup> O artigo *Mães “abandonantes”: fragmentos de uma história silenciada* investiga em profundidade a relação entre filhos dados em adoção e suas mães biológicas nos anos 1950 a 1970. É um trabalho fundamental para entender o contexto que permitiu, mais adiante, o surgimento e a proliferação de quadrilhas especializadas no tráfico de bebês.

Fonseca cita Maria das Graças Türck para ressaltar que, ainda nos anos 1980, até um quarto das mulheres que procuravam juizados de Menores para entregar filhos em adoção “não tinha informado o pai da criança quanto à gravidez” (Türck, 1991 *apud* Fonseca, 2012, p. 22). Em 1986, reportagem de *O Globo* trazia a fala de um gestor de maternidade, segundo quem 9 em cada 10 dos 8.329 bebês nascidos no ano anterior naquela unidade eram filhos de mães solteiras, “concebidos em relações sexuais fortuitas” (Bebê [...], 1986). O médico afirmava que “as mães já chegam à maternidade dispostas a entregar o filho, seja porque o pai não assumiu, seja porque a avó já não pode ajudar a criá-lo, especialmente quando é o segundo” (*idem*).

A fronteira entre abandono, tutela estatal e subtração institucionalizada de bebês era porosa – e o quadro era agravado com a miséria e vulnerabilidade da população. Essa situação permitiu o florescimento de práticas que passaram a ser denunciadas nos anos 1980 como adoção à brasileira, exportação de bebês e “tráfico legal de crianças”<sup>54</sup>. No conjunto, esses elementos contribuíram para que o país se tornasse terreno fértil tanto para a violação sistemática dos direitos da criança quanto para a captura ilegal de bebês por redes que atuavam com a conivência de agentes públicos, hospitais, cartórios e intermediários, e que se aproveitavam da ausência de um sistema de proteção integral.

A matéria do jornal *O Globo* de 1986 ainda menciona a corrupção em estabelecimentos de saúde, “que em troca de dinheiro[,] concedem atestados, transformando mães adotivas em verdadeiras”, e em repartições como cartórios, “que, também por dinheiro, passaram a realizar processos de adoção simples<sup>55</sup> – que só são permitidos para brasileiros – por estrangeiros interessados” (Bebê [...], 1986).

O período imediatamente anterior à década de 1980 viu um crescimento no número de instituições, especialmente de teor religioso, que davam assistência a mulheres grávidas desamparadas – muitas dessas entidades, conforme Fonseca, teriam ajudado a *evitar* a entrega de bebês em adoção. Nos anos 1980, entretanto, a coisa mudou de figura:

[...] nos anos 1980, o campo<sup>56</sup>, que até então tinha sido da alçada de organizações religiosas e filantrópicas, passou a ser visitado por advogados que podiam ganhar

<sup>54</sup> O termo “tráfico legal de crianças” faz referência à prática institucionalizada de movimentar crianças à sombra da lei, como se registrou no período, com decisões e ações de magistrados, cartoriais etc. Sobre isso, v. Abreu, 2002.

<sup>55</sup> A adoção simples, herança do *Código Civil* de 1916 (Brasil, 1916) e do *Código de Menores* (Brasil, 1979b), mantinha vínculos anteriores da criança e era revogável; regida pelo ECA, a adoção plena rompe totalmente os vínculos com a família biológica e cria parentesco com a família adotiva, é irrevogável e confere direitos iguais aos de um filho consanguíneo.

<sup>56</sup> Em referência ao trabalho assistencial de entidades que visavam amparar mulheres grávidas.

confortavelmente a vida intermediando adoções. Uma vez contaminada pela possibilidade de dinheiro grosso, a adoção passou a ser assombrada pelo fantasma do “tráfico”. Voavam boatos de que tal orfanato “vendia” bebês por Cr\$ 120.000,00 (ou US\$ 50.000, o que soava mais sinistro ainda). A partir daí, praticamente todas as instituições que lidavam com bebês de mães pobres passaram a ser suspeitas (Fonseca, 2012, p. 29).

Domingos Abreu, autor de livro de referência sobre o tema, lembra que, embora a adoção internacional precisasse de uma formalidade e legalidade que eram dispensados nas adoções no Brasil (afinal, as famílias estrangeiras precisavam que um passaporte fosse emitido para o bebê adotado poder sair do Brasil e entrar em seu novo país), isso “não significa que a adoção internacional tenha ocorrido dentro da mais estrita consonância com a lei” (Abreu, 2002, p. 52). Daí, explica, o papel central que juizados de Menores passam a desempenhar, transformando-se “em lugares onde as adoções internacionais começaram a ser realizadas” (*idem*). Os juízes de Menores entram em cena num processo que, a rigor, não deveria ficar nas suas mãos.

Ainda segundo Abreu, “a grande maioria dos operadores da lei [entre eles os juízes] não percebe as irregularidades em torno da adoção como algo criminoso”, preferindo romantizar a adoção. “Caso o juiz não fosse contra a adoção internacional, ele não colocaria muitos problemas para que os advogados realizassem este tipo de procedimento”. Para muitos desses juízes, seu carimbo significava permitir que uma criança brasileira abandonada fosse adotada por pessoas para que fossem “salvos” da miséria, lares desestruturados, pais drogados e mães prostitutas etc., indo para países em que seriam “criad[o]s como príncipes, com todo conforto, educad[o]s, amad[o]s, com acesso aos melhores cuidados médicos” (Abreu, 2002, p. 53).

A socióloga Irene Rizzini fundou, em 1984, com sua irmã, Irma Rizzini, o Centro de Estudos sobre o Menor (Cesme), embrião do que mais tarde seria o Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Cespi), da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro. No prefácio de um livro publicado às vésperas da instalação da Assembleia Constituinte no país, em 1987, Irene fazia um retrato tão doloroso quanto real sobre a situação da infância no país<sup>57</sup>:

[...] De cada cinco crianças que nascem por dia, quatro nascem em famílias pobres. Mais de sessenta [por cento] deles pertencem a famílias que têm um rendimento familiar *per capita* [de] até meio salário mínimo<sup>58</sup>; [...] [s]eu direito à vida é constantemente posto à

<sup>57</sup> Os dados apresentados no trecho transcrito são ilustrativos e buscam apresentar um panorama mais abrangente sobre a situação de crianças e adolescentes brasileiros – não foram, por isso, verificados individualmente pelo autor; em se tratando de prefácio, Rizzini não cita fontes.

<sup>58</sup> O salário mínimo era de 2.550 cruzados mensais em 1º de dezembro de 1987 (Brasil, 1987). O valor corresponde a R\$ 425 de 2025. A título de curiosidade, que também ajuda a ilustrar a corrida de reajustes para tentar aplacar a hiperinflação, o salário mínimo começou aquele mesmo 1987 valendo 964,80 cruzados, equivalentes a R\$ 160,80.

prova: 38 mil crianças morrem por dia, sendo que pelo menos 800 delas não chegam a completar um ano de vida; [...] [a] pesar de crianças, a eles é negado o direito até de ser criança: cerca de 20% das famílias brasileiras têm sobrevivido graças ao trabalho de seus filhos, que com frequência têm menos de dez anos de idade; [...] [s]oamente 10% dos menores frequentam o pré-escolar e um terço deles encontra-se fora da escola na faixa etária de 7 a 14 anos. Um quinto dos menores que trabalham têm que abandonar a escola porque precisam trabalhar (Rizzini, 1984, p. 18).

O trecho revela algumas mazelas das crianças pobres brasileiras naquele período. São só algumas delas. O livro, *Malditos frutos de nosso ventre*, do jornalista Carlos Alberto Luppi, é ele todo dedicado a mostrar como o “menor” brasileiro estava longe das prioridades de políticas públicas – vale lembrar que o principal mecanismo de proteção à infância ainda não existia: o ECA só viria a ser em 1990, fruto do artigo 227 da Constituição Federal que, também ela, àquela altura ainda estava começando a ser confeccionada. Professava<sup>59</sup> assim o artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

A realidade na década de 1980 não poderia estar mais distante do que aquele ideal que a Carta Magna estipularia em 1988. São diversos os aspectos que ajudam a entender a situação do infante brasileiro no período – Luppi faz, em seu livro, belíssimo trabalho dissecando cada um.

Para o que se pretende aqui, um enfoque é necessário: o que dedica olhar ao “adotável”. Luppi explica que, embora teimasse a opinião pública da época pelo contrário, crianças abandonadas não perfaziam a maioria das “internadas” em instituições de acolhimento ao menor (SAM, Funabem, Febem etc.<sup>60</sup>) “A grande maioria compõe-se de crianças vítimas do sistema de internamento e cujo distanciamento familiar [...] as coloca, na realidade, na situação de ‘abandonadas’, sem que, juridicamente, sejam consideradas como tal”, escreve Luppi (1987, p. 167). Eram crianças não elegíveis para adoções. De fato, apenas 10% delas o eram.

<sup>59</sup> Uma emenda de 2010 mudaria a redação do artigo 227 para contemplar a juventude: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade [...]” (Brasil, 2010).

<sup>60</sup> Tratam-se de organizações que existiram no Brasil para atender crianças e adolescentes em vulnerabilidade: o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) foi criado em 1941 para prestar “amparo social a menores desvalidos e infratores no Brasil”; a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) surgiu para substituir o SAM em 1964, tomando a responsabilidade por formular e implementar a política nacional de bem-estar da infância brasileira; a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem) é o nome das organizações estaduais de acolhimento – em São Paulo, mudou o nome para Fundação Casa (Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente). São diferentes fases de um mesmo modelo de política pública voltada para a infância e adolescência, criticado e denunciado por violação de direitos humanos, maus tratos, repressão etc.

A burocracia “quase insanável” que essas crianças e adolescentes enfrentavam para *quiçá* serem um dia adotados desenha a base sobre a qual sua venda começa a se tornar meio de vida de quadrilhas que intensificam suas atividades na mesma velocidade com a qual as famílias se empobrecem. “Em grande número de casos, pais abrem mão do *pátrio poder* – depois de receberem quantias em dinheiro em favor de casais estrangeiros, através de ‘intermediários’ que faturam alto com isso – com a aquiescência de elementos da Justiça de Menores” (Luppi, 1987, p. 168). Trata-se da exata descrição de como operava a quadrilha liderada por Arlete Hilú, personagem central na pesquisa do autor e, como se verá adiante, nome importante também para compor o *corpus* deste estudo.

O jornalista, reconhecido por se dedicar ao tema da infância e muito premiado com reportagens sobre direitos de crianças e adolescentes (Carlos [...], 2014), menciona, no livro (1987, p. 168), um ex-presidente da Funabem que dizia acreditar que 15 mil crianças brasileiras teriam sido vendidas para fora do país só em 1985. Luppi também cita a socióloga Irene Rizzini, que dizia haver, naquele momento, mais barreiras do que encorajamento à adoção. Ela ainda apontava que o número de crianças abandonadas, porém, não parava de crescer.

Embora o Brasil tenha se tornado destino buscado por adotantes estrangeiros nos anos 1980, o país não era um caso isolado. Na realidade, integrava uma constelação global de nações exportadoras de bebês, todas elas marcadas por pobreza estrutural, desigualdades, estigmatização da maternidade solteira e ausência de mecanismos transparentes de adoção. No contexto brasileiro, escândalos revelaram fluxos sistemáticos de recém-nascidos enviados para Israel, países da Europa e América do Norte, principalmente, em geral por meio da falsificação de documentos, apagamento de origem e pagamentos ilícitos.

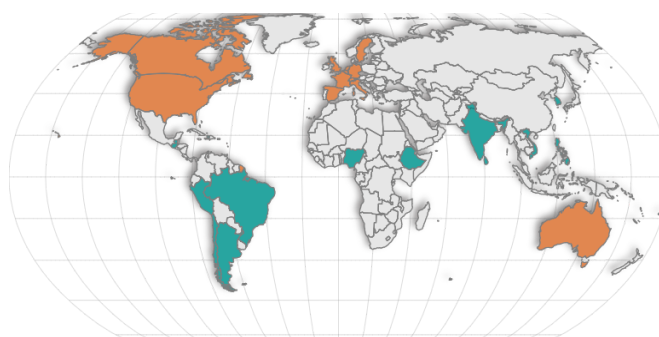
Casos como o de Hilú, que agia em Curitiba, explicitam o grau de profissionalização dessas redes: apartamentos para armazenar bebês, pacotes turísticos vendidos a estrangeiros por milhares de dólares, suborno de juizes e médicos e falsificações em série de certidões de nascimento. Hilú foi a maior traficante de bebês de que se tem notícia.

O que se via no Brasil, fartamente documentado em recortes de imprensa que dão base à pesquisa que deu origem a este trabalho, também existia em diversos países durante a mesma época, num padrão global de tráfico de bebês para adoção internacional, operando de modo quase industrial. O paralelo reforça a tese: não se tratava de uma especificidade brasileira.

No Sri Lanka, no sul asiático, milhares de bebês foram traficados nos anos 1980 por redes que mantinham *baby farms*<sup>61</sup> para famílias europeias, especialmente nos Países Baixos e na Suécia (Barn & Mansuri, 2019). Em Taiwan, na Ásia oriental, o caso de Chu Li-ching revelou um esquema em que ao menos 63 bebês foram vendidos para os EUA, a Austrália e a Europa (*Chu Li-ching infant trafficking case*, 2026).

Na Guatemala, com os *baby brokers*<sup>62</sup>, dezenas de milhares de crianças, muitas raptadas ou obtidas mediante fraude, foram enviadas aos EUA (Nolan, 2024). O Chile (1973–1990) e a Argentina (1976–1983), durante suas ditaduras militares, viram milhares de bebês serem retirados de suas mães (ou declarados mortos) e enviados ao exterior, parte sob o manto de adoções internacionais (Piñeda, 2024; Tondo *et al.*, 2023). A Coreia do Sul, por sua vez, consolidou-se como o maior exportador mundial de crianças nas décadas de 1970 e 1980, enviando mais de 66,5 mil delas apenas entre 1980 e 1989, muitas recém-nascidas (*International adoption of South Korean children*, 2026). O mapa a seguir mostra, de forma ilustrativa, alguns dos países de onde saíam (em verde) e para onde iam (em cor de laranja) os bebês no período.

**Gráfico 4 – ‘Importadores’ e ‘exportadores’ de bebês nos anos 1980<sup>63</sup>**



*Fonte: Elaboração própria (2025)*

Há uma clara convergência de fatores entre os diferentes casos: ditaduras, pobreza extrema, estigmatização de mães solteiras, sistemas muito frágeis de bem-estar, alta demanda internacional por bebês e ausência de regulação consistente. Nações com sistemas mais robustos

<sup>61</sup> “Fazendas de bebês”, em referência a localidades nas quais mulheres gestantes ficavam à espera de parir bebês que seriam posteriormente vendidos pelas quadrilhas. Houve registros semelhantes também no Brasil no período.

<sup>62</sup> “Intermediários de bebês”, em referência a pessoas cuja função era conseguir os recém-nascidos para o tráfico.

<sup>63</sup> O mapa é meramente ilustrativo e não se pretende exaustivo; mostra apenas países mencionados no texto – outros países podem ter “exportado” ou “importado” bebês no período.

de proteção à infância, ou sem histórico de adoções transnacionais em larga escala, não produziram fluxos equivalentes – na verdade, estavam na outra ponta do comércio de bebês.

\* \* \*

O tráfico de bebês – e este trabalho vai sempre se referir a ele com a finalidade específica de *adoção ilegal*<sup>64</sup> – é só uma de várias facetas de um crime cruel e desumano, o tráfico de pessoas. Seres humanos são traficados a diário. Segundo o *Painel de Dados sobre Tráfico de Pessoas* do nosso Ministério da Justiça e Segurança Pública<sup>65</sup>, as vítimas brasileiras são, principalmente, usadas como mão de obra para trabalho análogo à escravidão (40,9% dos casos em 2024) e para exploração sexual (31,5%); homens/ meninos e mulheres/ meninas, respectivamente, são as principais vítimas (Brasil, 2025c). Adoção ilegal é o fim de 6% (*idem*).

Em novembro de 2025, uma única operação da Interpol<sup>66</sup> contra o tráfico humano prendeu mais de 3,7 mil pessoas em 119 países, incluindo o Brasil (Interpol [...], 2026). De acordo com o secretário-geral da Interpol, Jurgen Stock, globalmente as quadrilhas faturam até 3 trilhões de dólares por ano com o tráfico humano (Magramo, 2024), valor próximo ao PIB francês (FMI, [2025?]) – a França era, em dezembro de 2025, a 7ª maior economia do mundo (Farias, 2025). É um problema global generalizado, que, só em lucros, gera 236 bilhões de dólares anualmente, de acordo com a OIT<sup>67</sup> (*Annual* [...], 2024).

Segundo um relatório do UNODC<sup>68</sup>, o número de vítimas de tráfico humano creceu 25% em 2022 em relação a antes da pandemia de covid-19. “O número global de crianças vítimas detectadas aumentou 31% em 2022, em comparação com 2019, com um aumento de 38% entre meninas” (Relatório [...], 2024). O tráfico humano é um crime de alcance global e altamente lucrativo – segundo Volker Turk, alto comissário de Direitos Humanos da ONU, trata-se da terceira atividade ilegal mais lucrativa que existe (Tráfico [...], 2023), atrás do comércio de drogas e de armas, com o qual compartilham rotas, inclusive.

<sup>64</sup> Há parcela significativamente menor de casos de tráfico de bebês para extração e comércio de órgãos, atividade criminosa da qual já se suspeitava ao menos desde a década de 1980. O foco deste trabalho e da pesquisa ampla do autor sobre o assunto é, entretanto, o tráfico internacional de bebês brasileiros objetivando única e exclusivamente sua adoção ilegal/irregular por famílias estrangeiras.

<sup>65</sup> O *Painel de Dados sobre Tráfico de Pessoas* do Ministério da Justiça e Segurança Pública pode ser consultado em «[<sup>66</sup> Organização Internacional de Polícia Criminal.](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMTE3NzA4NWItZDJmOC00NDEzLWJhNmMtNWJiYjY3NjJhZDUyIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTO0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9».</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

<sup>67</sup> Organização Internacional do Trabalho.

<sup>68</sup> Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

No artigo 3º do *Protocolo de Palermo*<sup>69</sup>, o tráfico humano é definido como

o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração [...] (Brasil, 2004).

O documento estipula que, no caso de crianças, as condições de ameaça ou coação descritas na definição nem são exigidas para configurar tráfico humano – justamente em função da situação de vulnerabilidade das vítimas. Ou seja, nem é preciso ocorrer uso de força ou rapto, por exemplo, para que o caso seja tratado como tráfico de pessoas, e isso se aplica a qualquer indivíduo de até 18 anos incompletos – quanto mais a bebês recém-nascidos.

O tráfico humano deve ser compreendido como fenômeno multivetor, em que pobreza, conflitos armados, migração forçada, crises humanitárias e desigualdades de gênero e raça se articulam para produzir vulnerabilidades profundas. Segundo o Unicef e o ICAT<sup>70</sup>, crianças são desproporcionalmente afetadas, representando quase um terço das vítimas identificadas em todo o mundo. Em contextos de conflito, busca de refúgio, deslocamentos forçados ou colapso institucional, o risco aumenta de forma dramática.

Segundo a OIT, 40,3 milhões de homens, mulheres e crianças são vítimas de tráfico humano *por ano* (DHT, [2026?]). A organização reconhece que a realidade pode ser pior, considerando subnotificações e os casos desconhecidos das autoridades. O número é mais alto do que a população inteira do Canadá ou do Afeganistão em 2024. É, ainda, 3,5 vezes maior do que o número de habitantes da cidade de São Paulo, a mais populosa do Brasil; de fato, chega perto do total da população do *estado* de São Paulo, também este o mais populoso do país<sup>71</sup>.

De acordo com o UNODC, houve uma leve (e inédita em 20 anos) redução no número de casos de tráfico humano em 2020 em relação ao ano anterior (11%) – a pandemia de covid-19 limitou as oportunidades para traficantes mas também reduziu a capacidade de detecção do crime, o que pode explicar a queda. Na prática, é um crime que só cresce: ainda segundo o

<sup>69</sup> Oficialmente conhecido como *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças*, o documento, assinado em Palermo (Itália) em 2000, foi ratificado pelo governo brasileiro em 2004 (Brasil, 2004).

<sup>70</sup> O *Inter-Agency Coordination Group Against Trafficking in Persons*, ou Grupo Interinstitucional de Coordenação contra o Tráfico de Pessoas, é um órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU).

<sup>71</sup> A população afegã em 2024 era de 40.121.552 pessoas em 2024, enquanto o Canadá tinha 38.794.813 habitantes; no *ranking* global de população, o Afeganistão ocupa o 36º lugar e o Canadá, o 37º (CIA, [2026?]). A cidade de São Paulo tinha 11.451.999 pessoas em 2022; o estado de São Paulo, 44.411.238 (IBGE, [2026?]).

UNODC, o tráfico de pessoas é um dos crimes com crescimento mais rápido no mundo, juntamente com drogas e armas, além de um negócio altamente lucrativo, gerando um lucro estimado em 150 bilhões de dólares por ano (*8 facts [...], [s.d.]*). Trata-se de um crime complexo e dinâmico, que ocorre em uma grande variedade de contextos e que é de difícil detecção. Um dos maiores desafios para desenvolver respostas e medir seu impacto é a falta de dados confiáveis e de alta qualidade relacionados à escala do tráfico humano e ao perfil das vítimas.

\* \* \*

Apesar de ser muito difícil precisar quando começou, é certo afirmar que, embora tenha diminuído paulatina e significativamente desde os anos 1980, o tráfico de bebês não pertence ao passado brasileiro. Entre 2017 e 2024, 87 inquéritos relacionados ao tráfico para adoção ilegal foram instaurados pela PF (Brasil, [2025?]). Em nenhum dos anos que o relatório cobre, a finalidade “adoção ilegal” representou a maioria dos inquéritos instaurados, mas os números são expressivos em 2017 (38,1%), 2020 (22,54%) e 2018 (18.52%).

**Tabela 3 – Inquéritos instaurados pela PF por tráfico para adoção ilegal**

Ano	Inquéritos	Variação	% dos inquéritos do ano
2017	8		38,10%
2018	10	25,00%	18,52%
2019	9	-10,00%	10,34%
2020	16	77,78%	22,54%
2021	11	-31,25%	10,58%
2022	8	-27,27%	10,96%
2023	16	100,00%	15,53%
2024	9	-43,75%	6,04%

*Fonte: Elaboração própria (2025), com dados do Painel de Dados sobre Tráfico de Pessoas ([2025?])*

Casos recentes levantam suspeitas de que quadrilhas seguem agindo para tirar do Brasil bebês para adoção ilegal fora do país. Em dezembro de 2023, um cidadão português esteve duas vezes numa cidade improvável do interior de São Paulo, de onde levou, em cada visita, um recém-nascido. Ao longo de 40 dias, registrou os dois como filhos e conseguiu sair do país com a primeira bebê – foi preso ao tentar deixar o Brasil com o segundo (Alvarenga, 2023). Após

investigação, o Ministério Público Federal diria que a bebê, repatriada mais tarde, foi vítima do mesmo tipo de esquema criminoso que operava nos anos 1980 no Brasil (Motta, 2025).

No fim de abril de 2023, o sumiço de um menino de 2 anos na Grande Florianópolis (SC) colocou autoridades em alerta. O bebê seria encontrado a centenas de quilômetros de casa, em São Paulo, com um homem e uma mulher – não eram um casal – que alegaram estar a caminho do fórum para registrar a criança (Pedro, 2023). A mãe do bebê diria depois que entregou o filho ao casal “em um surto” (Porto, 2023b) – mas a polícia suspeitava que o homem a teria aliciado para entregar a criança (Investigação [...], 2023).

Antes de listar outros diversos casos recentes, Foltran escreve que “[a] adoção ilegal não é um mito, ela realmente acontece com frequência e, por isso, é fundamental citar algumas histórias reais que demonstram o drama vivenciado pelas vítimas e o desenrolar de cada caso” (2017, p. 142). A especialista entende que o Brasil está se adequando aos poucos ao Protocolo de Palermo, “porém ainda há muito a fazer” (*idem*, p. 145).

Foltran faz referência a um dispositivo que ajudou a mudar o cenário: a Lei 13.344/2016 ataca especificamente o tráfico de pessoas – dentro e fora das fronteiras do país (Brasil, 2016). E conclui: “Apesar das novas regulamentações, a adoção ilegal continua presente em nossa sociedade, com um grande facilitador ao seu favor, a tecnologia”.

De fato, o tráfico de bebês extrapola a realidade tangível: uma investigação jornalística do *site Metrôpoles*, na mesma época (Porto, 2023a), revelou comunidades em redes sociais, como Facebook, que vinham sendo usadas para negociar bebês, com “mulheres gestantes [colocando] seus filhos à venda por quantias que chegam a R\$ 40 mil”:

Essas comunidades atraem milhares de famílias interessadas em adotar uma criança de maneira ilegal, sem aval da Vara da Infância e Juventude e burlando a fila da adoção. As ofertas chegam a ser feitas de maneira explícita nas páginas, e as negociações são realizadas depois, em trocas de mensagens privadas (Porto, 2023a).

Os grupos de adoção ilegal nas redes sociais já eram alvo de investigação ao menos desde 2020 (Albuquerque, 2020). No fim de 2024, o assunto voltou à tona, com a denúncia de um grupo no Facebook, intitulado “Barriga Solidária” – com mais de 1,2 mil membros naquele momento –, em que o comércio de recém-nascidos ocorre sem pudores. No grupo, já fora do ar, uma reportagem denunciava a participação de

[m]ulheres grávidas que afirmam não ter condições de criar os bebês e buscam famílias dispostas a adotá-las [...]; [h]omens e mulheres à procura de bebês [...], [...] mulheres que não estão grávidas, mas se oferecem para ser barriga solidária e gestar fetos para famílias que não podem gestar (Gonzalez, 2024).

A Justiça ordena de forma recorrente a derrubada de conteúdos desse tipo, mas isso nem sempre ocorre com a velocidade necessária (Gomes, 2025). Em 2025, a Defensoria Pública de São Paulo exigiu a retirada do ar de grupos que conectam gestantes e interessados em adoção<sup>72</sup> – a decisão veio na esteira da leniência do Facebook: algumas das páginas, como mostrou o *UOL*, “reuniram mais de 3 mil pessoas e ficaram no ar por pelo menos um ano e quatro meses” (*idem*).

Apesar das investidas da Justiça, amparadas desde 2025 numa nova lei, apelidada de *ECA Digital*<sup>73</sup>, páginas parecidas surgem rapidamente nas redes sociais. No momento em que este texto era redigido, em janeiro de 2026, um grupo com nome parecido<sup>74</sup> tinha 1,1 mil participantes negociando crianças ou se oferecendo para fazer “barriga de aluguel”<sup>75</sup>. Uma busca rápida resultou em dezenas de páginas parecidas.

O tráfico de bebês tem um elemento que agrava ainda mais a sua crueldade: as vítimas, “mudas”, de nada se lembrarão: não poderão testemunhar, não reconhecerão seus algozes. É o que tem sido visto na imensidão de casos que vão sendo desvelados ano após ano: hoje adultos, os bebês dos anos 1980 buscam preencher lacunas de seu passado. Foram raptados? Dados em adoção por mães que não tinham condições de criar “mais um”? Foram abandonados? Estariam sendo procurados? As perguntas nem sempre encontram respostas. Atrás delas, muitos aprendem português e passam temporadas no Brasil; nem sempre voltam com o que buscam.

\* \* \*

É importante, aqui, esmiuçar a dinâmica de funcionamento do tráfico de bebês praticado nos anos 1980. Havia ao menos 16 quadrilhas atuando no “ramo”, segundo a polícia da época.

<sup>72</sup> Muitos dos grupos eram nomeados, por isso, com os termos “bios e adotantes” e variações.

<sup>73</sup> A Lei nº 15.211/2025 (Brasil, 2025a), conhecida como ECA Digital, em seu capítulo IX, dedica especial atenção à atuação das redes sociais na proteção da infância e da adolescência.

<sup>74</sup> Para evitar sua publicidade, opta-se aqui por não divulgar o nome de páginas que ainda seguem ativas.

<sup>75</sup> No Brasil, a barriga de aluguel (também conhecida como “gestação por substituição” ou “cessão temporária de útero”) é uma prática permitida, mas sujeita a regras do Conselho Federal de Medicina (CFM) – não existe legislação específica sobre o tema. A cobrança de valores (comum nos grupos), por exemplo, é proibida – embora reembolsos de despesas médicas e de gestação sejam permitidas, o que deixa uma lacuna de interpretação. Nos grupos, muitas vezes há cobranças. Em 2022 o CFM passou a permitir, condicionado a uma autorização de excepcionalidade, que a gestante não tenha mais vínculo familiar com um dos pais do bebê (Sem liberar [...], 2022). O procedimento também exige que a mulher que vai gerar o bebê já tenha ao menos um filho.

Cada uma tinha suas especificidades e *modus operandi* tanto quanto tinham clientela preferencial em determinados países e também cidades ou regiões brasileiras de onde vinham os bebês que vendiam. Houve dezenas de prisões na época, de integrantes de diferentes gangues.

A principal quadrilha, liderada por Arlete Hilú, tinha em Israel a maior parte de seus clientes – numa sociedade em que “crescer a família” é basilar, aqueles casais cuja biologia não dava o privilégio da concepção natural recorriam a meios diversos. Quando vinham ao Brasil para levar seu bebê vendido pela quadrilha, não raro já haviam percorrido a via crúcis de métodos artificiais, ainda caros e raros naquela época. Famílias em outros países também eram clientes de Hilú, como ela mesma afirmou à polícia e à imprensa na época.

Os bebês vendidos pela quadrilha da mulher, cuja profissão era um mistério (embora ela se apresentasse com uma variedade delas), vinham especialmente do sul do Brasil. Mineira de Itajubá, Hilú<sup>76</sup> vivia àquela altura em Curitiba (PR) e lá encontrou as crianças que, dizia, sua clientela solicitava: brancas, olhos claros, cabelos loiros (embora não sejam poucos os casos de bebês com características diferentes vendidos para casais em diversos países). Há casos de bebês vendidos por até 50 mil dólares, mas não existe um padrão observável nos valores cobrados além do fato de que, quando o cerco da polícia aumentou ou quando determinados casos ganharam grande repercussão, os montantes cobrados subiam.

Os bebês eram obtidos pela quadrilha mediante dois principais mecanismos: mães jovens, solteiras e pobres eram abordadas por “olheiras” que as convenciam a doar os rebentos sob o argumento de que os bebês ficariam em melhor situação – às vezes, recebiam valores módicos, uma cesta básica ou tinham o pré-natal custeado; num segundo momento, com aumento da demanda, os bebês começaram a ser raptados: em casa, na maternidade, no meio da rua – o que fosse necessário para cumprir as “obrigações contratuais”.

Há relatos assustadores. Num deles, a mãe biológica conta que, depois de ter um filho estranhamente declarado natimorto, na segunda gestação sua bebê foi levada por uma mulher que não hesitou em entregar a criança ao ser confrontada – tudo na mesma maternidade de Curitiba. Outra mãe foi tapeada com uma promessa de emprego apenas para ver um homem levando sua

---

<sup>76</sup> A maioria dos dados biográficos de Hilú foi obtida em seu atestado de óbito (Brasil, 2023). Outros são provenientes de perfis a seu respeito publicados pela imprensa da época e de pesquisa adicional realizada pelo autor.

bebê em plena luz do dia – no primeiro caso, a criança nunca foi localizada; no segundo, o DNA ajudou a encontrar a menina, que tinha sido levada para Israel e lá cresceu<sup>77</sup>.

Atraídos pelo esquema, os casais muitas vezes não entendiam estar fazendo parte de um crime. Eram ludibriados por Hilú, que transpirava seriedade e provava suas boas relações com as autoridades. Em determinado momento, a mulher que traficava bebês foi nomeada por um juiz de Menores de Curitiba como curadora especial, posição que lhe dava franco acesso às crianças.

O argumento para convencer os futuros adotantes sobre os valores cobrados era a burocracia brasileira: custosa, embaralhada, cheia de meandros, documentos e carimbos. Quarenta anos atrás, sem internet, sem a facilidade que hoje existe para obter informações, era fácil cair na lãbia. O boca-a-boca ajudava: casais que tinham realizado o sonho de ter um bebê indicavam Arlete Hilú para outros casais – não são raros casos de pessoas nascidas aqui que cresceram a poucas quadras umas das outras a 11 mil quilômetros do Brasil, em Israel.

Os casos não passaram despercebidos nem da polícia na época. De fato, Arlete Hilú e ao menos outros 36 integrantes de sua quadrilha foram em diferentes momentos presos em flagrante, julgados e condenados, mas nada disso evitou a reincidência e a manutenção do esquema. Denúncia de uma integrante da quadrilha na época dava conta de que Hilú seguia operando o tráfico de dentro da cadeia, onde cumpriu duas penas de cerca de 2 anos cada.

Os casos foram noticiados à exaustão pela imprensa local e nacional à época – motivo central da pesquisa que ora se desenvolve. O esquema apareceu em notas curtas e sem relevância no pé de páginas de jornais, mas também ocupou páginas inteiras em grandes reportagens feitas no período, além de ser tema de programas televisivos de alcance nacional, como, por exemplo, o *Globo Repórter* (Justiça [...], 1988) e o *Fantástico* (Comércio [...], 1984), ambos da TV Globo.

O tráfico de bebês foi tema de novela: apareceu na primeira versão de *Vale Tudo* (1988), quando a vilã Maria de Fátima (interpretada por Glória Pires), depois de falida, vendia seu bebê a um casal por 25 mil dólares<sup>78</sup>; mais recentemente, em *Salve Jorge* (2012), a autora Glória Perez debateu o tema com depoimentos reais de jovens adotados (como se aprofundará no *item 6.1*); a atual novela das nove, *Três Graças* (2025), também aborda o assunto.

Arlete Hilú faleceu em dezembro de 2023 (Brasil, 2023; Toueg, 2024). Ela vivia em um asilo no interior de São Paulo; segundo informações obtidas à época pelo autor, ela não recebia

---

<sup>77</sup> Informações relacionadas a casos específicos foram apuradas pelo autor a partir de relatos ouvidos em contato direto com as vítimas, cuja identidade, neste momento, é mantida em sigilo.

<sup>78</sup> Fonte: *Vale Tudo*, 1988.

visitas e morreu na pobreza. Outros integrantes da quadrilha também já morreram, mas muitos estão vivos e gozando de plena liberdade – já pagaram pelos crimes. Ironicamente, há entre elas advogados e até quem diga manter contato com os adotados.

### 3 METODOLOGIA E ESCOLHA DO *CORPUS*

Para a finalidade desta pesquisa e ao longo de todos os itens que a compõem, como será explicado adiante, adota-se a metodologia de análise de conteúdo, tal como preconizada pela francesa Laurence Bardin. Trata-se de método de pesquisa útil nas ciências sociais e humanas e bastante utilizado, como será aqui, no campo da Comunicação. A ideia geral é simples: apurar, de forma sistemática, a frequência de ocorrências de um conjunto determinado de critérios em dado conteúdo para, a partir disso, aferir informações que podem embasar conclusões das mais diversas. O conteúdo, aqui, estará representado por recortes da imprensa brasileira a respeito do tráfico de bebês. Adiante, no *item 3.1*, o processo de seleção das matérias<sup>79</sup> será detalhado.

A análise de conteúdo conforme descrita por Bardin, autora de *L'Analyse de Contenu* (1977), perpassa três principais fases, que ela chama de “polos cronológicos” (1977, p. 95): (a) na **pré-análise**, o material a ser analisado é organizado sistematicamente, com uma “leitura flutuante” e formulação de hipóteses; finda essa etapa, faz-se (b) a **exploração do material**, com a codificação, categorização e recorte do *corpus*; e, então, parte-se para (c) o **tratamento dos resultados, inferência e interpretação**, de onde advém a análise crítica. Cada uma dessas fases se desdobrarão ao longo dos próximos capítulos, em análises quantitativa (1) e qualitativas (2) de três diferentes *corpora*, a serem explicados capítulo a capítulo.

Bardin ensina que aquilo que ela ajudou a sistematizar como método científico pode ser aplicado a uma variedade de conteúdos e discursos, para que a interpretação seja feita dentro do vasto leque, que vai da precisão objetiva à subjetividade, passando por tudo que há entre uma coisa e outra. Trata-se, pois, de um método amplo e diversificado, que pode desaguar em análises tanto qualitativas como quantitativas. O crucial, ela ensina, é adaptar o método ao *corpus*, ao problema, ao objetivo e ao tipo de interpretação que se deseja. A técnica é amplamente utilizada na produção acadêmica. Propôs Bardin em 1977:

A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais refinados e em constante aperfeiçoamento que se aplicam a discursos extremamente diversos [...]. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas [...] é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução e na inferência. Como esforço de

---

<sup>79</sup> Não existe consenso entre jornalistas e críticos do jornalismo sobre o uso do termo “matéria” em referência ao produto jornalístico (reportagens, notas etc.) Por conveniência, adota-se aqui o termo neste sentido e para evitar o abuso de “reportagem”, termo entendido como resultado de um trabalho mais profundo de investigação jornalística.

interpretação, a análise de conteúdo equilibra-se *entre o rigor da objetividade e a fertilidade da subjetividade* (Bardin, 1977, p. 9, grifo do autor<sup>80</sup>).

Não foi a autora francesa a “inventora” do método de análise de conteúdo. Ela mesma, no livro de 1977, conta: o primeiro nome relacionado à metodologia é, de fato, o cientista político estadunidense Harold Lasswell (1902–1978) que “fez análises de imprensa e da propaganda desde 1915 aproximadamente” (Bardin, 1977, p. 15). Lasswell formulou, em 1948, o modelo que hoje é simplificado pela sequência de perguntas “*quem diz o quê, a quem, por quê, em que medida e com que efeito?*”<sup>81</sup>”, que são consideradas centrais na análise de conteúdo em sua versão dominante do início e meados do século 20.

Outro autor também considerado “pai” da análise de conteúdo, segundo Bardin, é o cientista comportamental Bernard Berelson (1912–1979), outro estadunidense, que propôs a seu respeito a seguinte definição: “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson *apud* Bardin, 1977, p. 19). A pesquisadora autora do livro de 1977 também escreve que, desde o início do século 20, “durante cerca de quarenta anos, a análise de conteúdo desenvolveu-se nos Estados Unidos” (Bardin, 1977, p. 15). “Nesta época o rigor científico invocado é o da medida, e o material analisado é essencialmente jornalístico” (*idem*). Ela narra ainda que

[o] nascimento da análise de conteúdo provém da mesma exigência que se manifesta igualmente na linguística. Mas a linguística e a análise de conteúdo ignoram-se mutuamente, e continuam a desenvolver-se ainda por muito tempo, tomando caminhos distintos, apesar da proximidade do seu objeto, já que uma e outra trabalham-na e pela linguagem (Bardin, 1977, p. 16).

Ao optar pela utilização do método descrito por Bardin na análise dos nossos *corpora*, a intenção se divide em duas: revelar indicadores *quantitativos* sobre um conjunto de matérias a respeito do tráfico internacional de bebês brasileiros e, também sobre esse mesmo universo, informações *qualitativas* que deem algumas pistas sobre a forma como as jornalistas e os

---

<sup>80</sup> Tradução livre a partir do original em francês: “*l’analyse de contenu est un ensemble d’instruments méthodologiques de plus en plus raffinés et en constante amélioration s’appliquant à des discours (...) extrêmement diversifiés. Le facteur commun de ces techniques multiples et multipliées (...) est une herméneutique contrôlée fondée sur la déduction et l’inférence. En tant qu’effort d’interprétation, l’analyse de contenu se balance entre (...) la rigueur de l’objectivité et (...) la fécondité de la subjectivité*”. Alguns dos trechos de Bardin aqui citados foram extraídos da versão original de seu livro, enquanto outros são de uma versão do livro traduzida para português de Portugal. Como ambos datam de 1977, trechos do original serão indicados com a tradução.

<sup>81</sup> Do inglês “*Who says? What? By what channel? To whom? With what effect?*”.

jornalistas dos anos 1980 se debruçaram sobre o assunto, tendo como pano de fundo, como se verá no *capítulo 4*, uma proposta de um jornalismo ético, dialógico e transformador.

Em relação à ordenação das coisas nesta dissertação, a análise quantitativa do *corpus* virá no *item 3.4*, ao passo que as análises qualitativas aparecerão adiante, com o *corpus* dos anos 1980 no *capítulo 5* e o *corpus* de 2012 (que será explicado oportunamente), no *capítulo 6*.

Para o presente capítulo, o foco se volta ao trabalho da imprensa brasileira no calor do momento dos acontecimentos, os anos 1980. A cobertura jornalística de casos de tráfico de bebês, que se espalharam, na época, por várias localidades do Brasil, foi extensa. Há registros de todo tipo: em jornais e revistas, de pequenas notas a furos revelados em extensas reportagens; na TV, programas inteiros dedicados ao tema; na imprensa internacional, destaque para o escândalo e a sugestão de que o Brasil exportava “mais do que café”<sup>82</sup>, como se vê na imagem a seguir.

**Imagem 3 – Recortes de imprensa dos anos 1980**



Fonte: Reprodução/Diário Catarinense (2012)

Um rápido exercício informal realizado pelo autor demonstra, com números, a extensão da cobertura feita por jornalistas daquele período sobre o tema. A Hemeroteca da Biblioteca

<sup>82</sup> Na época dos acontecimentos, o respeitado jornal econômico britânico *Financial Times* publicou uma foto que mostra um bebê com uma etiqueta amarrada ao braço e, nela, um valor em libras. Sob a foto, o texto em caixa alta e fonte grande: “It’s not only coffee Brazil is exporting these days” (“Não é só café que o Brasil anda exportando atualmente”). A imagem chegou a ser afixada, à época, num gabinete do Ministério da Fazenda, e só foi retirada depois de fotografada pelo *Jornal do Brasil* durante uma entrevista com autoridades (Foltran, 2025, p. 180). A imagem, reproduzida acima, aparece em reportagem do jornal *Diário Catarinense* (Um escândalo [...], 2012, p. 36).

Nacional, que reúne *online* o acervo de centenas de periódicos brasileiros<sup>83</sup>, permite realizar buscas por período e termos. Com foco no período 1980–1989 e usando alguns termos diversos de busca, o número de resultados dá pistas do tamanho do trabalho que o esquema criminoso deu aos jornalistas na época, conforme os exemplos na tabela:

**Tabela 4 – Resultados de buscas na Biblioteca Nacional por termo (anos 1980)**

<b>Termo</b>	<b>Crítérios e condições</b>	<b>Resultados</b>
“adoção ilegal”	período: 1980-1989; entre aspas	56
“Arlete Hilú”	período: 1980-1989; entre aspas	187
“Bruna Aparecida Vasconcelos”	período: 1980-1989; entre aspas	98
“Carlos Cesário Pereira”	período: 1980-1989; entre aspas	29
“caso Bruna”	período: 1980-1989; entre aspas	79
“comércio de bebês”	período: 1980-1989; entre aspas	33
“Maribel da Rosa Pereira”	período: 1980-1989; entre aspas	30
“menina Bruna”	período: 1980-1989; entre aspas	267
“Rosi Reinert”	período: 1980-1989; entre aspas	23
“tráfico de bebês”	período: 1980-1989; entre aspas	362
“tráfico de crianças”	período: 1980-1989; entre aspas	422
“Valdemar Reinert”	período: 1980-1989; entre aspas	26
“venda de bebês”	período: 1980-1989; entre aspas	111
Brasil Israel adoção tráfico	período: 1980-1989; sem aspas	309

*Fonte: Elaboração própria a partir de buscas no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional<sup>84</sup> (2025)*

A busca poderia seguir indefinidamente usando termos dos mais diversos – ideias não faltam: o esquema teve tentáculos, casos notórios, nomes de dezenas de envolvidos, apelidos adotados na imprensa etc., e tudo isso poderia servir para realizar buscas em acervos.

<sup>83</sup> Segundo o site da instituição, há 8.278 títulos na coleção, que se estende de 1740 aos dias de hoje. Do período analisado (1980–1989), a Biblioteca Nacional tem 211 veículos. Nem todos os jornais e revistas já publicados no país estão ali, uma vez que muitos não cedem seu material, preferindo, em vez disso, manter acervos próprios, com acesso geralmente restrito apenas a assinantes. É o caso dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Uma busca mais criteriosa foi realizada nos acervos citados e será detalhada adiante, a partir do item 3.1. Vale ressaltar que, da mesma forma, acervos de imprensa não escrita não aparecem, o que sugere que o número de matérias a respeito do tema pode ser muito maior.

<sup>84</sup> As pessoas cujos nomes foram usados para esta pesquisa são: Arlete Hilú, principal nome do tráfico de bebês nos anos 1980, concedeu entrevista em 2016 confessando os crimes; Bruna Aparecida Vasconcelos, raptada aos 4 meses de idade de casa em 1986 e adotada ilegalmente em Israel, repatriada em 1988 (sobre este caso específico, v. Toueg; Rovida, 2024); Carlos Cesário Pereira, advogado envolvido na quadrilha de Hilú; Maribel da Rosa Pereira, integrante da quadrilha no Paraguai; Rosi Reinert e Valdemar Reinert, irmãos envolvidos no esquema.

É claro que não há rigor científico numa busca realizada assim, a esmo, especialmente porque podem haver muitos falsos positivos, bem como diversos resultados sobrepostos, registros sem qualquer relação com o tema etc. A intenção aqui é só revelar números que podem dar uma noção sobre a dimensão que o assunto teve – daí também a importância que se percebe, aqui, para a análise que esta pesquisa propõe.

### 3.1 Processo de seleção das matérias analisadas

Para apurar as matérias jornalísticas que farão parte das análises propostas, partiu-se, de início, de uma extensa coleção, compilada pelo autor desde 2012, quando começou a se dedicar à pesquisa a respeito do tráfico de bebês<sup>85</sup>. Os recortes são essenciais para compreender o esquema, saber quem eram os envolvidos, quem foram as vítimas e, acima de tudo, por isso ser tão importante em investigações jornalísticas, para ajudar a criar uma linha do tempo robusta dos acontecimentos que cercaram o tráfico de bebês na década de 1980. Porém, aqueles recortes foram coletados sem rigor *acadêmico*. A coleção original abarca centenas de entradas só daquele período – e novos recortes são adicionados frequentemente –, mas entendeu-se que as matérias ali listadas são aleatórias demais para servir ao propósito dessa análise sem vícios ou vieses.

Daí, então, optou-se por refazer, a partir do zero, uma nova coleção que pudesse dar validade acadêmica. Criou-se, então, um método organizado e sistematizado de catalogação das buscas realizadas em quatro diferentes arquivos: a hemeroteca da Biblioteca Nacional, vasto repositório dos mais diversos veículos do país, mesmo alguns já descontinuados; e os acervos dos jornais<sup>86</sup> *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.

Os três jornais tradicionalmente se alternam na liderança dos mais lidos. Segundo um levantamento realizado no começo de 2025 (Yahya, 2025), com dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) e da empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers (PwC), os veículos que

---

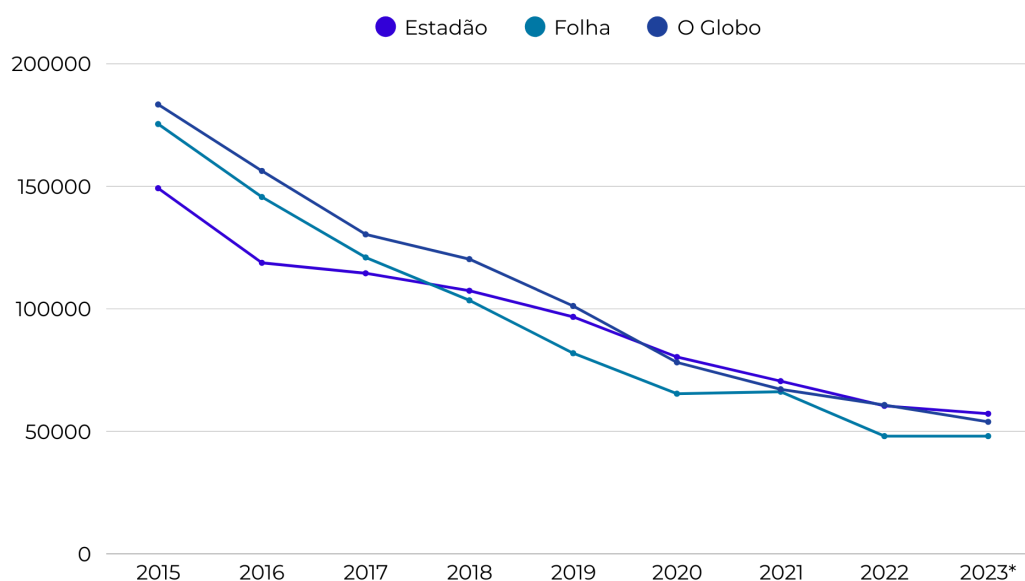
<sup>85</sup> O autor se dedica, desde 2012 e em diversas frentes, a pesquisar o assunto, já tendo publicado a respeito na imprensa (Toueg, 2012; Toueg, 2024a), em seu blog (Toueg, 2016; Toueg, 2024b), concedido entrevistas a respeito em podcasts (Adotivas, 2024; Desaparecidos, 2024) e no âmbito acadêmico (com esta pesquisa e artigos publicados e apresentados em eventos: Costa *et. al*, 2024; Toueg & Rovida, 2024; Toueg, 2024c). A relação do autor com o tema é descrita num ensaio reproduzido no *Apêndice*.

<sup>86</sup> Os acervos dos três jornais são acessíveis, em sua totalidade, apenas aos assinantes das publicações.

lideravam o leitorado brasileiro eram, respectivamente, *O Estado de S. Paulo* (média diária de cerca de 131,5 mil exemplares impressos), *O Globo* (48,9 mil) e *Folha de S. Paulo* (44,8 mil)<sup>87</sup>.

Esses periódicos já eram importantes na década de 1980 e seguem sendo, apesar de enfrentarem, de lá para cá, processo consistente de enxugamento do tamanho de suas redações, de emagrecimento de suas edições (que já chegaram a ter centenas de páginas) e do murchar no número de leitores e assinantes. Todos eles, como se vê no gráfico a seguir (que engloba o período 2015–2023), têm visto sua circulação impressa em queda vertiginosa.

**Gráfico 5 – Circulação impressa dos 3 maiores jornais brasileiros (2012–2023)**



Fonte: Elaboração própria (2025) a partir dados de levantamento Poder360<sup>88</sup> ([2025?])

Na década de 1980, com números reconhecidamente mais robustos, que chegavam às centenas de milhares, a relevância desses jornais no leitorado brasileiro não diferia. Dados do período são bastante escassos, mas indubitavelmente eram esses três os veículos de mais leitura no Brasil (não surpreende que todos eles são do eixo Rio-São Paulo).

<sup>87</sup> Os dados de circulação dos dois jornais paulistas, *Folha* e *Estadão*, deixaram de ser verificados pelo IVC depois que os respectivos grupos escolheram deixar de pagar pela auditoria a partir de julho de 2023. Por isso, os dados são apurados pela PwC, empresa de auditoria internacional, e se referem ao período entre junho e setembro de 2024, à diferença dos números de *O Globo*.

<sup>88</sup> O levantamento, a partir de dados do IVC, reúne informações completas dos anos 2015 a 2022; os dados de 2023 são até novembro daquele ano. São números absolutos da circulação *impressa* dos jornais (Poder360, [2025?]).

Bardin reconhece que a pré-análise, “fase de organização propriamente dita” (1977, p. 95), “corresponde a um período de intuições” (*idem*). A intenção é imprimir operacionalização e sistematização às ideias iniciais. A autora lista as três “missões” da pré-análise: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (*ibidem*, grifos no original). A leitura flutuante da teoria de Bardin é assim explicada como a primeira atividade, que

consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Esta fase é chamada de leitura “flutuante”<sup>89</sup>, por analogia com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco, a leitura vai se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos (Bardin, 1977, p. 96).

Era preciso, então, selecionar os documentos. A francesa ensina que, no caso de objetivo já determinado, “convém escolher o universo de documentos suscetíveis de fornecer informações sobre o problema levantado” (Bardin, 1977, p. 96). E explica a “regra da homogeneidade”, segundo a qual os documentos para análise “devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha” (p. 98). Quais critérios, então? A seguir detalha-se a proposta.

Uma vez escolhidos os acervos nos quais seriam obtidas as matérias para análise, surgiu o questionamento: quais seriam, ali, os termos de busca utilizados para apurar corretamente uma amostra representativa dos casos? A pesquisa realizada pelo autor a priori ajudou a compreender de que forma a imprensa da época se referia ao esquema: os jornalistas o chamavam ora de “tráfico de bebês”, ora de “tráfico de crianças”, às vezes de “comércio de bebês”. Esses termos, então, deveriam ser usados na pesquisa. Como gerariam muitos resultados interseccionados, a opção foi por usar apenas o primeiro (“tráfico de bebês”), mais explícito para obter resultados precisos. Foi usado entre aspas, de forma a afunilar os resultados.

Julgou-se que a busca deveria ir além: a história teve personagens centrais e, no epicentro de todos eles, Arlete Hilú. A mulher, que por vezes era retratada como líder da quadrilha, às

---

<sup>89</sup> Termo cunhado pelo “pai da psicanálise”, Sigmund Freud, a “atenção flutuante” se refere à postura do analista durante as sessões terapêuticas, que envolve a “suspensão de julgamentos, expectativas e pré-conceitos”, permitindo que o analista esteja aberto e receptivo às informações que emergem do inconsciente do paciente. É considerada ferramenta essencial para a compreensão do funcionamento psíquico do indivíduo, uma vez que possibilita a livre associação de ideias (Lewkowicz, 2005)

vezes como “braço direito”, outras como “boi de piranha”<sup>90</sup> do esquema, aparece na imprensa de forma recorrente, fosse por ela ser presa ou por escapar de operações policiais, ou, ainda, por seguir comandando o tráfico de bebês de dentro da cadeia. Hilú foi o rosto do assunto nos anos 1980 e, a bem da verdade, nunca deixou de ser – a notícia de sua morte, revelada de forma exclusiva pelo autor (Toueg, 2024), foi replicada amplamente pelos mais diversos veículos de imprensa. Por isso, optou-se, então, por incluir na pesquisa, também, o nome dela – apenas com o prenome e o último sobrenome, como era mais conhecida (o uso do nome completo, Arlete Honorina Vitor Hilú poderia gerar resultados repetidos). Aqui atende-se à “regra de pertinência” de Bardin: “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (1977, p. 98).

Uma vez escolhidos “de onde” e “o que buscar”, seria a vez de pensar “como”. O método escolhido buscou sistematizar as buscas. Um código foi atribuído para cada um dos acervos consultados: a Biblioteca Nacional foi identificada como “BN”, o acervo da *Folha de S. Paulo*, como “AcF”, o acervo de *O Estado de S. Paulo*, como “AcE” e, finalmente, o acervo de *O Globo*, como “AcG”. Em cada um deles, a busca por cada um dos termos foi realizada, e os termos foram também codificados: “Arlete Hilu”, grafado assim, entre aspas, virou a busca 001; “tráfico de bebês”, igualmente entre aspas, 004. As buscas 002, 003, 005 e 006, respectivamente pelos termos “Arlete Honorina Vitor Hilu”, “comércio de bebês”, “Valdemar Reinert” (nome de um comparsa de Hilú<sup>91</sup>) e “tráfico de crianças”, pensadas a princípio, acabaram descartadas.

Dessa forma, buscas pelo nome da mulher feitas na Biblioteca Nacional são identificadas pelo código “BN001”; ao passo que buscas pelo termo “tráfico de bebês” no acervo do jornal fluminense receberam o código “AcG004”, por exemplo.

Assim, tem-se:

---

<sup>90</sup> O termo “boi de piranha”, típico da cultura popular brasileira, se refere a uma pessoa que “se submete ou é submetida a um sacrifício para livrar outra pessoa de uma dificuldade ou da culpa”. Faz referência ao boi que era posicionado para cruzar um rio à frente dos outros para ser devorado pelas piranhas enquanto a manada podia atravessar ileso (O que [...], *s.d.*).

<sup>91</sup> Percebeu-se que ao ampliar a busca para incluir os nomes de comparsas de Hilú que também aparecem nas matérias levaria a uma infinidade de resultados que, por um lado, tornaria inviável a realização de uma análise enxuta e, por outro lado, geraria uma grande quantidade de repetições. Por isso, mesmo tendo sido prevista inicialmente, a busca pelo nome de Reinert acabou descartada.

**Tabela 5 – Esquema de catalogação de buscas<sup>92</sup>**

<b>Acervo</b>	<b>Busca #</b>	<b>Termo buscado</b>	<b>Resultados</b>
Biblioteca Nacional	BN001	"Arlete Hilu"	202
Biblioteca Nacional	BN004	"tráfico de bebês"	321
Acervo <i>Estadão</i>	AcE001	"Arlete Hilu"	14
Acervo <i>Estadão</i>	AcE004	"tráfico de bebês"	25
Acervo <i>Folha</i>	AcF001	"Arlete Hilu"	1
Acervo <i>Folha</i>	AcF004	"tráfico de bebês"	25
Acervo <i>O Globo</i>	AcG001	"Arlete Hilu"	68
Acervo <i>O Globo</i>	AcG004	"tráfico de bebês"	93

*Fonte: Elaboração própria a partir de buscas no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (2025)*

Além dos três jornais mencionados, a busca na hemeroteca da Biblioteca Nacional trouxe matérias publicadas em um grande número de veículos, alguns ainda em circulação, outros já descontinuados, e, de certa forma, representativos da variedade cultural e geográfica do Brasil.

Na catalogação aqui realizada, cada jornal também foi representado por um identificador, de forma a permitir numerar cada entrada individualmente, com um código composto pela seguinte combinação: código do acervo + código da busca + código do veículo + número sequencial para a matéria. Assim, por exemplo, a 10<sup>a</sup> matéria do jornal *Cidade de Santos* encontrada na Biblioteca Nacional com “tráfico de bebês” é “BN004-CSsp010”.

A tabela 6, mais abaixo, mostra o número de matérias resultantes da busca por cada um dos termos pesquisados nos veículos analisados e a predominância de cada veículo em relação ao total de matérias encontradas na pesquisa.

O passo a seguir foi o mais trabalhoso: apurar as informações das matérias, uma por uma. Isso foi feito com o uso de uma planilha eletrônica em nuvem (Google Planilhas<sup>93</sup>), em que foram anotados, para cada entrada: (a) código único, por exemplo “BN001-CNpr001”; (b) nome

<sup>92</sup> O número de resultados expresso nesta tabela pode não coincidir com os números apurados se a pesquisa for refeita nos acervos respectivos, uma vez que, durante a leitura das matérias, itens que passaram despercebidos na pesquisa automática do buscador podem ter sido incluídos manualmente (v. *item 3.1.1*). Os números, assim, representam a totalidade das matérias consideradas para o cálculo que será explicado adiante.

<sup>93</sup> A lista completa do *corpus* usado nesta pesquisa está disponível para consulta, com detalhes, em «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/corpora/quanti80s>».

do jornal; (c) data de publicação da matéria; (d) título da matéria; (e) número da página em que a matéria foi publicada; (f) link para acesso direto à matéria, quando disponível<sup>94</sup>.

**Tabela 6 – Veículos com resultados analisados<sup>95</sup>**

<b>Jornal</b>	<b>UF</b>	<b>Código</b>	<b>Busca 001</b>	<b>Busca 004</b>	<b>Total matérias</b>	<b>%</b>
<i>A Tribuna</i>	SP	ATsp	14	11	25	3,34%
<i>Alto Madeira</i>	RO	AMro	0	1	1	0,13%
<i>Cidade de Santos</i>	SP	CSsp	5	4	9	1,20%
<i>Correio Braziliense</i>	DF	CBdf	15	73	88	11,75%
<i>Correio de Notícias</i>	PR	CNpr	88	94	182	24,30%
<i>Diario da Tarde</i>	PR	DTpr	0	1	1	0,13%
<i>Diário de Natal</i>	RN	DNrn	3	8	11	1,47%
<i>Diario de Pernambuco</i>	PE	DPpe	4	9	13	1,74%
<i>Diário do Pará</i>	PA	DPpa	12	12	24	3,20%
<i>Folha de S.Paulo</i>	SP	FPsp	1	25	26	3,47%
<i>Jornal do Brasil</i>	RJ	JBrij	35	62	97	12,95%
<i>Jornal do Comércio</i>	AM	JCam	7	7	0	0,00%
<i>Jornal do Commercio</i>	RJ	JCrj	6	6	12	1,60%
<i>Jornal do Dia</i>	MT	JDmt	2	3	5	0,67%
<i>Jornal dos Sports</i>	RJ	JSrj	1	2	3	0,40%
<i>O Estado de S. Paulo</i>	SP	OEsp	14	25	39	5,21%
<i>O Fluminense</i>	RJ	OFrj	1	3	4	0,53%
<i>O Globo</i>	RJ	OGrj	68	93	161	21,50%
<i>O Liberal</i>	PA	OLpa	1	5	6	0,80%
<i>O Poti</i>	RN	OPrn	1	1	2	0,27%
<i>Tribuna da Imprensa</i>	RJ	TIrj	7	18	25	3,34%
<i>Ultima Hora</i>	RJ	UHRj	0	1	1	0,13%

*Fonte: Elaboração própria (2025)*

Bardin faz ressalva importante neste ponto, à qual dá o nome de “regra da exaustividade”, segundo a qual “não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos [documentos] por esta ou

<sup>94</sup> O acervo do jornal *O Globo* não fornece links diretos para as matérias individuais. Os textos foram baixados em formato PDF e salvos em uma pasta na nuvem (com a ferramenta Google Drive) para tal finalidade, de forma a preservar o registro e também permitir a geração de um link único (v. item 3.1.1).

<sup>95</sup> A grafia do nome dos jornais foi mantida conforme o padrão adotado pelos veículos (p. ex.: “Diario” ou “Ultima”, sem acento; “Commercio”, com M duplo etc.)

por aquela razão (dificuldade de acesso, impressão de não-interesse), que não possa ser justificável no plano do rigor” (Bardin, 1977, p. 97). No nosso caso e considerando os critérios já expostos, é válido mencionar que não se deixou nada de fora a não ser o que será explicado a seguir, sempre com o rigor que a pesquisa acadêmica exige.

Bruta, a lista terminou com 841 resultados. Foi preciso, entretanto, submetê-la a algumas aparas. Por óbvio, houve intersecção de resultados nas diferentes buscas, uma vez que uma mesma matéria poderia conter concomitantemente os termos “Arlete Hilú” e “tráfico de bebês” – duplicatas foram descartadas, o que foi feito de forma automática com uso de fórmula<sup>96</sup>. Também foram descartados artigos de opinião, pequenos registros sem valor jornalístico, cartas à redação, intimações, editais. Matérias em revistas foram excluídas: optou-se pela análise especificamente de textos noticiosos de *jornais*. As chamadas nas primeiras páginas ficaram de fora, uma vez que elas se referem a matérias internas, todas incluídas na lista (a análise aqui proposta mostrará, entre outras coisas, se cada uma das histórias ganhou ou não destaque na capa).

Por vezes, uma inserção incluía mais de uma matéria, porque, na mesma página, trazia “sub-retrancas”, “*sides*” ou “coordenadas”<sup>97</sup>, por exemplo. Em casos assim, foi acrescida ao código daquela inserção uma letra sequencial (a, b, c etc.), denotando que se trata de matéria no mesmo dia, na mesma página, adicional à matéria original.

Com as ações descritas acima, o resultado foi uma lista ainda extensa, com 749 matérias apuradas<sup>98</sup>. Como a análise de todas as matérias, porque criteriosa e sobre uma grande variedade de informações, quantitativas e qualitativas, geraria trabalho hercúleo, optou-se por estreitar seu número, a partir da sugestão que Herscovitz (2007, p. 129-130) faz com base em Barbetta: um cálculo para obter o tamanho da amostra ( $n$ ) que considera o universo total de matérias, ou

---

<sup>96</sup> Com supervisão e testagem do autor, as fórmulas para o Google Planilhas com diferentes finalidades utilizadas nesta pesquisa foram geradas pela ferramenta de inteligência artificial generativa ChatGPT, da OpenAI.

<sup>97</sup> Na edição de 1996 de seu manual de redação (*Folha de S.Paulo*, [2026?]), o jornal *Folha de S.Paulo* define “sub-retranca” como “texto editado abaixo do principal, para o qual traz informações complementares, análise ou contextualização”; para Rabaça & Barbosa (2001, p. 698a), trata-se de “texto complementar, editado logo abaixo de uma matéria, ou diagramado no meio das colunas do texto principal. Seu título, geralmente em corpo menor do que o corpo do título principal, costuma ligar-se com este por uma nítida relação de conteúdo”. A *Folha* define “*side*”, palavra em inglês para “lado”, como “texto secundário que pode desenvolver aspectos específicos do tema abordado no texto principal de uma página. Pode rememorar fatos, acrescentar dados, analisar, interpretar, comentar ou até polemizar com o texto principal”. O *Dicionário de Comunicação* define “coordenada” como “matéria vinculada a outra, sem ser subordinada a ela” (Rabaça & Barbosa, 2001, p. 189a). Em suma, são textos acessórios que se referem a um texto principal na página ou na edição.

<sup>98</sup> A lista completa está disponível em «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/corpora/tudo>».

“população”<sup>99</sup> ( $N$ ), e uma primeira aproximação para o tamanho da amostra ( $n^o$ ), esta última calculada a partir de uma margem de erro amostral ( $Eo$ ). As fórmulas:

**Quadro 1 – Fórmulas para obtenção de número amostral**

$$n = \frac{N \cdot n^o}{N + n^o} \quad \text{em que } n^o = \frac{1}{(Eo)^2}$$

*Fonte: Reprodução de Herscovitz (2007), com base em Barbetta (2004)*

Também aqui Bardin contribui à questão dizendo que “a amostragem pode fazer-se ao acaso, ou por *quotas* (sendo conhecidas as frequências das características da ‘população’, retomá-las na amostra, em proporções reduzidas)” (1977, p. 97). E segue, explicando que, “[t]idos em conta estes critérios [...], que dependem do objetivo da análise, pode proceder-se a uma redução pensada (amostragem) do universo e diminuir a parte submetida a análise” (*idem*).

De forma a encontrar equilíbrio entre uma representação fiel da totalidade de matérias encontradas e um número que fosse viável para a presente análise proposta, optou-se por adotar uma margem de erro de 8% (0,08), que foi aplicada a todos os números. Quanto menor a margem de erro, maior seria a quantidade de matérias para análise, e vice-versa. Com 8%, o total segue sendo representativo sem gerar um número monstruoso de matérias. A tabela 7 traz o detalhe do cálculo realizado.

**Tabela 7 – Cálculo da amostragem a ser analisada**

<b>‘População’</b>	<b>N = 749</b>
<b>Primeira aproximação da amostra</b> (varia conforme a margem de erro “Eo”): <i>cálculo: <math>1/Eo^2</math></i>	<b>n<sup>o</sup> = 156</b>
<b>Erro amostral</b> (ou margem de erro)	<b>Eo = 8,00%</b>
<b>AMOSTRA: cálculo: <math>(N \cdot n^o)/(N + n^o)</math></b>	<b>n = 129</b>

*Fonte: Elaboração própria (2025)*

<sup>99</sup> Quando usada entre aspas, o termo “população” vai se referir à totalidade das matérias apuradas para esta pesquisa antes da filtragem que resultou na amostra. Sem aspas, o termo é aquele dicionarizado.

Finalmente, para garantir a aleatoriedade da amostra, aplicou-se ao banco de dados com todas as matérias, ainda dentro do Google Planilhas, uma fórmula de sorteio<sup>100</sup>, a partir do qual obteve-se o conjunto final de matérias para análise, totalizando 129, conforme o número obtido a partir da fórmula de Barbetta explicada acima. Restaram na lista final, então, matérias de 17 dos 24 jornais, com a distribuição de acordo com a tabela 8 a seguir. A planilha com todas as informações foi disponibilizada e pode ser consultada<sup>101</sup> na internet.

**Tabela 8 – Distribuição de jornais e matérias para análise**

<b>Jornal</b>	<b>Matérias</b>	<b>%</b>
<i>A Tribuna (SP)</i>	4	3,10%
<i>Cidade de Santos (SP)</i>	3	2,33%
<i>Correio Braziliense (DF)</i>	25	19,38%
<i>Correio de Notícias (PR)</i>	24	18,60%
<i>Diário de Natal (RN)</i>	3	2,33%
<i>Diário de Pernambuco (PE)</i>	1	0,78%
<i>Diário do Pará (PA)</i>	1	0,78%
<i>Folha de S.Paulo (SP)</i>	3	2,33%
<i>Jornal do Brasil (RJ)</i>	14	10,85%
<i>Jornal do Comércio (AM)</i>	4	3,10%
<i>Jornal do Commercio (RJ)</i>	3	2,33%
<i>Jornal do Dia (MT)</i>	3	2,33%
<i>O Estado de S. Paulo (SP)</i>	8	6,20%
<i>O Fluminense (RJ)</i>	2	1,55%
<i>O Globo (RJ)</i>	25	19,38%
<i>O Liberal (PA)</i>	1	0,78%
<i>Tribuna da Imprensa (RJ)</i>	5	3,88%
<b>TOTAL</b>	<b>129</b>	

*Fonte: Elaboração própria (2025)*

<sup>100</sup> A fórmula foi gerada pelo ChatGPT: =QUERY(SORT(Matérias!A2:K; RANDARRAY(ROWS(Matérias!A2:A)); TRUE); "LIMIT 129"), onde Matérias!A2:K é a base de dados sem o cabeçalho; RANDARRAY(ROWS(...)) embaralha as linhas, com base em números aleatórios; SORT(...; ...; TRUE) ordena as linhas de forma aleatória; e QUERY(...; "LIMIT 129") retorna apenas as 129 primeiras linhas sorteadas". A fórmula foi gerada a partir de *prompt* (comando) do autor e verificada. Com ela, é possível garantir total aleatoriedade no resultado do sorteio.

<sup>101</sup> Disponível em <<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/corpus-quantitativo>>

### 3.1.1 Breves notas sobre os acervos consultados

A título de registro, quiçá útil para quem pretende buscar nos acervos utilizados para esta pesquisa, propõe-se uma breve e bem subjetiva avaliação a seu respeito. Construídos sobre diferentes plataformas<sup>102</sup>, os acervos da Biblioteca Nacional e dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* têm suas particularidades, vantagens e desvantagens. A intenção aqui é deixá-las registradas, também com a pretensão de que sirvam como sugestões para melhoria dessas ferramentas, imprescindíveis que são para contar a nossa história.

Os sistemas de busca dos acervos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* são falhos, exigindo do pesquisador manobras e grande dose de paciência. Por exemplo: o nome de Arlete Hilú, entre aspas, no buscador do acervo do jornal paulista gera apenas 1 resultado. Ora, o autor bem sabe que há inúmeras matérias publicadas pela *Folha* a respeito do tema com menções diretas e nominais à traficante confessa. No acervo do jornal fluminense, não foi diferente. Apareceram apenas 2 resultados para busca idêntica, e nenhum deles do período em questão. Foi preciso então lançar mão de outros campos, de forma não intuitiva, para ter acesso a mais matérias (a “Busca avançada” do acervo da *Folha* permite buscar por “Todas estas palavras”, “Exatamente esta frase”, “Qualquer uma destas palavras” e, ainda, eliminar termos, com “Nenhuma destas palavras”; o acervo do jornal *O Globo* oferece “Todas estas palavras”, “Qualquer uma dessas palavras”, “Expressão ou frase exata” e a opção de exclusão “Nenhuma destas palavras” – contudo, esses campos adicionais não aparecem na tela inicial).

Outro problema, este mais funcional, têm os acervos da *Folha*, do *Estado* e do *Globo*: não há mecanismo que permita “saltar” de uma matéria à seguinte, obrigando o pesquisador a retornar para a tela de resultados e encontrar “no olho” a inserção que será a próxima na lista. Isso atrasa o processo de pesquisa e pode levar a erros. Outro complicador: trabalhando em duas telas, como é de costume do autor, fica fácil observar, numa delas, as páginas com as matérias e, na outra, a tabela em que os dados são inseridos. Mas as páginas da *Folha* são “escurecidas” ao trocar de tela, o que obriga um vaivém desnecessário.

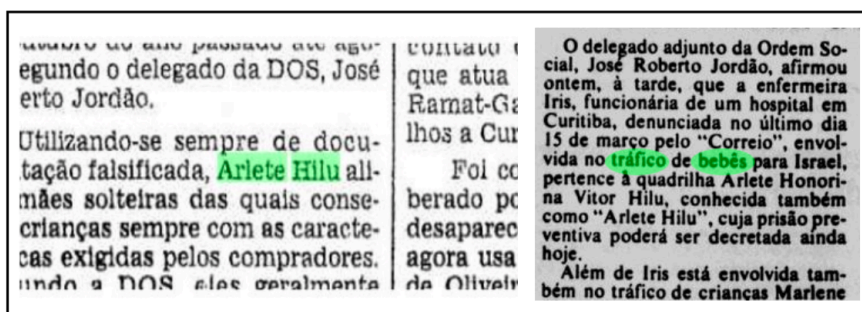
---

<sup>102</sup> As plataformas *online* que hospedam os quatro acervos foram desenvolvidas pelos seus mantenedores e grupos de mídia, não sendo, assim, construídas a partir de soluções comerciais existentes (como ALMA/Primo, DSpace, ProQuest etc.) A Biblioteca Nacional colocou sua hemeroteca no ar em 2009, crescendo rapidamente a partir de 2010. Os acervos dos veículos de imprensa foram lançados em 2011 (*Folha*), 2012 (*Estado*) e 2013 (*O Globo*). Fonte: informações disponibilizadas pelos próprios acervos.

No acervo do jornal *O Globo* também é preciso ler matéria por matéria para encontrar, enfim, aquilo que se procura, porque o resultado da busca não é destacado. No sistema do *Estadão*, da *Folha*<sup>103</sup> e da Biblioteca Nacional, por sua vez, os termos buscados aparecem destacados com uma cor, o que agiliza o processo de localizar a matéria (v. *imagem 2*).

Outra desvantagem observada nos acervos da BN e dos jornais paulistas é a impossibilidade de gerar um arquivo PDF da página com o resultado da busca. Poderia supor-se que isso decorre de uma preocupação com direitos autorais e proteção do conteúdo, mas o jornal fluminense oferece esta funcionalidade, o que sugere que não precisa ser um problema. Por outro lado, o acervo de *O Globo* não permite gerar um link único daquela página visualizada, ao passo que os outros três permitem – entre uma coisa e outra, o PDF e o link, os pesquisadores têm, então, uma forma de acessar o conteúdo sem que uma nova busca precise ser iniciada.

#### Imagem 4 – Resultados destacados nos acervos do *Estadão* e da Biblioteca Nacional



Fonte: Reprodução de matérias de *O Estado de S. Paulo* e *Correio de Notícias* de 28 mar. 1985

O sistema da hemeroteca da Biblioteca Nacional está longe de ser perfeito, com interface feia aos olhos, mas entre os utilizados na pesquisa, provou-se o melhor. Tem campo de buscas funcional, navegação intuitiva entre os resultados e ainda indica, página a página, o ponto em que a palavra buscada aparece. O ponto mais interessante é que o número de “falsos resultados”, na Biblioteca Nacional, é ínfimo, por vezes, zero. Ao contrário, nos jornais, as ocorrências de resultados sem qualquer relação com o pesquisado são comuns.

<sup>103</sup> A funcionalidade foi introduzida pela *Folha* no período de pesquisa e redação desta dissertação.

A tabela 9, mais abaixo, faz uma avaliação dos acervos<sup>104</sup>, na qual usa-se o símbolo “estrela” para representar uma escala, sendo a melhor “nota” ★★★★★ (todas as estrelas “preenchidas”) e a pior, ☆☆☆☆☆ (nenhuma estrela “preenchida”). Além disso, respostas “sim ou não” para os critérios estão representados, respectivamente, pelos símbolos ✓ e ✗.

\*                      \*                      \*

O que se espera, então, que tenha um bom buscador de notícias? Como explicado, os acervos consultados foram montados cada um a seu modo, internamente, nas empresas de imprensa a que pertencem e na Biblioteca Nacional. Considerando as limitações, virtudes e lacunas observadas, é possível delinear, ainda que de forma teórica, as características de uma hemeroteca ideal voltada à pesquisa histórica, jornalística e acadêmica, como a que aqui se faz. Essa proposta não ignora restrições técnicas, financeiras ou legais, mas parte do princípio de que esses repositórios cumprem uma função pública fundamental: preservar, organizar e tornar acessível a memória jornalística documental da sociedade.

Em primeiro lugar, o sistema de busca deveria ser robusto, transparente e confiável. Isso inclui buscas por termos exatos, operadores booleanos<sup>105</sup> plenamente funcionais, possibilidade de pesquisa por campos combinados (nome, data e período, editoria, tipo de conteúdo, por exemplo) e, sobretudo, redução drástica de falsos positivos. Resultados irrelevantes não apenas atrasam a pesquisa como comprometem a confiança do pesquisador na ferramenta.

Associado a isso, o destaque visual dos termos buscados dentro das páginas digitalizadas deveria ser um requisito básico. A marcação clara e consistente dos termos – como observado na Biblioteca Nacional e em parte dos acervos jornalísticos – reduz o tempo de leitura exploratória e diminui a chance de cometimento de erros ou de omissões.

No plano da navegação, o acervo ideal daria ao pesquisador ferramentas para transitar de forma contínua e lógica, permitindo (a) saltar facilmente de um resultado ao seguinte; (b)

---

<sup>104</sup> Faz-se necessária uma nota: após a conclusão da avaliação, a hemeroteca da Biblioteca Nacional instituiu um mecanismo “com o objetivo de fortalecer a segurança” que exige, ao abrir cada novo link e no início de cada nova pesquisa, a digitação de um código de três algarismos. Embora compreendendo as intenções, entende-se que este mecanismo piora a qualidade da usabilidade da ferramenta, motivo pelo qual a nota deste quesito foi afetada. Segue a íntegra do texto em que a BN explica a adoção do mecanismo: “Prezados (as) Pesquisadores, informamos que a partir do dia 03/10/2025, com objetivo de fortalecer a segurança da informação e proteção de dados da nossa plataforma Hemeroteca Digital Brasileira, implementamos a funcionalidade CAPTCHA. A partir de agora, ao realizar determinados acessos ou ações, será necessário concluir essa verificação simples para prosseguir. Contamos com sua compreensão e estamos à disposição para qualquer dúvida ou dificuldade”.

<sup>105</sup> Termos lógicos usados para combinar ou excluir palavras-chave em buscas, focando ou expandindo resultados.

escolher diretamente páginas específicas de uma determinada edição; (c) manter a ordem cronológica como padrão, com possibilidade de inversão; e (d) trabalhar com múltiplas abas ou telas sem bloqueios artificiais, escurecimento de páginas ou recarregamentos desnecessários.

Outro ponto central diz respeito à reprodutibilidade da pesquisa, princípio básico do método científico. Para isso, o sistema deveria permitir tanto a geração de links permanentes para cada página ou matéria quanto o *download* em formato PDF das páginas consultadas, ainda que com eventuais marcas d'água ou limitações de uso comercial. Negar essas possibilidades dificulta a verificação posterior, o retorno ao material original e o diálogo entre pesquisadores.

A qualidade do OCR também se mostra decisiva. Não basta que haja reconhecimento óptico de caracteres: é fundamental que ele seja preciso, bem calibrado para diferentes tipografias históricas e acompanhado, sempre que possível, de indicação exata do ponto da ocorrência dos termos buscados na página. Nesse aspecto, a experiência da hemeroteca da Biblioteca Nacional se mostrou exemplar.

Do ponto de vista da interface, o acervo ideal não precisa ser visualmente sofisticado, mas deve ser funcional, estável e coerente. Recursos como *zoom* eficiente, rotação, ajuste automático da página à tela, tela cheia e navegação fluida dentro do documento são mais relevantes para a pesquisa do que soluções estéticas elaboradas.

Por fim, embora se reconheça que acervos privados estejam submetidos a modelos de negócio e direitos autorais, o ideal – sobretudo quando se trata de material histórico – seria garantir algum grau de acesso universal, ainda que parcial. Barreiras absolutas de acesso tendem a elitizar a pesquisa, restringindo-a a instituições ou indivíduos com maior poder econômico, o que contraria o próprio sentido de preservação da memória coletiva.

Em síntese, o acervo ideal seria aquele que combina: busca precisa, navegação intuitiva, transparência metodológica, possibilidade de arquivamento, respeito ao pesquisador e compromisso com a memória pública. As experiências analisadas mostram que tais qualidades não são utópicas – elas já existem, de forma fragmentada, em diferentes sistemas. O desafio está em reuni-las de maneira coerente e orientada ao interesse público.

Para além dos critérios funcionais avaliados, um acervo ideal deveria ainda atender a requisitos metodológicos, arquivísticos, semânticos e éticos, relacionados à rastreabilidade da pesquisa, à integridade documental, à transparência tecnológica e ao compromisso com o acesso público e a preservação de longo prazo. Isso implica, por exemplo, permitir que as buscas

realizadas possam ser reproduzidas ou documentadas, com indicação clara dos parâmetros utilizados, bem como assegurar a persistência dos resultados ao longo do tempo. A padronização e a clareza dos metadados (data, edição, página, caderno, veículo e identificadores permanentes) são igualmente centrais, pois garantem não apenas a correta citação das fontes, mas também a verificabilidade e a replicabilidade do trabalho acadêmico.

Além disso, um acervo ideal deveria prezar pela integridade do documento jornalístico enquanto unidade histórica, oferecendo acesso à edição completa dos periódicos (algo que coincide nos quatro casos) e indicando de forma transparente eventuais lacunas, páginas ausentes e problemas de digitalização. No campo da busca, seria desejável o uso de ferramentas mais sofisticadas de tratamento semântico, capazes de lidar com variações ortográficas, erros de OCR, grafias históricas e homônimos, reduzindo ambiguidades e falsos positivos. Por fim, a plataforma deveria reconhecer o pesquisador como usuário recorrente e qualificado, oferecendo recursos de organização do trabalho – como salvamento de buscas, histórico de navegação e exportação de metadados – e mantendo políticas de acesso e preservação claramente explicitadas, compatíveis com a função pública desses acervos como depositários da memória social.

Tabela 9 – Avaliação dos acervos utilizados<sup>106</sup>

<b>CrITÉRIOS</b>	<b>Descrição</b>	<b>Biblioteca Nacional</b>	<b>Acervo Estadão</b>	<b>Acervo Folha</b>	<b>Acervo O Globo</b>
<b>Antiguidade</b>	Escopo do acervo	Desde 1740	Desde 1875	Desde 1921	Desde 1925
<b>Busca avançada</b>	Qualidade dos recursos de busca avançada	★★★★★	★★★★☆☆	★★★★☆☆	★★★☆☆☆
<b>Destaque</b>	Destaca termos buscados em cores, agilizando a busca dentro da página	✓	✓	✓	✗
<b>Disponibilidade</b>	Acervo não oculta tela (melhor avaliação para conteúdos disponíveis)	★★★★★	★★★★★	★☆☆☆☆	★★★★★
<b>Escolha de período</b>	Permite selecionar a década ou uma data desejada	✓	✓	✓	✓
<b>Geração de link</b>	Permite criar <i>link</i> único direto para a página com o resultado encontrado	✓	✓	✓	✗
<b>Geração de PDF</b>	Permite fazer <i>download</i> de PDF da página para o computador local	✗	✗	✗	✓
<b>Interface</b>	Apresentação geral da interface	★★★☆☆	★★★★☆☆	★★★★★☆☆	★★★★★☆☆
<b>Navegação entre páginas</b>	Permite selecionar a página a que se deseja ir diretamente	✓	✗	✗	✗
<b>Navegação entre resultados</b>	Permite “saltar” de um resultado para outro, agilizando a pesquisa	✓	✗	✗	✓
<b>OCR</b>	Oferece busca por conteúdo textual	✓	✓	✓	✓
<b>Organização geral</b>	Apresenta resultados em ordem cronológica	★★★★★	★★☆☆☆☆	☆☆☆☆☆☆	☆☆☆☆☆☆
<b>Qualidade das páginas</b>	Páginas digitalizadas oferecem boa leitura, sem quebras, sem distorções	★★★☆☆	★★★★☆☆	★★★★★☆☆	★★★★★☆☆
<b>Rapidez de navegação</b>	Permite navegação ágil entre os resultados	★★☆☆☆☆	★★★★☆☆	★★★★★☆☆	★★★★★☆☆
<b>Recursos</b>	Qualidade de recursos como zoom, navegação na página, rotação, tela cheia, “fazer caber” etc.	★★★★★☆☆	★★★★★☆☆	★★☆☆☆☆	★★☆☆☆☆
<b>Resultados</b>	Precisão nos resultados da busca (poucos falsos positivos)	★★★★★	★★★★☆☆	★★☆☆☆☆	★★★☆☆☆
<b>Texto</b>	Oferece possibilidade de copiar/ colar texto (títulos, trechos etc.)	✗	✗	✗	✗
<b>Universalidade</b>	Pode de ser acessado sem necessidade de pagamento ou assinatura	✓	✗	✗	✗
<b>Usabilidade</b>	Facilidade geral de uso da ferramenta	★★☆☆☆☆	★★★★☆☆	★★☆☆☆☆	★★★★☆☆

Fonte: Elaboração própria (2025)

<sup>106</sup> Uma versão alternativa pode ser consultada em <https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/acervos>.

### 3.2 Algumas hipóteses

A partir daqui, e ainda seguindo as recomendações da autora francesa Laurence Bardin, ousa o autor propor algumas hipóteses – “[u]ma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise” (Bardin, 1977, p. 98) – que serão adiante verificadas com a análise do conteúdo das matérias apuradas. As respostas, confirmando ou refutando essas hipóteses, estarão adiante, no item 3.4. Ainda Bardin:

Trata-se [a hipótese] de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros. O *objetivo* é a finalidade geral a que nos propomos [...], o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados. [...] Levantar uma hipótese é interrogarmo-nos: “será verdade que, tal como é sugerido pela análise *a priori* do problema e pelo conhecimento que dele possuo, ou, como as minhas primeiras leituras me levam a pensar, que...?” (Bardin, 1977, p. 98, grifos no original)

Hipóteses nem sempre são, como pontua Bardin, “estabelecidas quando da pré-análise” (1977, p. 98). De fato, afirma, são passo prescindível no processo de análise de conteúdo:

[N]ão é obrigatório ter-se como guia um *corpus* de hipóteses, para se proceder à análise. Algumas análises efetuam-se “às cegas” e sem ideias pré-concebidas. Uma ou várias técnicas são consideradas adequadas a priori, para fazerem “falar” o material, utilizando-se sistematicamente (Bardin, 1977, p. 98).

O autor seguirá, aqui, pelo caminho sugerido por Bardin: embora traçando algumas hipóteses, também se aventurará “às cegas”, deixando “falar” o material apurado.

A primeira hipótese proposta tem a ver com a distribuição regional da cobertura sobre o tráfico de bebês naquele período. Como principal quadrilha se concentrou na região Sul do país, pelas razões expostas no item 2.3, mais acima, é de se esperar que também lá tenha se concentrado a maior parte das matérias apuradas. Ao mesmo tempo, tendo sido um assunto de alcance nacional, com grande interesse público e desdobramentos diversos, também aparece a sugestão de que veículos da grande imprensa de alcance igualmente nacional, como é o caso dos três jornais pesquisados individualmente, tenham feito vasta cobertura. Essa hipótese poderá apurar-se junto à totalidade das matérias.

Também serão observados, como vamos discorrer adiante, critérios a respeito de cada uma das matérias analisadas. São características observáveis “a olho nu”, num relance que não

vai exigir uma leitura mais aprofundada do conteúdo. São esses critérios, então, a página (número) e o quadrante na página (posição) em que a matéria aparece; presença ou ausência de assinatura/ crédito nas matérias e fotos; presença ou ausência de “cidade de origem” da matéria; número de colunas da matéria; indicação se a matéria é a principal da página em que está diagramada; existência de “subs” ou “sub-retrancas” ou “sides”; a existência de chamada de capa para aquela matéria; e o formato da matéria e, quando houver, da chamada de capa, bem como, no segundo, a “dobra” em que a chamada se localiza (superior ou inferior).

Essas características são facilmente observáveis, principalmente considerando, para esse aspecto, a qualidade dos acervos de onde foram retiradas: com pouquíssimas exceções, as matérias são perfeitamente legíveis, com todos os elementos das páginas visíveis. Fosse de outra forma, esse tipo de caracterização seria muito dificultada. O que se fez, então, como explicamos acima, foi apurar, matéria a matéria, suas características observáveis.

Espera-se, então, ter uma visão geral sobre essas características. Algumas delas são boas indicadoras da importância que o tema do tráfico de bebês teve na cobertura: matérias chamadas nas capas ou posicionadas em alto de páginas ou em quadrantes de boa leitura mostram que eram o assunto de mais relevância; textos mais longos ou conjuntos de textos em uma mesma página apontam para investigações mais aprofundadas.

A partir dessas características observáveis, a intenção é ter um quadro geral – ainda que não representativo do todo porque há, no conjunto sempre crescente de matérias, tamanhos, formatos etc. dos mais diversos – sobre quão importante, para a imprensa, foi o esquema de movimentação ilegal de bebês brasileiros para adoção no exterior. Para se ter uma noção, a coleção de recortes do autor já supera 2 mil entradas advindas da década de 1980.

### **3.3 Informações quantitativas do *corpus***

Neste ponto, a pesquisa apresenta o resultado da sistematização e da aplicação das fórmulas explicitadas ao longo do *item 3.1*. Como já se discutiu, restaram para análise 129 matérias de um conjunto de 17 jornais. As matérias compreendem o período que vai de 7 de outubro de 1983 (sexta-feira) a 24 de outubro de 1989 (terça-feira) – lembrando que as datas não foram critérios usados na seleção, embora estivessem as matérias restritas à década de 1980.

No conjunto das matérias listadas para a análise, um terço (43) resulta do termo de busca “Arlete Hilú”, ao passo que “tráfico de bebês” gerou dois terços dos resultados (86). No universo

das matérias apuradas (749), a proporção não é muito distante: 38,05% (285 matérias) advém do termo “Arlete Hilú” e 61,95% (464), do termo “tráfico de bebês”. Os dados revelam a manutenção da proporcionalidade dos resultados no que se refere aos termos buscados. Também sugerem que o termo “tráfico de bebês”, por mais genérico, gera mais resultados do que o nome da traficante, mencionado apenas naquelas matérias em que ela é particularmente citada (e nem todo o esquema passava por ela).

Outro dado tem a ver com a cronologia das matérias. Já se estabeleceu aqui de forma exaustiva que o período pesquisado corresponde aos anos 1980. No grupo amplo das matérias, a maioria está em 1988 (37,4%) e 1986 (30,29%). Não parece aleatório: um caso que gerou grande interesse público e acalorado debate na sociedade da época teve seus picos justamente em 1986, quando houve o rapto de uma bebê, e em 1988, quando ela foi repatriada após decisão judicial no país adotivo. Números parecidos foram obtidos na amostra sorteada: 1986 teve 31,78% das matérias; 1988, 35,66%. A tabela abaixo mostra a distribuição das matérias ao longo dos anos.

**Tabela 10 – Distribuição das matérias por ano (amostra e ‘população’)**

<b>Anos</b>	<b>Matérias (amostra)</b>	<b>%</b>	<b>Matérias (‘população’)</b>	<b>%</b>
<b>1980</b>	0	0.00%	7	0.94%
<b>1981</b>	0	0.00%	3	0.40%
<b>1982</b>	0	0.00%	6	0.80%
<b>1983</b>	1	0.78%	3	0.40%
<b>1984</b>	2	1.55%	32	4.29%
<b>1985</b>	13	10.08%	51	6.84%
<b>1986</b>	41	31.78%	226	30.29%
<b>1987</b>	9	6.98%	48	6.43%
<b>1988</b>	46	35.66%	279	37.40%
<b>1989</b>	17	13.18%	91	12.20%
<b>Total</b>	<b>129</b>		<b>746</b>	

*Fonte: Elaboração própria (2025)*

Avaliou-se também a distribuição geográfica dos jornais, lembrando que foram apurados apenas aqueles que resultam automaticamente das buscas feitas na hemeroteca da Biblioteca

Nacional, portanto não cobrindo a totalidade dos jornais em circulação no período<sup>107</sup>. No conjunto amplo das matérias, a maioria se concentrou no Sudeste (53,7%) e no Sul (24,43%), ao passo que, na amostra sorteada, o Sudeste teve 51,94% e o Sul, 18,6% (proporção mantida). As demais regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) marcaram 29,46% na amostra e 21,9% na “população”. A tabela 11 mostra a distribuição das matérias por Unidade da Federação. Mais abaixo, o quadro 2 detalha essa distribuição.

Embora os números evidenciem, também aqui, a manutenção da proporcionalidade nos resultados entre a “população” e a amostra final desta pesquisa na questão geográfica, sobressai também que a variedade regional do Brasil não se encontra representada de forma balanceada, o que fala muito sobre a iniquidade no acesso à informação no país, tema que certamente merece um olhar mais aprofundado, que não caberá aqui – o *item 2.2* faz menções a respeito.

**Tabela 11 – Distribuição das matérias por UF (amostra e ‘população’)**

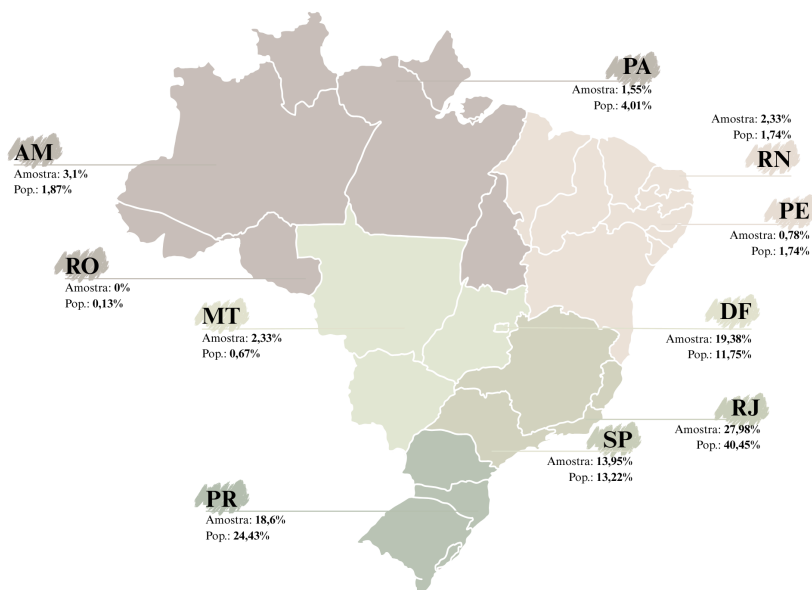
UF	Região	Amostra	‘População’
AM	N	3,10%	1,87%
DF	CO	19,38%	11,75%
MT	CO	2,33%	0,67%
PA	N	1,55%	4,01%
PE	NE	0,78%	1,74%
PR	S	18,60%	24,43%
RJ	SE	37,98%	40,45%
RN	NE	2,33%	1,74%
SP	SE	13,95%	13,22%
RO	N	0,00%	0,13%

*Fonte: Elaboração própria (2025)*

Uma vez que o conjunto das matérias para análise está estabelecido, parte-se então para a apuração dos critérios que serão analisados. Em relação às características físicas, como foi exposto acima, começaremos observando aquilo que se refere à posição física das matérias no contexto das páginas em que foram diagramados e publicados.

<sup>107</sup> Conforme o site da Biblioteca Nacional, sua hemeroteca reúne 211 jornais e revistas do período 1980-1989.

**Quadro 2 – Distribuição regional de matérias (amostra e ‘população’)**



Fonte: *Elaboração própria (2025)*

Para aferir a posição das matérias nas páginas, usaremos o que se convencionou chamar de “quadrantes”. Intuitivamente, pode-se vislumbrar as quatro partes que compõem o retângulo vertical da página: dois superiores, à esquerda e à direita, e dois inferiores, também à esquerda e à direita. Algumas matérias, porque ocupam espaço de destaque como texto principal na página, foram classificadas como estando no “alto de página” nesses casos. Da mesma forma, pode-se visualizar que as páginas de um jornal, quando aberto, se dividem entre pares e ímpares, sendo ímpar a *Primeira Página* (página 1 ou capa). Daí, tem-se o esquema que o quadro 3 ilustra.

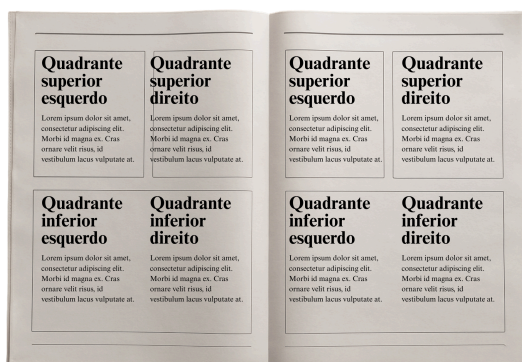
A disposição de matérias numa página (ou na capa, para todos os efeitos) não é aleatória. As teorias de *design* que embasam esse conhecimento evoluíram muito desde os anos 1980, quando essas matérias foram publicadas, é verdade, mas também é verdade que alguns conceitos já eram válidos lá atrás. Na década de 1980, os jornais brasileiros, como se viu no [item 2.2](#), passavam por grandes mudanças, também no que dizia respeito ao seu desenho.

Não é preciso ir muito atrás no tempo para encontrar exemplos ruins de como as notícias eram dispostas em páginas de jornal: poucos espaços brancos, enormes “manchas” de texto sem respiros e sem imagens, pouca diferenciação entre textos e títulos, enfim, um aproveitamento ruim do espaço à disposição, com desordem gráfica e editorial.

O jornalista Alberto Dines, na versão de 1974 de seu *O papel do jornal*, lembrava que

[f]oi Amilcar de Castro<sup>108</sup>, o escultor e artista gráfico, quem trouxe para a imprensa brasileira o jogo de espaços e volumes, confronto do horizontal com o vertical, da simetria com a assimetria, na fase Odylo Costa Filho<sup>109</sup>, do *Jornal do Brasil* (1957). [...] A partir daí, criou-se nos jornais brasileiros uma noção de harmonia, que, mais tarde, entrosou-se com o conceito, ordenação e disposição do material, típicos do jornal-revista, aportado por fase posterior do *Jornal do Brasil*. [...] O leitor habituou-se ao jornal bonito, logicamente apresentado e racionalmente disposto (Dines, 1974, p. 100).

### Quadro 3 – Esquema de quadrantes nas páginas de jornal



Fonte: Elaboração própria (2025) sobre imagem gerada pelo ChatGPT (2025)

De forma geral e bem resumida, para não nos atermos em demasia neste único ponto da análise, as reformas realizadas nos jornais, como a do *Jornal do Brasil* no fim dos anos 1950 citada por Dines, mas principalmente aquelas puxadas pela grande reforma que a *Folha de S.Paulo* fez nos anos 1980, seguida que foi por outros veículos de todo o país, como se discutiu no *item 2.2*, se basearam em princípios que já àquela altura eram basilares na construção gráfica dos veículos de comunicação, atendendo não apenas à estética, como sugere o jornalista fundador do *Observatório da Imprensa*, como também financeiros.

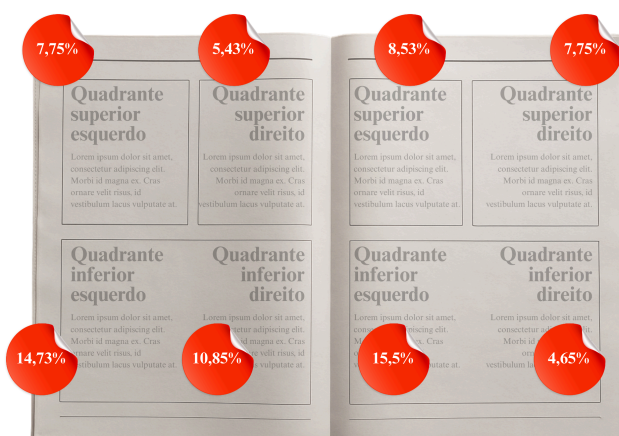
Em suma, a teoria ensina que fotos e manchetes, como permite-se intuir, são dominantes como “pontos de entrada”, aqueles para o qual o leitor primeiro olha ao virar uma página. Do inglês “*entry-point*”, o conceito é central no desenho modular mais hierárquico e funcional, usual no jornalismo impresso. Em manuais e na prática editorial dos anos 1970 aos 1990, já se adotava a ideia dos quadrantes: ao virar a página, a varredura dos olhos tende a começar na parte superior

<sup>108</sup> Amilcar Augusto Pereira de Castro (1920–2002), também *designer* gráfico, foi responsável pela reforma gráfica do *Jornal do Brasil*, entre 1957 e 1959. Antes, foi diagramador da revista *Manchete*. Ao longo dos anos 1960, cuidou da diagramação dos jornais *Correio da Manhã*, *Ultima Hora*, *Estado de Minas* e *Jornal da Tarde*, entre outros. Em nota de rodapé em seu livro, Dines conta que quem descobriu Castro foi Otto Lara Resende, “levando-o para *Manchete* (onde Otto Lara Resende foi diretor). De lá, Jânio de Freitas levou-o para o *JB*” (1974, p. 101).

<sup>109</sup> Odylo Costa Filho (1914–1979) foi jornalista, cronista, novelista e poeta, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). Quando chefe de redação do *Jornal do Brasil*, teve papel decisivo em sua reformulação editorial.

e se deslocar em direção às bordas externas<sup>110</sup> (o quadrante superior esquerdo, no caso das páginas pares, e o quadrante superior direito, nas ímpares).

**Quadro 4 – Distribuição das matérias nos quadrantes<sup>111</sup>**



Fonte: Elaboração própria (2025) sobre imagem gerada pelo ChatGPT (2025)

Em outros termos, na página ímpar, o olho “chega” pela esquerda interna, mas é “puxado” para o canto superior direito (borda externa); na página par, chega pelo direito interno e se desloca para o canto superior esquerdo (borda externa). Daí que cantos “externos” eram/ são espaços nobres, usados para matérias com maior peso e/ou importância. Em contrapartida, os quadrantes superiores internos recebem atenção do olhar, mas de forma mais secundária, e os quadrantes inferiores são menos “nobres”, reservados a matérias menores, continuação de textos etc. Da mesma forma, esses espaços também são disputados pela publicidade, justamente por primeiro atraírem o olhar do leitor – são, por isso, os mais caros.

<sup>110</sup> O movimento tem origem no formato padrão de produtos impressos ocidentais, como o jornal. Para o filósofo checo-brasileiro Vilém Flusser (1920–1991), a forma como os olhos “entram” na página de um veículo não é um reflexo biológico instintivo, mas um gesto culturalmente programado – não só isso: ele argumenta que o olhar é *treinado* por dispositivos e códigos que dominam *cada época*. Flusser descreve o movimento dos olhos como um “salto na superfície”: antes de “ler” (linearmente), os olhos “escaneiam” a página como um todo. O olho, afirma, é “convidado” pela estrutura da página a saltar de ponto em ponto. O primeiro ponto na página para o qual o olho “aponta” é geralmente uma imagem ou uma manchete em destaque, afirma. Para o assunto, veja os livros de Flusser *A escrita: há futuro para a escrita?* e *Elogio da superficialidade: o universo das imagens técnicas*.

<sup>111</sup> O quadro mostra apenas a porcentagem de matérias posicionadas em algum dos oito quadrantes na imagem; matérias que ocuparam *alto de página* (ou seja, toda a largura da parte superior da página) foram 15 (11,63%) nas páginas pares e 16 (12,4%) nas ímpares, somando 31 matérias (24,03%).

Analisando o resultado da amostra, assim ficou a distribuição das matérias<sup>112</sup>: os altos de página somaram 24,03% das matérias; os quadrantes “nobres” (bordas externas), 15,5%; os quadrantes superiores secundários (direito na página par e esquerdo na página ímpar), 13,95%; e os quadrantes inferiores (os 4), 45,74%. Uma das matérias ficou de fora porque o número da página não estava visível, daí não ser possível determinar se par ou ímpar. O quadro 4, acima, mostra visualmente como as matérias se dispuseram nas páginas.

Entendeu-se pertinente, para as finalidades desta pesquisa, classificar cada matéria de acordo com determinadas categorias observáveis, recorrendo-se à nomenclatura adotada pelo jornal *Folha de S.Paulo* que, embora seja de uso interno (jargões adotados dentro da redação), pode ser tranquilamente extrapolada para outros veículos. Por uniformidade, escolheu-se usá-los com a descrição conforme o manual de estilo da *Folha*, reeditado ao longo dos anos mas que nasceu, curiosamente, na década de 1980, como já se destacou no *item 2.2*. Alguns formatos, não previstos no manual da *Folha*, tiveram seus nomes criados pelo autor.

Essa é a nomenclatura que foi aqui adotada<sup>113</sup>, então: (a) **box**: texto curto que aparece cercado por fios, em associação com outro texto, mais longo; (b) **cabeça de página**: texto no alto da página, espaço nobre que deve ser reservado para publicação de textos mais importantes; (c) **coluna lateral**: texto contido em módulo em capa de caderno para dar maior visibilidade a notas de grande leitura; (d) **colunão**: notícia que não demanda mais do que nove linhas impressas, apresentada em coluna lateral de página; (e) **curtíssima**<sup>114</sup>: texto muito curto, sem título ou com título muito curto; (f) **foto-legenda**: legenda ampliada que, em combinação com imagem, esgota o assunto de que trata; (g) **iceberg**: texto assinado que começa na capa e continua em página interna; (h) **largura completa**<sup>115</sup>: texto que ocupa a largura completa da página; (i) **módulo 100**: quando não se trata de um texto principal (pode ser uma sub, side, coordenada etc.), é aquele que ocupa uma coluna; (j) **módulo 200**: o mesmo que o módulo 100, mas com duas colunas; (k) **módulo 300**: o mesmo que módulo 100, mas com três colunas; (l) **página americana**: texto diagramado em página quase inteiramente ocupada por anúncio, com exceção de estreita faixa reservada em formato de “L” invertido; (m) **página dupla**: texto que “vaza” para a página ao lado; (n) **sub-retranca**: texto editado abaixo do principal, para o qual traz informações

<sup>112</sup> A partir deste ponto, as análises e tabelas estarão dedicados especificamente às matérias da amostra, não mais trazendo informações sobre o conjunto total (“população”) das matérias.

<sup>113</sup> A lista é apresentada em ordem alfabética e não reflete hierarquia.

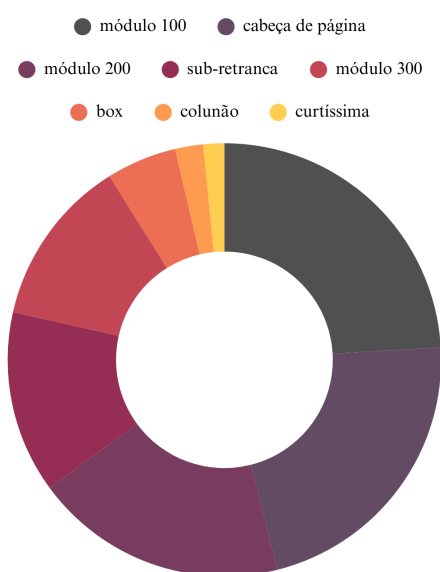
<sup>114</sup> “Curtíssima” é um caso de termo não estipulado no manual da *Folha*; foi criado pelo autor.

<sup>115</sup> “Largura completa” é um caso de termo não estipulado no manual da *Folha*; foi criado pelo autor.

complementares, análise ou contexto, com título que dialoga com o da notícia principal; e *(o) trovão*: legenda explicativa que dispensa título e texto complementar<sup>116</sup>.

Os formatos mais frequentes nas matérias analisadas são: **módulos 100** (23,26%); **cabeças de página** (20,93%); **módulos 200** (17,83%); **sub-retrancas** (13,18%); e **módulos 300** (12,4%). Entre os formatos menos numerosos, **box** (4,65%); **colunão** e **curtíssima** (2,33% cada); **largura completa** (1,55%); e **coluna lateral** (0,78%). Foto-legendas, icebergs, páginas americanas, páginas duplas e trovões não aparecem. O gráfico a seguir ilustra a divisão.

**Gráfico 6 – Formatos das matérias apuradas**



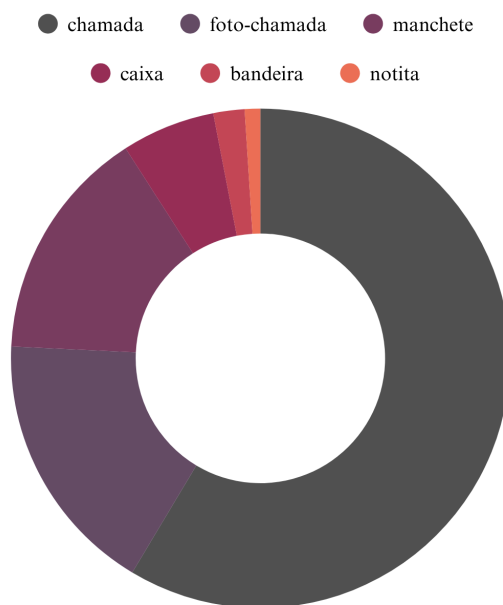
*Fonte: Elaboração própria (2025)*

No caso de matérias chamadas na capa da edição daquele dia, que totalizaram 47 (36,5% do total), também usou-se o manual de redação da *Folha* para determinar as categorias. Na ordem dos mais para os menos frequentes, os tipos foram: *(a) chamada* (texto curto com título que resume informações a respeito do assunto e remete o leitor para as páginas com a cobertura): 57,45%; *(b) foto-chamada* (imagem com ou sem legenda combinada com texto e remissão para matéria em página interna): 17,02%; *(c) manchete* (principal notícia do dia, recebe o título mais importante da capa): 14,89%; *(d) caixa* (chamada editada entre fios no alto da capa): 6,38%; *(e) bandeira* (título *sem texto* de chamada, com remissão para página ou caderno): 2,13%; e *(f)*

<sup>116</sup> Fonte: Novo Manual da Redação. São Paulo: *Folha de S.Paulo*, 1992 (p. 126-169),

**notita**<sup>117</sup> (texto *sem título* de chamada, com remissão para página ou caderno): 2,13%. Outros formatos não tiveram ocorrências: **coluna lateral** (módulo na capa para dar mais visibilidade a notas de grande leitura); **extrato** (texto assinado publicado na capa, extraído de reportagem publicada com destaque nas páginas internas e corpo menor do que as chamadas); e **trovão** (legenda explicativa de foto que dispensa título e texto complementar)<sup>118</sup>. Conjuntamente, as categorias ajudam a entender o espaço que as matérias tiveram nos jornais. O gráfico 7 ajuda a ilustrar a frequência dos formatos nas páginas.

**Gráfico 7 – Formatos das chamadas de capa das matérias**



*Fonte: Elaboração própria (2025)*

Outro critério avaliado tem a ver com a presença ou ausência de assinatura nas matérias e de crédito nas fotos, quando há fotos. Do total de 129 matérias apuradas, apenas 13 (10,08%) são assinadas pelos repórteres ou correspondentes que as produziram. Em relação ao crédito em fotos, das 48 matérias com imagens, 19 (38,78%) acompanham o crédito dos fotógrafos.

Outro dado observado tem a ver com o local de onde o material foi enviado/ onde foi produzido. Os jornais costumam indicar o lugar quando o texto vem de fora da redação. Mais da

<sup>117</sup> “Notita” é um caso de termo não estipulado no manual da *Folha*; foi criado pelo autor. O formato é comum no jornal *Correio de Notícias*, do Paraná (já descontinuado).

<sup>118</sup> Fonte: Novo Manual da Redação. São Paulo: *Folha de S.Paulo*, 1992 (p. 126-169).

metade das matérias (65, equivalente a 50,39%) não tem indicação de origem, ao passo que, entre as que indicam, 55 matérias (42,64%) são cidades brasileiras e 9 (6,98%), de fora do Brasil.

Entre as cidades brasileiras, a maioria (25 matérias, 19,38% das que tiveram indicação de origem) foi de Curitiba (PR); seguida por Brasília (DF), com 13 matérias (10,08%); Rio de Janeiro (RJ) e Florianópolis (SC), com 4 matérias cada (3,1%); Salvador (BA) e Corumbá (GO), com 2 matérias cada (1,55%); e, com 1 matéria cada, Belo Horizonte (MG), Foz do Iguaçu (PR), Londrina (PR), Porto Alegre (RS) e Blumenau (SC). Na divisão regional, foram 33 matérias de cidades do Sul do Brasil (60%), 15 do Centro-Oeste (27,27%), 5 sudestinas (9,09%) e 2 nordestinas (3,64%). Fora do país, 4 matérias vieram de Israel (1 de Jerusalém e 3 de Tel Aviv), 1 da Itália (Roma), e 4 do Paraguai (3 de Assunção e 1 de Puerto Stroessner<sup>119</sup>).

Entre o conteúdo apurado há matérias que são: (a) principais nas páginas (27,72%), ou seja, a notícia mais importante naquele espaço; (b) matérias isoladas (58,59%), que não “conversam” com outras na página ou edição; (c) matérias com uma ou mais sub-retrancas (16,16%); e (d) matérias que são, elas mesmas, sub-retrancas (25,25%).

Em 35,35% dos casos, as matérias são acompanhadas de chamadas na capa. Além de contar quantas aparecem na primeira página da edição, também verificamos se a chamada, ali, está posicionada acima ou abaixo da dobra (metade da altura do jornal): a maioria, 51,43% tem chamada na dobra superior; ao passo que 48,57%, na inferior. Além disso, classificamos os tipos de chamadas, como descrito acima. Chamamos atenção para dois formatos que dão destaque especial na capa, e que nesses casos, por vezes se misturam, as manchetes e as foto-chamadas: 40% das chamadas tiveram um ou outro formato ou o conjunto de ambos.

### 3.4 Síntese analítica quantitativa

#### 3.4.1 Geografia

Existia, desde o princípio, a percepção de que a maior parte das matérias apuradas seria de veículos publicados, por um lado, no local dos acontecimentos, ou seja, principalmente na região Sul, de onde saiu a imensa maioria dos bebês traficados; por outro lado, que jornais de

---

<sup>119</sup> *Puerto Stroessner* (ou *Puerto Presidente Stroessner*) é a antiga denominação da atual *Ciudad del Este* (ou Cidade do Leste, em português). O nome fazia referência ao ditador paraguaio Alfredo Stroessner (1954–1989) e foi utilizado ao longo da década de 1980 até fevereiro de 1989, quando Stroessner foi deposto. A cidade foi fundada em 1957 com o nome *Puerto Flor de Lis*.

alcance nacional – nomeadamente aqueles cuja redação principal fica no eixo Rio-São Paulo – também apresentariam predominância justamente por serem eles nacionais. Enquanto a primeira hipótese se confirmou, a segunda só se verificou parcialmente. Vamos aos dados.

No grupo das matérias apuradas, não submetidas a sorteio de nenhuma espécie, ou seja, em sua versão bruta e total, somando 749 títulos, o Paraná (região Sul) teve 88 matérias na busca por “tráfico de bebês” e 95 na busca por “Arlete Hilú” – na soma, 183, que representam 24,43% do total de matérias apuradas. Centrado na capital paranaense, Curitiba, o esquema atraiu atenção de veículos de lá, nomeadamente o *Correio de Notícias* (182). Esperava-se que outros veículos do Sul do Brasil aparecessem, mas jornais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina não tiveram nenhum resultado nas buscas<sup>120</sup>. Um quarto das matérias, então, foi de veículos sulistas.

No Sudeste se concentrou a vasta maioria das matérias, com 99 de São Paulo e 185 do Rio de Janeiro. Não apareceram nos resultados veículos mineiros nem capixabas. Ao todo, então, as matérias somaram 402, representando 53,67% do total. A predominância de veículos de alcance nacional se provou, mas com uma ressalva interessante: individualmente, os jornais paulistas marcaram substantivamente menos resultados do que os paranaenses (99 versus 183), e os do Paraná, por sua vez, menos do que os fluminenses (183 versus 303). Isso coloca o Rio de Janeiro em uma posição de liderança – se é que isso se pode afirmar – em relação à cobertura feita do tráfico de bebês naquele período. É importante fazer a ressalva, aqui, de que, a escolha de incluir os três jornais de maior circulação (*Estadão*, *Folha* e *O Globo*), todos eles do Sudeste, pode ter impulsionado os números dessa região, em prejuízo de jornais de outras partes do país. Ainda assim, considerando este dado, é de se notar quão expressiva e numerosa foi a participação do jornal *Correio de Notícias* (PR) no montante apurado.

Houve mais variedade de *veículos* no Rio de Janeiro do que no Paraná: *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *Jornal dos Sports*, *O Fluminense*, *Tribuna da Imprensa* e *Ultima Hora*. Os paulistas foram apenas quatro, mas ainda assim, mais do que os paranaenses: *A Tribuna*, *Cidade de Santos*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Em São Paulo, os jornais marcaram 13,22% das matérias, com 34 resultantes de “tráfico de bebês” e 65 de “Arlete Hilú”; no RJ, 118 e 185, respectivamente, somando 40,45% dos resultados.

---

<sup>120</sup> Essa informação pode estar relacionada ao fato de que poucos jornais desses dois estados têm presença no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A predominância da cobertura nas mãos de jornais do Sul-Sudeste não surpreende, uma vez que estava ali (e de lá para cá isso não mudou muito) a maior parte dos veículos brasileiros. Mas há, na lista, exemplos também de outras regiões: o Centro-Oeste pontuou 93 matérias (12,42%), puxado pelo *Correio Braziliense*, enquanto o Norte teve 45 (6,01%) e o Nordeste, 26 (3,47%). Juntos, porém, com 164 matérias, as três regiões tiveram menos matérias do que o Sul.

Analisando os veículos individualmente, também ficaram no Sul-Sudeste os jornais com mais matérias na lista: o fluminense *O Globo* (161, 21,5%) ficou só um pouco atrás do *Correio de Notícias*, do Paraná (182, 24,3%). O *Jornal do Brasil*, com 97 matérias (12,95%) ficou perto do *Correio Braziliense* (88, 11,75%), publicado na capital federal.

Apesar de os números comprovarem uma forte presença dos jornais sudestinos na cobertura, saltam aos olhos os números relativamente diminutos de resultados, principalmente dos veículos de São Paulo. Levanta-se a sugestão de que isso pode se dever a um sistema de busca falho em seus acervos, o que acaba gerando poucas saídas relevantes. A *Folha de S.Paulo*, por exemplo, apresentou apenas 1 resultado na busca por “Arlete Hilú”, o que parece altamente improvável. O *Estadão* teve 14 e, na outra busca, só 25. A tabela 11, acima, ilustra os dados.

A essa altura pode-se obter algumas leituras a partir dos dados quantitativos apurados e descritos acima. Já foi explicado que há peso predominante entre jornais das regiões mais ao sul do Brasil, o que indica que a proximidade dos fatos tem influência importante no volume de matérias feitas a respeito daquele determinado assunto. No caso do tráfico de bebês, embora com ocorrências em todo o país, naquele período Paraná e Santa Catarina foram transformados em celeiros de bebês para exportação (Paraná [...], 1986). Natural, então, que ali estivesse a mais densa cobertura. O Sudeste aparece com outra possível explicação: com o crescimento de casos e do escândalo, também os jornais de alcance nacional começaram a se inserir na cobertura, o que acompanhou um movimento feito também na imprensa internacional, que, em medida bem menor, também publicou histórias a respeito do fenômeno do tráfico de bebês brasileiros<sup>121</sup>.

A explicação para a predominância de matérias em 1986 e 1988 também já foi dada, mas aqui a ressaltamos: o alcance de reportagens publicadas nesse período se tornou maior à medida que um caso específico, o da menina Bruna, raptada em casa e traficada para Israel (em 1986),

---

<sup>121</sup> O acervo reunido pelo autor tem matérias publicadas nos seguintes veículos, todos nos anos 1980: *The New York Times*, *UPI*, *Time Magazine*, *The Miami Herald*, *Daily Breeze*, *The San Diego Union-Tribune*, *Jewish Telegraphic Agency* (todos dos EUA), *Hadashot*, *Koteret Rashit*, *Maariv*, *HaOlam HaZe* (Israel), *ITV* (Reino Unido), *Der Spiegel* (Alemanha) e *The Canberra Times* (Austrália).

foi ganhando contornos de importância. Foi o caso que mais atraiu atenção da imprensa, porque se estendeu longamente. Em 1988, os jornais não perderam a oportunidade de noticiar, em suas primeiras páginas, o veredito da Justiça israelense determinando a repatriação de Bruna.

É de se notar, como curiosidade, que a mãe de Bruna, Rosilda Gonçalves, pessoa simples que à época vivia num bairro periférico de Curitiba, se ressentia fortemente do trabalho realizado pela imprensa. Em mais de uma das conversas mantidas com o autor para a ampla pesquisa que vem realizando, Rosilda já demonstrou seu descontentamento com a cobertura jornalística na época – o que se traduz numa desconfiança perene e visível dela em relação a profissionais da imprensa. Seu rosto, tanto quanto o de Bruna, estampava páginas de publicações brasileiras, sua voz era ouvida à exaustão na televisão. A questão aparecerá adiante, no *capítulo 4*.

#### *3.4.2 Os profissionais na conta*

Apuramos brevemente números que tratam dos profissionais que fizeram o trabalho de cobertura do tráfico de bebês no período. Na nossa amostra, é muito pequena a parcela de jornalistas que assinam as matérias que escreveram, supondo que todas elas foram escritas por alguém: 10%. A imensa maioria não traz o crédito do autor. Da mesma forma, é minoritária a quantidade de fotos que acompanham crédito de seu autor: 38%.

Vale o questionamento, mesmo que com o olhar enviesado de hoje, quando o crédito é levado mais a sério na maior parte das publicações: por que tão poucos profissionais eram reconhecidos a ponto de ter seu nome impresso junto ao trabalho que realizava? Ou havia razão diferente de “reconhecimento”? Fora do escopo desta pesquisa, a questão não se pretende elucidar neste espaço, mas pode ser ponto de partida para questionamentos futuros.

#### *3.4.3 Priorização*

A seguir, buscou-se apurar dados relacionados às características físicas observáveis das matérias jornalísticas, em outras palavras, a posição em que foram publicadas nas páginas dos jornais. Matérias em alto de página, com ao menos o título ocupando toda sua largura, são, sem nenhuma dúvida, aquelas que mereceram, a critério do editor, destaque especial. Os números em relação à nossa amostra não são desprezíveis: um quarto delas apareceu nessa posição, o que demonstra a importância do assunto no preparo das edições.

Esse destaque também está demonstrado na porcentagem de matérias localizadas nos quadrantes “nobres” das páginas – os superiores “externos” (esquerdo na página par, direito na página ímpar). Foram 15,5%. Somados aos quadrantes secundários – os superiores “internos” (direito na página par, esquerdo na página ímpar), e ainda aos “alto de página”, mais da metade das nossas matérias (53,48%) apareceram na metade superior das páginas, conferindo a elas prioridade de visualização pelo leitor. Na posição que fosse, as matérias eram a mais importante em 27,72% dos casos – isso se revela pelo tamanho do título em relação a outros títulos ou pela presença de uma ou mais imagens, por exemplo.

Imagens, aliás, aparecem em 40% das matérias. Não é maioria, mas há de se levar em conta que a qualidade fotográfica disponível nos anos 1980 era bastante inferior à de hoje, por isso talvez fosse menor o uso de fotografias – mesmo assim, não é número desprezível. Como já se tratou, a maioria das fotos publicadas não acompanha o nome do fotógrafo que a registrou.

Outro indicador é o das matérias com chamada na capa, ou seja, são “anunciadas” como de importância para o leitor mesmo antes de ele sequer abrir o jornal. Das matérias observadas, mais de um terço tinha algum formato de chamada na capa. Dessas, 5,71% ocupam o mais nobre espaço, a manchete, ou seja, foram o assunto principal na opinião de quem compôs a primeira página dos jornais; e 34,29% foram uma composição de manchete e chamada com foto.

#### Quadro 5 – Exemplos de manchetes e manchetes com fotos



Fonte: Reprodução/Cidade de Santos (1983); Correio de Notícias (1985); e Jornal do Comércio (1988)

Ainda na capa, algo que também fala sobre a priorização que se dá às notícias, uma vez que também a primeira página tem seus espaços mais e menos nobres – nestes casos, a maioria das matérias analisadas (51,43%) teve chamada de capa na dobra posterior da capa do jornal, o que aponta para a importância que os editores deram ao caso.

Também observamos que, embora quase 60% das matérias apareçam isoladas na página, ou seja, sem dialogar com outras numa composição que indicaria aprofundamento na cobertura daquele tema, houve mais de 15% com sub-retrancas e um quarto que são, elas mesmas, sub-retrancas, o que significa que elas dialogam com outras matérias, algumas das quais podem não ter entrado na amostra (nas análises qualitativas, o conjunto de matérias será tomado como um todo, em vez de as matérias serem analisadas individualmente). O número significativo de matérias “desdobradas” indica um interesse dos jornais por cobrir o assunto de forma aprofundada, sem se ater apenas a notas ou pequenos registros – que também ocorreram, é claro.

No conjunto desses critérios físicos, acreditamos ser possível afirmar que houve destaque expressivo dedicado à cobertura de casos de tráfico de bebês na imprensa brasileira dos anos 1980, ainda que entendendo as limitações impostas por fatores como a indisponibilidade do acervo completo de todos os títulos em circulação na época e a necessidade de impor uma margem de erro para obter o resultado amostral, o que deixa de fora parcela majoritária das matérias, que talvez pudessem oferecer uma visão diferente sobre esse aspecto.

Mais importante do que uma análise fria de dados quantitativos será aquilo a que se propõe o que vem adiante, que, por outro lado, não se poderá fazer sem o que até agora fizemos. Já no capítulo 4, adiante, vamos introduzir a discussão sobre o jornalismo ético, dialógico e transformador, proposta central desta dissertação. Uma das ideias a partir da qual sairá o debate é a de Ijuim (2017), que provoca no artigo *Por que humanizar o jornalismo (?)*. Aqui deixamos apenas um relance daquilo que ele pensa e que vai nos nortear adiante:

[...] procuro questionar se o Jornalismo, como um dos meios de socialização, tem também como missão humanizar. Abordo aqui pelo menos três situações que me levam a acreditar na necessidade de humanizar o Jornalismo, quais sejam: (i) quando caricaturiza o ser humano, (ii) quando ignora a complexidade do fenômeno, (iii) quando não reconhece o Outro (Ijuim, 2017, p. 235, maiúsculas em “Jornalismo” no original).

Entraremos adiante nas questões que Ijuim e outros trazem. A discussão será necessária para o que virá no capítulo 5: a análise qualitativa do material que, até aqui, observamos mais “de longe”. Ao ler detidamente as matérias, será possível entender, por exemplo, quem foi ouvido para compor as histórias; quem eram as principais fontes dos jornalistas que cobriram o tema do tráfico de bebês nos anos 1980; se as histórias se centraram no crime, nas vítimas, nas quadrilhas ou se tiveram outro foco; analisaremos quão dependente é o jornalista das fontes institucionais, como policiais e procedimentos.

#### 4 UM JORNALISMO ÉTICO, DIALÓGICO E TRANSFORMADOR

*Deve-se exigir de mim que procure a verdade, mas não que a encontre (Denis Diderot, Pensamentos filosóficos).*

Existem formas limitadas de obter as informações necessárias para recompor a história sobre o tráfico de bebês nos anos 1980. Não são poucas, mas são limitadas. Uma delas, como já se viu aqui, é recorrer aos registros de imprensa. Meios à disposição não faltam. Bom exemplo, já utilizado nesta pesquisa, é o da hemeroteca da Biblioteca Nacional, repositório de uma vasta coleção de veículos brasileiros datados a partir de 1740. Há outros, como os também já mencionados acervos de jornais tais como os mais lidos do país – *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*<sup>122</sup>. Os acervos são registros sólidos dos acontecimentos de outrora. Para os fins específicos da pesquisa do autor, também a *National Library of Israel*<sup>123</sup> tem sido de grande ajuda, uma vez que parte dos casos de tráfico de bebês ocorreu tendo aquele país como destino.

Também é possível percorrer a rota da Justiça e encontrar, em caixas de papelão amolecidas e sob muita poeira, processos judiciais contra as pessoas que foram presas e, eventualmente, condenadas. O acesso não é franco nem fácil – sequer é sempre permitido. Mas essa papelada ajuda a entender como a lei tratou os casos do tráfico de bebês.

Uma outra forma é refazer o que fizeram os colegas naquele período, algo essencial para (bem) contar as histórias que foram registradas na imprensa: entrevistar as pessoas envolvidas – vítimas, integrantes das quadrilhas, policiais etc. – e também jornalistas. Permitam, aqui, fugir do rigor acadêmico e passar à primeira pessoa<sup>124</sup>: nos últimos quase 14 anos, período que tenho dedicado, com mais ou menos intensidade, à pesquisa, venho conversando com muita gente. Entrevistas, tais como são comumente praticadas, tendem a ser condescendentes, nelas o jornalista trata o entrevistado “de cima para baixo”. Não são diálogos, trocas.

No diálogo que mantenho com as pessoas com quem converso, em especial aquelas que foram (são?) vitimadas pelo esquema do tráfico de bebês, um protesto é recorrente: o estrago que a imprensa fez em suas vidas. Este não é o tema central em discussão nesta pesquisa – nem se pretende entrar em detalhes pormenorizados, porque isso exigiria um percurso diferente da

<sup>122</sup> Sobre os acervos dos três jornais, leia comentários e avaliação sobre funcionalidades e usabilidade no *item 3.1.1*.

<sup>123</sup> Em português, “Biblioteca Nacional de Israel”; disponível em «<https://www.nli.org.il/en/discover/newspapers>».

<sup>124</sup> Faz-se aqui necessário apontar que essa incursão em primeira pessoa não se coloca como testemunho pessoal, mas como ponto de partida epistemológico para refletir sobre os limites do fazer jornalístico.

construção deste trabalho. De toda forma, como aqui se faz uma análise de como a imprensa cobriu aqueles eventos, entende-se importante, ao menos, deixar o registro. No fim das contas, trata-se, também, de perceber que o humano não era – como se discutirá adiante – o ponto de partida e de chegada do fazer jornalístico.

Surge, então, um questionamento necessário: que características deveria o jornalismo ter para que sua produção não suscite, nas pessoas cujas histórias são por esse jornalismo narradas, esse sentimento amargo de traição, de que usadas foram, de que seu lado da história não foi inteira ou corretamente representado? Ademais, como o jornalismo pode oferecer relatos humanizados, que promovam reflexões e que se preste ao papel de significar e ressignificar?

Este capítulo se debruça sobre essas questões e o faz a partir de caminhos já trilhados por renomados jornalistas e pesquisadores – e jornalistas pesquisadores<sup>125</sup> – na busca de respostas a questionamentos senão idênticos no teor, certamente semelhantes na inquietação. A insatisfação não é exclusiva da cobertura jornalística do tráfico de bebês, por óbvio. Daí a importância de um fazer jornalístico que ajude a evitar repetições desse roteiro já conhecido e desgastado.

Na sequência, a partir dos próximos capítulos, os temas aqui apresentados e discutidos servirão de base para (a) analisar, agora qualitativamente, o *corpus* já apresentado, no capítulo 3, formado pelas matérias dos anos 1980 sorteadas para, ali, uma análise quantitativa; (b) também de forma qualitativa, vasculhar uma série de reportagens de 2012 que se propôs a contar a mesma história, mas com distanciamento temporal dos eventos. A série em questão, publicada pelo *Diário Catarinense*, jornal já descontinuado<sup>126</sup>, será apresentada ao leitor adiante, no item 6.1. Nos anos 1980, o *DC* marcou presença na cobertura jornalística do tráfico de bebês.

Autores diversos já cunharam termos para explicar a proposta que aqui também se deseja abordar: Fabiana Moraes (2019) usa “jornalismo de subjetividade<sup>127</sup>”; Jorge Ijuim prefere “humanização do jornalismo” (2012; 2017; Ijuim & Souza, 2024); Alberto Dines (1998) já defendeu um “jornalismo humanista”; Cremilda Medina usa “diálogo” (2002; 2003; 2017); Valéria Sampaio Vilas Bôas Araújo (2017) propõe “jornalismo de si”. Há outros tantos.

<sup>125</sup> Para uma rica discussão acerca da relação entre jornalistas e pesquisadores do jornalismo, v. Roviada, 2025.

<sup>126</sup> O *Diário Catarinense* entrou em circulação em 1986, idealizado pelo fundador do Grupo RBS (Rede Brasil Sul), Maurício Sirotsky Sobrinho. Desde 2016, pertence ao Grupo NC, circula semanalmente e em formato revista sob o título *NSC Total*, também presente *online*. Outros dois veículos da RBS, tradicionais em Santa Catarina, tiveram o mesmo destino: o antigo *A Notícia* virou *NSC Total Joinville* e o *Jornal de Santa Catarina*, *NSC Total Blumenau*.

<sup>127</sup> A própria autora reconhece, em artigo de 2019, que é “um termo que [...] carrega um certo diabo da provocação”.

Não se trata, embora talvez possa parecer, de sugerir, aqui um “novo jornalismo”. Como se verá adiante, no *item 6.3*, é prática não só possível como já utilizada (e nem é novidade).

#### **4.1 Jornalismo e desumanização: o esgotamento do modelo hegemônico**

A consolidação do jornalismo moderno esteve historicamente associada à afirmação de conceitos como *objetividade, neutralidade e imparcialidade* como valores centrais da prática profissional. Em meio à pandemia de covid-19 e discutindo um editorial do *Jornal Nacional*, o pesquisador do *Observatório da Ética Jornalística* Samuel Pantoja Lima escreveu:

Valores como objetividade, neutralidade e imparcialidade “embalam” os produtos da indústria jornalística desde o final do século 19, depois da consolidação do “modelo empresa”. Na transição entre o chamado jornalismo literário, engajado ou partidário – praticado nos primórdios, dois séculos antes – ao “moderno” ou “industrial”, tais valores surgiram justamente da busca por uma estratégia comercial que desse ao conhecimento do jornalismo um estatuto social distinto do publicismo, que marcava especialmente o produto impresso, pautado mais na opinião e menos em apuração dos fatos (Lima, 2021).

Esses valores, então formulados em um contexto específico de reorganização social, política e econômica, passaram a operar como garantias simbólicas de credibilidade, legitimando o jornalismo como mediador confiável da realidade. No entanto, ao longo do tempo, tais valores deixaram de funcionar apenas como critérios metodológicos e passaram a assumir o estatuto de dogmas, produzindo efeitos adversos sobre a própria função social do jornalismo.

Não há estudante de jornalismo egresso dos quatro anos de faculdade que não tenha ouvido, à exaustão, que é sua missão perseguir a objetividade a qualquer custo no exercício da profissão. A objetividade, a neutralidade, a imparcialidade são ensinadas como virtudes e condições imprescindíveis à prática jornalística, “[u]ma questão de honra, um ideal a ser atingido ou uma paixão do jornalismo do século [20], embora, desde a sua incorporação, tenha sido confrontada com o seu contrário, a subjetividade” (Amaral, 1996, p. 18).

Façamos um breve retrospecto histórico. A objetividade como princípio norteador surgiu como espécie de resposta para fazer frente a uma imprensa que, até a primeira metade do século 20, não tinha qualquer compromisso com a imparcialidade (da mesma forma, o *leitor* não via nela problema algum). Amaral (1996, p. 25) lembra que a partir de meados do século 19, houve uma “lenta e persistente adoção dos princípios de imparcialidade e equilíbrio como componentes

determinantes da ética profissional”. A introdução do termo “objetividade”, explica o autor, viria bem mais tarde, depois da Primeira Guerra Mundial (1914–1918).

O autor lembra que nos primeiros anos do século 19 a imprensa, principalmente na Inglaterra, França e Estados Unidos, passou de politizante a comercial. “A partir de então, a objetividade [...] passa a se identificar com uma mistura de estilo direto, imparcialidade, factualidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologia” (Amaral, 1996, p. 26). Ele faz uma interessante reflexão (*idem*), que reproduzimos:

Quer dizer que, em sua tarefa diária, o jornalista precisaria deixar em casa suas normas, princípios, referências políticas e ideológicas, procurar excluí-los do pensamento e se concentrar na narração dos fatos, sem tentar explicá-los ou comentá-los. Para os céticos, tais exigências carecem de sentido desde que o relato dos fatos, as interpretações e os comentários batam com os interesses dos donos da empresa. Em outras palavras: quando os valores do repórter e do redator coincidem com os da empresa para a qual trabalham, eles não precisam ser excluídos. Daí, quando há essa coincidência, muitos profissionais dizem, sem fugir à verdade, que gozam de liberdade no exercício de suas funções.

Essa percepção dos jornalistas foi investigada por uma pesquisa realizada por Henriques (2021) que contribui para compreender com maior precisão o que os profissionais efetivamente entendem quando falam em “objetividade”. O estudo, baseado em questionário *online* aplicado a 234 jornalistas de todas as regiões do Brasil, revela que a objetividade não é percebida como um conceito homogêneo ou estável, mas como um horizonte tensionado por compreensões distintas – e por vezes contraditórias – sobre a natureza dos fatos, a possibilidade de conhecê-los e os métodos considerados legítimos para descrevê-los.

De modo geral, os resultados indicam que os jornalistas tendem a rejeitar uma concepção estritamente positivista da objetividade, entendida como espelhamento neutro da realidade, ao mesmo tempo em que não abandonam completamente a ideia de que os fatos possuem uma existência anterior ao relato jornalístico. Há, assim, uma adesão significativa à noção de objetividade como aproximação: uma meta reconhecidamente inalcançável, mas ainda assim considerada necessária como parâmetro regulador da prática profissional.

Essa ambiguidade aparece de forma particularmente clara quando se observa que os jornalistas parecem reconhecer o papel ativo da subjetividade no processo de produção da notícia, sem, contudo, abrir mão da crença em uma realidade objetiva que deveria orientar o trabalho informativo. Ao iluminar essas contradições, a pesquisa de Henriques (2021; 2023) ajuda a compreender por que a objetividade segue operando como valor central do jornalismo,

mesmo diante de críticas teóricas consolidadas. Mais do que conceito plenamente definido, ela funciona como um dispositivo regulador da prática, um horizonte ético-profissional que orienta escolhas, legitima procedimentos e organiza expectativas – ainda que carregue tensões não resolvidas. É justamente nesse ponto que se abre espaço para repensar a objetividade não como negação da subjetividade, mas como uma práxis situada, responsável e dialogicamente orientada.

Como observa Ijuim (2012), a absolutização da técnica e da racionalidade instrumental empobreceu a relação entre o jornalista (e os meios de imprensa) e o mundo vivido, gerando narrativas que privilegiam a factualidade isolada em detrimento da compreensão dos fenômenos sociais em sua complexidade humana. O jornalismo, nesse sentido, passou a operar sob uma lógica de distanciamento que transforma sujeitos em objetos narrativos, experiências em dados e conflitos sociais em eventos descontextualizados.

O autor questiona o que desumaniza, no jornalismo e responde, ao analisar três reportagens: “a intolerância, o reforço de estereótipos, o preconceito” (Ijuim, 2012, p. 128). Em outro artigo (2017), o mesmo Ijuim relaciona outras situações que desumanizam o jornalismo: quando caricaturiza o ser humano; quando ignora a complexidade do fenômeno; quando não reconhece o Outro<sup>128</sup>. Essas características decorrem, como ressalta o autor, de uma visão fragmentada que trata de assuntos de forma isolada sem considerar conexões com o todo – tema abordado também por Cremilda Medina – fundadora de uma ética e um método – em sua obra.

Esse processo pode ser compreendido como uma forma de desumanização estrutural do fazer jornalístico. Não se trata de falhas pontuais ou desvios éticos individuais, mas de um modo de produção simbólica que, ao priorizar a aparência de neutralidade, silencia afetos, apaga contextos e naturaliza violências. A crença na objetividade como espelho da realidade – herança de uma racionalidade positivista<sup>129</sup> – contribuiu para a construção de um jornalismo que frequentemente se exime de reconhecer sua própria condição histórica, política e social.

Alberto Dines, ainda no final da década de 1990, diagnosticou de forma contundente esse esgotamento ao afirmar que o modelo de jornalismo praticado no Brasil havia se “autoinfectado”, operando como um simulacro de justiça e um gigantesco faz-de-conta (Dines,

---

<sup>128</sup> O uso da palavra “Outro” com a inicial maiúscula se faz aqui em referência à alteridade, ao diferente, ao alheio.

<sup>129</sup> A racionalidade positivista faz referência a uma matriz de pensamento nascida no positivismo do século 19, associada sobretudo a Auguste Comte (1798–1857), para quem o conhecimento é resultado de observação empírica, mensuração e busca por leis gerais, valorizando a neutralidade do observador e a separação entre fatos e valores. No jornalismo, essa racionalidade influencia a consolidação da objetividade como ideal normativo, entendida como descrição factual isenta de subjetividade, contexto histórico e implicação ética, reduzindo fenômenos sociais complexos a dados verificáveis e acontecimentos isolados.

1998). Para o autor, a descrença radical na humanidade, expressa na generalização moralizante e na presunção sistemática de culpa, comprometeu a capacidade do jornalismo de cumprir sua função democrática. A imprensa, ao se afastar da complexidade humana, passou a reproduzir julgamentos sumários e narrativas punitivistas, frequentemente amparadas por uma retórica de isenção que não resiste a uma análise crítica mais profunda.

A crítica dialoga diretamente com a reflexão contemporânea sobre a *impossibilidade da neutralidade*. Clarissa Peixoto argumenta (2024) que toda escolha jornalística é, inevitavelmente, política, uma vez que envolve decisões: enquadramentos, fontes, vocabulário e hierarquização de informações. A insistência em valores como imparcialidade e neutralidade, segundo a autora, opera como uma estratégia de ocultamento das ideologias que atravessam o fazer jornalístico, deslocando o debate ético para o campo técnico e esvaziando sua dimensão crítica. “O jornalismo é um lugar de escolhas”, escreve.

No contexto desta pesquisa, a discussão tem relevância particular. As análises qualitativas que se apresentarão adiante (*cap. 5 e cap. 6*), como se verá, evidenciam padrões recorrentes na cobertura do tráfico de bebês nos anos 1980, marcados pela centralidade de fontes oficiais, pelo predomínio de enquadramentos policiais e pela escassa presença das vozes diretamente afetadas. Esses dados não podem ser compreendidos apenas como escolhas editoriais isoladas, mas como manifestações concretas de um modelo jornalístico que privilegia o distanciamento, a objetivação dos sujeitos e a simplificação de fenômenos profundamente complexos.

Ao reduzir histórias de cooptação de famílias pobres (em extrema vulnerabilidade, como se viu no *item 2.1*), rapto<sup>130</sup> de bebês, adoção ilegal e ruptura de vínculos familiares a números, processos judiciais, operações policiais e declarações institucionais, o jornalismo frequentemente contribuiu para invisibilizar as experiências humanas. A desumanização, nesse caso, não se expressa apenas no *tom* das narrativas, mas na própria *arquitetura* do discurso jornalístico, que marginaliza o sofrimento, o trauma e a memória em nome de uma suposta objetividade.

Diante desse cenário, torna-se necessário questionar não apenas os conteúdos produzidos, mas os fundamentos epistemológicos que sustentam o fazer jornalístico. O esgotamento do modelo hegemônico abre espaço para a formulação de outras práticas possíveis, capazes de recolocar o ser humano no centro da narrativa e de reconhecer a subjetividade não como um

---

<sup>130</sup> Existe uma tentação, especialmente na imprensa, de chamar de “sequestros” a retirada de bebês de seu lar biológico. Aqui consideramos mais preciso o termo “rapto”, uma vez que não se trata de uma ação que presume a combinação refém/ resgate, mas uma subtração cujo objetivo não é retornar os bebês a suas famílias biológicas.

desvio, mas como dimensão constitutiva do conhecimento jornalístico. É a partir dessa inflexão teórica que se constrói, nos itens a seguir, a proposta de um jornalismo humanizado, entendido como práxis<sup>131</sup> ética, dialógica e comprometida com o Outro.

#### 4.2 O ser humano como ponto de partida e de chegada do fazer jornalístico<sup>132</sup>

A crítica ao modelo hegemônico do jornalismo, centrado na factualidade e na neutralidade, conduz inevitavelmente à necessidade de repensar o lugar do ser humano na narrativa jornalística. Se, como foi discutido no *item 4.1*, a objetividade absolutizada opera como mecanismo de distanciamento e desumanização, a proposta de um jornalismo humanizado exige uma inversão de perspectiva: o ser humano deixa de ser um elemento acessório da notícia para tornar-se seu *ponto de partida e de chegada*.

Alves e Sebrían (2008) argumentam que o fazer jornalístico não pode ser compreendido apenas como um processo técnico de transmissão de informações, mas como um processo simbólico de significação e ressignificação do mundo social. Nesse sentido, informar não é simplesmente relatar fatos, mas interpretar ações humanas, situá-las em contextos históricos, culturais e sociais e compartilhar essa compreensão com o público. Ressaltam os autores que

[o] fazer jornalístico como processo de significação e ressignificação exige observação/percepção, reflexão e expressão de mundo. Por isso, os jornalistas devem ir além do “dar a notícia” para compreender os fenômenos sociais e compartilhar esta compreensão. Assim, o fazer jornalístico supõe a busca da essência das ações humanas contidas nos fenômenos sociais (Alves & Sebrían, 2008, p. 2).

---

<sup>131</sup> Neste trabalho, o termo “práxis” (do grego antigo *πρᾶξις*, *praxis*) é compreendido como a articulação consciente entre ação e reflexão no fazer jornalístico, não como uma aplicação mecânica de técnicas, mas como prática ética e histórica orientada pelo diálogo, pela responsabilidade social e pelo reconhecimento da alteridade. Nessa perspectiva, o jornalismo é concebido como produção de conhecimento situada, atravessada por escolhas e compromissos com os sujeitos envolvidos e com os efeitos simbólicos de suas narrativas.

<sup>132</sup> Trata-se de parte do título do artigo *Jornalismo humanizado: o ser humano como ponto de partida e de chegada do fazer jornalístico* (Alves & Sebrían), apresentado no IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

O jornalismo humanizado, portanto, não se define por um estilo narrativo específico, mas por uma postura epistemológica<sup>133</sup> que reconhece a centralidade da experiência humana na produção do conhecimento jornalístico.

Ademais, quando os autores mencionam um fazer jornalístico “com relatos humanizados e *não somente* factuais ou preocupados em ‘dar a notícia’” (2008, p. 1, grifo do autor), deixam claro que não é preciso abrir mão de um (dar a notícia) para poder contemplar o outro (ter relatos humanizados). Ao contrário do que se pode especular, a adoção do jornalismo humanizante não implica desistir da factualidade da notícia e dos elementos que a compõem.

Essa visão demanda uma crítica direta à hegemonia do *lide*<sup>134</sup> e da *pirâmide invertida*<sup>135</sup> como estruturas universais do relato jornalístico. Embora esses dispositivos tenham cumprido um papel histórico importante na organização da informação, sua aplicação acrítica tende a reduzir acontecimentos complexos a respostas padronizadas às perguntas “quem”, “o quê”, “quando”, “onde” e “por quê”. Essa lógica, entretanto, frequentemente ignora uma questão fundamental: “em que contexto?” Ao suprimir o contexto e a experiência vivida, o jornalismo limita sua capacidade de compreender e comunicar os sentidos das ações humanas.

Têm papel fundamental na “pasteurização”<sup>136</sup> do jornalismo os *manuals de redação* – que, no Brasil, começaram a surgir nos anos 1980, como se viu no *item 2.2*. É verdade que esses compêndios de normas de conduta e escrita organizam o fazer jornalístico e ajudam a padronizar o estilo de determinado veículo: “Enquanto discurso, cada manual de redação forma um conjunto

---

<sup>133</sup> O conceito “jornalismo humanizado” aparece aplicado a diversos contextos. Um exemplo interessante da postura que aqui assinalamos é o da *Think Olga*, organização que atua na defesa da equidade de gênero. A entidade criou “minimanuais” para jornalistas que lidam com temas sensíveis. No momento em que este texto era redigido, já havia manuais sobre racismo, violência contra a mulher, pessoas com deficiências, aborto, LGBT+, estereótipos nocivos e até para o jornalismo esportivo. A organização afirma, na página em que concentra os materiais disponíveis para *download*, que “a imprensa pode (e deve) ser melhor” (consulte em <<https://thinkolga.com/ferramentas/>>).

<sup>134</sup> “Abertura de texto jornalístico, na qual se apresenta sucintamente o assunto ou se destaca o fato essencial, o clímax [...]. [...] Deve ser redigido de modo a ‘fisgar’ o interesse do leitor para [ler] toda a matéria. Na construção do lide, o redator deve responder às questões básicas da informação: *o quê, quem, quando, onde, como e por quê* [...]” (Rabaça; Barbosa, 2001, p. 426a).

<sup>135</sup> “Disposição das informações, por ordem *decrecente* de importância, em um texto jornalístico. [...] Com as informações mais ‘quentes’ (o clímax) da notícia logo no início do texto, o emprego da pirâmide invertida prende a atenção do leitor e permite que ele se inteire dos principais fatos, mesmo que não leia todo o texto. [...]” (Rabaça; Barbosa, 2001, p. 568a, grifo do autor). Curiosamente, a pirâmide invertida nasceu mais por uma questão técnica do que estilística: as informações “mais importantes” eram privilegiadas na transmissão via telégrafo em zonas de combate na Guerra Civil Americana (1861–1865) porque as linhas eram instáveis e sujeitas a ataques. “Era mais seguro passar antes as informações mais importantes” (Manual [...], 2021, p. 154).

<sup>136</sup> Em referência ao processo criado em 1862 pelo cientista francês Louis Pasteur; aplicado metaforicamente ao jornalismo, o termo se refere à massificação e desumanização do conteúdo, perda de profundidade, homogeneização de pautas e abordagens e, mais recentemente, aos riscos associados ao uso da IA sem supervisão humana.

lógico de enunciados normativos, estabelecendo ‘verdades’ constitutivas de um saber (fazer jornal) oficial e inquestionável” (Alves & Sebrían, 2008, p. 4 *apud* Chaparro, 1994, p. 100).

Por outro lado, tornam o fazer jornalístico mecânico e engessado. O caso do *lide* é um bom exemplo. Os manuais dos três principais jornais do país dedicam espaço significativo ao tema, com exemplos do que fazer e do que evitar. Em sua edição de 2003, por exemplo, o *Manual de redação e estilo* do jornal *O Globo* indica que o *lide* “expressa exatamente a função das primeiras linhas do texto de jornal: guiar o leitor, atraí-lo, num processo bem próximo da sedução” (Garcia, 2003, p. 31).

Entre as orientações oferecidas aos seus jornalistas para relatar, como “domine a língua”, seja exato, didático claro etc., “entregue cedo”, o manual da *Folha* determina: “Escolha o *lide*”, explicando que “se o *lide* [...] não despertar interesse, dificilmente o leitor prosseguirá para os parágrafos seguintes” (Manual [...], 2021, p. 77). E alerta: “Todo jornalista, ao elaborar um texto, deve ter como objetivos oferecer informações com exatidão, clareza, concisão e didatismo e prender a atenção do leitor até o último parágrafo” (*idem*, grifos do autor).

O manual do *Estadão* não foge à regra. No verbete “*leads*<sup>137</sup>”, determina, antes de oferecer exemplos e discutir o uso do dispositivo ao longo de cinco páginas:

Nos textos noticiosos, [o *lide*] deve incluir, em duas ou três frases, as informações essenciais que transmitam ao leitor um resumo completo do fato. *Precisa sempre* responder às questões fundamentais do jornalismo: o quê, quem, quando, onde, como e por quê (Martins, 1997, p. 154, grifos do autor).

Não se trata, aqui, de forma alguma, de negar a função organizadora dos manuais de redação, mas de questionar sua aplicação acrítica como substitutos da reflexão ética e contextual.

Onde, então, deveria residir a idealizada objetividade jornalística? Felipe Pena escreve que “a sociedade confunde a objetividade do método com a do profissional, e este jamais deixará de ser subjetivo” (2025, p. 51).

Este método [de trabalho jornalístico] pressupõe a ideia de que o jornalista deve ouvir todas as versões de um acontecimento e não se envolver, narrar o episódio sem demonstrar a sua opinião, por meio de textos informativos utilizando *aspas*<sup>138</sup>, fotos, filmagens. Quando existe opinião e interpretação os textos são taxados, para que os interlocutores percebam a diferença” (Alves & Sebrían, 2008, p. 5, grifo do autor).

<sup>137</sup> “*Lead*” (do verbo “liderar”) é a palavra em inglês cuja versão aportuguesada virou “lide”.

<sup>138</sup> Por “aspas”, aqui, refere-se ao uso de falas de pessoas envolvidas (citadas entre aspas).

A centralidade do ser humano no fazer jornalístico implica reconhecer que os fenômenos sociais não se esgotam nos eventos visíveis ou nos dados quantificáveis. Eles são constituídos por trajetórias, afetos, memórias e relações que escapam à lógica da notícia imediata. Medina (2003, p. 85, grifo no original) destaca que a narrativa regida por fórmulas engessadas carece do “toque mágico da *comunicação humana*”, pois não consegue captar a vitalidade do cotidiano nem o protagonismo dos sujeitos sociais. Nesse sentido, humanizar o jornalismo significa romper com a ideia de que a técnica, por si só, é capaz de dar conta da complexidade da vida social.

Essa discussão é particularmente relevante quando se observa a cobertura jornalística de temas marcados por sofrimento, violência e ruptura de vínculos, como aqui é o caso. Ao privilegiar fontes institucionais, estatísticas e enquadramentos jurídicos, o jornalismo tende a invisibilizar aqueles que vivenciam diretamente as consequências desses fenômenos. O ser humano aparece, quando muito, como personagem secundário, frequentemente desprovido de voz própria e reduzido a um exemplo ilustrativo do fato noticiado.

O jornalismo humanizado propõe, ao contrário, que *a compreensão das ações humanas* seja o eixo estruturante da narrativa. Como já se destacou, isso não significa – e este ponto é crucial – abdicar do rigor informativo ou da verificação dos fatos, mas ampliar o horizonte de observação para incluir dimensões subjetivas, afetivas e simbólicas que constituem a experiência social. Como afirmam Alves e Sebrían (2008, p. 1), “[n]ão são as abstrações conceituais que presentificam o cotidiano e sim experiências vivas que se tecem na cultura. E os homens<sup>139</sup>, os que viveram o fato, onde estão, o que pensam e sentem sobre o que aconteceu?”

Essa mudança de perspectiva também implica reconhecer o jornalista como sujeito envolvido no processo comunicacional. O repórter não é um observador neutro que paira sobre a realidade, mas um *mediador* que interpreta, seleciona e atribui sentido aos acontecimentos. Ao assumir essa condição, o jornalismo humanizado não busca eliminar a subjetividade, mas torná-la consciente e eticamente orientada. Trata-se de uma subjetividade que não se confunde com arbitrariedade ou opinião desinformada, mas que se ancora na responsabilidade social e no compromisso com a dignidade humana.

No contexto desta pesquisa, essa inflexão teórica permite compreender de forma mais profunda os limites da cobertura analisada no capítulo anterior e prepara o terreno para as análises *qualitativas* que se seguirão.

---

<sup>139</sup> No sentido de “ser humano”, não excluindo as mulheres.

Ao recolocar o ser humano no centro da narrativa, o jornalismo humanizado oferece uma lente crítica capaz de revelar não apenas o que foi noticiado, mas, sobretudo, aquilo que foi *silenciado, marginalizado, desumanizado*. É a partir dessa compreensão que se torna possível avaliar em que medida as reportagens sobre o tráfico de bebês contribuíram – ou não – para uma representação ética e integral dos sujeitos envolvidos.

### **4.3 Objetividade, subjetividade e práxis jornalística**

A oposição entre objetividade e subjetividade constitui um dos pilares mais persistentes do discurso hegemônico sobre o jornalismo. Historicamente, a objetividade foi alçada à condição de valor supremo da prática profissional, enquanto a subjetividade passou a ser associada à opinião, à emoção e, por extensão, à perda de rigor e credibilidade. No entanto, como demonstram diversos autores, essa dicotomia não apenas é artificial, como também obscurece a compreensão do jornalismo enquanto prática social, histórica e ética.

Uma das principais vozes nesse sentido, Fabiana Moraes argumenta que a subjetividade sempre esteve presente no fazer jornalístico, ainda que sistematicamente negada ou silenciada sob o “manto da objetividade” (2019, p. 205). Para a autora, a recusa em reconhecer essa dimensão não elimina a subjetividade do processo, mas a torna invisível, não refletida e, portanto, mais propensa à reprodução acrítica de estereótipos, desigualdades e violências simbólicas. Nesse sentido, a defesa de uma objetividade absoluta não fortalece o jornalismo, mas fragiliza sua capacidade de mediação crítica da realidade.

Henriques (2021, p. 827) lembra que “[t]oda a suposta neutralidade ou passividade do jornalista, em nome da alegada ‘objetividade’, resulta, na verdade, em oportunidade para relatos acríticos e até mesmo, em última instância, para a desinformação”.

Clarissa Peixoto (2024) reforça essa perspectiva ao afirmar que o jornalismo é, antes de tudo, um lugar de escolhas: “[u]ma pauta que se transforma em texto é dotada de decisões”. Cada tema, cada fonte selecionada, cada enquadramento narrativo resulta de decisões atravessadas por valores, experiências e posições sociais. A neutralidade, segundo a autora, não passa de um ideal retórico, historicamente situado, que tende a deslocar o debate ético para o campo técnico, ocultando o caráter político inerente ao fazer jornalístico.

Neutralidade, imparcialidade e objetividade são valores da teoria clássica do jornalismo. Eles estão inscritos em determinado contexto histórico e dizem respeito a uma perspectiva sobre o jornalismo que se tornou hegemônica. Como toda tradição, ela nasce de uma necessidade histórica que necessariamente não é determinante e está sujeita ao questionamento (Peixoto, 2024).

Reconhecer a subjetividade como dimensão constitutiva do jornalismo não implica, contudo, abdicar da objetividade. Ao contrário, implica redefini-la, como sugere Peixoto (2024). A objetividade deixa de ser entendida como ausência de sujeito e passa a ser vista como compromisso com a verdade factual, com a clareza semântica e com a responsabilidade na apuração. Trata-se de uma objetividade metodológica, não ontológica, que se constrói a partir de procedimentos rigorosos de verificação, contextualização e transparência.

É nesse ponto que a noção de práxis jornalística se torna central. Inspirada em uma tradição crítica que compreende o conhecimento como resultado da relação dialética entre ação e reflexão, a práxis jornalística pressupõe um fazer consciente das condições objetivas da realidade e das implicações subjetivas das escolhas narrativas. Peixoto (2024) define essa práxis como uma ação orientada por valores éticos, como a defesa dos direitos humanos, a ampliação das vozes em disputa e a responsabilidade com os sujeitos afetados pelo discurso jornalístico.

Fabiana Moraes (2019) amplia essa compreensão ao destacar que a subjetividade não deve ser reduzida à experiência individual do repórter, mas entendida também em sua dimensão coletiva e estrutural. A subjetividade – e a ela o repórter está sujeito – é formada por relações sociais, contextos históricos, marcadores de classe, raça, gênero e território. Assim, escrever a partir de uma perspectiva subjetiva não significa falar apenas de si, mas reconhecer de que lugar se fala e quais estruturas atravessam esse olhar.

Essa abordagem é particularmente relevante na análise da cobertura jornalística de temas socialmente sensíveis – como é o caso do tráfico de bebês. A pretensão de neutralidade, nesses casos, frequentemente opera como mecanismo de apagamento das assimetrias de poder e das desigualdades estruturais que moldam as experiências dos sujeitos envolvidos. Ao se posicionar como “isento”, o jornalismo corre o risco de reproduzir, sem questionamento, discursos institucionais e enquadramentos hegemônicos, naturalizando injustiças e sistematicamente silenciando vozes subalternizadas. Sobre isso, Sponholz (2003, p. 120) é enfática:

O fato de um jornalista não ter uma opinião sobre o tema ou abdicar desta não torna necessariamente o seu trabalho mais objetivo. A postura de um repórter que noticia sobre um genocídio sem se alterar, sem tomar uma posição, não é objetiva, é desumana.

No caso do tráfico de bebês, essa dinâmica se manifesta de forma contundente. A análise qualitativa do capítulo 5 revela a predominância de fontes oficiais e a centralidade de enquadramentos jurídicos e policiais. À luz da discussão aqui proposta, esses dados podem ser interpretados não apenas como escolhas editoriais recorrentes, mas como efeitos de uma concepção de objetividade que privilegia a distância e a autoridade institucional em detrimento da escuta das experiências humanas diretamente afetadas.

A práxis jornalística humanizada propõe um deslocamento desse modelo. Ao articular objetividade e subjetividade de forma consciente, o jornalismo passa a assumir sua responsabilidade ética na produção do conhecimento social. Isso implica reconhecer que informar é também *interpretar*, e que toda interpretação carrega *consequências simbólicas e materiais* para os sujeitos representados<sup>140</sup>. A subjetividade, nesse contexto, deixa de ser um problema a ser eliminado e passa a ser um recurso crítico para a construção de narrativas mais íntegras e socialmente responsáveis.

Essa redefinição conceitual fornece a base teórica para a análise qualitativa que se seguirá. Ao compreender o jornalismo como práxis, torna-se possível avaliar as reportagens não apenas pelo que dizem, mas pelos modos como dizem, pelos silêncios que produzem e pelas relações de poder que ajudam a sustentar ou a questionar. A lente do jornalismo humanizado, ancorada na articulação entre objetividade e subjetividade, permite, assim, uma leitura mais profunda das representações construídas em torno do tráfico de bebês e de seus protagonistas.

#### **4.4 Aproximação e distanciamento com o Outro: ética da alteridade no jornalismo**

A relação do jornalismo com o Outro constitui um dos pontos mais delicados – e menos explicitados – do fazer jornalístico. Embora a prática profissional se fundamente, em grande medida, na escuta e na observação de sujeitos sociais, o modelo hegemônico de objetividade consolidou uma *ética do distanciamento* que tende a transformar o Outro em objeto narrativo, frequentemente desprovido de voz, agência e complexidade. Nesse processo, a alteridade é administrada, enquadrada e, muitas vezes, neutralizada.

---

<sup>140</sup> Sobre isso, v. Medina, 2003.

Os estudos reunidos em *Jornalismo de subjetividade: a aproximação e o distanciamento com o Outro* (Chaves & Nocelli, 2023) indicam que a tradição jornalística ensinou o repórter a manter uma postura de frieza e afastamento emocional como sinônimo de profissionalismo. Tal orientação, no entanto, mostra-se insuficiente – e por vezes nociva – quando o objetivo é compreender experiências humanas atravessadas por sofrimento, violência e exclusão – temas recorrentes nos casos de tráfico de bebês. Ao privilegiar a distância como valor absoluto, o jornalismo corre o risco de negar ao Outro sua condição de sujeito histórico e social.

Fabiana Moraes (2019) propõe que o *jornalismo de subjetividade* parte justamente do reconhecimento da existência do Outro sem a pretensão de domá-lo, enquadrá-lo ou reduzi-lo a categorias previamente estabelecidas. Trata-se de um deslocamento ético importante: o Outro não é apenas *fonte de informação*, mas um sujeito *portador de experiências, afetos e contradições* que desafiam modelos narrativos padronizados. A aproximação, nesse sentido, não significa fusão acrítica ou perda de rigor, mas disposição para o encontro e para a escuta sensível.

Essa discussão ganha contornos ainda mais relevantes quando se observa como o jornalismo tradicional lida com grupos historicamente marginalizados. Em seu artigo de 2012, Ijuim demonstra que indígenas, prostitutas, professores grevistas e outros sujeitos sociais são frequentemente representados a partir de estigmas e enquadramentos reducionistas, que reforçam preconceitos e naturalizam desigualdades. Aqui incluímos também as mulheres e, mais ainda, as mulheres pobres, elas que são centrais, como vítimas, nos casos de tráfico de bebês. Nessas narrativas, o Outro aparece como problema, desvio ou ameaça, raramente como sujeito complexo inserido em uma trama social mais ampla.

O distanciamento excessivo também se manifesta na escolha das fontes. Ao priorizar discursos institucionais e oficiais, o jornalismo tende a produzir uma representação hierarquizada da realidade, na qual determinadas vozes são *legitimadas* enquanto outras são *silenciadas*. Esse mecanismo, muitas vezes justificado em nome da credibilidade e da segurança informativa, contribui para a exclusão simbólica daqueles que vivenciam diretamente os efeitos dos fenômenos noticiados. Nesses casos, fala-se do Outro, mas raramente o Outro fala.

A ética da alteridade proposta pelo jornalismo humanizado exige, portanto, uma revisão crítica dessa lógica. Aproximar-se do Outro implica reconhecer que toda narrativa jornalística envolve relações de poder e que o modo como essas relações são conduzidas produz efeitos concretos sobre a vida dos sujeitos representados. Como aponta Moraes (2019), o encontro com

a alteridade não é isento de tensões, afetos e conflitos, mas é justamente nesse espaço de fricção que se abre a possibilidade de narrativas mais integrais e menos violentas.

No contexto de coberturas que envolvem vítimas de crimes, essa questão se torna ainda mais sensível. O distanciamento narrativo, associado à objetivação das experiências, pode operar como forma de revitimização simbólica. Ao reduzir trajetórias de dor, perda e ruptura a casos, processos ou estatísticas, o jornalismo contribui para a despersonalização das vítimas e para o apagamento de suas histórias. A alteridade, nesse cenário, é esvaziada de humanidade.

A proposta de uma ética jornalística orientada pela alteridade não implica abdicar da crítica ou da análise estrutural dos fenômenos sociais. Ao contrário, ela exige um olhar ainda mais rigoroso sobre as condições que produzem o sofrimento e a violência. Aproximar-se do Outro significa também situá-lo em contextos históricos, políticos e institucionais que ajudam a explicar sua experiência, evitando tanto a espetacularização quanto a individualização excessiva do problema. Essa contextualização inexistente na cobertura do tráfico de bebês, como se verá adiante: o Brasil descrito no *capítulo 2*, com suas desigualdades, raramente aparece como pano de fundo das matérias jornalísticas que tratam de uma das consequências de tal desigualdade.

Essa reflexão é fundamental para a análise que será desenvolvida adiante. Ao examinar qualitativamente reportagens sobre o tráfico de bebês, a lente da alteridade permitirá identificar não apenas quem foi ouvido e quem foi silenciado, mas de que maneira os sujeitos afetados foram representados – como vítimas, como números, como casos ou como sujeitos de direitos. A ética da aproximação, tal como aqui formulada, fornece, assim, um critério central para avaliar o grau de humanização ou desumanização presente nas narrativas jornalísticas analisadas.

#### **4.5 O diálogo como método e como ética jornalística**

Se a centralidade do ser humano e o reconhecimento da alteridade exigem uma revisão profunda do fazer jornalístico, o diálogo emerge como elemento estruturante dessa transformação. Mais do que uma técnica de apuração ou um recurso narrativo, o diálogo constitui o próprio método pelo qual o jornalismo pode produzir conhecimento socialmente relevante e eticamente comprometido. Nesse sentido, pensar o jornalismo humanizado implica compreender o diálogo como fundamento epistemológico e como prática ética.

Juliana Freire-Bezerra (2020) propõe compreender o jornalismo como uma forma de conhecimento construída dialogicamente, especialmente no contexto das sociedades interativas contemporâneas. Para a autora (p. 110), o diálogo sempre esteve no cerne da prática jornalística – a pergunta é sua essência; a entrevista, sua técnica mais consolidada –, mas foi progressivamente distorcido ou esvaziado pela lógica transmissiva e verticalizada da informação. O público, historicamente tratado como destinatário passivo, passa a ser reconhecido como interlocutor potencial e co-produtor de sentidos.

Inspirada no pensamento de Paulo Freire<sup>141</sup>, a autora defende que não há diálogo possível sem o reconhecimento da incompletude do sujeito que conhece. O diálogo, nessa perspectiva, não se reduz à alternância formal de falas, mas pressupõe escuta, abertura ao Outro e disposição para a problematização da realidade. Aplicado ao jornalismo, esse entendimento desloca a prática profissional de um modelo burocrático – centrado na simples deposição de informações – para um modelo dialógico, no qual o conhecimento é produzido na relação entre jornalistas, fontes e públicos. Na descrição e discussão sobre uma experiência relacionada a uma cobertura radiofônica do trânsito em São Paulo, Roviada lembra que,

de acordo com Medina [...], a comunicação jornalística é triádica – composta por fontes de informação, mediador (jornalista) e público – e engendra uma possibilidade de diálogo entre os envolvidos no processo. De maneira resumida, nessa perspectiva, as interações promovidas pelo jornalista, mediador social, podem ser desenvolvidas de maneira dialógica (Roviada, 2023, p. 129).

Cremilda Medina (2002) aprofunda essa reflexão ao criticar o caráter autoritário que muitas vezes estrutura a entrevista jornalística. Para a autora, mesmo quando se rompe com o dirigismo explícito do formato pergunta-resposta, a entrevista permanece limitada se não houver um verdadeiro encontro entre sujeitos. O diálogo, nesse sentido, exige mais do que competência técnica: requer presença, sensibilidade e disposição para a observação-experiência, capaz de captar aquilo que escapa ao código racional-conceitual.

---

<sup>141</sup> Renomado educador e filósofo brasileiro, Paulo Freire (1921–1997), é conhecido mundialmente por sua pedagogia libertadora, crítica e dialógica, que defendia uma educação conscientizadora e a emancipadora, transformando alunos em sujeitos ativos de sua própria história, em oposição à educação tradicional. Freire é criador de um método de alfabetização de adultos que revolucionou a área, focado na leitura e escrita de palavras significativas para a vida do aluno. É reconhecido e estudado em diversos países.

Lopes lembra (2020, p. 3) que Medina, ela mesma uma grande defensora do “diálogo possível”<sup>142</sup>, explica que “para se atingir verdadeiramente os protagonistas e seu contexto social, é preciso [...] reconhecer que ‘falta rua’”. Entrevistada, Medina afirmou:

[A] rua não entra nos ambientes fechados e eletrônicos com seus cheiros, paladares, gestos, palavras poéticas e escutas desarmadas ou olhares coletivos e contraditórios. Os cinco sentidos [...], que dão o sinal inteligente para a captação do real, ainda não passam pelas máquinas (Medina, 2017).

Ora, há de se reconhecer que não “faltou rua” aos repórteres que cobriram os casos de tráfico de bebês, como se verá: elas e eles batiam perna, gastavam sola, iam atrás da notícia de uma forma que provavelmente as gerações atuais, que tudo resolvem atrás de telas, não fazem mais. Porém, como explica Mara Rovida<sup>143</sup>, cuja orientação tem sido essencial para a construção desta dissertação, “a rua não resolve por si. A rua depende do diálogo, da interação e principalmente dos ouvidos atentos para trabalhar a pauta. A rua facilita o acesso, mas não é uma resposta em si”. “Rua”, nessa concepção, não se trata apenas da presença física, mas de experiência, escuta, sensorialidade e encontro.

“Estar em campo, estabelecer o diálogo com [...] fontes de informação implica em criar uma interação social entre indivíduos autônomos, e que só é possível desenvolver com toda a sua potencialidade no que Medina chama de ato presencial”, escreve Rovida (2023, p. 138-139). E também: “quando [a dialogia jornalística] acontece, existe a possibilidade de os sujeitos envolvidos na comunicação se afetarem mutuamente, o que em outros termos implica no diálogo dos afetos, segundo Medina” (Rovida, 2023, p. 129).

A ética do diálogo também implica reconhecer que nem todas as vozes ocupam o mesmo lugar na arena pública. As relações comunicacionais são atravessadas por assimetrias de poder que condicionam quem fala, quem é ouvido e de que maneira. Ao assumir o diálogo como princípio ético, o jornalismo humanizado se compromete a enfrentar essas desigualdades, ampliando o espaço de visibilidade para sujeitos historicamente silenciados ou marginalizados. Não se trata de uma concessão benevolente, mas de uma exigência democrática.

---

<sup>142</sup> O termo dá título a um livro de 2002 de Cremilda Medina, *Entrevista: o diálogo possível*. Nele, a jornalista, pesquisadora e professora da Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP) apresenta características que ajudam a afastar a entrevista do autoritarismo e da condescendência e defende que o bom entrevistador precisa, além de conhecer a técnica da entrevista, ter *preparo humanístico*. No genial capítulo 8, *E agora, o que faço com tudo isso* (p. 46-52), Medina lida com a questão prática da coisa: o processo industrial do fazer jornalístico que, afinal, pode matar todo o processo da boa entrevista – vale a leitura.

<sup>143</sup> Em conversas com o autor.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a crítica de Dines (1998) ao jornalismo que escreve “para aqueles que escrevem”, encerrado em redações-*bunker* (“o leitor que se dane”) e distante da vida social. A recusa do diálogo, nesse caso, não é apenas uma falha comunicacional, mas um sintoma de desumanização: ao romper o vínculo com o público e com os sujeitos humanos retratados, o jornalismo compromete sua capacidade de mediação social e de construção de sentidos compartilhados.

No âmbito de temas socialmente sensíveis, como o tráfico de bebês, a ausência de diálogo se manifesta de forma particularmente aguda. Quando as narrativas jornalísticas se estruturam exclusivamente a partir de fontes institucionais e especialistas, as experiências das vítimas e de seus familiares permanecem à margem, quando não completamente ausentes. O diálogo, nesse contexto, não é apenas um recurso narrativo desejável, mas um imperativo ético para evitar a produção de discursos que reforçam a invisibilidade e a revitimização simbólica.

Assumir o diálogo como método implica, portanto, uma reconfiguração das rotinas jornalísticas. Exige tempo, presença em campo, escuta prolongada e disposição para lidar com ambiguidades e contradições. Exige também reconhecer que o conhecimento produzido pelo jornalismo não é neutro nem definitivo, mas situado, histórico e aberto à revisão. Essa abertura, longe de fragilizar o jornalismo, fortalece sua legitimidade social ao reafirmar seu compromisso com a compreensão crítica da realidade.

No contexto desta pesquisa, o diálogo constitui um critério fundamental para a análise qualitativa das reportagens. Avaliar em que medida as narrativas jornalísticas estabeleceram – se é que estabeleceram – um diálogo com os sujeitos diretamente afetados pelo tráfico de bebês permite identificar os limites e as possibilidades de uma prática jornalística humanizada. Mais do que contabilizar fontes ou espaços de fala, trata-se de examinar se houve escuta, reconhecimento da alteridade e abertura para a complexidade das experiências humanas envolvidas.

#### **4.6 Subjetividade, experiência e partilha: narrativas humanizadas**

A valorização da subjetividade no jornalismo contemporâneo está diretamente associada à centralidade da experiência na cultura atual. Em um contexto no qual os limites entre público e privado, pessoal e coletivo, tornam-se cada vez mais porosos, o jornalismo é tensionado a repensar seus modos de narrar a realidade. Nesse cenário, as narrativas humanizadas emergem

como formas de partilha de experiências que ultrapassam a mera transmissão de informações e se afirmam como espaços de construção de sentido.

Valéria Araújo (2017) argumenta que, embora o discurso hegemônico sobre o jornalismo tenha se estruturado historicamente a partir do ideal da objetividade, a subjetividade sempre foi constitutiva do texto jornalístico. O que se observa no contexto contemporâneo não é o surgimento da subjetividade, mas sua explicitação. A presença do sujeito – seja do repórter, seja das fontes ouvidas – torna-se mais visível, refletindo uma cultura marcada pela valorização dos relatos de si e pela partilha do vivido.

Essa centralidade da experiência desafia a concepção tradicional de notícia como relato fechado e autossuficiente. As narrativas humanizadas reconhecem que os fatos não existem de forma isolada, mas são vividos, interpretados e ressignificados por sujeitos situados histórica e socialmente. Ao incorporar experiências, memórias e afetos, o jornalismo amplia sua capacidade de produzir conhecimento sobre o mundo social, aproximando-se daquilo que Araújo define como partilha simbólica do ordinário:

[...] se a cultura, como argumentam esses autores<sup>144</sup>, é ordinária, construída pelas nossas experiências materiais, e também constituidora delas, é justamente no sentido de partilha do ordinário, do comum, que se dá a constituição dos sujeitos, que são, portanto, sempre relacionais. [...] Pensar o jornalismo a partir da cultura implica, portanto, considerar a dimensão do ordinário, do cotidiano, da experiência comum e material dos sujeitos enquanto produtores e receptores de notícias (Araújo, 2017, p. 37-38).

Fabiana Moraes (2019) contribui para essa discussão ao afirmar que o testemunho e a presença são elementos centrais para a credibilidade narrativa no jornalismo de subjetividade. A afirmação “eu estive lá” do repórter não se confunde com autorreferencialidade gratuita, mas com a explicitação das condições de produção do relato. Ao assumir sua posição no mundo, o jornalista oferece ao leitor não apenas informações, mas também os caminhos pelos quais essas informações foram construídas e obtidas.

Sobre *testemunho*, Ana Cláudia Peres (2025, p. 123) lembra que trata-se de “ideia recorrente para o jornalismo”, mas que, a função testemunhal do jornalismo vem entendida como sendo o caminho para a validação da verdade. “A velha máxima eternizada pelo Repórter Esso, a

---

<sup>144</sup> Araújo se refere aqui ao historiador britânico Edward Thompson (1924–1993) “e seu trabalho sobre a formação da classe operária inglesa”, ao escritor galês Raymond Williams (1921–1988), “sobre a relação entre cultura e linguagem”, e ao sociólogo britânico Richard Hoggart (1918–2014), “sobre as habilidades da indústria do entretenimento em apropriar-se da vida cotidiana”); os três são citados na mesma p. 37.

‘testemunha ocular da história’, via de regra, é acionada para legitimar a autoridade do jornalista presente na cena, aquele que está autorizado a narrar por ter visto ou por ter acessado quem viu (Peres, 2025, p. 123). Ela destaca que não é o fato de o repórter ter estado “na rua”, de ter *testemunhado*, que valida a veracidade do evento, mas o *texto testemunhal*.

Em um *jornalismo de teor testemunhal*, testemunhar deve ser entendido como um ato realizado não apenas por uma testemunha, como também por um texto que, sem abrir mão do viés informativo do relato, carrega uma certa astúcia narrativa ao requisitar experiência e afetividade. Além disso, o vínculo que se estabelece entre público e texto é, também, uma forma de testemunho (Peres, 2025, p. 123, grifo no original).

No entanto, vale anotar, a valorização da subjetividade e da experiência não está isenta de riscos. Quando dissociada de uma ética da alteridade e de um compromisso com a dimensão coletiva, a narrativa pode sim deslizar para o individualismo ou para a espetacularização do sofrimento. Araújo (2017, p. 38) alerta para a tendência de um jornalismo centrado de forma excessiva no “eu” do repórter, que desloca o foco da experiência partilhada para a vivência individual do narrador. As narrativas humanizadas, ao contrário, pressupõem a articulação entre o singular e o coletivo, entre a experiência individual e os contextos sociais que a moldam.

Nesse sentido, a experiência que interessa ao jornalismo humanizado não é apenas a do jornalista, mas, sobretudo, a dos sujeitos sociais envolvidos nos acontecimentos. A narrativa humanizada busca criar condições para que essas experiências sejam reconhecidas, contextualizadas e compartilhadas, sem que sejam reduzidas a exemplos ilustrativos ou a recursos emocionais. Trata-se de narrativa que reconhece o sofrimento, a memória e o trauma como dimensões legítimas da realidade social, sem convertê-los em mercadoria simbólica.

No caso de coberturas que envolvem violência, ruptura de vínculos e perda – como o tráfico de bebês –, a partilha de experiências assume papel particularmente sensível. Narrativas jornalísticas que se limitam à exposição factual tendem a apagar as marcas subjetivas deixadas por esses acontecimentos, contribuindo para uma compreensão empobrecida do fenômeno. Os relatos humanizados, por sua vez, possibilitam ao leitor entrar em contato com as dimensões humanas do problema, reconhecendo as vítimas como sujeitos de história, memória e direitos.

A construção de escritas humanizadas vai exigir, portanto, escolhas conscientes de linguagem, enquadramento e estrutura textual. Implica desacelerar o ritmo da notícia, abrir espaço para a escuta e resistir à tentação da simplificação excessiva. Essas escolhas não são neutras: elas refletem uma postura ética diante do mundo e dos sujeitos que o habitam. Ao

assumir a subjetividade e a experiência como dimensões legítimas do relato jornalístico, o jornalismo humanizado reafirma seu compromisso com a dignidade humana e com a produção de sentidos compartilhados.

Com essa reflexão pretendemos encerrar o movimento teórico iniciado neste capítulo. Ao articular subjetividade, alteridade, diálogo e experiência, constrói-se uma lente analítica capaz de iluminar os modos pelos quais o jornalismo representa – ou desumaniza – os sujeitos envolvidos em fenômenos socialmente complexos e repletos de camadas. É a partir dessa lente que, nos próximos capítulos, será realizada a análise qualitativa de reportagens sobre o tráfico de bebês, examinando de que maneira as narrativas jornalísticas incorporaram – ou negligenciaram – as possibilidades de uma prática humanizada.

#### **4.7 Por uma prática jornalística humanizada**

As reflexões desenvolvidas ao longo deste capítulo apontam para a necessidade de compreender o jornalismo humanizado não como uma vertente alternativa ou um recurso estilístico, mas como uma práxis ética e epistemológica capaz de responder aos limites do modelo hegemônico da objetividade. Ao deslocar o foco da notícia do fato isolado para a experiência humana, o jornalismo humanizado recoloca no centro do fazer jornalístico os sujeitos, suas histórias, suas vozes e os contextos que moldam suas existências.

A prática jornalística humanizada não se apresenta como modelo fixo, mas como processo em trânsito, atravessado por contextos históricos, tecnológicos e sociais em permanente transformação. Rovida (2014) defende o jornalismo como prática em deslocamento, carreira em que não há mais modelos estáveis, mas sendo um processo inacabado, relacional e situado.

A crítica ao esgotamento do modelo tradicional evidenciou que a desumanização no jornalismo não é resultado apenas de falhas pontuais, mas de uma lógica estrutural que privilegia a distância, a hierarquização das fontes e a simplificação dos fenômenos sociais. Nesse cenário, a objetividade absolutizada opera como mecanismo de ocultamento das escolhas políticas e morais que atravessam o discurso jornalístico. Reconhecer esse limite não significa abandonar o rigor informativo, mas redefini-lo à luz de um compromisso ético com a dignidade humana.

Ao afirmar o ser humano como ponto de partida e de chegada do fazer jornalístico, este capítulo propôs uma inversão de perspectiva que tensiona as rotinas produtivas e os formatos

consagrados da notícia. O jornalismo humanizado não nega a importância da técnica, mas a reinsere em um horizonte mais amplo, no qual a compreensão das ações humanas, seus contextos e suas consequências se torna central. Informar, nesse sentido, passa a significar também interpretar, contextualizar e compartilhar experiências socialmente significativas.

A articulação entre objetividade e subjetividade mostrou-se fundamental para sustentar essa proposta. Longe de serem polos excludentes, elas se complementam na construção de uma práxis jornalística consciente. A **subjetividade**, se assumida de forma crítica e responsável, permite explicitar lugares de fala, enquadramentos e escolhas narrativas, tornando o jornalismo mais transparente e menos suscetível à reprodução inconsciente de estigmas e desigualdades. A **objetividade**, por sua vez, permanece como compromisso com a verdade factual, a verificação e a clareza, agora compreendida como método e não como negação do sujeito.

A ética da alteridade aprofundou essa discussão ao evidenciar que toda narrativa jornalística envolve relações de poder entre quem narra e quem é narrado. Aproximar-se do Outro, escutá-lo e reconhecê-lo como sujeito de direitos e de experiência constitui um imperativo ético para um jornalismo comprometido com a justiça social. O distanciamento excessivo, frequentemente justificado em nome da profissionalização, mostrou-se insuficiente para dar conta de temas atravessados por sofrimento, violência e silenciamento histórico.

Nesse contexto, o diálogo emergiu como método e como ética. Mais do que uma técnica de apuração, o diálogo é aqui compreendido como fundamento do conhecimento jornalístico, exigindo abertura, escuta e disposição para a problematização da realidade. Assumir o diálogo como princípio implica reconhecer a incompletude do jornalista e a legitimidade das vozes que historicamente foram marginalizadas no espaço público.

Por fim, a centralidade da experiência e da partilha nas narrativas humanizadas revelou o potencial do jornalismo para produzir sentidos compartilhados e promover reconhecimento social. As narrativas que incorporam subjetividades, memórias e afetos – sem cair no individualismo ou na espetacularização – ampliam a capacidade do jornalismo de tornar visíveis as dimensões humanas dos fenômenos sociais. Ao fazê-lo, reafirmam o jornalismo como prática cultural, social e política, comprometida com a produção de conhecimento situado, contextualizado e historicamente responsável.

Essa perspectiva encontra respaldo metodológico em Rovida (2023), que concebe a comunicação – e particularmente o jornalismo – como prática sociocultural fundada na interação

entre sujeitos, legitimando a imersão em campo, a observação-experiência e a interpretação situada como procedimentos epistemologicamente consistentes.

Tomadas em conjunto, essas reflexões permitem delinear alguns princípios orientadores de uma prática jornalística humanizada: *(a)* a centralidade do ser humano e da experiência vivida; *(b)* a articulação consciente entre objetividade e subjetividade; *(c)* o compromisso ético com a alteridade e com a escuta das vozes tradicionalmente silenciadas; *(d)* o diálogo como método de produção do conhecimento; e *(e)* a responsabilidade narrativa diante do sofrimento, da memória e da dignidade dos sujeitos representados.

Esses princípios não constituem um modelo fechado, mas uma lente analítica e ética a partir da qual o jornalismo pode ser questionado e reinventado. Tampouco devem ser entendidos como normas prescritivas ou critérios de avaliação moral da prática jornalística, mas como eixos interpretativos que permitem tensionar narrativas concretas. Há também de se reconhecer, sem romantismos, que o jornalismo humanizante que aqui se propõe nem sempre é possível – mas é, isso sim, uma tensão desejável na prática profissional.

É com base nessa lente e nessas interpretações – construídas também a partir da experiência empírica do autor no contato prolongado com vítimas do tráfico de bebês – que se farão as análises qualitativas de reportagens sobre o tráfico de bebês publicadas nos anos 1980 – em grande parte, as mesmas que, no *capítulo 3*, tratamos de analisar de forma quantitativa – e, adiante, no *capítulo 6*, da série de reportagens de 2012. Ao examinar os modos de representação, os enquadramentos narrativos e os silêncios presentes no *corpus*, as análises buscarão avaliar em que medida essas narrativas se aproximam – ou se afastam – de uma prática jornalística humanizada, tal como aqui proposta.

## 5 ANÁLISES QUALITATIVAS

A partir deste ponto, a proposta é realizar análises qualitativas que ajudarão a encontrar respostas em relação ao conjunto de matérias publicadas sobre o tráfico de bebês. Faz-se uma bifurcação: por um lado, (a) revisitaremos o *corpus* já analisado quantitativamente no capítulo 3 desta dissertação, e, adicionalmente, por outro lado, (b) analisaremos uma série jornalística publicada em 2012 pelo jornal *Diário Catarinense*. A intenção é, dessa forma, respectivamente, (a) rever as matérias dos anos 1980, agora sob as lentes da proposta apresentada no capítulo 4, e (b) observar um exemplo prático de uso dos conceitos propostos ali. Todo o material será analisado a partir dos mesmos critérios, que serão explicados logo adiante.

As análises buscam examinar em que medida as matérias incorporam – ou se afastam – dos princípios de jornalismo humanizado, tal como formulados no capítulo 4. Diferentemente da etapa quantitativa (capítulo 3), o foco agora não recai sobre formatos, tamanhos, características físicas ou enquadramentos, mas sobre os modos de narrar, os lugares de fala e as relações estabelecidas entre jornalistas, fontes e sujeitos retratados.

Parte-se do entendimento de que o jornalismo constitui uma prática sociocultural situada, atravessada por escolhas éticas, políticas e narrativas, e não apenas um produto informativo passível de mensuração objetiva. Assim, a análise qualitativa proposta não busca avaliar as reportagens em termos de acerto ou erro, nem classificá-las a partir de critérios normativos rígidos – muito menos, e consideramos importante essa ressalva – fazer julgamentos de qualquer natureza sobre o trabalho dos jornalistas que se dedicaram àquela cobertura. Trata-se, isso sim, de leitura interpretativa orientada por eixos analíticos derivados da proposta de jornalismo ético, dialógico e humanizado desenvolvida ao longo deste trabalho.

Metodologicamente, adota-se uma abordagem interpretativa das narrativas jornalísticas, inspirada em perspectivas que concebem a comunicação como produção de sentidos e como relação entre sujeitos. Nesse sentido, a análise privilegia a leitura atenta dos textos, observando não apenas o conteúdo informativo explícito, mas também os silêncios, as ausências, os enquadramentos e as escolhas linguísticas que estruturam a narrativa. O interesse central recai sobre a forma como os sujeitos envolvidos no fenômeno do tráfico de bebês são representados – como protagonistas, como fontes secundárias ou como objetos discursivos.

A análise se faz a partir de uma leitura à luz dos temas previamente apresentados, permitindo identificar recorrências, tensões e ambiguidades no modo como o fenômeno do tráfico de bebês é narrado. As categorias de análise utilizadas nos eixos deste capítulo (v. *item 5.1*, adiante) derivam diretamente da discussão teórica apresentada ao longo do *capítulo 4* e foram formuladas como eixos interpretativos, e não como variáveis fechadas.

São elas: (a) a centralidade do ser humano na narrativa; (b) o reconhecimento da alteridade; (c) a presença ou ausência de diálogo e escuta; (d) o posicionamento narrativo e a relação entre objetividade e subjetividade; (e) a contextualização e a complexidade do fenômeno; e (f) a presença ou ausência de marcas de imersão, observação-experiência e contato com o mundo vivido (que chamamos, no *capítulo 4*, de “rua”). Adicionalmente, olharemos para como a opção de enquadramento estrutural e o modelo jornalístico foram adotados. Os eixos funcionam como lentes analíticas que orientam a leitura do *corpus*, permitindo examinar como os princípios do jornalismo humanizado se materializam – ou não – nos textos.

Cabe destacar que a análise aqui empreendida não pressupõe que uma reportagem deva atender plenamente a todos esses critérios para ser considerada ética ou humanizada. Ao contrário, reconhece-se que as práticas jornalísticas são atravessadas por constrangimentos institucionais, temporais e editoriais que produzem narrativas ambíguas e, por vezes, contraditórias. A proposta analítica adotada busca justamente evidenciar essas tensões, compreendendo o jornalismo como práxis situada e historicamente condicionada.

A estrutura de eixos apresentada a seguir, bem como as perguntas previstas para cada um e as respostas que as acompanham, servirão como base da análise qualitativa que se fará, tanto do *corpus* dos anos 1980<sup>145</sup> quanto do *corpus* mais atual, de 2012<sup>146</sup>.

Em relação à mecanização da análise, as matérias foram dispostas numa planilha do Google Planilhas; dentro dela, cada eixo é “representado” por três perguntas que ajudarão a dar as respostas que servirão de subsídios para a análise. Cada matéria será acompanhada das respostas às perguntas norteadoras. Este é o formato da planilha<sup>147</sup>: (a) colunas A a E: dados técnicos das matérias para organização da pesquisa, apresentados no *capítulo 3*, respectivamente: código da matéria, código de acervo/busca; código do jornal; ordem de apuração; e termo de busca; (b) colunas F a L: informações jornalísticas das matérias, respectivamente, nome do

<sup>145</sup> Disponível em: «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/corpora/quali80s>».

<sup>146</sup> Disponível em: «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/corpora/dc2012>».

<sup>147</sup> Disponível em: «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/an%C3%A1lises/quali1980s>».

jornal; data de publicação; título da matéria; tipo; quantidade de matérias; número da página da matéria na edição; e link direto para a matéria; (c) colunas M a AG: perguntas norteadoras dos 7 eixos observados, conforme detalhamento nas tabelas 12 a 18, mais abaixo.

Em relação ao *tipo* (coluna I) e à *quantidade de matérias* (coluna J), são informações adicionais que se fizerem necessárias para a organização da análise qualitativa: “tipo” se refere a uma de três opções: *texto isolado*; *matéria em conjunto*; e *texto curto*; “quantidade de matérias” mostra o número de matérias no conjunto analisado, considerando que não faria sentido analisar isoladamente matérias sorteadas para a composição do *corpus*, quando essas matérias fazem parte de um conjunto maior de textos publicados na mesma edição – nestes casos, as matérias estão sinalizadas na coluna I como “matéria em conjunto” e foram analisadas no todo.

Por rigor metodológico e transparência, entende-se importante esclarecer as exceções que esta nova análise exigiu. Matérias anotadas na coluna I como “texto curto” ficaram de fora da análise qualitativa porque entendemos que elas não ofereceriam conteúdo substancial para uma análise desse tipo – são 30 matérias (na planilha, elas aparecem destacadas em vermelho claro). Textos curtos que fazem parte de um grupo de matérias daquela mesma edição, por sua vez, foram lidos e analisados de forma conjunta.

Textos indicados na coluna I como “matéria em conjunto” trouxeram para a análise o todo da cobertura daquele dia sobre o assunto. São 40 matérias neste caso, somando um universo de 152 textos analisados (lembrando que cada grupo de matérias foi analisado como um item). Ocorre que algumas das matérias sorteadas inicialmente já faziam parte de um mesmo conjunto, motivo pelo qual os números não “fecham”. Os “textos isolados” são 48. O *corpus* usado na análise qualitativa das matérias dos anos 1980, enfim, é composto por um total de 88 itens<sup>148</sup>.

## 5.1 Eixos de análise

Como já mencionado, para a análise qualitativa do *corpus* foram criadas categorias – ou eixos analíticos – para ajudar a trazer respostas para as questões e inquietações expostas ao longo do *capítulo 4*. Nos itens a seguir, detalhamos cada um dos eixos adotadas para as análises, bem como as perguntas norteadoras propostas.

---

<sup>148</sup> A lista está disponível em «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/corpus/quali80s>».

### 5.1.1 Centralidade do ser humano

O eixo “centralidade do ser humano” deriva da compreensão de que o jornalismo humanizado como o compreendemos toma os sujeitos envolvidos nos acontecimentos como *ponto de partida e de chegada da narrativa*. Conforme discutido no *item 4.2*, essa perspectiva implica deslocar o foco do ato de noticiar os eventos de forma isolada para as ações humanas, suas experiências e os sentidos que produzem no mundo social.

Na análise, esta categoria orienta a observação de quem ocupa o centro da narrativa: se os sujeitos diretamente afetados – vítimas, familiares, comunidades – ou se instituições, autoridades e procedimentos formais. Avalia-se se os indivíduos aparecem como sujeitos de história, dotados de trajetória, memória e agência, ou se são reduzidos a personagens secundários, exemplos ilustrativos ou números estatísticos.

Consideramos válido buscar na teoria da narrativa literária uma definição que ajudará a entender e explicar como as pessoas são retratadas nas matérias sobre o tráfico de bebês. Em seu *A análise literária*, Massaud Moisés apresenta uma noção de classificação de personagens do texto em prosa: esféricas<sup>149</sup> (que o autor chama de “redondas”) e planas. Explica o autor:

[As personagens planas] seriam bidimensionais, dotadas de altura e largura mas não de profundidade: um só defeito ou uma só qualidade. Quanto às personagens redondas, ostentariam a dimensão que falta às outras, e, por isso, possuiriam uma série complexa de qualidades ou/e defeitos. As personagens planas geram os *tipos* e *caricaturas*, enquanto as outras envolvem os *caracteres* (2007, p. 110, grifos no original).

Ora, não se trata aqui de literatura, mas o conceito pode muito bem ser aplicado à narrativa jornalística, que costumeiramente apresenta sujeitos “bidimensionais” e, por vezes, recorre à complexidade das personagens esféricas. Além de buscar entender se o ser humano aparece como ponto de partida e de chegada da narrativa jornalística, esse primeiro eixo também vai explorar que “tipo” de personagens as matérias apresentam.

A centralidade do ser humano não se confunde com a simples *presença de pessoas* no texto, mas com a *forma* como essas presenças são construídas narrativamente. Esse eixo permite examinar se o jornalismo reconhece a dimensão humana dos fenômenos que narra ou se opera uma redução do vivido em nome da eficiência informativa.

---

<sup>149</sup> O autor deste trabalho considera esta nomenclatura mais adequada do que “redondas”.

Para analisar a centralidade do ser humano nas matérias jornalísticas do *corpus*, aqui se utilizarão as seguintes perguntas-guia: (a) Quem ocupa o centro organizador da narrativa?; (b) As vítimas aparecem como personagens planas ou esféricas?; e (c) Como são retratados os efeitos humanos do fenômeno? A tabela esquematiza as perguntas e respostas:

**Tabela 12 – Perguntas-guia e respostas (eixo 1)**

<b>Quem ocupa o centro organizador da narrativa?</b>	Instituições, operações e procedimentos
	Alternância entre instituições e sujeitos
	Sujeitos diretamente afetados
<b>As vítimas aparecem como personagens planas ou esféricas?</b>	Incerto ou não aparecem
	Personagens planas
	Personagens esféricas
<b>Como são retratados os efeitos humanos do fenômeno?</b>	Secundarizados ou ausentes
	Mencionados, mas não desenvolvidos
	Estruturantes da narrativa

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

### 5.1.2 Reconhecimento da alteridade

O reconhecimento da alteridade constitui eixo ético crucial do jornalismo humanizado, conforme desenvolvido no *item 4.4*. Esta categoria parte do entendimento de que toda narrativa jornalística envolve uma relação assimétrica entre quem narra e quem é narrado, relação essa atravessada por disputas de poder, visibilidade e legitimidade discursiva.

Janet Malcolm (1934–2021) trata dessa assimetria nas críticas argutas que faz em seu *O jornalista e o assassino*. Na muito popularizada abertura do livro – que Otavio Frias Filho chama de “juízo drástico” no posfácio da edição brasileira de 2011 da Companhia das Letras (p. 164) – Malcom não mede palavras: “Qualquer jornalista que não seja demasiado obtuso ou cheio de si para perceber o que está acontecendo sabe que o que ele faz é moralmente indefensável” (Malcolm, 2011, p. 11). E segue, abordando a tal assimetria, dizendo que o jornalista

é uma espécie de confidente, que se nutre da vaidade, da ignorância ou da solidão das pessoas. Tal como a viúva confiante, que acorda um belo dia e descobre que aquele rapaz encantador e todas as suas economias sumiram, o indivíduo que consente em ser tema de

um escrito não ficcional aprende – quando o artigo<sup>150</sup> ou livro aparece – a *sua* própria dura lição. Os jornalistas justificam a própria traição de várias maneiras, de acordo com o temperamento de cada um. Os mais pomposos falam de liberdade de expressão e do “direito do público a saber”; os menos talentosos falam sobre a Arte; os mais decentes murmuram algo sobre ganhar a vida (Malcolm, 2011, p. 11, grifo no original).

Num obituário por ocasião do falecimento de Malcolm, Victor Calcagno adiciona às palavras dela o seguinte trecho, que ele reconhece ser “adendo grosseiro, que pouco lembraria sua escrita sofisticada”: “E qualquer jornalista que se sinta pessoalmente ofendido por essa afirmação ou ache que ela diminui seu ofício entende pouco sobre o que pratica todos os dias” (2021). O caso a partir do qual surgem as críticas de Malcolm (a relação entre um jornalista que escreveu um livro sobre um assassino condenado e o processo que se desenrolou na Justiça a partir do desagrado sentido por este<sup>151</sup>) é pontual, mas as questões ali observadas são universais e pertinentes à análise que se propõe com este eixo.

Na análise do *corpus*, busca-se observar se o Outro – especialmente quando pertencente a grupos historicamente vulnerabilizados, como é o caso com as vítimas do tráfico de bebês – é reconhecido como sujeito de direitos, portador de experiências e de complexidade, ou se é enquadrado a partir de estigmas, generalizações e categorias reducionistas. Avalia-se se a narrativa reproduz preconceitos naturalizados ou se cria condições para o reconhecimento da singularidade e da dignidade dos sujeitos retratados.

O eixo também permite identificar formas de violência simbólica e de revitimização narrativa, particularmente relevantes em coberturas de crimes e violações de direitos humanos. O reconhecimento da alteridade, aqui, não é tomado como ideal abstrato, mas como critério analítico para examinar como o jornalismo lida com a diferença, o sofrimento e a desigualdade.

Para a análise relacionada à alteridade, perguntaremos, sobre cada matéria, (a) Como a narrativa trata o Outro, principalmente?; (b) De que forma o texto lida com diferenças e vulnerabilidades?; e (c) Há risco de violência simbólica ou revitimização? A tabela mostra as respectivas respostas possíveis.

<sup>150</sup> No Brasil “artigo” se usa para denominar apenas textos de opinião (em geral, de colunistas *convidados* por um determinado veículo), mas a autora faz referência a matérias; o uso aqui de “artigo” provavelmente advém de tradução equivocada do termo “*article*”, falso cognato com o português – “*article*” é “matéria” (Folha [...], 2022).

<sup>151</sup> O jornalista é Joe McGinniss (1942–2014), autor do livro *Fatal Vision* (“Visão fatal”, em tradução livre, não editado no Brasil), sobre Jeffrey MacDonald (1943–), acusado de matar, em 1970, a esposa grávida e as duas filhas pequenas do casal. Pelos crimes, MacDonald foi condenado em 1979 à prisão perpétua. Insatisfeito com a forma como foi retratado no livro, publicado em 1984, MacDonald processou McGinniss sob a alegação de que o jornalista fingia acreditar em sua inocência depois de já ter chegado à conclusão de que ele era culpado, com o objetivo de manter a cooperação do entrevistado (Woolverton, 2020).

**Tabela 13 – Perguntas-guia e respostas (eixo 2)**

<b>Como a narrativa trata o Outro, principalmente?</b>	Objeto de descrição Fonte instrumental Sujeito de experiência e direitos
<b>De que forma o texto lida com diferenças e vulnerabilidades?</b>	Estigmatizante ou naturalizada Neutra, sem aprofundamento Sensível e contextualizada
<b>Há risco de violência simbólica ou revitimização?</b>	Sim, de forma evidente De forma ambígua ou indireta Não, o texto demonstra cuidado ético explícito

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

### 5.1.3 Diálogo e escuta

Derivado do *item 4.5*, este eixo analisa o grau de diálogo efetivamente estabelecido pelas reportagens com os sujeitos envolvidos nos acontecimentos. Parte-se da compreensão de que o diálogo não se reduz à coleta de declarações ou ao uso de aspas, mas pressupõe escuta, abertura e reconhecimento da incompletude do jornalista como sujeito do conhecimento.

A análise observa quais vozes são incluídas na narrativa, quais são marginalizadas e quais ficam ausentes. Busca-se identificar se os textos constroem um espaço de interlocução com os sujeitos diretamente afetados ou se eles se limitam a reproduzir discursos institucionais e especializados, frequentemente tratados como portadores exclusivos da verdade legítima.

**Tabela 14 – Perguntas-guia e respostas (eixo 3)**

<b>Que vozes predominam na narrativa?</b>	Institucionais e oficiais Mistas (institucionais e experiências vividas) Majoritariamente dos sujeitos afetados
<b>O que as aspas no texto indicam ter havido?</b>	Coleta pontual de declarações Escuta limitada e mediada Escuta ativa e dialogal
<b>Como é a estrutura comunicacional do texto?</b>	Vertical (fala sobre) Parcialmente horizontal/ dialógica Dialógica (fala com)

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

As perguntas também permitem examinar se o jornalismo opera como prática dialógica ou como comunicação verticalizada, na qual fala-se sobre os sujeitos, mas eles raramente falam. O diálogo, nesse sentido, funciona como critério ético e metodológico para avaliar o grau de abertura da narrativa à pluralidade de experiências e sentidos.

#### 5.1.4 Subjetividade e posicionamento narrativo

“Subjetividade e posicionamento narrativo” é uma categoria que advém da discussão apresentada no *item 4.3*, que problematiza a oposição clássica entre objetividade e subjetividade. Parte-se do pressuposto de que toda narrativa jornalística é atravessada por escolhas, enquadramentos e valores, ainda que frequentemente apresentados sob o signo da neutralidade.

Na análise qualitativa, este eixo orienta a observação do lugar de fala assumido – ou ocultado – pelo texto. Examinamos se a narrativa deixa claros quais são seus critérios de seleção e de interpretação ou se ela se apresenta como um relato neutro, naturalizando determinados enquadramentos como evidentes ou inevitáveis.

**Tabela 15 – Perguntas-guia e respostas (eixo 4)**

<b>Como o jornalista se posiciona no texto?</b>	Invisibilizado sob aparência de neutralidade
	Implícito, perceptível por enquadramentos
	Explícito e assumido
<b>De que forma a subjetividade opera no texto?</b>	Não reconhecida
	Parcialmente refletida
	Consciente e eticamente orientada
<b>O leitor é informado sobre critérios de seleção e recorte?</b>	Não
	Indiretamente
	Sim, de modo explícito

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

Avaliaremos, ainda, como a subjetividade é mobilizada: de forma consciente e eticamente orientada, ou invisível, operando como viés não refletido. As perguntas que norteiam o eixo 4 permitem compreender como o posicionamento narrativo influencia a produção de sentidos e os efeitos simbólicos das reportagens. São essas: (a) Como o jornalista se posiciona no texto?; (b)

De que forma a subjetividade opera no texto?; e (c) O leitor é informado sobre critérios de seleção e recorte? A tabela apresenta as possíveis respostas.

### 5.1.5 *Experiência, contexto e complexidade*

Originado na discussão do *item 4.6*, este eixo analisa em que medida as reportagens incorporam a experiência vivida, o contexto social e a complexidade dos fenômenos narrados. Parte-se da crítica à factualidade isolada e à simplificação excessiva, comuns no jornalismo orientado pela lógica do acontecimento imediato.

A análise observa se os textos contextualizam historicamente os fatos, se estabelecem conexões estruturais e se reconhecem as múltiplas camadas que constituem o fenômeno do tráfico de bebês. Busca-se identificar se a narrativa permite compreender o problema em sua dimensão social, política e econômica, ou se ela se limita a descrever eventos pontuais.

A categoria também avalia se o jornalismo cria condições para a partilha de experiências e para a compreensão do vivido, ou se privilegia uma narrativa linear, descontextualizada e empobrecida. A complexidade, aqui, é entendida como critério de qualidade ética e epistemológica da narrativa. Para esta análise, as questões observadas serão: (a) De que forma o fenômeno é contextualizado?; (b) De que forma a narrativa apresenta o problema?; e (c) Como se classifica a experiência vivida dos sujeitos no texto? A tabela mostra as respostas.

**Tabela 16 – Perguntas-guia e respostas (eixo 5)**

<b>De que forma o fenômeno é contextualizado?</b>	Mínima ou inexistente
	Parcial, com alguns antecedentes
	Ampla, com articulação de múltiplas dimensões
<b>De que forma a narrativa apresenta o problema?</b>	Linear e simplificado
	Parcialmente complexo
	Multidimensional e contraditório
<b>Como se observa a experiência vivida dos sujeitos no texto?</b>	Ausente
	Mencionada superficialmente
	Integrada à compreensão do fenômeno

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

### 5.1.6 Presença/ ausência de “rua”

A sexta categoria deriva da reflexão sobre observação-experiência, diálogo presencial e prática de campo, discutida a partir de Cremilda Medina (2002; 2003; 2017) e Mara Rovida (2014; 2023). “Rua”, nesse contexto, não vai se referir apenas à presença física do jornalista em campo, no lugar dos acontecimentos, fora da redação, mas à sua disposição para o *encontro*, a *escuta sensível* e a imersão nos *contextos vividos pelos sujeitos*.

Na análise qualitativa, busca-se identificar marcas de presença e de contato com o mundo vivido: descrições situadas, observações do cotidiano, vozes captadas fora dos circuitos oficiais. Em contraposição, avalia-se a predominância de narrativas produzidas a partir de documentos, entrevistas formais e fontes secundárias, típicas do “jornalismo de gabinete”<sup>152</sup>.

Este eixo permite tensionar a ideia de que a simples presença em campo garante humanização. O foco recai sobre a qualidade da interação estabelecida e sobre a capacidade do jornalista de transformar a experiência do encontro em narrativa significativa, evitando tanto o distanciamento excessivo quanto a apropriação instrumental da experiência alheia.

Para testar a categoria, as perguntas norteadoras serão: (a) O texto apresenta indícios de trabalho de campo?; (b) Qual é a origem principal das informações apresentadas no texto?; e (c) Para que a presença do jornalista contribui? Na tabela, as respostas previstas.

**Tabela 17 – Perguntas-guia e respostas (eixo 6)**

<b>O texto apresenta indícios de trabalho de campo?</b>	Não
	Indícios indiretos ou incertos
	Sim, de forma clara
<b>Qual é a origem principal das informações apresentadas no texto?</b>	Documentos e entrevistas formais
	Combinação de fontes documentais e presença
	Observação-experiência e contato direto
<b>Para que a presença do jornalista contribui?</b>	Reforçar distanciamento narrativo
	Qualificar parcialmente a compreensão
	Produzir densidade experiencial e humana

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

<sup>152</sup> A expressão descreve a prática de produzir notícias sem sair da redação (daí “gabinete”), com base em informações “oficiais”, fornecidas por fontes tais como assessores de imprensa, governos, empresas, autoridades etc. No caso do tráfico de bebês, a polícia era a principal fonte das informações publicadas pela imprensa, como se verá.

### 5.1.7 Enquadramento estrutural e modelo jornalístico

Este último eixo busca compreender até que ponto as reportagens analisadas se inscrevem no modelo hegemônico do jornalismo informativo, marcado pela centralidade da factualidade, pela valorização da objetividade como distanciamento e pela hierarquização institucional das fontes. Derivada da discussão desenvolvida no *item 4.1*, ela parte do entendimento de que a desumanização no jornalismo não decorre apenas de escolhas individuais, mas de uma lógica estrutural de produção da notícia, historicamente consolidada.

A análise, neste eixo, observa como os acontecimentos são enquadrados: se foram apresentados como episódios isolados, desvinculados de contextos históricos e sociais mais amplos, ou se estão inseridos em tramas estruturais que permitem ao leitorado compreender suas causas e consequências. Busca-se identificar se a narrativa privilegia operações policiais, decisões judiciais e declarações oficiais como eixo organizador do sentido, ou se tensiona esse modelo ao incorporar outras perspectivas e temporalidades.

Ao considerar o modelo jornalístico como objeto de análise, este eixo permite deslocar a crítica do plano moral – “o jornalista fez ou não fez” – para o plano epistemológico e institucional, evidenciando como determinadas formas de narrar limitam, desde a origem, as possibilidades de humanização das narrativas.

Para esta categoria, nortearão a análise as seguintes perguntas: (a) Qual eixo organizador de sentido predomina no texto?; (b) Como a temporalidade e a contextualização do fenômeno aparecem no texto?; e (c) Em que se apoia a validação da narrativa?

Embora a tabela 18, abaixo, traga as respostas previstas, faz-se necessário, aqui, uma elucidação um pouco mais elaborada a seu respeito. Na primeira pergunta, sobre o eixo organizador de sentido, entende-se “acontecimento” como o “caso” em si, com foco no fato imediato; “instituições/ procedimentos” são, entre outros, a polícia, a Justiça, o governo etc.; e “processo social” se refere às cadeias causais, estrutura, história, redes e dinâmicas.

Na segunda questão, “presente pontual” se refere ao tempo momentâneo, sem apresentar antecedentes ou continuidade, é o “episódio isolado”; “contexto parcial” trata de quando alguns antecedentes são expostos, mas sem que se faça uma articulação estrutural; e “contexto amplo” é o que traz histórico social, conexões entre passado, presente e efeitos.

Finalmente, a terceira pergunta vai tratar de “autoridade institucional”, entendidas aqui como as fontes oficiais e documentos quando tratadas como “selo de veracidade”; “equilíbrio

procedimental” para quando há pluralidade de versões e verificação de fatos, mas sem deixar explícita a posição do jornalista; e “transparência interpretativa” trata de método, explicitação de enquadramentos e de limites e aspectos éticos.

**Tabela 18 – Perguntas-guia e respostas (eixo 7)**

<b>Qual eixo organizador de sentido predomina no texto?</b>	Acontecimento
	Instituições/ procedimentos
	Processo social
<b>Como a temporalidade e a contextualização do fenômeno aparecem no texto?</b>	Presente pontual
	Contexto parcial
	Contexto amplo
<b>Em que se apoia a validação da narrativa?</b>	Autoridade institucional
	Equilíbrio procedimental
	Transparência interpretativa

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

## 5.2 Análise do *corpus* dos anos 1980

Antes de saltar para a análise, consideramos válido relembrar brevemente como o *corpus* verificado no capítulo 3 (e que aqui será revisitado) se compôs: partiu-se de uma coleção inicial com 749 matérias sobre o tráfico de bebês, todas da década de 1980, obtidas em pesquisa junto aos acervos dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, além da hemeroteca da Biblioteca Nacional. Os termos utilizados para a pesquisa foram “tráfico de bebês” e “Arlete Hilú”. Como o capítulo 3 detalha de forma pormenorizada as razões de adoção desses termos, entende-se não haver necessidade de repetir os critérios aqui.

A partir do universo de 749 matérias e seguindo recomendação metodológica de Herscovitz (2007), com adoção de margem de erro 8%<sup>153</sup>, chegou-se a uma **amostra de 129 matérias**, obtida a partir de sorteio para garantir aleatoriedade. Como visto acima, o universo de matérias analisadas qualitativamente é composto por 88 conjuntos de textos.

As tabelas a seguir apresentam, eixo por eixo, os números obtidos a partir da varredura das matérias constitutivas do *corpus* da década de 1980. Na sequência de cada tabela, os dados

<sup>153</sup> Para detalhes sobre a fórmula aplicada, v. quadro 1 e tabela 7, ambas no capítulo 3.

serão analisados qualitativamente. Uma síntese analítica do conjunto de todos os eixos será apresentada na sequência dos blocos temáticos.

### 5.2.1 Centralidade do ser humano

A análise das reportagens a partir da categoria “centralidade do ser humano” revela um padrão narrativo marcado por ambiguidade. Embora, como se vê na tabela 19, quase metade das matérias (47,73%) apresente uma alternância entre instituições e sujeitos diretamente afetados, apenas uma parcela reduzida (17,05%) organiza efetivamente a narrativa a partir dos indivíduos envolvidos no fenômeno. Em contraste, mais de um terço das reportagens (35,23%) mantém as instituições, operações e procedimentos como eixo central do sentido, indicando a permanência de um modelo narrativo fortemente institucionalizado.

**Tabela 19 – Dados numéricos da análise (eixo 1)**

<b>1 Centralidade do ser humano</b>		
<b>Quem ocupa o centro organizador da narrativa?</b>		
Instituições, operações e procedimentos	31	35,23%
Alternância entre instituições e sujeitos	42	47,73%
Sujeitos diretamente afetados	15	17,05%
<b>As vítimas aparecem como personagens planas ou esféricas?</b>		
Personagens planas	37	42,05%
Personagens esféricas	10	11,36%
Incerto ou não aparecem	41	46,59%
<b>Como são retratados os efeitos humanos do fenômeno?</b>		
Secundarizados ou ausentes	50	56,82%
Mencionados, mas não desenvolvidos	30	34,09%
Estruturantes da narrativa	8	9,09%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

Esses dados sugerem que, mesmo quando as vítimas e seus familiares aparecem no texto, sua presença nem sempre implica protagonismo narrativo. A alternância entre instituições e sujeitos, predominante no *corpus*, aponta para um jornalismo que reconhece a dimensão humana do problema, mas que frequentemente a subordina a uma lógica procedimental e burocrática. À luz da discussão teórica desenvolvida no capítulo 4, observa-se que o ser humano tende a ocupar

um lugar secundário na arquitetura narrativa, funcionando mais como elemento ilustrativo do que como ponto de partida e de chegada da reportagem.

Essa leitura se aprofunda quando se analisa a construção dos personagens. A maior parte das matérias apresenta vítimas como personagens planas (42,05%) ou sequer oferece elementos suficientes para caracterizá-las narrativamente (46,59%). Apenas 11,36% das reportagens constroem personagens esféricas, isto é, dotadas de complexidade, trajetória e densidade psicológica. O resultado indica que individualizar os sujeitos é exceção, não regra, reforçando a tendência à simplificação das experiências humanas em coberturas sobre o tráfico de bebês.

Por fim, a análise dos efeitos humanos do fenômeno evidencia de forma ainda mais clara os limites da centralidade do ser humano no *corpus*. Em mais da metade das reportagens (56,82%), esses efeitos aparecem secundarizados ou completamente ausentes; em 34,09%, são apenas mencionados, sem desenvolvimento narrativo; e em apenas 9,09% dos casos estruturam efetivamente o texto. Os números revelam um jornalismo que informa sobre violações graves de direitos humanos, mas que o faz, em geral, sem explorar, de modo consistente, as consequências subjetivas, sociais e simbólicas desses acontecimentos para os indivíduos envolvidos.

À luz da proposta de um jornalismo humanizado, os resultados indicam uma tensão persistente entre a intenção declarada de dar visibilidade às vítimas e a dificuldade de deslocar o eixo narrativo para suas experiências concretas. O ser humano aparece, mas raramente ocupa o centro; é nomeado, mas pouco escutado; é citado, mas não plenamente compreendido. Essa constatação não deve ser lida como falha individual dos jornalistas, mas como expressão de um modelo narrativo que ainda privilegia procedimentos, instituições e fatos em detrimento da complexidade do vivido.

### 5.2.2 Reconhecimento da alteridade

A análise dos textos a partir do eixo “reconhecimento da alteridade” evidencia um padrão narrativo no qual o Outro – sobretudo as vítimas do tráfico de bebês e seus familiares – é tratado de forma predominante como objeto de descrição, e não como sujeitos plenos de experiência e direitos. Em mais da metade das matérias analisadas (54,55%), como se vê na tabela 20, o Outro aparece como elemento descrito pelo texto jornalístico, enquanto apenas 22,73% das reportagens o reconhecem explicitamente como sujeito de experiência. Esse dado aponta para uma relação

assimétrica persistente entre quem narra e quem é narrado, na qual a alteridade tende a ser observada à distância.

**Tabela 20 – Dados numéricos da análise (eixo 2)**

<b>2 Reconhecimento da alteridade</b>		
<b>Como a narrativa trata o Outro, principalmente?</b>		
Objeto de descrição	48	54,55%
Fonte instrumental	20	22,73%
Sujeito de experiência e direitos	20	22,73%
<b>De que forma o texto lida com diferenças e vulnerabilidades?</b>		
Estigmatizante ou naturalizada	31	35,23%
Neutra, sem aprofundamento	42	47,73%
Sensível e contextualizada	15	17,05%
<b>Há risco de violência simbólica ou revitimização?</b>		
Sim, de forma evidente	26	29,55%
De forma ambígua ou indireta	52	59,09%
Não, o texto demonstra cuidado ético explícito	10	11,36%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

Mesmo quando o Outro não é reduzido a objeto, sua presença frequentemente se dá de forma instrumental. Em 22,73% das reportagens, os sujeitos aparecem sobretudo como fontes funcionais à narrativa – isto é, suas falas são mobilizadas para confirmar ou ilustrar um enquadramento previamente estabelecido, sem que suas experiências sejam tomadas como eixo estruturante do sentido. Esse resultado sugere que a simples inclusão de vozes não garante, por si só, o reconhecimento da alteridade, especialmente quando o diálogo é limitado pela lógica do enquadramento institucional.

Essa assimetria se reflete também na forma como o texto lida com diferenças sociais e vulnerabilidades. A maior parte das reportagens adota abordagem neutra, sem aprofundamento (47,73%), o que, embora evite estigmatizações explícitas, tende a invisibilizar as condições estruturais que produzem desigualdade e sofrimento. Em 35,23% dos casos, a narrativa reproduz enquadramentos estigmatizantes ou naturaliza vulnerabilidades, tratando situações de violência e exclusão como dados quase inevitáveis da realidade social. Apenas 17,05% das matérias demonstram uma abordagem sensível e contextualizada, capaz de articular diferenças, desigualdades e experiências de forma crítica.

O risco de violência simbólica ou revitimização aparece como um elemento particularmente expressivo do *corpus*. Em quase 90% das reportagens, esse risco está presente de forma evidente (29,55%) ou ambígua e indireta (59,09%). Apenas uma parcela reduzida (11,36%) demonstra cuidado ético explícito na construção da narrativa, evitando exposições desnecessárias, simplificações ou enquadramentos que possam reforçar o sofrimento dos sujeitos retratados. Esses dados indicam que, mesmo quando não há intenção deliberada de revitimizar, a lógica narrativa adotada frequentemente produz efeitos simbólicos problemáticos.

À luz da proposta de um jornalismo ético e humanizado, os resultados revelam que o reconhecimento da alteridade é um dos pontos mais frágeis das reportagens analisadas. O Outro é frequentemente visível, mas raramente reconhecido em sua complexidade; é citado, mas pouco escutado; aparece, mas sob enquadramentos que limitam sua agência e sua dignidade narrativa. Tal como observado na categoria anterior, essa limitação não pode ser atribuída apenas a escolhas individuais, mas deve ser compreendida como expressão de um modelo jornalístico que ainda opera a partir da distância, da neutralização do encontro e da dificuldade de lidar com o sofrimento alheio sem transformá-lo em objeto discursivo.

### 5.2.3 *Diálogo e escuta*

Neste eixo, a leitura dos textos evidencia a predominância de um modelo comunicacional verticalizado, no qual o jornalismo fala *sobre* os sujeitos mais do que fala *com* eles. Em quase 60% das matérias (57,95%), as vozes que organizam o sentido da narrativa são institucionais e oficiais, enquanto apenas 11,36% das reportagens se estruturam majoritariamente a partir das vozes dos sujeitos diretamente afetados pelo fenômeno. O dado confirma a centralidade das fontes legitimadas pelo aparato institucional, em detrimento das experiências vividas.

Mesmo quando se notam vozes mistas – combinando fontes institucionais e experiências pessoais –, o diálogo raramente se estabelece de forma equilibrada. As fontes oficiais tendem a funcionar como eixo interpretativo dominante, enquanto as falas dos sujeitos afetados aparecem de maneira fragmentada, frequentemente subordinadas ao enquadramento institucional. Assim, a pluralidade de vozes não se traduz automaticamente em pluralidade de sentidos, permanecendo limitada pela arquitetura narrativa do texto.

**Tabela 21 – Dados numéricos da análise (eixo 3)**

<b>3 Diálogo e escuta</b>		
<b>Que vozes predominam na narrativa?</b>		
Institucionais e oficiais	51	57,95%
Mistas (institucionais e experiências vividas)	27	30,68%
Majoritariamente dos sujeitos afetados	10	11,36%
<b>O que as aspas no texto indicam ter havido?</b>		
Coleta pontual de declarações	48	54,55%
Escuta limitada e mediada	32	36,36%
Escuta ativa e dialogal	8	9,09%
<b>Como é a estrutura comunicacional do texto?</b>		
Vertical (fala sobre)	61	69,32%
Parcialmente horizontal/ dialógica	24	27,27%
Dialógica (fala com)	3	3,41%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

Essa limitação se torna ainda mais evidente ao se analisar o papel das aspas e dos depoimentos no *corpus*. Em mais da metade das reportagens (54,55%), as aspas indicam apenas a coleta pontual de declarações, sugerindo um uso instrumental da fala das fontes. Em 36,36% dos casos, há indícios de uma escuta limitada e mediada, na qual o jornalista seleciona fragmentos de fala sem que se configure um processo dialógico mais amplo. Apenas 9,09% das matérias apresentam sinais de escuta ativa e dialogal, em que a fala do Outro contribui efetivamente para a construção do sentido da narrativa.

A estrutura comunicacional das reportagens reforça esse diagnóstico. Em 69,32% dos textos, a comunicação é claramente vertical, caracterizada por um discurso que observa, descreve e explica os acontecimentos a partir de uma posição externa aos sujeitos narrados. Apenas 3,41% das reportagens – só 3 dos 88 textos/ conjuntos – adotam uma estrutura efetivamente dialógica, na qual a matéria se constrói como espaço de interlocução e reconhecimento do Outro como coautor simbólico da narrativa. A presença de estruturas parcialmente dialógicas (27,27%) indica tentativas pontuais de abertura, mas ainda insuficientes para romper com o padrão dominante.

À luz da proposta de um jornalismo dialógico e humanizado, os resultados apontam para uma fragilidade estrutural da escuta nas reportagens analisadas. O diálogo aparece mais como ideal retórico do que como prática efetiva, frequentemente limitado pelas rotinas produtivas, pela

hierarquização das fontes e pela centralidade do discurso institucional. Ainda que as matérias demonstrem preocupação em “ouvir os dois lados”, a escuta permanece controlada, mediada e funcional, raramente se configurando como encontro entre sujeitos.

Esse cenário reforça a ideia de que o diálogo, no jornalismo, não se esgota na inclusão formal de vozes, mas sim que exige uma reorganização mais profunda das relações narrativas. A dificuldade de estabelecer uma escuta efetiva não decorre apenas de falhas individuais, mas de um modelo de produção que privilegia a autoridade, a rapidez e a verificabilidade formal em detrimento da abertura ao Outro. Nesse sentido, a análise confirma a pertinência da crítica desenvolvida no *capítulo 4* e evidencia os desafios concretos para a afirmação de uma prática jornalística verdadeiramente dialógica.

#### 5.2.4 Subjetividade e posicionamento narrativo

A análise das reportagens a partir do eixo “subjetividade e posicionamento narrativo” revela a persistência de um modelo jornalístico que invisibiliza o lugar de fala do jornalista, ancorando sua autoridade na *aparência* de neutralidade.

**Tabela 22 – Dados numéricos da análise (eixo 4)**

<b>4 Subjetividade e posicionamento narrativo</b>		
<b>Como o jornalista se posiciona no texto?</b>		
Invisibilizado sob aparência de neutralidade	54	61,36%
Implícito, perceptível por enquadramentos	29	32,95%
Explicitado e assumido	5	5,68%
<b>De que forma a subjetividade opera no texto?</b>		
Não reconhecida	53	60,23%
Parcialmente refletida	30	34,09%
Consciente e eticamente orientada	5	5,68%
<b>O leitor é informado sobre critérios de seleção e recorte?</b>		
Não	56	63,64%
Indiretamente	26	29,55%
Sim, de modo explícito	6	6,82%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

Em mais de 60% das matérias analisadas (61,36%), como se vê na tabela 22, o posicionamento do repórter é ocultado sob a forma de um relato que se pretende objetivo e impessoal, enquanto apenas 5,68% dos textos explicitam e assumem claramente o lugar de enunciação a partir do qual a narrativa é construída. Esse dado indica a força normativa do ideal de neutralidade, mesmo em coberturas que tratam de violações graves de direitos humanos.

Quando o posicionamento não é totalmente invisibilizado, ele aparece de forma implícita, perceptível sobretudo a partir de enquadramentos, escolhas de vocabulário e hierarquização de informações. Em 32,95% dos textos, a subjetividade do repórter aparece de maneira indireta, sem ser reconhecida ou tematizada pela própria matéria. Essa forma de presença tácita do sujeito reforça a crítica desenvolvida no *capítulo 4*, segundo a qual a negação da subjetividade não elimina seus efeitos, mas os torna menos visíveis e, portanto, menos passíveis de reflexão ética.

Essa tendência se confirma ao se observar como a subjetividade opera no interior das narrativas. Em 60,23% das matérias, a subjetividade não é reconhecida como dimensão constitutiva do processo jornalístico; em 34,09%, aparece de forma parcialmente refletida, mas sem explicitação de seus limites ou implicações. Apenas 5,68% das reportagens demonstram uma subjetividade consciente e eticamente orientada, na qual o jornalista reconhece sua posição e assume responsabilidade pelos recortes e interpretações apresentados. Esses números evidenciam que a subjetividade, quando não negada, permanece frequentemente sob controle, regulada pelo ideal de distanciamento.

A ausência de transparência em relação aos critérios de seleção e recorte reforça esse quadro. Em quase dois terços das reportagens (63,64%), o leitor não é informado sobre como e por que determinados dados, fontes ou episódios foram escolhidos. Em 29,55% dos casos, essa informação aparece apenas de forma indireta, inferível a partir do texto, e em apenas 6,82% das matérias os critérios são explicitados de modo claro. A opacidade metodológica da narrativa contribui para a naturalização dos enquadramentos adotados, reforçando a ideia de que o texto jornalístico é mero reflexo dos fatos, e não uma construção situada.

À luz da proposta de um jornalismo entendido como práxis ética e reflexiva, os resultados nesta categoria indicam que a subjetividade permanece como ponto sensível e pouco elaborado nos textos analisados. O apagamento do sujeito jornalista, longe de garantir imparcialidade, limita a possibilidade de diálogo com o leitor e dificulta a avaliação crítica dos sentidos produzidos. A análise sugere que a humanização do jornalismo passa não pela

eliminação da subjetividade, mas por seu reconhecimento e por mais transparência em relação às escolhas narrativas que estruturam o relato. Nesse sentido, a invisibilização do posicionamento narrativo constitui menos uma garantia de objetividade e mais um obstáculo à construção de uma ética da responsabilidade no jornalismo.

### 5.2.5 *Experiência, contexto e complexidade*

A análise do *corpus* a partir do eixo “experiência, contexto e complexidade” evidencia a predominância de narrativas que contextualizam o fenômeno de forma limitada e tendem a apresentar o tráfico de bebês como problema recortado, fragmentado e de baixa densidade interpretativa. Em 57,95% das matérias, a contextualização é parcial, restrita a alguns antecedentes imediatos, enquanto apenas 14,77% articulam o fenômeno a partir de múltiplas dimensões históricas, sociais e institucionais. Em mais de um quarto do *corpus* (27,27%), a contextualização é mínima ou inexistente, reforçando a lógica do acontecimento isolado.

**Tabela 23 – Dados numéricos da análise (eixo 5)**

<b>5 Experiência, contexto e complexidade</b>		
<b>De que forma o fenômeno é contextualizado?</b>		
Mínima ou inexistente	24	27,27%
Parcial, com alguns antecedentes	51	57,95%
Ampla, com articulação de múltiplas dimensões	13	14,77%
<b>De que forma a narrativa apresenta o problema?</b>		
Linear e simplificado	46	52,27%
Parcialmente complexo	31	35,23%
Multidimensional e contraditório	11	12,50%
<b>Como se classifica a experiência vivida dos sujeitos no texto?</b>		
Ausente	39	44,32%
Mencionada superficialmente	36	40,91%
Integrada à compreensão do fenômeno	13	14,77%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

Esse padrão se reflete diretamente na forma por meio da qual o problema é narrado. A maioria das reportagens (52,27%) apresenta o tráfico de bebês de maneira linear e simplificada,

frequentemente reduzindo o fenômeno a cadeias causais diretas ou a episódios pontuais de ilegalidade. Em 35,23% dos casos, observa-se uma tentativa de introduzir complexidade, ainda que de forma parcial, sem aprofundar contradições ou conexões estruturais. Apenas 12,5% das matérias constroem narrativas efetivamente multidimensionais, capazes de articular diferentes níveis de análise e reconhecer a natureza contraditória e sistêmica do fenômeno.

A dimensão da experiência vivida dos sujeitos reforça esse diagnóstico. Em quase metade das reportagens (44,32%), a experiência das vítimas e de seus familiares está ausente do texto; em 40,91%, aparece de forma superficial, mencionada sem desenvolvimento narrativo ou analítico. Apenas 14,77% das matérias integram efetivamente a experiência vivida à compreensão do fenômeno, utilizando-a como elemento estruturante da narrativa e não apenas como ilustração pontual. Esses dados indicam que a experiência humana raramente funciona como chave interpretativa, permanecendo à margem da construção do sentido jornalístico.

À luz da discussão teórica proposta no *capítulo 4*, os resultados sugerem que o jornalismo analisado enfrenta dificuldades significativas para incorporar a complexidade sem sacrificar a inteligibilidade. A busca por clareza, rapidez e verificabilidade tende a produzir narrativas que simplificam processos sociais profundamente enraizados, reduzindo-os a eventos isolados ou a problemas administrativos. Nesse movimento, perde-se a possibilidade de compreender o tráfico de bebês como fenômeno estruturado por desigualdades históricas, redes institucionais e experiências humanas marcadas por rupturas e silêncios.

Do ponto de vista da proposta de um jornalismo humanizado, a análise deste eixo revela um dos desafios centrais da prática profissional: como narrar a complexidade sem apagá-la, e como integrar a experiência dos sujeitos sem instrumentalizá-la. A limitação da contextualização e a fragilidade da experiência como eixos narrativos não decorrem só de escolhas individuais, mas de um modelo jornalístico que privilegia a linearidade, a economia textual e a fragmentação do real. A análise reforça a necessidade de pensar o jornalismo como prática interpretativa, capaz de articular contexto, experiência e complexidade de forma ética e responsável.

#### 5.2.6 Presença/ ausência de “rua”

A análise do *corpus* a partir da categoria “presença/ ausência de rua” revela um cenário marcado por ambiguidade e por limites estruturais na relação entre o jornalismo analisado e o

trabalho de campo. Embora 34,09% das matérias apresentem indícios claros de presença do repórter na “rua”, a maioria do *corpus* se concentra em indícios indiretos ou incertos (44,32%) ou na completa ausência de marcas de trabalho de campo (21,59%). Esses dados indicam que a presença física do jornalista não é uma condição predominante da narrativa, ainda que apareça de forma pontual em parte significativa das reportagens.

**Tabela 24 – Dados numéricos da análise (eixo 6)**

<b>6 Presença/ ausência de “rua”</b>		
<b>O texto apresenta indícios de trabalho de campo?</b>		
Não	19	21,59%
Indícios indiretos ou incertos	39	44,32%
Sim, de forma clara	30	34,09%
<b>Qual é a origem principal das informações apresentadas no texto?</b>		
Documentos e entrevistas formais	40	45,45%
Combinação de fontes documentais e presença	39	44,32%
Observação-experiência e contato direto	9	10,23%
<b>Para que a presença do jornalista contribui?</b>		
Reforçar distanciamento narrativo	51	57,95%
Qualificar parcialmente a compreensão	29	32,95%
Produzir densidade experiencial e humana	8	9,09%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

Quando se observa a origem principal das informações mobilizadas nos textos, essa ambiguidade se torna ainda mais evidente. Em 45,45% das reportagens, as informações derivam majoritariamente de documentos e entrevistas formais, configurando um jornalismo fortemente apoiado em fontes secundárias e circuitos institucionais. Em 44,32% dos casos, há uma combinação de fontes documentais e algum grau de “rua”, sugerindo tentativas de aproximação que, no entanto, nem sempre se traduzem em observação-experiência efetiva. Apenas 10,23% das matérias se fundamentam prioritariamente no contato direto e na experiência vivida, o que evidencia a raridade da imersão como método estruturante da narrativa.

Essa limitação se reflete diretamente no papel que a presença do jornalista desempenha na construção do sentido. Em mais da metade das reportagens (57,95%), a presença – quando existente – contribui sobretudo para reforçar o distanciamento narrativo, funcionando como

garantia de observação e controle, e não como abertura ao encontro e à escuta. Em 32,95% dos textos, a presença qualifica parcialmente a compreensão do fenômeno, introduzindo elementos de contextualização ou descrição situada, ainda que sem produzir densidade experiencial. Apenas 9,09% das reportagens transformam a presença do jornalista em recurso narrativo capaz de gerar mais espessura humana e compreensão do vivido.

A partir da lente do *capítulo 4*, especialmente à luz das contribuições de Medina (2002; 2003; 2017) e Rovida (2013; 2023), os resultados indicam que a “rua” permanece mais como referência simbólica do que como prática efetiva no jornalismo analisado. A presença em campo, quando ocorre, tende a ser instrumentalizada como prova de apuração, e não como espaço de relação, diálogo e afetação. Assim, mesmo quando o repórter se desloca fisicamente, o encontro com o Outro nem sempre se converte em experiência compartilhada ou narrativa capaz de incorporar os sentidos do vivido.

Do ponto de vista da proposta de um jornalismo humanizado, a análise desta categoria evidencia um dos paradoxos centrais da prática contemporânea: estar em campo não garante, por si só, humanização. O que está em jogo não é apenas a presença física, mas a qualidade da interação estabelecida e a disposição para transformar o encontro em conhecimento situado. A predominância do distanciamento narrativo, mesmo em contextos de presença, sugere que o desafio da humanização não reside apenas na logística da apuração, mas na reconfiguração dos modos de olhar, escutar e narrar o mundo social.

### 5.2.7 Enquadramento estrutural e modelo jornalístico

A análise do *corpus* a partir deste eixo evidencia a forte presença de um modelo informativo institucionalizado, no qual o sentido da narrativa é predominantemente organizado a partir de procedimentos, autoridades e dispositivos formais. Em 45,45% das matérias, o eixo organizador do texto é formado por instituições e procedimentos – especialmente operações policiais, decisões judiciais e ações administrativas –, enquanto 37,50% das reportagens se estruturam em torno do acontecimento em si, tratado como episódio pontual. Apenas 17,05% organizam o sentido a partir da compreensão do fenômeno como processo social.

Esse dado confirma que, na maior parte do *corpus*, o tráfico de bebês é narrado menos como resultado de dinâmicas sociais, históricas e estruturais e mais como sucessão de casos ou

como problema a ser gerido por instâncias institucionais. Mesmo quando há menção a contextos mais amplos, eles raramente assumem função estruturante da narrativa. A predominância do eixo institucional contribui para uma leitura do fenômeno centrada na resposta do Estado – repressiva, jurídica ou administrativa – em detrimento da compreensão das condições sociais que tornam o tráfico possível e recorrente.

**Tabela 25 – Dados numéricos da análise (eixo 7)**

<b>7 Enquadramento estrutural e modelo jornalístico</b>		
<b>Qual eixo organizador de sentido predomina no texto?</b>		
Acontecimento	33	37,50%
Instituições/ procedimentos	40	45,45%
Processo social	15	17,05%
<b>Como a temporalidade e a contextualização do fenômeno aparecem no texto?</b>		
Presente pontual	21	23,86%
Contexto parcial	57	64,77%
Contexto amplo	10	11,36%
<b>Em que se apoia a validação da narrativa?</b>		
Autoridade institucional	54	61,36%
Equilíbrio procedimental	23	26,14%
Transparência interpretativa	11	12,50%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

A forma como temporalidade e contextualização aparecem no texto reforça o diagnóstico. Em quase dois terços das reportagens (64,77%), o fenômeno é inserido em um contexto parcial, geralmente restrito a antecedentes imediatos ou a referências pontuais ao passado, sem articulação consistente entre diferentes temporalidades. Em 23,86% das matérias, prevalece o presente pontual, em que acontecimentos são tratados como eventos isolados, desconectados de processos históricos amplos. Apenas 11,36% das reportagens apresentam uma contextualização ampla, capaz de relacionar passado, presente e consequências sociais de longo prazo.

Esse tratamento favorece uma compreensão fragmentada do fenômeno, compatível com a lógica do acontecimento e com o ritmo do jornalismo cotidiano. Privilegiando presente imediato e resposta institucional, o texto tende a obscurecer continuidades históricas, padrões recorrentes e

redes estruturais que sustentam o tráfico de bebês ao longo do tempo. Tal escolha narrativa não é neutra: ela limita o horizonte interpretativo do leitor e reduz a complexidade do problema.

A validação da narrativa jornalística se apoia de forma majoritária na autoridade institucional, presente em 61,36% das reportagens analisadas. Documentos oficiais, falas de autoridades e decisões judiciais funcionam como principais garantias de credibilidade do texto. Em 26,14% dos casos, a legitimidade do relato se ancora no equilíbrio procedimental, entendido como a apresentação de versões contrastantes e a observância de rotinas de verificação. Apenas 12,50% das matérias recorrem à transparência interpretativa, explicitando critérios, limites e escolhas narrativas como parte do pacto de credibilidade com o leitor.

Esse padrão revela que persiste um regime de verdade jornalística fortemente dependente de instituições, no qual objetividade é associada a autoridade e procedimento, não à explicitação do método e do posicionamento. À luz da discussão do *capítulo 4*, nota-se que o modelo dificulta a incorporação de perspectivas alternativas e a afirmação de uma ética da responsabilidade narrativa, baseada no reconhecimento da mediação jornalística como prática interpretativa.

Quando se pensa a partir da proposta de um jornalismo humanizado, a análise deste eixo indica que os limites observados anteriormente, nos eixos 1 a 6, não são fortuitos, mas derivam de uma arquitetura narrativa estrutural, daquele modelo hegemônico que, no *capítulo 4*, denunciamos como esgotado. O predomínio do enquadramento institucional, da temporalidade fragmentada e da validação por autoridade cria um ambiente pouco propício à humanização das narrativas. Ao explicitar esse modelo, a análise desloca a crítica do plano individual para o plano estrutural de produção da notícia, olhando para a imprensa, não para os jornalistas, evidenciando que a transformação do jornalismo passa menos por ajustes pontuais e mais por uma revisão profunda de seus regimes de produção de sentido.

#### **5.4 Síntese interpretativa**

A análise qualitativa do *corpus* revela um conjunto consistente de padrões narrativos que atravessam os diferentes eixos propostos. Consideradas em conjunto, as categorias permitem notar que as limitações identificadas – no que se refere à centralidade do ser humano, ao reconhecimento da alteridade, ao diálogo, à subjetividade, à complexidade e à presença em

campo – não se apresentam como falhas pontuais ou acidentais, mas como efeitos recorrentes de um modelo estrutural de produção da notícia.

De modo geral, as reportagens analisadas demonstram, sim, sensibilidade ao tema do tráfico de bebês e reconhecem sua gravidade. No entanto, essa sensibilidade raramente se traduz em reorganização profunda da narrativa. O ser humano aparece frequentemente como elemento secundário; a alteridade é reconhecida de forma parcial; o diálogo tende a ser limitado; e a experiência vivida permanece, na maior parte dos casos, à margem da construção do sentido. A presença do repórter em campo, quando ocorre, é, de forma predominante, instrumentalizada como garantia de apuração, não como espaço de encontro e escuta.

Esses limites têm respaldo no enquadramento predominante das matérias, marcado pela centralidade de instituições, procedimentos e acontecimentos isolados, pela fragmentação temporal e pela validação do relato por meio da autoridade institucional. Tal arquitetura narrativa favorece um jornalismo orientado pela gestão do fato e pela resposta formal do Estado, dificultando a incorporação de perspectivas que articulem contexto histórico, experiência humana e complexidade social.

A partir do que se propôs no *capítulo 4*, a análise sugere que o jornalismo analisado opera sob forte influência de um regime de objetividade associado ao distanciamento, à neutralização do sujeito e à opacidade metodológica. Ainda que esse regime não se manifeste de forma homogênea, ele organiza expectativas profissionais e editoriais que limitam as possibilidades de humanização da narrativa. As exceções identificadas no *corpus* – reportagens que incorporam mais escuta, contextualização e reconhecimento da alteridade – reforçam essa leitura ao se apresentarem como desvios pontuais, e não como padrão consolidado.

Consideramos válido ressaltar, uma vez mais, que a análise aqui empreendida não se propõe a avaliar moralmente o trabalho jornalístico, nem a desconsiderar os constrangimentos institucionais, temporais e produtivos que atravessam a prática profissional. Ao explicitar esses constrangimentos, a análise desloca a crítica do plano individual para o plano estrutural, permitindo compreender por que determinadas escolhas narrativas se repetem mesmo diante de temas que exigiriam densidade ética e interpretativa.

Na leitura integrada dos eixos, pode-se sintetizar alguns achados centrais, que orientam a interpretação do *corpus* e fundamentam o movimento comparativo do próximo capítulo:

1. Predominância do enquadramento institucional: o tráfico de bebês é narrado, de forma majoritária, como acontecimento ou problema a ser gerido por instituições, e não como um processo social historicamente estruturado;
2. Presença humana sem protagonismo narrativo: vítimas e familiares aparecem com frequência, mas raramente ocupam o centro organizador da narrativa ou têm suas experiências incorporadas como eixo interpretativo;
3. Fragilidade do diálogo e da escuta: a pluralidade de vozes não se converte, na maior parte dos textos, em prática dialógica, não se reverte em polissemia, permanecendo limitada pela hierarquização institucional das fontes;
4. Invisibilização do posicionamento narrativo: o apagamento do lugar de fala do jornalista e a ausência de transparência quanto aos critérios de recorte reforçam a naturalização dos enquadramentos adotados;
5. Dificuldade de incorporar complexidade e experiência: as narrativas tendem à simplificação e à fragmentação temporal, limitando a compreensão do fenômeno em sua dimensão histórica, social e humana.

Esses achados não pretendem operar, aqui, como conclusões fechadas, mas como indicadores analíticos que ajudam a compreender os limites e as possibilidades do jornalismo diante de um tema tão sensível e tão complexo como é o tráfico de bebês.

A análise qualitativa feita neste capítulo oferece um retrato consistente das práticas narrativas mobilizadas pelo jornalismo em determinado contexto histórico e editorial. No entanto, ela não esgota as possibilidades de compreensão do fenômeno, tampouco permite generalizações definitivas sobre o jornalismo enquanto prática social. Ao contrário, os resultados aqui apresentados suscitam uma questão central para esta dissertação: **em que medida transformações históricas, tecnológicas e discursivas do jornalismo contemporâneo produzem deslocamentos significativos nessas práticas narrativas?**

É a partir dessa questão que se desenvolve o *capítulo 6*, dedicado à análise de reportagens publicadas em período mais recente, mas que tratam do mesmo recorte histórico do *corpus* analisado neste capítulo. A escolha desse novo *corpus* permite observar como o jornalismo revisita acontecimentos do passado à luz de sensibilidades contemporâneas, novas gramáticas narrativas e transformações no debate público sobre direitos humanos, memória e violência.

Parte-se da hipótese de que, nesse segundo conjunto de reportagens, as categorias analíticas aqui mobilizadas poderão apresentar resultados mais positivos, especialmente no que se refere ao reconhecimento da alteridade, à centralidade do ser humano, à explicitação do posicionamento narrativo e à incorporação de contexto e complexidade. Essa hipótese, contudo, não é tomada como pressuposto normativo, mas como ponto de partida analítico, a ser tensionado pelos dados empíricos. Ao colocar em diálogo dois momentos distintos da prática jornalística, a dissertação busca não apenas identificar continuidades e rupturas, mas compreender em que medida a proposta de um jornalismo ético, dialógico e humanizado se afirma como horizonte possível – ainda que parcial e tensionado – no tratamento de um tema marcado por silêncios, apagamentos e disputas de memória.

## 6 UM JORNALISMO TRANSFORMADOR NA PRÁTICA?

O *capítulo 5*, logo acima, evidenciou como o jornalismo, ao abordar o tráfico de bebês em determinado contexto histórico – os anos 1980, período dos acontecimentos relatados – operou a partir de um modelo narrativo institucionalizado, marcado pela centralidade de procedimentos, pela fragmentação temporal e pela dificuldade de incorporar de forma consistente a experiência humana, o diálogo e a complexidade do fenômeno. Vale sempre lembrar que esses achados não falam sobre falhas individuais, mas sobre os efeitos de uma arquitetura narrativa e de um regime de objetividade historicamente consolidado, que orienta expectativas profissionais e editoriais.

O presente capítulo, como já adiantamos, propõe deslocar o olhar para um segundo *corpus*, composto por um conjunto de reportagens publicadas em período mais recente, mas que tratam de acontecimentos ocorridos no mesmo recorte temporal do *corpus* já analisado. A escolha desse material permite observar como o jornalismo revisita casos do passado à luz de sensibilidades contemporâneas, em um contexto marcado por transformações no debate público sobre direitos humanos, memória, violência e responsabilidade institucional. Ao analisar narrativas produzidas a posteriori, busca-se compreender se – e em que medida – essas transformações produzem efeitos concretos nos modos de narrar o fenômeno.

A análise qualitativa que se desenvolverá aqui mobiliza os mesmos eixos analíticos apresentados no *capítulo 5*, possibilitando uma leitura comparativa entre diferentes momentos da prática jornalística. Parte-se de um entendimento de que reportagens mais recentes podem apresentar deslocamentos positivos em relação à centralidade do ser humano, ao reconhecimento da alteridade, à explicitação do posicionamento narrativo e à incorporação de contexto e complexidade. Essa hipótese, no entanto, não orienta a análise de forma normativa, mas deve funcionar como ponto de tensão interpretativa, permitindo identificar continuidades, rupturas e ambiguidades no processo de construção jornalística da memória sobre o tráfico de bebês.

Com essa análise adicional, que também traz à luz o cuidadoso registro que se fez sobre os eventos relacionados ao esquema criminoso, a ideia é não nos limitarmos à *proposta* de práxis jornalística discutida no *capítulo 4*, mas ir além, olhando para uma *prática* de jornalismo ético, dialógico e transformador como horizonte verificável na materialidade do texto jornalístico. A

análise a seguir busca observar em que medida e sob quais condições essa prática se realiza – parcial ou plenamente - no *corpus* selecionado. O *corpus* será apresentado a seguir.

### 6.1 Apresentação da série *Órfãos do Brasil*

Em 5 de agosto de 2012, um domingo – considerado dia nobre na semana jornalística<sup>154</sup> –, a capa do jornal *Diário Catarinense* estampava, sobre um fundo que remete a um papel intensamente amassado – evocando um documento descartado, maltratado –, o título “Tráfico de bebês, 25 anos depois: as feridas de quem foi vendido” (Tráfico [...], 2012). Sob a manchete, como se “grampeadas” à página, fotografias 3x4 antigas, em preto-e-branco, de nove bebês. A composição gráfica sugeria, já desde o primeiro olhar, que se tratava menos de um fato novo e mais do retorno a uma ferida aberta, marcada pelo tempo, pela precariedade dos registros e pela persistência da dor – mas que era uma história com rostos.

Estreava ali a série de reportagens *Órfãos do Brasil*<sup>155</sup>, assinada pela jornalista Mônica Foltran e produzida por grande equipe<sup>156</sup>. Publicada ao longo de dez dias consecutivos, entre 5 e 14 de agosto de 2012, a série é composta por 24 textos<sup>157</sup> em diferentes formatos – até um relato em primeira pessoa de Carlos Tonet (2012), ex-editor de Polícia do *Jornal de Santa Catarina*<sup>158</sup>, que cobriu o tráfico de bebês nos anos 1980: “Em 1986, [...] [i]nvestigando o tráfico de bebês em Blumenau, publiquei várias matérias e recebi muitas informações que não pude confirmar”. Para fins analíticos, os textos foram posteriormente agrupados por edição/dia de publicação, constituindo 10 unidades de análise (grupos), conforme será explicado no *item 6.2*.

<sup>154</sup> Tradicionalmente, domingos são considerados “nobres” no jornalismo impresso no Brasil: é a edição de maior circulação da semana, com maior número de páginas e aquela para a qual as redações reservam reportagens de mais fôlego, impacto simbólico e densidade narrativa, além de concentrar o maior valor comercial/ publicitário do jornal. Em 2009, por exemplo, o *Observatório da Imprensa* trouxe dados indicando que o *Estadão* circulava 267,5 mil exemplares aos domingos e 200,6 mil nos dias úteis; *O Globo*, por sua vez, tirava 350,3 mil cópias aos domingos e 247,4 mil em dias úteis (Lima, 2009).

<sup>155</sup> A série *Órfãos do Brasil* foi finalista do Prêmio Esso de Jornalismo 2012 (Divulgados [...], 2012)

<sup>156</sup> Caio Nascimento (*online*), Fabiano Peres (diagramação), Guto Kuerten (fotos), Jeferson Bertolini (*edição online*), Julio Cavalheiro (fotos), Mônica Foltran (reportagem), Nanda Gobbi (*edição*), Tarcísio Pogliã (*edição*).

<sup>157</sup> A íntegra está disponível em: «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/corpora/dc2012>». Na planilha aparecem 34 itens, dos quais 10 são chamadas de capas.

<sup>158</sup> A exemplo do *Diário Catarinense* e pertencente ao mesmo grupo, o *Santa*, como o jornal era conhecido, foi descontinuado como veículo de circulação diária, passando por uma reformulação depois que foi adquirido do Grupo RBS pelo Grupo NSC, em meados dos anos 2010. O *Jornal de Santa Catarina* passou a se chamar *NSC Total Blumenau* em sua versão digital e revista. O jornal *A Notícia* teve o mesmo destino nas mãos do Grupo NSC: virou *NSC Total Joinville* (Ramos & Moser, 2023).

Todas as edições em que as reportagens foram veiculadas receberam chamadas de capa, evidenciando uma aposta editorial clara na centralidade do tema e na lógica seriada como forma de narrar um fenômeno complexo, de longa duração e com múltiplos desdobramentos.

**Imagem 5 – Capa da edição de 5 ago. 2012 do *Diário Catarinense***



*Fonte: Reprodução/Diário Catarinense (2012)*

A escolha do formato seriado não é trivial. Ao diluir a investigação em capítulos, o jornal não apenas amplia o espaço para aprofundamento, como também cria uma experiência de leitura que acompanha o ritmo das buscas, das descobertas e dos impasses vividos pelas personagens da reportagem – e o faz permitindo à sociedade consumir e debater o tema. Trata-se de uma

temporalidade narrativa distinta daquela observada no *corpus* dos anos 1980, marcado por textos episódicos, que muitas vezes apenas reagiam a eventos pontuais ou a operações policiais. Em *Órfãos do Brasil*, o tempo da narrativa se aproxima do tempo da experiência humana: fragmentado, atravessado por expectativas, frustrações e memórias incompletas.

O *Diário Catarinense* era, à época, o principal jornal de circulação estadual em Santa Catarina, com forte presença regional e tradição em reportagens investigativas. Em 2012, ainda circulava em sua versão impressa – posteriormente descontinuada – e mantinha uma estrutura editorial que permitia a produção de séries longas e projetos especiais. É um contexto institucional relevante, pois cria as condições materiais e simbólicas para uma cobertura que exige tempo, recursos, deslocamentos internacionais e envolvimento continuado da repórter com o tema e com as fontes, para além da investigação documental<sup>159</sup>. Em conversa com o autor, a jornalista relatou que seu editor permitiu que ela se dedicasse exclusivamente ao tema<sup>160</sup>, tirando-a “do dia”, como se diz no jargão jornalístico em referência às pautas cotidianas.

A autoria explícita da série, tema que se discutirá adiante na análise, é elemento central. À diferença da maior parte dos textos analisados no *corpus* dos anos 1980, frequentemente não assinados ou atribuídos genericamente à redação<sup>161</sup>, *Órfãos do Brasil* traz de forma recorrente o nome do(a) repórter responsável pelas matérias. A assinatura não funciona apenas como crédito profissional, mas como marca de um posicionamento narrativo: há um(a) jornalista identificável que investiga, escuta, medeia encontros e assume a responsabilidade ética pelas histórias que escolhe contar. Esse aspecto ganha especial relevância quando se trata de um tema sensível, atravessado por traumas, culpas, silêncios e disputas de memória.

Esse deslocamento narrativo é acompanhado por um cuidado particular na forma de apresentar as personagens, como a análise a seguir vai revelar. A série dá nome, rosto e voz tanto aos filhos traficados quanto às mães biológicas, evitando tratá-los como meros exemplos estatísticos ou coadjuvantes de uma investigação policial. Ao fazê-lo, rompe com uma tradição

---

<sup>159</sup> Num texto introdutório à série, publicado no dia da estreia, o diretor de redação do *Diário Catarinense* à época, Ricardo Stefanelli (2012), descreve assim os esforços empreendidos por Mônica: “Vira e mexe, suas roupas estão tão empoeiradas quanto os documentos revirados por ela. Em função do fuso horário, tem passado dezenas de noites em claro para poder conversar pela internet com os brasileiros vendidos ao valor de um salário mínimo”.

<sup>160</sup> Parte da pesquisa do autor é baseada na compreensão do trabalho realizado por jornalistas que cobriram o tráfico de bebês nos anos 1980 e que escreveram sobre o tema mais recentemente, como é o caso de Mônica Foltran. As informações foram obtidas a partir de conversas informais mantidas em diferentes momentos.

<sup>161</sup> Sobre este ponto, consulte o breve *item 3.4.2*.

jornalística que, como visto no capítulo anterior, frequentemente invisibilizou essas figuras ou as reduziu a papéis funcionais dentro da lógica institucional do noticiário.

A produção da série envolveu um extenso trabalho de apuração, que incluiu a consulta a processos em tribunais de Justiça de Santa Catarina e do Paraná<sup>162</sup>, a visita a maternidades onde os crimes teriam ocorrido e a análise de documentos oficiais, muitos deles frágeis, incompletos ou contraditórios. A reportagem também se construiu a partir de uma rede de relações humanas, estabelecida ao longo de meses de contato entre a jornalista, vítimas e familiares. Esse entrelaçamento entre investigação documental e escuta sensível é um dos elementos que diferenciam a série do *DC* de abordagens mais burocráticas ou estritamente factuais do tema.

Um aspecto particularmente relevante é a articulação da série com iniciativas de caráter público e comunitário. A criação da seção “Procura-se”, um *site* em três idiomas<sup>163</sup>, representa uma inflexão importante no papel tradicional do jornalismo. Ao assumir a função de mediador entre mães e filhos separados pelo tráfico, o jornal ultrapassa a dimensão informativa e se insere no campo da reparação simbólica e da facilitação de encontros – ainda que parciais, incertos ou inconclusos. O próprio jornal reconheceu esse movimento como um serviço à comunidade:

A seção [“Procura-se”] foi criada depois que a primeira de uma série de reportagens intitulada *Órfãos do Brasil* foi publicada no *Diário Catarinense*, no último domingo [5 ago. 2012]. A repórter Mônica Foltran começou a receber várias ligações de mães que disseram ter vendido seus filhos para a operação criminosa que operava na época e que expressaram o desejo de recuperar o contato. A ideia da página é divulgar a procura das mães e de seus filhos (Cavalli, 2012).

A publicação da série produziu efeitos imediatos. Uma leitora reconheceu a sobrinha nas fotos publicadas, mães entraram em contato com a redação após décadas de silêncio e novas histórias vieram à tona a partir da visibilidade proporcionada pelo jornal. Alguns reencontros se concretizaram; outros permanecem inconclusos. A série não promete finais felizes nem soluções definitivas, mas evidencia o papel do jornalismo como catalisador de processos de reconhecimento, ainda que parciais e dolorosos, e sua dimensão ética e transformadora.

O contexto de publicação da série também merece atenção. Em 2012, o autor observava um aumento expressivo no número de jovens adotados ilegalmente que retornavam ao Brasil em

<sup>162</sup> A jornalista percorreu tribunais de Justiça em Santa Catarina e no Paraná, principais focos de atuação do tráfico de bebês nos anos 1980, como se viu no *item 2.3*.

<sup>163</sup> A página, que ficava hospedada no *site* do *Diário Catarinense*, não está mais disponível. Foi também divulgada em Israel, daí ser trilingue: “Como a reportagem apurou a realidade dos catarinenses vendidos para famílias de Israel, a página também está disponível nos idiomas hebraico e inglês (Cavalli, 2012).

busca de suas origens, muitas vezes mobilizando redes sociais, fóruns *online* e organizações da sociedade civil, como a ONG *Desaparecidos do Brasil*, criada por Amanda Boldeke, mãe da jornalista Mônica Foltran<sup>164</sup>. Esse movimento, que as transformações tecnológicas permitiram e impulsionaram, aliado a uma maior circulação transnacional de informações, contribuiu para recolocar o tráfico de bebês no debate público.

Pouco tempo depois, o tema ganharia ainda mais visibilidade ao ser incorporado à novela *Salve Jorge*<sup>165</sup>, exibida no horário nobre da TV Globo, reforçando a percepção de se tratar de um assunto “em voga” naquele momento, algo que se manteria ao longo de toda a década de 2010. A trama central girava em torno do tráfico de mulheres para exploração sexual – a venda de bebês para adoção aparecia com o drama de Aisha, uma jovem nascida no Brasil e adotada por pais turcos de forma ilegal, como se saberia mais tarde<sup>166</sup>. Depoimentos de jovens<sup>167</sup> que foram adotados nos anos 1980 acrescentavam peso de realidade à história<sup>168</sup>.

Ainda assim, vale destacar que a emergência pública do tema não garante, por si só, uma abordagem jornalística ética ou humanizada. A própria série do *Diário Catarinense* convive, no

---

<sup>164</sup> A jornalista Mônica Foltran reconheceu de forma recorrente, em conversas com o autor, a importância do papel e da relação com a mãe na produção da série, tendo Amanda Boldeke e a ONG *Desaparecidos do Brasil* sido essenciais, segundo ela, para conseguir o contato com os jovens adotados e até mesmo informações de pessoas envolvidas no tráfico de bebês nos anos 1980.

<sup>165</sup> Escrita por Gloria Perez, *Salve Jorge* foi exibida na TV Globo entre 22 out. 2012 e 18 mai. 2013. Teve audiência ruim na época (Feltrin, 2013), mas se tornou sucesso mais tarde, no Globoplay (*Salve [...]*, 2024; Felix, 2025), e, em 2025, era o conteúdo de ficção mais visto na TV paga portuguesa (Santiago, 2025).

<sup>166</sup> Vale mencionar que a relação entre *Salve Jorge* e *Órfãos do Brasil* é próxima. Em entrevista ao *Diário Catarinense* dias antes da estreia da novela, a autora, Gloria Perez, comentou que a série colaborou no embasamento e construção do núcleo da trama sobre o tráfico de bebês (Gloria [...], 2012). Um site catarinense dedicado à cobertura do mercado de publicidade e comunicação revelou, na época, que a reportagem inspirou personagens da novela: “a atriz [Dani Moreno] que representará uma jovem adotada ilegalmente se embasou também, para compor a personagem, no material investigativo da série *Órfãos do Brasil*” (Reportagem [...], 2012). Os jovens que a reportagem descobriu em Israel e cujas histórias foram contadas na série são, em alguns casos, os mesmos que mais tarde apareceriam na novela. A série também aparece na novela: “Um dos diálogos do capítulo [de 10 nov. 2012] de *Salve Jorge* citou o jornal *Diário Catarinense*. A conversa se referiu à série de reportagens *Órfãos do Brasil*, que serviu de inspiração para criação de personagens da novela” (Novela [...], 2012)

<sup>167</sup> Depoimentos reais são uma marca reconhecível nas novelas de Gloria Perez, que costumam abordar temas de grande impacto social. Em *Explode Coração* (1995–1996), testemunhos de mães de filhos desaparecidos ajudaram a localizar crianças; *O Clone* (2001–2002) incluiu falas reais de usuários de drogas, anônimos e famosos (Leal, 2019; Relembra [...], 2021); *América* (2005) foi fortemente baseada em depoimentos de imigrantes indocumentados que entraram ilegalmente nos EUA (Curiosidades [...], 2021); em *Salve Jorge*, a produção inseriu, em 11 episódios (22, 26, 34, 50, 59, 70, 72, 77, 92, 113 e 163), depoimentos de 9 jovens, todos nascidos no Brasil nos anos 1980 e adotados fora do país, em Israel (6), Itália (1), Suécia (1) e França (1), além de depoimentos de mulheres traficadas para exploração sexual, tema central da trama (levantamento realizado pelo autor).

<sup>168</sup> Num desses depoimentos, o autor deste trabalho reviu Chen Levy, amiga de Israel por meio de quem tivera, 10 anos antes, o primeiro contato com o tema do tráfico de bebês (v. ensaio do autor, no *Apêndice*); a história dela foi publicada pelo autor no *Estadão*, onde trabalhava à época (Toueg, 2012). Chen apareceria em três ocasiões diferentes na novela (*Salve Jorge*, 2012a; *Salve Jorge*, 2012b; *Salve Jorge*, 2012c;).

mesmo período, com narrativas midiáticas que tendem ao sensacionalismo ou à exploração emocional<sup>169</sup>. O que diferencia *Órfãos do Brasil* não é apenas o momento em que surge, mas o conjunto de escolhas narrativas, editoriais e éticas que orientam sua construção.

Ao dar centralidade às vítimas, reconhecer a complexidade dos sentimentos envolvidos – culpa, raiva, desejo de pertencimento, medo de um reencontro – e evitando dar respostas simplificadoras, a série constrói um espaço narrativo que acolhe ambiguidades e silêncios. Nem todas as histórias têm desfecho; nem todos os reencontros acontecem; nem todas as verdades podem ser plenamente reconstituídas. Essa recusa a oferecer finais fechados ou soluções redentoras aproxima a narrativa jornalística da experiência real dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, *Órfãos do Brasil* se apresenta como um caso especialmente fértil para pensar o jornalismo humanizado não como ideal abstrato, mas como prática situada. É uma produção que evidencia como determinadas condições – autoria assumida, tempo de apuração, escuta prolongada, compromisso ético e abertura ao diálogo – podem produzir narrativas capazes de informar sem violentar novamente aqueles que já foram vítimas de violência.

É esse conjunto de características que justifica a escolha da série como *corpus* do presente capítulo. Ao revisitar, a partir dela, acontecimentos ocorridos décadas antes, não buscamos apenas comparar estilos narrativos ou técnicas jornalísticas, mas compreender como o jornalismo participa ativamente da construção da memória social sobre o tráfico de bebês – ora reproduzindo silêncios, ora abrindo espaços de reconhecimento, escuta e transformação.

\* \* \*

Vale aqui trazer algumas notas de bastidores sobre a série: Foltran não chegou ao assunto por acaso. Como mencionado, sua mãe criara uma ONG dedicada a ajudar pessoas na busca por parentes desaparecidos<sup>170</sup>. O desaparecimento de pessoas faz parte da realidade do Brasil. Dados recentes mostram que, em 2025, 84,7 mil pessoas sumiram no país (Muniz, 2026b), número

---

<sup>169</sup> Um exemplo claro disso é um programa que exibiu, em 2016, uma entrevista exclusiva concedida por Arlete Hilú (Mulher [...], 2016). Sobre aquela entrevista, o autor, em conjunto com colegas do PPGCC/Uniso, publicou o artigo *Sentidos de violência e indiferença ao crime de tráfico humano de bebês: uma análise discursiva de Arlete Hilú* (Costa, Toueg & Pereira Neto, 2024).

<sup>170</sup> No Brasil, entende-se pessoa desaparecida como “todo ser humano cujo paradeiro é desconhecido, não importando a causa de seu desaparecimento”, conforme a lei que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (Brasil, 2019a).

recorde desde o início da série histórica, em 2015. Entre crianças e adolescentes, foram quase 24 mil casos no mesmo ano, ou 66 desaparecimentos por dia<sup>171</sup> (Muniz, 2026a)<sup>172</sup>.

Amanda Boldeke, fundadora da ONG *Desaparecidos do Brasil* e autora do livro *30 mil dólares por um bebê* (2025), recém-lançado, empreendeu, ela mesma, uma busca por um parente, que desapareceu em 1997 e acabou sendo encontrado 10 anos mais tarde:

Foi a partir do sumiço de meu irmão [...] que eu vim a saber o que realmente acontece nos bastidores de uma história de desaparecimento[;] a partir daí transformamos nossa vida numa busca sem fim. Procurar onde, num país tão imenso? Inicialmente a esperança era encontrá-lo na casa de um parente distante, amigos, colegas de trabalho, mas [com] o passar dos meses a dura realidade começou a tomar forma e [...] as perguntas se acumularam em busca de uma resposta que não vinha: “Onde ele está?” (Boldeke, 2023).

A busca ganhou repercussão nove anos depois, no auge do Orkut (2004–2014), antiga rede social em que era possível criar fóruns temáticos, chamados de “comunidades”. “[F]oi a partir [do Orkut] que eu comecei a postar avisos de meu irmão desaparecido em várias comunidades” (Boldeke, 2023). Uma amiga criou um grupo dedicado à busca de Amanda e, como ela conta, “[p]essoas e mais pessoas começaram a postar casos de desaparecimentos ali, procurando irmão, pai, mãe, filho; eram tantos que eu fiquei impressionada e descobri que esse era um problema muito maior do que eu imaginava” (*idem*). Em sua busca, Amanda criava uma rede de pessoas com quem compartilhava a angústia de ter parentes desaparecidos e a alegria dos reencontros – a comunidade no Orkut virou *Desaparecidos do Brasil* e deu origem à ONG. Em 2015, o trabalho foi tema de uma matéria publicada na *BBC News Brasil* (Senra, 2015).

Alertada pela mãe, em 2011, sobre casos recorrentes de jovens de Israel que buscavam, no Brasil, suas famílias biológicas, Mônica teve seu primeiro contato com o tema. Dessa forma, é notável que a pauta não nasce de um acontecimento pontual nem de uma agenda institucional, mas fora da redação e fora do *hard news*<sup>173</sup>, a partir de uma história humana concreta.

A jornalista chegou a publicar uma matéria especial a respeito do tema, anterior à série do *Diário Catarinense*, no jornal *Notícias do Dia*. Quando sugeriu a pauta para o editor do *DC*, como conta, “na hora eu senti os olhos [dele] brilharem, como um bom jornalista quando está

<sup>171</sup> Os números são citados aqui como indicadores da escala pública do problema do desaparecimento de pessoas, sem, entretanto, implicar equivalência direta com o tráfico de bebês.

<sup>172</sup> O MJSP mantém um painel em que é possível consultar os dados históricos de pessoas desaparecidas desde 2015. Os dados são obtidos no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). O painel está disponível em «<https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/desaparecidos/politica-nacional>».

<sup>173</sup> “Expressão [em inglês] que designa o noticiário de fatos relevantes, densos e complexos. Oposto a *soft news*, que se refere a informações mais leves e amenas, como os *features*” (Rabaça; Barbosa, 2001, p. 360a)

diante de uma boa história”<sup>174</sup>. A pauta só ganha espaço, então, quando encontra um editor aberto, tempo e confiança – dentro do jornal e com as fontes<sup>175</sup>. Um ano após a publicação de *Órfãos do Brasil*, Mônica Foltran publicou no *Diário Catarinense* publicou *Mães do Brasil*, série que “destaca[va] a busca de dezenas de mulheres que foram abordadas por quadrilhas de tráfico de pessoas e doaram seus bebês a partir da década de 1980” (Diário [...], 2013).

Além do histórico que conduziu Mônica no percurso até a publicação da série, vale um registro adicional: seu envolvimento pessoal e o impacto emocional com o tema e com as vítimas, algo de que o modelo que se critica no *capítulo 4* em geral procura fugir. Em conversa com o autor, a jornalista se reconheceu afetada pela pauta e pela história humana que cobriu, além de falar sobre responsabilidade, pressão, medo de errar – temas que não precisam ficar de fora na relação do repórter com seu trabalho.

Ao acompanhar buscas, frustrações e expectativas, a reportagem se constrói em um campo de tensão permanente entre o envolvimento humano e a responsabilidade profissional. Longe de ser negado, esse envolvimento aparece como parte constitutiva da prática jornalística em contextos de violência e trauma, reforçando a ideia de que neutralidade afetiva não equivale, necessariamente, a rigor ou ética.

## 6.2 Análise do *corpus* de 2012

Antes de partirmos para a análise, cabe lembrar que o *corpus* analisado neste capítulo não tem a mesma abrangência quantitativa do conjunto de reportagens examinadas no *capítulo 5*, dedicado às matérias publicadas nos anos 1980. Trata-se de um número mais restrito de textos/conjuntos de textos, o que, embora limite a possibilidade de generalizações amplas sobre o jornalismo contemporâneo, não deve ser compreendido como fragilidade metodológica, mas como característica inerente ao desenho comparativo adotado nesta pesquisa.

Além disso, em contraste ao *corpus* do *capítulo 5* – composto de forma majoritária por textos não assinados, como se viu no *capítulo 3* –, a maioria das reportagens aqui é assinada. É algo que se deve observar do ponto de vista ético e metodológico, pois a análise pode, ainda que

<sup>174</sup> Em conversa da jornalista com o autor.

<sup>175</sup> A jornalista conta que uma das personagens, desconfiada, chegou a revistar a dupla repórter/ fotógrafo em busca de algum microfone oculto. A princípio, a vítima não acreditou na história que ouviu da jornalista de que sua filha, da qual não tivera mais notícias desde o nascimento, tinha sido encontrada em Israel. Mônica conta que com o tempo a relação de confiança foi sendo construída.

não seja a intenção deste trabalho, gerar constrangimentos individuais aos jornalistas envolvidos. Por essa razão, a análise privilegia a leitura dos textos como produtos de um campo profissional, de rotinas editoriais e de modelos narrativos compartilhados, evitando qualquer interpretação que personalize responsabilidades ou atribua juízos normativos a trajetórias individuais.

É igualmente importante destacar que o *corpus* aqui analisado é composto por conjuntos heterogêneos de textos, que incluem reportagens de fôlego, com mais investimento narrativo e interpretativo, quanto textos de caráter mais informativo e burocrático. A inclusão desses últimos pode, em termos quantitativos, “puxar para baixo” determinados resultados do conjunto, especialmente em categorias relacionadas a diálogo, subjetividade e experiência. No entanto, essa opção metodológica não constitui distorção analítica, mas decorre da aplicação dos mesmos critérios de seleção e análise utilizados no capítulo 5, assegurando consistência metodológica e algum nível de comparabilidade entre os *corpora*.

Nesse sentido, entendemos importante ressaltar que a análise desenvolvida neste capítulo não tem por objetivo estabelecer comparações estatísticas diretas entre os dois *corpora*, mas identificar tendências narrativas, deslocamentos discursivos e reconfigurações éticas na abordagem jornalística de um mesmo fenômeno em momentos históricos distintos. O foco recai menos sobre a frequência absoluta de determinadas práticas e mais sobre a forma como elas se manifestam, se intensificam ou se transformam em narrativas produzidas a posteriori.

Assim, os resultados aqui apresentados devem ser lidos como indicadores analíticos e não como evidências conclusivas de mudança estrutural no jornalismo. Ao reconhecer explicitamente os limites de abrangência do *corpus*, a pesquisa reforça seu compromisso com uma análise qualitativa situada, coerente com a proposta de compreender o jornalismo como prática sociocultural histórica, atravessada por continuidades, rupturas e ambiguidades.

A exemplo do que se fez na análise qualitativa do *corpus* dos anos 1980 (capítulo 5), e por coerência metodológica, também aqui os textos publicados numa mesma edição foram analisados no seu conjunto, em vez de isoladamente. Ao todo, portanto, 10 grupos de matérias foram submetidos à análise qualitativa<sup>176</sup>. Entendemos que, embora este número reduzido possa não ser representativo para uma investigação profunda, como a realizada no capítulo anterior, serve bem ao propósito de demonstrar, na prática, o jornalismo proposto no capítulo 4.

---

<sup>176</sup> A planilha, disponível para consulta em <<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/corpora/dc2012>>, mostra todos os itens, mesmo os que não foram analisados (nestes casos, estão indicados em vermelho). Cada linha na tabela representa uma data de publicação, e na coluna C (Título), estão reunidos todos os títulos daquele dia.

### 6.2.1 Centralidade do ser humano

A análise das reportagens de 2012 sob a lente da primeira categoria indica um reposicionamento significativo do eixo narrativo, quando comparado ao *corpus* analisado no capítulo anterior. Diferentemente do padrão observado nas matérias dos anos 1980, nenhuma das reportagens deste *corpus* organiza o sentido prioritariamente em torno de instituições, operações ou procedimentos. Em 70% dos textos, os sujeitos diretamente afetados pelo tráfico de bebês ocupam o centro da narrativa, enquanto nos 30% restantes observa-se uma alternância entre instituições e sujeitos, sem que as primeiras assumam protagonismo absoluto.

Esse deslocamento se reflete de maneira clara na construção das personagens. Em 60% dos textos, as vítimas são apresentadas como personagens esféricas, dotadas de trajetória, densidade emocional e complexidade narrativa. Apenas 20% recorrem a personagens planas, e em igual proporção a presença das vítimas é incerta ou pouco desenvolvida. Esses dados contrastam fortemente com o padrão anterior, no qual predominavam personagens pouco individualizadas ou reduzidas a funções narrativas secundárias, sugerindo uma maior disposição do jornalismo contemporâneo para investir na singularidade das experiências humanas.

**Tabela 26 – Dados numéricos da análise (eixo 1)**

<b>1 Centralidade do ser humano</b>		
<b>Quem ocupa o centro organizador da narrativa?</b>		
Instituições, operações e procedimentos	0	0,00%
Alternância entre instituições e sujeitos	3	30,00%
Sujeitos diretamente afetados	7	70,00%
<b>As vítimas aparecem como personagens planas ou esféricas?</b>		
Personagens planas	2	20,00%
Personagens esféricas	6	60,00%
Incerto ou não aparecem	2	20,00%
<b>Como são retratados os efeitos humanos do fenômeno?</b>		
Secundarizados ou ausentes	1	10,00%
Mencionados, mas não desenvolvidos	4	40,00%
Estruturantes da narrativa	5	50,00%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

A centralidade do ser humano se expressa também na forma como os efeitos humanos do fenômeno são incorporados à narrativa. Em metade das reportagens analisadas esses efeitos estruturam o texto, funcionando como eixo organizador da compreensão do problema. Em 40%, são mencionados, ainda que não plenamente desenvolvidos, e em apenas 10% permanecem secundarizados ou ausentes. Esse resultado indica que o sofrimento, as rupturas identitárias e as consequências subjetivas do tráfico de bebês passam a ocupar um lugar mais consistente na narrativa jornalística, não apenas como ilustração, mas como elemento interpretativo.

À luz da proposta de jornalismo humanizado elaborada no *capítulo 4*, os resultados desta categoria sugerem que as reportagens mais recentes demonstram maior abertura para deslocar o foco da notícia do acontecimento e do procedimento para as pessoas envolvidas. Esse movimento não elimina completamente a presença de enquadramentos institucionais, mas reconfigura a hierarquia narrativa, permitindo que o ser humano funcione, mais frequentemente, como ponto de partida e de chegada do relato. Trata-se de um avanço relevante, ainda que desigual, que aponta para transformações nos modos de narrar o fenômeno quando ele é revisitado a partir de um horizonte temporal mais amplo e de sensibilidades contemporâneas.

### 6.2.2 Reconhecimento da alteridade

A análise das reportagens recentes sob as lentes desta categoria indica um avanço expressivo na forma como o Outro é narrativamente construído, sobretudo quando comparado ao *corpus* analisado no *capítulo 5*. Em 70% das reportagens, as pessoas diretamente afetadas pelo tráfico de bebês são reconhecidas como sujeitos de experiência e de direitos, ocupando lugar ativo na narrativa. Apenas 20% dos textos tratam o Outro predominantemente como objeto de descrição, e 10% o mobilizam de forma instrumental, como fonte funcional ao enquadramento jornalístico. Esses dados apontam para uma mudança relevante na relação entre narrador e narrado, com maior abertura ao reconhecimento da alteridade como dimensão ética do relato.

Esse reposicionamento se expressa de maneira ainda mais clara na forma como as reportagens lidam com diferenças e vulnerabilidades. Em 80% dos conjuntos, o tratamento é sensível e contextualizado, articulando as experiências individuais às condições sociais, históricas e simbólicas que as atravessam. Apenas 20% das reportagens adotam uma abordagem neutra, sem aprofundamento, e não se observam, neste *corpus*, narrativas estigmatizantes ou que

naturalizem diretamente as vulnerabilidades. Esse resultado contrasta fortemente com o padrão identificado no *corpus* dos anos 1980 e sugere mais disposição, no jornalismo recente, para reconhecer assimetrias de poder e evitar leituras simplificadoras do sofrimento alheio.

**Tabela 27 – Dados numéricos da análise (eixo 2)**

<b>2 Reconhecimento da alteridade</b>		
<b>Como a narrativa trata o Outro, principalmente?</b>		
Objeto de descrição	2	20,00%
Fonte instrumental	1	10,00%
Sujeito de experiência e direitos	7	70,00%
<b>De que forma o texto lida com diferenças e vulnerabilidades?</b>		
Estigmatizante ou naturalizada	0	0,00%
Neutra, sem aprofundamento	2	20,00%
Sensível e contextualizada	8	80,00%
<b>Há risco de violência simbólica ou revitimização?</b>		
Sim, de forma evidente	1	10,00%
De forma ambígua ou indireta	3	30,00%
Não, o texto demonstra cuidado ético explícito	6	60,00%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

A análise do risco de violência simbólica ou revitimização reforça essa leitura. Em 60% das reportagens, o texto demonstra cuidado ético explícito, evitando exposições desnecessárias, generalizações ou construções narrativas que possam reforçar o sofrimento das vítimas. Em 30% dos casos, o risco aparece de forma ambígua ou indireta, indicando que, mesmo em narrativas sensíveis, persistem tensões próprias do fazer jornalístico, como a necessidade de síntese, impacto ou dramatização. Em apenas 10% das matérias, o risco de violência simbólica é evidente, configurando-se como exceção no conjunto analisado.

À luz da proposta de um jornalismo ético, dialógico e humanizado, os resultados desta categoria indicam não apenas um processo de transição, mas um deslocamento mais consolidado em direção ao reconhecimento da alteridade. Diferentemente do *corpus* anterior, no qual o Outro aparecia com frequência neutralizado ou instrumentalizado, as reportagens de 2012 demonstram mais capacidade de construir narrativas que reconhecem a dignidade, a complexidade e a agência dos sujeitos envolvidos. Ainda que persistam zonas de ambiguidade e limites pontuais, o

reconhecimento do Outro como sujeito de direitos se afirma aqui como traço dominante, e não residual, da abordagem jornalística.

### 6.2.3 Diálogo e escuta

Na categoria “diálogo e escuta”, a análise evidencia uma reconfiguração substancial da arquitetura comunicacional do texto jornalístico, especialmente quando comparada ao padrão observado no *corpus* do capítulo 5. Em 70% das reportagens, as vozes que predominam na narrativa são as dos sujeitos diretamente afetados pelo tráfico de bebês, enquanto fontes institucionais e oficiais aparecem de forma residual (10%) ou em composição mista (20%). Esse dado aponta para um deslocamento claro do eixo de autoridade discursiva, que passa a se ancorar de forma mais frequente nas experiências vividas.

**Tabela 28 – Dados numéricos da análise (eixo 3)**

<b>3 Diálogo e escuta</b>		
<b>Que vozes predominam na narrativa?</b>		
Institucionais e oficiais	1	10,00%
Mistas (institucionais e experiências vividas)	2	20,00%
Majoritariamente dos sujeitos afetados	7	70,00%
<b>O que as aspas no texto indicam ter havido?</b>		
Coleta pontual de declarações	1	10,00%
Escuta limitada e mediada	1	10,00%
Escuta ativa e dialogal	8	80,00%
<b>Como é a estrutura comunicacional do texto?</b>		
Vertical (fala sobre)	1	10,00%
Parcialmente horizontal/ dialógica	3	30,00%
Dialógica (fala com)	6	60,00%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

Tal reposicionamento se reflete de maneira ainda mais contundente na análise do uso das aspas e dos depoimentos. Em 80% das reportagens, as falas indicam a presença de escuta ativa e dialogal, sugerindo processos de apuração baseados em entrevistas prolongadas, convivência e abertura à narrativa do Outro. A coleta pontual de declarações e a escuta limitada e mediada

aparecem apenas em 10% dos textos (cada), o que contrasta fortemente com o padrão anterior, no qual as aspas funcionavam majoritariamente como recurso instrumental.

A estrutura comunicacional das reportagens confirma essa tendência. Em 60% dos textos, a comunicação se organiza de forma efetivamente dialógica, caracterizada por uma narrativa que se constrói *com* os sujeitos, e não apenas *sobre* eles. Em 30%, observa-se uma estrutura parcialmente horizontal, com tentativas de abertura ao diálogo, ainda que mediadas por enquadramentos jornalísticos tradicionais. Apenas 10% das reportagens mantêm uma estrutura verticalizada, centrada na observação externa e na explicação distanciada dos acontecimentos.

À luz da proposta de jornalismo dialógico e humanizado, os resultados indicam avanço expressivo na incorporação da escuta como prática estruturante da narrativa. O diálogo deixa de ser recurso retórico ou pontual e passa a funcionar, em grande parte, como método de construção do sentido jornalístico. Ainda que esse movimento não elimine completamente as mediações e assimetrias próprias do campo jornalístico, ele aponta para uma mudança relevante na forma como o jornalismo contemporâneo se posiciona diante de sujeitos historicamente silenciados.

Essa mudança sugere que, ao revisitar acontecimentos do passado, o jornalismo recente se mostra mais disposto a abrir espaço para a fala do Outro e a reconhecer o valor epistemológico de sua experiência vivida. Tal tendência reforça a hipótese de que transformações éticas, culturais e profissionais vêm produzindo efeitos concretos nos modos de narrar, ainda que de forma desigual e tensionada.

#### *6.2.4 Subjetividade e posicionamento narrativo*

A análise a partir desta categoria indica um reposicionamento significativo dos jornalistas enquanto sujeitos da narrativa, especialmente quando comparado ao padrão observado no *corpus* do capítulo anterior. Em apenas 10% das reportagens o posicionamento do jornalista permanece invisibilizado sob aparência de neutralidade, ao passo que em metade dos textos ele é explicitado e assumido de forma clara. Nos 40% restantes, o lugar de fala do jornalista se manifesta de maneira implícita, perceptível por meio de enquadramentos e escolhas narrativas.

Esse resultado aponta para uma redução expressiva do ideal de neutralidade como estratégia dominante de legitimação do discurso jornalístico. Ainda que a invisibilização do sujeito não tenha desaparecido completamente, ela deixa de ocupar posição central, cedendo

espaço a formas mais transparentes de mediação narrativa. Tal movimento sugere mais disposição do jornalismo contemporâneo para reconhecer sua condição de prática interpretativa, especialmente em narrativas que revisitam acontecimentos marcados por violência e sofrimento.

**Tabela 29 – Dados numéricos da análise (eixo 4)**

<b>4 Subjetividade e posicionamento narrativo</b>		
<b>Como o jornalista se posiciona no texto?</b>		
Invisibilizado sob aparência de neutralidade	1	10,00%
Implícito, perceptível por enquadramentos	4	40,00%
Explicitado e assumido	5	50,00%
<b>De que forma a subjetividade opera no texto?</b>		
Não reconhecida	2	20,00%
Parcialmente refletida	6	60,00%
Consciente e eticamente orientada	2	20,00%
<b>O leitor é informado sobre critérios de seleção e recorte?</b>		
Não	2	20,00%
Indiretamente	7	70,00%
Sim, de modo explícito	1	10,00%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

No entanto, a forma como a subjetividade opera no interior do texto revela um quadro mais matizado. Em 60% das reportagens, a subjetividade aparece parcialmente refletida, isto é, reconhecida de modo indireto, sem que seus pressupostos, limites ou implicações sejam plenamente tematizados. Apenas 20% dos textos mobilizam uma subjetividade consciente e eticamente orientada, enquanto em outros 20% ela permanece não reconhecida. Esses dados indicam que, embora haja avanços na explicitação do posicionamento narrativo, a reflexão sistemática sobre o papel da subjetividade ainda não se consolida como prática majoritária.

A análise da transparência em relação aos critérios de seleção e recorte reforça essa leitura. Em 70% das reportagens o leitor é informado de maneira indireta sobre os critérios que orientaram a construção da narrativa, seja por meio de marcas discursivas, referências metodológicas implícitas ou nas contextualizações parciais. Em apenas 10% dos textos essa explicitação é feita de modo direto, enquanto em 20% ela permanece ausente. Esse padrão sugere que a transparência narrativa avança, mas ainda opera de forma tímida e pouco sistematizada.

À luz da proposta de um jornalismo entendido como práxis ética e reflexiva, os resultados indicam que o jornalismo mais recente demonstra mais disposição para assumir sua mediação, sem, contudo, romper completamente com a herança de um modelo que valoriza a contenção do sujeito jornalista. O posicionamento narrativo se torna mais evidente, mas a subjetividade ainda é frequentemente administrada, regulada e parcialmente silenciada. Trata-se, portanto, de um processo de transição, no qual a explicitação do lugar de fala emerge como possibilidade concreta, ainda que atravessada por ambiguidades e limites próprios da prática jornalística contemporânea.

#### 6.2.5 *Experiência, contexto e complexidade*

A análise do *corpus* recente a partir da categoria “experiência, contexto e complexidade” indica um alargamento expressivo e consistente do horizonte interpretativo do jornalismo em relação ao fenômeno do tráfico de bebês. Diferentemente do que se observa no *corpus* analisado no *capítulo 5*, a ampla maioria dos conjuntos de reportagens (80%) contextualiza o fenômeno de forma ampla, articulando múltiplas dimensões históricas, sociais e institucionais. Apenas 10% apresentam contextualização parcial e outros 10% se restringem a uma contextualização mínima ou inexistente. Esses dados revelam uma mudança significativa na forma de situar os acontecimentos, que passam a ser compreendidos prioritariamente como parte de processos sociais complexos, e não como episódios isolados.

Esse deslocamento se reflete de maneira clara na forma como o problema é narrativamente construído. Nenhuma das reportagens analisadas apresenta o tráfico de bebês de maneira linear ou simplificada. Em 70% dos casos, o fenômeno é tratado como multidimensional e contraditório, reconhecendo a coexistência de diferentes atores, interesses, temporalidades e conflitos. Nos 30% restantes, a narrativa apresenta níveis intermediários de complexidade, articulando múltiplos fatores causais, ainda que sem explorar plenamente todas as suas implicações. Esse resultado contrasta de forma contundente com o padrão observado no *corpus* dos anos 1980, no qual predominavam explicações lineares e fragmentadas.

A incorporação da experiência vivida dos sujeitos permanece como um dos aspectos centrais desta categoria, ainda que com nuances. Em metade das reportagens, tal experiência é integrada à compreensão do fenômeno, funcionando como elemento estruturante da narrativa e

contribuindo para a produção de sentido. Em 30% dos textos, essa experiência aparece de forma superficial, e em apenas 20% permanece ausente. Embora esses números indiquem avanço claro em relação ao *corpus* anterior, eles também revelam que a integração plena da experiência humana ainda não se consolida como prática homogênea, coexistindo com abordagens mais contidas ou informativas.

**Tabela 30 – Dados numéricos da análise (eixo 5)**

<b>5 Experiência, contexto e complexidade</b>		
<b>De que forma o fenômeno é contextualizado?</b>		
Mínima ou inexistente	1	10,00%
Parcial, com alguns antecedentes	1	10,00%
Ampla, com articulação de múltiplas dimensões	8	80,00%
<b>De que forma a narrativa apresenta o problema?</b>		
Linear e simplificado	0	0,00%
Parcialmente complexo	3	30,00%
Multidimensional e contraditório	7	70,00%
<b>Como se classifica a experiência vivida dos sujeitos no texto?</b>		
Ausente	2	20,00%
Mencionada superficialmente	3	30,00%
Integrada à compreensão do fenômeno	5	50,00%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

Sob as lentes da proposta desenvolvida no capítulo 4, esses resultados sugerem que o jornalismo recente demonstra capacidade maior de articular contexto amplo, complexidade interpretativa e experiência vivida, sem comprometer totalmente a inteligibilidade narrativa. Ao contrário do diagnóstico anterior, não se observa aqui predominância de contextualizações parciais ou de níveis intermediários de complexidade, mas sim a afirmação da complexidade como eixo narrativo dominante. Ainda assim, a presença de experiências tratadas de forma superficial em parte do *corpus* indica que esse avanço convive com limites impostos por rotinas produtivas, formatos jornalísticos e expectativas de legibilidade.

O quadro observado reforça a ideia de que a humanização do jornalismo, quando analisada empiricamente, não se dá por rupturas abruptas, mas por deslocamentos estruturais graduais, que se tornam visíveis na reorganização do tempo narrativo, na ampliação do contexto

e no reconhecimento da experiência como dimensão epistemológica do relato. No *corpus* analisado, a complexidade deixa de ser exceção e passa a se afirmar como valor narrativo central, ainda que não plenamente estabilizado como prática dominante em todos os textos.

### 6.2.6 Presença/ ausência de “rua”

A análise das reportagens de 2012 a partir do eixo “presença/ausência de rua” indica um deslocamento expressivo na relação do jornalismo com o trabalho de campo, agora não apenas como condição de apuração, mas como elemento constitutivo da narrativa. Em metade das reportagens analisadas há indícios claros de presença do jornalista em campo, enquanto em 40% essa presença aparece de forma indireta ou incerta, e em apenas 10% está ausente. Esses dados contrastam de maneira contundente com o padrão observado no *corpus* dos anos 1980, no qual a ausência ou indefinição da presença predominavam. Essa mudança sugere abertura maior do jornalismo contemporâneo ao contato direto com os contextos vividos.

**Tabela 31 – Dados numéricos da análise (eixo 6)**

<b>6 Presença/ ausência de “rua”</b>		
<b>O texto apresenta indícios de trabalho de campo?</b>		
Não	1	10,00%
Indícios indiretos ou incertos	4	40,00%
Sim, de forma clara	5	50,00%
<b>Qual é a origem principal das informações apresentadas no texto?</b>		
Documentos e entrevistas formais	2	20,00%
Combinação de fontes documentais e presença	3	30,00%
Observação-experiência e contato direto	5	50,00%
<b>Para que a presença do jornalista contribui?</b>		
Reforçar distanciamento narrativo	1	10,00%
Qualificar parcialmente a compreensão	1	10,00%
Produzir densidade experiencial e humana	8	80,00%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

Isso é reforçado quando se observa a origem principal das informações mobilizadas pelas reportagens. Na metade dos textos, a apuração se ancora em observação-experiência e contato

direto, prioritariamente, enquanto 30% combinam fontes documentais com presença em campo. Apenas 20% das reportagens se apoiam majoritariamente em documentos e entrevistas formais. Esse resultado indica uma inversão significativa em relação ao modelo de “jornalismo de gabinete”, aproximando as práticas analisadas de uma lógica de imersão, convivência e acompanhamento prolongado das trajetórias narradas.

O aspecto mais expressivo desta categoria, porém, diz respeito à função narrativa da presença. Em 80% dos textos, a presença do jornalista contribui diretamente para produzir densidade experiencial e humana, funcionando como elemento estruturante da compreensão do fenômeno. Em apenas 10% das reportagens a presença se limita a qualificar parcialmente a compreensão, e em outros 10% ela reforça o distanciamento narrativo. Esse dado representa uma inflexão relevante em relação aos resultados anteriormente observados, indicando que, neste *corpus*, a “rua” não apenas aparece com maior frequência, mas se converte, em ampla medida, em experiência narrável e compartilhável.

À luz da discussão desenvolvida no capítulo 4, esses resultados sugerem que a presença em campo deixa de operar apenas como recurso metodológico e passa a assumir estatuto epistemológico e ético na construção da narrativa jornalística. O encontro com o Outro, a observação prolongada e o acompanhamento das trajetórias não são apenas condições da apuração, mas fontes legítimas de conhecimento e sentido. Nesse contexto, a afetação não é eliminada, mas integrada de forma responsável à prática profissional.

Do ponto de vista da proposta de um jornalismo humanizado, a análise desta categoria aponta para um avanço consistente na incorporação da “rua” como dimensão constitutiva da práxis jornalística. Diferentemente do *corpus* dos anos 1980, em que a presença era rara ou neutralizada, as reportagens de 2012 demonstram capacidade maior de transformar o contato direto em narrativa eticamente implicada e humanamente densa. Ainda que persistam casos pontuais de distanciamento, o movimento observado neste capítulo indica que a “rua” deixa de ser exceção e passa a ocupar lugar central na construção do sentido jornalístico.

### 6.2.7 Enquadramento estrutural e modelo jornalístico

A análise das reportagens mais recentes a partir deste eixo evidencia um deslocamento estrutural expressivo no modo de organizar o sentido. Diferentemente do padrão observado no

*corpus* analisado no capítulo 5 – no qual instituições/ procedimentos e acontecimentos ocupavam posições dominantes –, neste *corpus* o eixo organizador do texto é majoritariamente o processo social: em 80% das reportagens, o fenômeno é narrado como dinâmica histórica e estrutural, e não como episódio pontual ou como problema a ser gerido por instâncias burocráticas. Os eixos “acontecimento” e “instituições/ procedimentos” aparecem de forma residual (10% cada), o que sugere uma reorientação clara da gramática narrativa.

Esse deslocamento se reforça quando se observa o tratamento da temporalidade e da contextualização. Metade das reportagens apresenta um contexto amplo, articulando múltiplas dimensões e temporalidades do fenômeno, enquanto 40% oferecem contexto parcial e apenas 10% se restringem ao presente pontual. Esse resultado indica que, ao revisitar casos ocorridos no passado, as reportagens mais recentes tendem a reconstruir continuidades, redes e condições de possibilidade, reduzindo a fragmentação temporal típica do jornalismo centrado no fato imediato. Em termos analíticos, a temporalidade deixa de funcionar apenas como marca de atualidade e passa a operar como componente de compreensão.

**Tabela 32 – Dados numéricos da análise (eixo 7)**

<b>7 Enquadramento estrutural e modelo jornalístico</b>		
<b>Qual eixo organizador de sentido predomina no texto?</b>		
Acontecimento	1	10,00%
Instituições/ procedimentos	1	10,00%
Processo social	8	80,00%
<b>Como a temporalidade e a contextualização do fenômeno aparecem no texto?</b>		
Presente pontual	1	10,00%
Contexto parcial	4	40,00%
Contexto amplo	5	50,00%
<b>Em que se apoia a validação da narrativa?</b>		
Autoridade institucional	0	0,00%
Equilíbrio procedimental	4	40,00%
Transparência interpretativa	6	60,00%

*Fonte: Elaboração própria (2026)*

A forma de validação da narrativa aponta para um terceiro deslocamento decisivo: nenhuma reportagem deste *corpus* se apoia prioritariamente na autoridade institucional como

fonte de credibilidade. Em vez disso, a legitimidade do relato se fundamenta em transparência interpretativa (60%) e equilíbrio procedimental (40%). Em outras palavras, o pacto de credibilidade com o leitor se constrói, em maior medida, pela explicitação (ainda que parcial) de escolhas, recortes, métodos e limites, ou pela apresentação verificável de versões e procedimentos, e não pela chancela de autoridades estatais.

À luz do debate desenvolvido no *capítulo 4*, esse dado é particularmente relevante, pois indica um regime de objetividade menos dependente do “selo institucional” e mais próximo da ideia de objetividade como prática metodológica e responsabilidade narrativa.

Do ponto de vista da proposta de jornalismo humanizado, os resultados ajudam a compreender por que as demais categorias deste capítulo apresentam desempenho mais positivo. Ao organizar o sentido a partir do processo social, ampliar temporalidades e legitimar a narrativa por meio de transparência interpretativa e equilíbrio procedimental, os textos criam condições mais favoráveis para incorporar experiência, complexidade, diálogo e reconhecimento da alteridade. Ao mesmo tempo, uma parcela relevante de contextualização parcial (40%) indica que esse deslocamento, embora robusto, não é uniforme: coexistem textos com mais densidade interpretativa e outros que preservam traços do modelo tradicional de síntese e contenção.

### 6.3 Síntese interpretativa

A análise qualitativa global do *corpus* mais recente revela um conjunto de deslocamentos narrativos que, em linhas gerais, aproximam de forma consistente as reportagens dos princípios do jornalismo ético, dialógico e humanizante discutidos no *capítulo 4*. Esses deslocamentos não se restringem a dimensões pontuais – como escolha de fontes ou uso de depoimentos –, mas se manifestam de maneira estrutural na própria arquitetura narrativa do *corpus*, indicando transformações mais profundas nos modos de narrar o fenômeno.

Esse movimento se torna particularmente evidente no eixo do enquadramento estrutural. Na maioria expressiva das reportagens, o sentido é organizado em torno do tráfico de bebês como processo social, e não como acontecimento isolado ou mera sequência de procedimentos institucionais. Trata-se de uma reconfiguração relevante do regime de inteligibilidade do texto jornalístico: a reportagem deixa de operar prioritariamente como registro episódico e passa a

funcionar como interpretação situada de uma dinâmica histórica, marcada por continuidades, redes e efeitos de longa duração.

Essa reorganização estrutural repercute diretamente na centralidade do ser humano e na construção das personagens. O *corpus* recente apresenta predominância de narrativas centradas nos sujeitos diretamente afetados, com mais incidência de personagens esféricas e com os efeitos humanos do fenômeno ocupando, em muitos casos, posição estruturante da narrativa. Ao deslocar o eixo organizador do sentido para o processo social, o jornalismo amplia o campo interpretativo e cria condições para que a experiência humana funcione como chave de compreensão, e não apenas como ilustração acessória.

No plano do reconhecimento da alteridade e do diálogo, os resultados apontam para um avanço ainda mais robusto. Predomina o tratamento do Outro como sujeito de experiência e de direitos, e a escuta ativa se consolida como prática majoritária na construção das narrativas. Diferentemente do *corpus* dos anos 1980, observa-se aqui não apenas a ampliação da presença das vozes dos sujeitos afetados, mas também um tratamento sensível e contextualizado das diferenças e vulnerabilidades em grande parte das reportagens. Ainda que persistam situações pontuais de ambiguidade ou risco de violência simbólica, o conjunto dos dados indica que o reconhecimento da alteridade deixa de ser exceção e passa a constituir traço dominante da abordagem jornalística.

O eixo da subjetividade e do posicionamento narrativo reforça esse deslocamento, agora ancorado na forma como a credibilidade do relato é construída. Neste *corpus*, a validação da narrativa se apoia majoritariamente na transparência interpretativa e, em segundo lugar, no equilíbrio procedimental, sem dependência da autoridade institucional como fundamento principal. Esse dado é central, pois aponta para uma transformação no pacto narrativo com o leitor: a credibilidade passa a ser produzida menos pela distância e mais pela explicitação – ainda que parcial – de escolhas, métodos e recortes. A presença significativa de contextualizações amplas reforça esse movimento, ao mesmo tempo em que a persistência de contextos parciais indica que tais transformações não se dão de maneira absolutamente homogênea.

Por fim, o eixo da “presença/ rua” evidencia um dos deslocamentos mais consistentes observados neste capítulo. As reportagens analisadas incorporam de forma recorrente a observação-experiência e o contato direto como base da apuração, e, em grande parte dos textos, essa presença se converte em densidade experiencial e humana, funcionando como elemento

estruturante da compreensão do fenômeno. Diferentemente do padrão observado no *corpus* dos anos 1980, a presença em campo não aparece aqui apenas como condição técnica da apuração, mas como dimensão ética e epistemológica da narrativa jornalística, ainda que coexistam casos pontuais de contenção e distanciamento.

Tomado em conjunto, este *capítulo 6* sugere que, ao revisitar acontecimentos do passado, o jornalismo recente demonstra mais capacidade de integrar processo social, temporalidade ampla, reconhecimento da alteridade, escuta ativa e presença em campo – condições que tornam mais viável a aproximação com uma prática jornalística humanizada.

Ao mesmo tempo, as variações internas observadas no *corpus* indicam que esse é um movimento possível de acontecer na prática jornalística. Recorrendo à pergunta que dá título a este capítulo, trata-se de um exemplo de jornalismo transformador na prática. Isso, entretanto, não pode ser compreendido como superação definitiva do modelo hegemônico. É justamente na análise dessas continuidades, deslocamentos e tensões que se consolida o argumento central desta dissertação: a humanização do jornalismo não se realiza como ruptura simples, mas como processo histórico de transformação de seus regimes narrativos, éticos e epistemológicos.

## 7 CONSIDERAÇÕES

Esta dissertação nasceu de um incômodo que atravessa, ao mesmo tempo, a experiência profissional, a reflexão teórica e a responsabilidade ética do jornalismo: a persistente dificuldade de incorporar a experiência humana, o diálogo e a complexidade social na cobertura de fenômenos marcados por violência, desigualdade e silenciamento, como é o caso do tráfico de bebês no Brasil. Mais do que identificar lacunas ou insuficiências pontuais na cobertura jornalística, o trabalho buscou compreender os regimes narrativos que estruturam essas representações, os pressupostos de objetividade que as sustentam e os efeitos simbólicos que produzem sobre os sujeitos diretamente envolvidos.

A análise do *corpus* dos anos 1980 evidenciou a força de um modelo jornalístico no qual o sentido da narrativa se organiza prioritariamente em torno de procedimentos, fontes oficiais e acontecimentos fragmentados no tempo. Nesse modelo, como demonstrado ao longo dos capítulos analíticos, o ser humano tende a ocupar posição secundária, a alteridade é frequentemente neutralizada, a escuta se limita à coleta instrumental de declarações e a experiência vivida aparece de forma marginal ou ilustrativa. Esses achados não são interpretados como falhas individuais de jornalistas específicos, mas como efeitos de uma arquitetura narrativa historicamente consolidada, que orientou práticas profissionais e expectativas editoriais em determinado contexto histórico.

Ao deslocar o olhar para um segundo *corpus*, composto por reportagens publicadas em 2012 sobre acontecimentos ocorridos naquele mesmo período histórico, a pesquisa não pretendeu estabelecer uma comparação normativa entre “um jornalismo do passado” e “um jornalismo do presente”. Ainda que os resultados do *capítulo 6* revelem deslocamentos importantes – e, em muitos eixos, avanços consistentes – esta dissertação evita sustentar a ideia de uma evolução linear ou automática da prática jornalística ao longo do tempo. O risco de uma leitura evolucionista foi reconhecido e deliberadamente tensionado.

Os achados da análise do segundo *corpus* indicam que a maior densidade ética, dialógica e humanizada observada na série *Órfãos do Brasil* não decorre exclusivamente do momento histórico de sua produção, mas, sobretudo, das condições concretas de sua realização. O formato seriado, o tempo dedicado à apuração, a possibilidade dada à jornalista de se afastar da rotina diária, o envolvimento prolongado da repórter com o tema, o acesso a fontes primárias e a

abertura editorial para narrativas não episódicas se mostram fatores decisivos para a construção de um jornalismo capaz de integrar processo social, temporalidade ampla, escuta ativa e presença em campo. Em outras palavras, o que se evidencia é uma questão de qualidade da prática jornalística, mais do que uma simples marca geracional ou temporal.

Essa constatação recoloca uma questão central, que vai direcionada tanto para o campo acadêmico quanto para o exercício profissional: é possível produzir narrativas éticas, dialógicas e humanizadas na cobertura cotidiana, “no quente”, sob as pressões do tempo, da produtividade e dos interesses empresariais? Rovida, por exemplo, mostra que sim: ela analisou<sup>177</sup> a cobertura sobre um assunto dos mais corriqueiros: o trânsito numa grande metrópole – e expõe como algo que poderia ser noticiado de forma fria e distante acabou se transformando em uma relação dialógica entre repórter, agentes e um motorista de caminhão.

Esta dissertação não oferece respostas fechadas ou soluções normativas para esse dilema – que também é deste autor. Ao contrário, reconhece os limites estruturais das redações contemporâneas, frequentemente descritas – com razão – como espaços que “moem gente”, atravessadas por precarização do trabalho, aceleração produtiva e redução de espaços de autonomia e criatividade dos profissionais, o que reflete em menos tempo disponível para escuta, reflexão e contextualização.

Ainda assim, ao dialogar com as reflexões de autores como Cremilda Medina, este trabalho sustenta que a humanização do jornalismo não deve ser compreendida como privilégio de projetos especiais ou de grandes reportagens, mas como horizonte ético e epistemológico possível, mesmo no cotidiano da prática jornalística. Em diferentes textos, Medina (2002, 2003) propõe instrumentos concretos para o aprofundamento compreensivo da realidade, entre os quais se destacam a humanização<sup>178</sup> dos protagonistas da ação social; o contexto abrangente do acontecimento pontual; as raízes histórico-culturais da situação em foco; e o diálogo com diagnósticos e prognósticos produzidos por pesquisadores e especialistas. Esses elementos, longe de constituírem um modelo idealizado ou inalcançável, funcionam como critérios de qualidade para uma prática jornalística comprometida com a complexidade do real.

---

<sup>177</sup> Para a análise, v. Rovida, 2023; antes, sua tese de doutorado (Rovida, 2014) foi construída em torno do assunto.

<sup>178</sup> Em seu livro *Entrevista, o diálogo possível*, Medina assim define a humanização, no que ela propõe como um “vocabulário crítico”: “Processo de seleção de determinados traços do indivíduo ou de uma situação com o objetivo de pôr em destaque a vivência humana comum e geral” (2002, p. 92).

Lidos retrospectivamente, os resultados empíricos desta dissertação dialogam diretamente com essa proposta. Os eixos analíticos mobilizados podem ser entendidos como desdobramentos operacionais desses instrumentos que Medina formula. O que a análise demonstra é que, quando tais dimensões são incorporadas de forma articulada, o jornalismo amplia sua capacidade interpretativa e reduz o risco de produzir novas formas de violência simbólica sobre sujeitos já historicamente vulnerabilizados.

Nesse sentido, a contribuição central deste trabalho não reside em oferecer receita de um “modelo correto” de jornalismo, tampouco em opor, de maneira simplista, um jornalismo “bom” a um jornalismo “ruim”. O que se buscou foi compreender o jornalismo como práxis, como articulação consciente entre ação, reflexão e responsabilidade ética diante do Outro. A práxis jornalística, tal como aqui defendida, não se realiza de forma plena ou homogênea, mas reconhece a inevitável mediação do sujeito, assume a dimensão interpretativa da narrativa e se orienta por um compromisso ético com o Outro e com os efeitos sociais do relato.

Essa perspectiva ainda permite relativizar dicotomias recorrentes no debate profissional, como a oposição entre qualidade jornalística e qualidade (ou virtudes) individuais do jornalista, ou entre compromisso ético e interesses empresariais. A análise sugere que essas tensões não se resolvem por meio de soluções individuais ou de heroísmo, mas por disputas contínuas no interior do campo jornalístico: por tempo, por espaço narrativo, por critérios de noticiabilidade e por reconhecimento da experiência humana como fonte legítima de conhecimento.

Ao compreender o jornalismo como prática sociocultural encaixada em determinado contexto histórico, esta dissertação reafirma que a humanização não se realiza por rupturas simples, nem por avanços automáticos associados ao tempo, à tecnologia ou às sensibilidades contemporâneas. Ela se constrói de forma processual, desigual e frequentemente ambígua, no interior de regimes narrativos que tanto podem reproduzir silêncios e violências simbólicas quanto abrir espaços de reconhecimento, escuta e transformação. O jornalismo pode, assim, operar simultaneamente como instância de apagamento e como mediador de processos de memória, reparação simbólica e diálogo social.

Nesse caráter necessariamente inacabado essas considerações se inscrevem. Mais do que encerrar um percurso, elas reafirmam a necessidade de manter sempre aberto o debate sobre a responsabilidade ética do jornalismo principal, mas não unicamente, diante de histórias marcadas por trauma, perda e disputa de memória. Se esta dissertação oferece alguma contribuição, ela

reside na defesa de que **a humanização do jornalismo não é um adendo moral ou um luxo editorial, mas uma dimensão constitutiva da qualidade da prática jornalística e de seu papel social**. Trata-se de um horizonte que não se alcança plenamente, mas que orienta escolhas, tensiona rotinas e recoloca, de forma permanente, a pergunta fundamental: para quem, com quem e com que efeitos se produz o jornalismo?

## REFERÊNCIAS

1980: COMEÇAVA a Guerra Irã-Iraque. **IstoÉ Dinheiro**, São Paulo, 22 set. 2022. Disponível em: «<https://istoedinheiro.com.br/1980-comecava-a-guerra-ira-iraque>». Acesso em: 25 jan. 2026.

ABRAMO, Cláudio Weber. Pretinhas, nunca mais! A super-máquina de escrever. **Revista Imprensa**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 8, set. 1987, Informática. Disponível em: «<https://digital.maven.com.br/pub/revistaimprensa/?numero=1&edicao=3815#page/8>». Acesso em: 9 nov. 2025.

ABREU, Domingos Sávio. **No bico da cegonha: histórias de adoção internacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 2002. Disponível em: «[http://nuap.etc.br/wp-content/uploads/2020/05/no\\_bico\\_da\\_cegonha.pdf](http://nuap.etc.br/wp-content/uploads/2020/05/no_bico_da_cegonha.pdf)». Acesso em: 8 jul. 2025.

ADOTIVAS 33: Arlete Hilú: tráfico internacional de crianças e adoção ilegal. Entrevistado: Gabriel Toueg. Entrevistadoras: Larissa Alves, Fernanda Tuna, Gessica Pires, Gisele Assis. São Paulo: **Adotivas Podcast**, 26 abr. 2024. *Podcast*. Disponível em: «[https://open.spotify.com/episode/3RFYLB395C8YaAGn3WrPQ7?go=1&sp\\_cid=07c80a27856ef3d5767cdef749c6183c](https://open.spotify.com/episode/3RFYLB395C8YaAGn3WrPQ7?go=1&sp_cid=07c80a27856ef3d5767cdef749c6183c)». Acesso em: 12 jan. 2025.

AGUIAR, Estela. Há 10 anos, morte de Osama Bin Laden era anunciada pelos EUA. **CNN Brasil**, São Paulo, 2 mai. 2021. Disponível em: «<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ha-10-anos-a-morte-de-osama-bin-laden-era-anunciada-pelos-estados-unidos/>». Acesso em: 3 jun. 2025.

ALBUQUERQUE, Flávia. Ministério Público de SP investiga perfis de adoção ilegal no Facebook. **Agência Brasil**, São Paulo, 17 ago. 2020. Disponível em: «<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-08/ministerio-publico-de-sp-investiga-perfis-de-adocao-ilegal-no>». Acesso em: 9 nov. 2025.

ALMANAQUE Anos 80 relembra grande década do futebol brasileiro e de Maradona. **O Povo**, Fortaleza, 7 jul. 2024. Disponível em: «<https://www.opovo.com.br/agencia/jogada10/2024/10/07/almanaque-anos-80-relembra-grande-decada-do-futebol-brasileiro-e-de-maradona.html>». Acesso em: 25 jan. 2026.

ALVARENGA, João Gabriel. Da chegada ao Brasil à prisão pela PF: o passo a passo do português suspeito de tráfico de bebês em SP. **G1/ EPTV**, Campinas (SP), 5 dez. 2023. Disponível em: «<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2023/12/05/da-chegada-ao-brasil-a-prisao-pela-pf-o-passo-a-passo-do-portugues-suspeito-de-trafico-de-bebes-em-sp.ghtml>». Acesso em: 9 nov. 2025.

ALVES, Fabiana Aline; SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. Jornalismo humanizado: o ser humano como ponto de partida e de chegada do fazer jornalístico. *In*: IX CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 2008, Guarapuava (PR), **Anais [...]**. Guarapuava: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2008. Disponível em: «[https://drive.google.com/file/d/1hQ0Rxx2LiBo4OPwnjT8-T\\_A9f3ntr65k/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1hQ0Rxx2LiBo4OPwnjT8-T_A9f3ntr65k/view?usp=sharing)». Acesso em: 8 ago. 2025.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Brasil: quatro décadas de baixo crescimento econômico, sendo duas décadas perdidas. *In*: **EcoDebate**, [S.l.] 16 mai. 2018. ISSN 2446-9394. Disponível em: «<https://www.ecodebate.com.br/2018/05/16/brasil-quatro-decadas-de-baixo-crescimento-economico-sendo-duas-decadas-perdidas-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves>». Acesso em: 8 jul. 2025.

ALZER, Luiz André; CLAUDINO, Mariana. **Almanaque anos 80: lembranças e curiosidades de uma**

**década muito divertida.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística.** Porto Alegre: Sagra, 1996.

*ANNUAL profits from forced labour amount to US\$ 236 billion, ILO report finds.* In: **ILO News**, Genebra (Suíça), 19 mar. 2024. Disponível em: [«https://www.ilo.org/resource/news/annual-profits-forced-labour-amount-us-236-billion-ilo-report-finds»](https://www.ilo.org/resource/news/annual-profits-forced-labour-amount-us-236-billion-ilo-report-finds). Acesso em: 11 dez. 2025.

ARAÚJO, Bernardo. *Rock in Rio completa 40 anos. E se o mundo fosse o de 1985 outra vez?* **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2025. Cultura. Disponível em: [«https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2025/01/11/rock-in-rio-completa-40-anos-e-se-o-mundo-fosse-o-de-1985-outra-vez.ghtml»](https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2025/01/11/rock-in-rio-completa-40-anos-e-se-o-mundo-fosse-o-de-1985-outra-vez.ghtml). Acesso em: 9 jul. 2025.

ARAÚJO, Valéria Maria Sampaio Vilas Bôas. Jornalismo de si: subjetividade e partilha de experiências na cultura contemporânea. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 31-45, dez. 2017. ISSN 1982-2391 *online*. DOI: 10.12957/logos.2017.19604. Disponível em: [«http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/3498»](http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/3498). Acesso em: 27 dez. 2025.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: o tempo presente - Brasil (1980-2010)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Edições 70: Lisboa (Portugal), 1977.

BARN, Ravinder; MANSURI, Nushra. “*I Always Wanted to Look at Another Human and Say I Can See That Human in Me*”: *Understanding Genealogical Bewilderment in the Context of Racialised Intercountry Adoptees.* **Genealogy**, Basel (Suíça), v. 3, n. 4, p. 31-45, 9 dez. 2019. DOI: 10.3390/genealogy3040071. Disponível em: [«https://www.mdpi.com/2313-5778/3/4/71»](https://www.mdpi.com/2313-5778/3/4/71). Acesso em: 27 dez. 2025.

BARROS, Jorge Antonio. Quarenta anos de jornalismo, uma vida a serviço das pretinhas. In: **Blog da ABI**, Brasília, 1º jul. 2021. Disponível em: [«https://www.abi.org.br/quarenta-anos-de-jornalismo-uma-vida-a-servico-das-pretinhas/»](https://www.abi.org.br/quarenta-anos-de-jornalismo-uma-vida-a-servico-das-pretinhas/). Acesso em: 9 nov. 2025.

BATISTA, Liz. Há 30 anos, Emenda Dante de Oliveira era rejeitada. In: **Blog do Acervo Estadão**, São Paulo, 25 abr. 2014. Disponível em: [«https://www.estadao.com.br/acervo/ha-30-anos--emenda-dante-de-oliveira-era-rejeitada/»](https://www.estadao.com.br/acervo/ha-30-anos--emenda-dante-de-oliveira-era-rejeitada/). Acesso em: 8 jul. 2025.

BEBÊ brasileiro é produto de exportação ilegal. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXI, n. 19.232, p. 10, 13 jul. 1986, O País. Disponível em: [«https://drive.google.com/file/d/1spAKo92FfdHo6Tpi7wNx1q7wrAIet-eo/view»](https://drive.google.com/file/d/1spAKo92FfdHo6Tpi7wNx1q7wrAIet-eo/view). Acesso em: 19 ago. 2025.

BERELSON, Bernard. **Content Analysis in Communication Research.** Glencoe: Free Press, 1952.

BERGAMO, Alexandre. “Antigos” e “novos” no jornalismo brasileiro dos anos de 1980 e 1990: uma identidade profissional em disputa. **Política & Sociedade**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 19, n. 45, mai./ago. 2020, p. 337-368. DOI: <https://doi.org/10.5007/175-7984.2020v19n45p337>. Disponível em: [«https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/61732/44725»](https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/61732/44725). Acesso em: 19 set. 2025.

BOLDEKE, Amanda. **30 mil dólares por um bebê**. 1. ed. Florianópolis: ed. da Autora, 2025.

BOLDEKE, Amanda. Como tudo começou. *In: Desaparecidos do Brasil*, Florianópolis, 8 mai. 2023. Disponível em: «<https://desaparecidosdobrasil.org/como-tudo-comecou/>». Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: «[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)». Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010**. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: «[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm#art2](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm#art2)». Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores (*Código de Menores*). Brasília: Câmara dos Deputados, Brasília, 1927. Disponível em: «<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>». Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL. Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Porto Feliz (SP). **Certidão de óbito de Arlete Honorina Vitor Hilú**. Lavrada em: 20 dez. 2023. Registrada às fls. 177-f do livro n. 54 de assentamento de óbito, sob o nº 12.479. Data de nascimento: 6 abr. 1945.

BRASIL. **Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004**. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: «[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm)». Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979**. Dá nova regulamentação ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978. Brasília: Presidência da República, 1979a. Disponível em: «[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d83284.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d83284.htm)». Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 95.308, de 30 de novembro de 1987**. Reajusta o valor do Salário Mínimo de Referência. Brasília: Presidência da República, 1987. Disponível em: «[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d95308.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d95308.htm)». Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969**. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Brasília: Presidência da República, 1969. Disponível em: «[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0972.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm)». Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil (revogado pela Lei nº 10.406, de 2002). Brasília: Presidência da República, 1916. Disponível em: «[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm)». Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Brasília: Presidência da República, 1979b. Disponível em: «[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6697.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm)». Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.898, de 30 de março de 1981.** Altera o art. 242 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Brasília: Presidência da República, 1981. Disponível em: [«https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1980-1988/L6898.htm#art242»](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L6898.htm#art242). Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986.** Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Brasília: Presidência da República, 1986. Disponível em: [«https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17505.htm»](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17505.htm). Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências<sup>179</sup>. Brasília: Presidência da República, [1990]. Disponível em: [«https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm»](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 1º jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991.** Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1991a. Disponível em: [«https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18242.htm»](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18242.htm). Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.** Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1991b. Disponível em: [«https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18313cons.htm»](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18313cons.htm). Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.** Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [«https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19294.htm»](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19294.htm). Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: [«https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm»](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.** Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: [«https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm»](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm). Acesso em: 1º jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017.** Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: [«https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113509.htm»](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113509.htm). Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016.** Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: [«https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113344.htm»](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113344.htm). Acesso em: 3 out. 2025.

---

<sup>179</sup> Uma versão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que destaca trechos da lei relevantes ao tema inerente a esta pesquisa, o tráfico de bebês, está disponível em [«https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/documentos/eca»](https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/documentos/eca).

BRASIL. **Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019**. Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília: Presidência da República, 2019a. Disponível em: «[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/113812.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113812.htm)». Acesso em: 3 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025**. Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente). Brasília: Presidência da República, 2025a. Disponível em: «[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/lei/L15211.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15211.htm)». Acesso em: 17 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Direito à origem**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília, 21 set. 2020. Disponível em: «<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/cooperacao-internacional/adocao-internacional/direito-a-origem>». Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Painel de Dados sobre Tráfico de Pessoas**. *Power BI*, Brasília, [2025?]. Disponível em: «<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMTE3NzA4NWItZDJmOC00NDEzLWJhNmMtNWJiYjY3NjJhZDUyIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>». Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Resolução nº 19, de 27 de outubro de 2019**. Aprova o fluxo de recebimento e processamento dos pedidos de acesso às informações de origem biológica de que trata o artigo 48 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e o artigo 30 da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída na Haia, em 29 de maio de 1993, encaminhados por pessoas adotadas em território nacional por residentes no exterior. Brasília, 2019b. Disponível em: «<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/cooperacao-internacional/adocao-internacional/Resoluon19.pdf>». Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Histórias da aids no Brasil: 1983-2003 – v. 2 A sociedade civil se organiza pelo enfrentamento da aids**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2025b. Disponível em: «<https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/2025/historias-da-aids-no-brasil-vol-ii-eltronico.pdf>». Acesso em: 9 nov. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. **Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: Dados de 2024**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2025c. 33 p. Trabalho em parceria com o Escritório Nacional das Nações Unidas sobre Droga e Crime (UNODC). ISBN 978-85-5506-207-0 (digital). ISBN 978-85-5506-208-7 (físico). Disponível em «[https://drive.google.com/file/d/1bi7SLUXzkYTKDeGXGo6YKKR6ixz\\_7PdA/view](https://drive.google.com/file/d/1bi7SLUXzkYTKDeGXGo6YKKR6ixz_7PdA/view)». Acesso em: 24 jan. 2026.

BRASIL registra em 2025 o menor índice de inflação desde 2018 e o quinto menor dos últimos 31 anos. *In: Presidência da República*, Brasília, 9 jan 2026. Disponível em: «<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2026/01/brasil-registra-em-2025-o-menor-indice-de-inflacao-desde-2018-e-o-quinto-menor-dos-ultimos-31-anos>». Acesso em: 11 jan. 2026.

BRAVO, Diego. O que é gancho jornalístico? **Dicionário de Jornalismo**, [s.l.], jan. 2012. Disponível em: «<https://dicionariodejornalismo.blogspot.com/2012/01/gancho.html>». Acesso em: 27 fev. 2026.

CALCAGNO, Victor. Janet Malcolm fez do jornalismo a profissão impossível. **Carta Capital**, São Paulo, 19 jun. 2021. Disponível em: [«https://www.cartacapital.com.br/cultura/janet-malcolm-fez-do-jornalismo-a-profissao-impossivel/»](https://www.cartacapital.com.br/cultura/janet-malcolm-fez-do-jornalismo-a-profissao-impossivel/). Acesso em: 8 jan. 2026.

CARLOS Alberto Luppi (1950-2014): Dedicou-se aos direitos humanos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 94, n. 31.023, p. C4 11 mar. 2014, Cotidiano. Disponível em: [«https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=19795&keyword=Luppi&anchor=5920574&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=4048147cac18ec0665dbb116ee7aa784»](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=19795&keyword=Luppi&anchor=5920574&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=4048147cac18ec0665dbb116ee7aa784). Acesso em: 25 jul. 2025.

CARNEIRO, Lucianne; SARAIVA, Alessandra. Confira a evolução do analfabetismo no Brasil de 1940 a 2022. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 15 mai. 2024. Disponível em: [«https://valor.globo.com/brasil/noticia/2abandonara024/05/17/confira-a-evolucao-do-analfabetismo-no-brasil-de-1940-a-2022.ghtml»](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2abandonara024/05/17/confira-a-evolucao-do-analfabetismo-no-brasil-de-1940-a-2022.ghtml). Acesso em: 21 jan. 2026.

CASAMENTO do príncipe William é marcado para 29 de abril. **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 23 nov. 2010. Disponível em: [«https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101123\\_casamento\\_real\\_rc»](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101123_casamento_real_rc). Acesso em: 3 jun. 2025.

CASO BRUNA VASCONCELOS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida (Estados Unidos): *Wikimedia Foundation*, 2025. Disponível em: [«https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso\\_Bruna\\_Vasconcelos»](https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Bruna_Vasconcelos). Acesso em: 23 abr. 2025.

CASTRO, Mayra. Desigualdade volta a cair no Brasil e chega ao menor nível da série, mas país segue entre os mais desiguais do mundo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 dez. 2025. Disponível em: [«https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/12/03/desigualdade-volta-a-cair-no-brasil-e-chega-ao-menor-nivel-da-serie-mas-pais-segue-entre-os-mais-desiguais-do-mundo.ghtml»](https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/12/03/desigualdade-volta-a-cair-no-brasil-e-chega-ao-menor-nivel-da-serie-mas-pais-segue-entre-os-mais-desiguais-do-mundo.ghtml). Acesso em: 9 jan. 2026.

CAVALLI, Janaina. Uma janela para aproximar mães e filhos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano 27, n. 9.608, 9 ago. 2012. Geral, p. 34. Disponível em: [«https://drive.google.com/file/d/1ITiz6nMsDQ50Jvyi0JwVuiewbXHNOzJD/view?usp=sharing»](https://drive.google.com/file/d/1ITiz6nMsDQ50Jvyi0JwVuiewbXHNOzJD/view?usp=sharing). Acesso em: 12 jan. 2026.

CHAVES, Ana Paula Dessupoio; NOCELLI, Gracielle Loures. Jornalismo de Subjetividade: a aproximação e o distanciamento com o Outro. In: XXIII ENCONTRO DOS GRUPOS DE PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO (46º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO), 2023, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2023. Disponível em: [«https://drive.google.com/file/d/1QW6APzxIH\\_\\_2duTplHmw9lw467xjCX-O/view?usp=sharing»](https://drive.google.com/file/d/1QW6APzxIH__2duTplHmw9lw467xjCX-O/view?usp=sharing). Acesso em: 8 nov. 2025.

CHAVES, Débora. O editor eletrônico: diagrama, compõe, ilustra; não esquece nada. **Revista Imprensa**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 8, out. 1987. Tecnologia. Disponível em: [«https://digital.maven.com.br/pub/revistaimprensa/?numero=2&edicao=3828#page/8»](https://digital.maven.com.br/pub/revistaimprensa/?numero=2&edicao=3828#page/8). Acesso em: 9 nov. 2025.

CHU LI-CHING INFANT TRAFFICKING CASE. In: WIKIPEDIA, *The Free Encyclopedia*. Flórida (Estados Unidos): *Wikimedia Foundation*, 2026. Disponível em: [«https://en.wikipedia.org/wiki/Chu\\_Li-ching\\_infant\\_trafficking\\_case»](https://en.wikipedia.org/wiki/Chu_Li-ching_infant_trafficking_case). Acesso em: 25 abr. 2025.

CIA – *CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY*. **The World Factbook**. Langley, VA, [2026?]. Disponível em: [«https://www.cia.gov/the-world-factbook/»](https://www.cia.gov/the-world-factbook/). Acesso em: 14 jan. 2026.

COLO. Coletivo de Jornalismo Infantojuvenil. **NÃO É MENOR!** LinkedIn, 22 set. 2025. Disponível em: «[https://www.linkedin.com/posts/colo-coletivo-de-jornalismo-infantojuvenil\\_naetoaezmenor-naetoaezmenor-aezcrianaexa-activity-7375906820726554624-aWBt](https://www.linkedin.com/posts/colo-coletivo-de-jornalismo-infantojuvenil_naetoaezmenor-naetoaezmenor-aezcrianaexa-activity-7375906820726554624-aWBt)». Acesso em: 23 dez. 2025.

COMÉRCIO de bebês se espalha por todo o país. **TV Globo**, Rio de Janeiro, 1º abr. 1984, Fantástico.

CONFIRMADA denúncia de tráfico de crianças. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano IV, n. 1.129, p. 6, 28 mar. 1985. Urgente. Disponível em: «[http://memoria.bn.gov.br/doctreader/325538\\_01/5500](http://memoria.bn.gov.br/doctreader/325538_01/5500)». Acesso em: 9 nov. 2025.

CORNELSEN, Mara. Adeus à Tribuna. *In*: **Crônicas de Mara**, Curitiba, 13 nov. 2025. Disponível em: «<https://www.maracornelsen.com/post/adeus-%C3%A0-tribuna>». Acesso em: 14 nov. 2025.

COSTA, Luciano Martins. O jornalismo impressionista. **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, ed. 484, 6 mai. 2008, Caderno da Cidadania; Imprensa em Questão. Disponível em: «<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/educacao-e-cidadania/caderno-da-cidadania/o-jornalismo-iimpressionista/>». Acesso em: 15 jan. 2026.

COSTA, Ranieri Vicente da; TOUEG, Gabriel; PEREIRA NETO, Vernihu Oswaldo. Sentidos de violência e indiferença ao crime de tráfico humano de bebês: uma análise discursiva de Arlete Hilú. *In*: 18º ENCONTRO DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E CULTURA DA UNIVERSIDADE DE SOROCABA, v. 18, set. 2024, Sorocaba (SP). **Anais [...]**. Sorocaba: Uniso, 2024. p. 92-107. ISSN: 2358-1484. DOI: <https://doi.org/10.22482/dspace/309>. Disponível em: «<https://sistema.uniso.br/barcode/divulgacao/evento/epecom-2024/anais-epecom-2024.pdf>». Acesso em: 14 nov. 2025.

CURIOSIDADES – América. **Memória Globo**, Rio de Janeiro, 28 out. 2021. Disponível em: «<https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/america/noticia/curiosidades.ghtml>». Acesso em: 5 nov. 2025.

DESAPARECIDOS. Kat Torres: ex-modelo e influenciadora condenada por tráfico humano e escravidão. Entrevistado: Gabriel Toueg. Entrevistador: Anderson Jesus. *YouTube*. São Paulo: Iracema Rosa Filmes, 15 ago. 2024. 1 vídeo (1 hora, 56 min., 36 seg.). Disponível em: «<https://www.youtube.com/watch?v=y9M36wPqb4M>». Acesso em: 12 jan. 2025.

DESCOBERTA só veio por acaso. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano 27, n. 9.605, 6 ago. 2012. Geral, p. 19-20. Disponível em: «<https://drive.google.com/file/d/1LbWG9JOelrvkGUqhc3euGgLIJm7EP55/view?usp=sharing>». Acesso em: 18 set. 2025.

DHT – *DISRUPT HUMAN TRAFFICKING. Statistics*. [S. l.], [2026?]. Disponível em: «<https://www.disrupthumantrafficking.com/statistics>». Acesso em: 14 nov. 2025.

*DIÁRIO Catarinense* publica reportagem especial *Mães do Brasil*. **Acontecendo Aqui**, Florianópolis, 2 ago. 2013. Disponível em: «<https://acontecendoaqui.com.br/comunicacao/diario-catarinense-publica-reportagem-especial-maes-do-brasil/>». Acesso em: 11 jan. 2026.

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão de jornalista**. São Paulo: Summus, 2009.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DINES, Alberto. Por um jornalismo humanista. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 78, n. 25.434, p. 11, 21 nov. 1998, Ilustrada. Disponível em: [«https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=14075&keyword=humanista&anchor=654966&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=57c9ee9a42e78a39838f3684755dcf29»](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=14075&keyword=humanista&anchor=654966&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=57c9ee9a42e78a39838f3684755dcf29). Acesso em: 17 nov. 2025.

DINES, Alberto. Siroco, um senhor jornalista. **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, ed. 878, 30 nov. 2015, Memória. Disponível em: [«https://www.observatoriodaimprensa.com.br/memoria/siroco-um-senhor-jornalista/»](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/memoria/siroco-um-senhor-jornalista/). Acesso em: 5 nov. 2025.

DIVULGADOS os finalistas do Prêmio Esso 2012; dois diretores da Abraji estão na lista. *In: Abraji*, São Paulo, 18 out. 2012. Disponível em: [«https://abraji.org.br/noticias/divulgados-os-finalistas-do-premio-esso-2012-dois-diretores-da-abraji-estao-na-lista»](https://abraji.org.br/noticias/divulgados-os-finalistas-do-premio-esso-2012-dois-diretores-da-abraji-estao-na-lista). Acesso em: 2 fev. 2025.

DRAMA começou em outubro de 86. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 9.192, p. 12, 17 jun. 1988. Nacional. Disponível em: [«http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274\\_03/114448»](http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_03/114448). Acesso em: 9 jan. 2025.

EM 2022, expectativa de vida era de 75,5 anos. *In: Agência IBGE*, Rio de Janeiro, 29 nov 2023. Disponível em: [«https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38455-em-2022-expectativa-de-vida-era-de-75-5-anos»](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38455-em-2022-expectativa-de-vida-era-de-75-5-anos). Acesso em: 27 dez. 2025.

ESTREIA em jornal foi nos EUA em 67; hoje *ombudsman* está no mundo todo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 set. 1989, ano 69, n. 22.088, p. A-7, Política. Disponível em: [«https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=10730&anchor=4908731&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=3f50253947f070069d6dbce90d7d6056»](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=10730&anchor=4908731&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=3f50253947f070069d6dbce90d7d6056). Acesso em: 14 nov. 2025.

EXPORTAÇÃO cresce muito no Ceará. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 342, p. 14, 20 mar. 1986, Nacional. Disponível em: [«http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015\\_10/164438»](http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_10/164438). Acesso em: 8 abr. 2025.

FELTRIN, Ricardo. *Salve Jorge* marca pior ibope da história da Globo às 21h. **UOL TV e Famosos**, São Paulo, 12 fev. 2013. Disponível em: [«https://celebridades.uol.com.br/ooops/ultimas-noticias/2013/02/12/salve-jorge-marca-pior-ibope-da-historia-da-globo-as-21h.htm»](https://celebridades.uol.com.br/ooops/ultimas-noticias/2013/02/12/salve-jorge-marca-pior-ibope-da-historia-da-globo-as-21h.htm). Acesso em: 9 nov. 2025.

FALSA advogada intermediou compra de 1.500 recém-nascidos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXI, n. 19.232, p. 10, 13 jul. 1986, O País. Disponível em: [«https://drive.google.com/file/d/1spAKo92FfdHo6Tpi7wNx1q7wrAIet-eo/view»](https://drive.google.com/file/d/1spAKo92FfdHo6Tpi7wNx1q7wrAIet-eo/view). Acesso em: 14 jun. 2025.

FARIAS, Gisele. PIB: Brasil deixa lista das 10 maiores economias do mundo e cai para 11º. **CNN Brasil**, São Paulo, 4 dez. 2025. Disponível em: [«https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/pib-brasil-deixa-lista-das-10-maiores-economias-do-mundo-e-cai-para-11o/»](https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/pib-brasil-deixa-lista-das-10-maiores-economias-do-mundo-e-cai-para-11o/). Acesso em: 9 nov. 2025.

FÉLIX, Thiago. Banco genético da PF aumenta esperança do reencontro de pessoas adotadas. **CNN Brasil**, São Paulo, 30 mai. 2025. Disponível em: [«https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/banco-genetico-da-pf-aumenta-esperanca-do-reencontro-de-pessoas-adotadas/»](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/banco-genetico-da-pf-aumenta-esperanca-do-reencontro-de-pessoas-adotadas/). Acesso em: 13 jun. 2025.

FELIX, Walter. *Salve Jorge e mais: por que novelas fracassadas na Globo viraram hits no Globoplay? Na Telinha*, São Paulo, 1º ago. 2025. Disponível em: [«https://natelinha.uol.com.br/novelas/2025/08/01/salve-jorge-e-mais-por-que-novelas-fracassadas-na-glob-o-viraram-hits-no-globoplay--229307.php»](https://natelinha.uol.com.br/novelas/2025/08/01/salve-jorge-e-mais-por-que-novelas-fracassadas-na-glob-o-viraram-hits-no-globoplay--229307.php). Acesso em: 25 jul. 2025.

FIOCRUZ. **Linha do tempo: a epidemia da aids através do tempo**. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, [20--]. Disponível em: [«https://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html»](https://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html). Acesso em: 25 jan. 2026.

FOLHA explica a diferença entre os tipos de texto que você lê no jornal. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 12 jul. 2022. Disponível em: [«https://www1.folha.uol.com.br/tv/2022/07/folha-explica-a-diferenca-entre-os-tipos-de-texto-que-voce-le-no-jornal.shtml»](https://www1.folha.uol.com.br/tv/2022/07/folha-explica-a-diferenca-entre-os-tipos-de-texto-que-voce-le-no-jornal.shtml). Acesso em: 3 jan. 2026.

FOLHA lança amanhã a coluna do *ombudsman*. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 set. 1989, ano 69, n. 22.088, p. A-7, Política. Disponível em: [«https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=10730&anchor=4908731&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=3f50253947f070069d6dbce90d7d6056»](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=10730&anchor=4908731&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=3f50253947f070069d6dbce90d7d6056). Acesso em: 14 nov. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual da Redação: edição online**. Verbete: edição. São Paulo, [2026?]. Disponível em: [«https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_edicao.htm»](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao.htm). Acesso em: 25 jul. 2025.

FOLTRAN, Juliana Boldeke. O tráfico infantil nas sombras da adoção internacional. In: SCAMPINI, Stella Fátima (coord. e org.). **Tráfico de pessoas – Coletânea de artigos, v. 2**. Brasília: Ministério Público Federal, 2017, p. 128-147. Disponível em: [«https://drive.google.com/file/d/1iyYorWDD8pVnHJJMAvph5rcOrJXWb7v4/view?usp=drive\\_link»](https://drive.google.com/file/d/1iyYorWDD8pVnHJJMAvph5rcOrJXWb7v4/view?usp=drive_link). Acesso em: 8 abr. 2025.

FOLTRAN, Mônica. Amor e culpa de quem comprou. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano 27, n. 9.608, 9 ago. 2012a. Geral, p. 32-33. Disponível em: [«https://drive.google.com/file/d/1ITiz6nMsDQ50Jvyi0JwVuiewbXHNOzJD/view?usp=sharing»](https://drive.google.com/file/d/1ITiz6nMsDQ50Jvyi0JwVuiewbXHNOzJD/view?usp=sharing). Acesso em: 5 ago. 2025.

FOLTRAN, Mônica. Órfãos do Brasil. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano 27, n. 9.604, 5 ago. 2012b. Geral, p. 30-31. Disponível em: [«https://drive.google.com/file/d/11G4OELGh2YmntSTOBO1PWutkigbBJAZV/view?usp=sharing»](https://drive.google.com/file/d/11G4OELGh2YmntSTOBO1PWutkigbBJAZV/view?usp=sharing). Acesso em: 1º mai. 2025.

FONSECA, Claudia. Mães “abandonantes”: fragmentos de uma história silenciada. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 13-32, jan.-abr. 2012. DOI: 10.1590/S0104-026X2012000100002. Disponível em: [«https://www.scielo.br/j/ref/a/6bPRT6twHwKnVVrxDRZ6Gtd/?lang=pt»](https://www.scielo.br/j/ref/a/6bPRT6twHwKnVVrxDRZ6Gtd/?lang=pt). Acesso em: 27 dez. 2025.

FREIRE-BEZERRA, Juliana. O diálogo potente no jornalismo: pensando a interatividade em seu viés pedagógico. **Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación**, Santiago de Compostela (Espanha), v. 7, n. 13, p. 99-117, fev. 2020. DOI: 10.24137/raeic.7.13.5. Disponível em: [«https://www.revistaaic.eu/index.php/raeic/article/view/228»](https://www.revistaaic.eu/index.php/raeic/article/view/228). Acesso em: 27 dez. 2025.

FRIAS FILHO, Otavio. Janet Malcolm, a narrativa impossível. In: MALCOLM, Janet. **O jornalista e o assassino**. Tradução: Tomás Rosa Bueno [*The Journalist and the Murderer*]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 159-169.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **França – Perfil do país**. Washington, D.C. (EUA), [2025?]. Disponível em: «<https://www.imf.org/external/datamapper/profile/FRA>». Acesso em 27 dez. 2025.

GANGUE de Hilú começou a agir em 1968. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano V, n. 1.433, p. 7, 4 abr. 1986, Geral. Disponível em: «[http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538\\_01/11067](http://memoria.bn.gov.br/DocReader/325538_01/11067)». Acesso em: 3 abr. 2025.

GARCIA, Luiz (org., ed.). **Manual de redação e estilo O Globo**. 28. ed. São Paulo: Globo, 2003.

GLORIA Perez fala ao DC sobre novela que trata de *Órfãos do Brasil*. **Zero Hora**, Porto Alegre, 19 out. 2012. Disponível em: «<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/10/ gloria-perez-fala-ao-dc-sobre-novela-que-trata-de-orfaos-do-brasil-3923679.html>». Acesso em: 25 jan. 2026.

GOMES, Helton Simões. Facebook abrigou grupos de adoção ilegal de criança por mais de 1 ano. **UOL Radar Big Tech**, São Paulo, 6 out. 2025. Disponível em: «<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2025/10/06/facebook-abrigou-grupos-de-doacao-ilegal-de-crianca-por-mais-de-1-ano.htm>». Acesso em: 12 nov. 2025.

GONZALEZ, Mariana. Mulheres anunciam venda e doação de bebês em grupo de barriga solidária no Facebook: ‘Pedem dinheiro e somem’. **Marie Claire**, São Paulo, 27 nov. 2024. Disponível em: «<https://revistamarieclaire.globo.com/retratos/noticia/2024/11/mulheres-doam-e-vendem-bebes-em-grupo-de-barriga-solidaria-no-facebook-pedem-dinheiro-e-somem.ghtml>». Acesso em: 6 abr. 2025.

GUIMARÃES, Ulysses. Discurso proferido em 5 de outubro de 1988. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte (DANC)**, Brasília, Câmara dos Deputados, p. 14.380-14.382, 5 out. 1988. Disponível em: «<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-matérias/centenario-deputado-ulysses-guimaraes/discurso-de-05101988>». Acesso em: 23 set. 2025.

HÁ ESTRANGEIROS envolvidos no tráfico. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano V, n. 1.433, p. 7, 4 abr. 1986, Geral. Disponível em: «[http://memoria.bn.gov.br/docreader/325538\\_01/11067](http://memoria.bn.gov.br/docreader/325538_01/11067)». Acesso em: 3 abr. 2025.

HENRIQUES, Rafael da Silva Paes. O que quer a vontade que quer objetividade jornalística? **Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria (RS), v. 22, n. 48, p. 193-217, 2023. ISSN 2175-4977 *online*. Disponível em: «<https://drive.google.com/file/d/1v4II6OG3UnsmZGVKE-Re1oRVWJi5ebIY/view?usp=sharing>». Acesso em: 11 nov. 2025.

HENRIQUES, Rafael Paes. Entendimentos de “objetividade” entre os jornalistas brasileiros: o que se pretende ser quando se quer ser objetivo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 17, n. 3, p. 792-833, out. 2021. ISSN 1981-9854 *online*. DOI: 10.25200/BJR.v17n3.2021.1410. Disponível em: «[https://drive.google.com/file/d/16LPMv7Fd3517gpUqQtaCGntvPft\\_f-9P/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/16LPMv7Fd3517gpUqQtaCGntvPft_f-9P/view?usp=sharing)». Acesso em: 31 dez. 2025.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007, p. 123-141.

HOUDALI, Amira Samih Hamed Mohd; PIRES, Victor Paulo Kloeckner. A adoção internacional e suas diretrizes no direito brasileiro. **Âmbito Jurídico**, São Paulo, 1º mai. 2009. Disponível em: «<https://ambitojuridico.com.br/a-adocao-internacional-e-suas-diretrizes-no-direito-brasileiro/>». Acesso em: 8 jul. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro, [2026?]. Disponível em: «<https://cidades.ibge.gov.br/>». Acesso em: 4 ago. 2025.

IBGE: menores carentes são 36 milhões no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 set. 1986, p. 26. Disponível em: «<https://drive.google.com/file/d/12kA7PFXEYI126EmWiI9KB2aBu6Afg2JO/view>». Acesso em: 25 jul. 2025.

IJUIIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru (SP), v. 7, n. 2, p. 117-137, mai./ago. 2012, ISSN 2236-8000. Disponível em: «<https://drive.google.com/file/d/1kjavyBpwJXp241ktWTIJx7byZt6IZSc7/view?usp=sharing>». Acesso em: 27 dez. 2025.

IJUIIM, Jorge Kanehide. Por que humanizar o jornalismo (?). **Verso e Reverso**, São Leopoldo (RS), v. 31, n. 78, p. 235-243, set./dez. 2017. DOI: 10.4013/ver.2017.31.78.07. Disponível em: «<https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2017.31.78.07/6252>». Acesso em: 4 ago. 2025.

IJUIIM, Jorge Kanehide; SOUZA, Lynara Ojeda. Humanização do jornalismo requer humanização do jornalista. **Pauta Geral: Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 149-166, dez. 2024. DOI: 10.5212/RevistaPautaGera.v.11.24074. Disponível em: «<https://drive.google.com/file/d/10fVg-ckQTJmZuCUq8ubqQ6DKfkVbC6xy/view?usp=sharing>». Acesso em: 27 dez. 2025.

*INTERNATIONAL ADOPTION OF SOUTH KOREAN CHILDREN*. In: WIKIPEDIA, *The Free Encyclopedia*. Flórida (Estados Unidos): *Wikimedia Foundation*, 2026. Disponível em: «[https://en.wikipedia.org/wiki/International\\_adoption\\_of\\_South\\_Korean\\_children](https://en.wikipedia.org/wiki/International_adoption_of_South_Korean_children)». Acesso em: 25 set. 2025.

INTERPOL anuncia mais de 3,7 mil prisões em megaoperação contra tráfico humano; Brasil é citado. **RFI**, Paris (França), 26 jan. 2026. Disponível em: «<https://www.rfi.fr/br/mundo/20260126-interpol-anuncia-mais-de-3-7-mil-prisões-em-megaoperação-contr-trafício-humano-brasil-é-citado>». Acesso em: 26 jan. 2026.

INVESTIGAÇÃO do caso Nicolas aponta para esquema de tráfico de crianças. **Correio de Santa Catarina**, Florianópolis, 8 mai. 2023. Disponível em: «<https://www.correiosc.com.br/investigacao-do-caso-nicolas-aponta-para-esquema-de-trafico-de-criancas/>». Acesso em: 25 jul. 2025.

**IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Estimativa da população no Brasil (1872 até 2024). Brasília: Ipea, [2024]. Disponível em: «<https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=36471&module=M>». Acesso em: 25 jan. 2026.

**IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Histórico das alterações da moeda nacional. Brasília: Ipea, [20--a]. Disponível em: «[https://ipeadata.gov.br/iframe\\_histmoedas.aspx](https://ipeadata.gov.br/iframe_histmoedas.aspx)». Acesso em: 25 jan. 2026.

**IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA): taxa de variação. Brasília: Ipea, [2025]. Disponível em: «<https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?module=m&serid=1410807112&oper=view>». Acesso em: 25 jan. 2026.

**IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Renda/ desigualdade/ coeficiente de Gini. Brasília: Ipea, [20--b]. Disponível em: «<https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37818&module=M>». Acesso em: 25 jan. 2026.

Acesso em: 25 jan. 2026.

JUIZADO de Menores confirma as adoções ilegais. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXIII, n. 19.937, p. 13, 23 jun. 1988, Grande Rio. Disponível em:

«[https://drive.google.com/file/d/1oyxPuoDNqshsQtDaS\\_CaZB8HEREmaJV5/view](https://drive.google.com/file/d/1oyxPuoDNqshsQtDaS_CaZB8HEREmaJV5/view)». Acesso em: 9 mar. 2025.

JUSTIÇA de Israel decide devolver menina Bruna sequestrada aos 4 meses no Brasil. **TV Globo**, Rio de Janeiro, 17 jul. 1988, Globo Repórter. Disponível em: «<https://globoplay.globo.com/v/2365634/>». Acesso em: 1º jun. 2025.

*JUVENILE COURT*. In: **Britannica**. Chicago (EUA): *Britannica Editors*, 3 out. 2023. Disponível em: «<https://www.britannica.com/topic/juvenile-court>». Acesso em: 12 jul. 2025.

LACERDA, Nara. Como era viver no Brasil da inflação descontrolada dos anos 1980? **Brasil de Fato**, São Paulo, 18 ago. 2022. Disponível em:

«<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/18/como-era-viver-no-brasil-da-inflacao-descontrolada-dos-anos-1980/>». Acesso em: 9 nov. 2025.

LANGARO, Fabíola; PRETTO, Zuleica. Experiências de parentalidade como fatores geradores de sofrimento em mulheres. **Fractal: Revista de Psicologia**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 130-138, mai./ago. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/453>. Disponível em:

«<https://www.scielo.br/j/fractal/a/YdCzwY6SrS5BpnSpndwYypE/?format=pdf>». Acesso em: 8 ago. 2025.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letras de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 179–205.

LEAL, Eduardo Martinelli. “Naquela época não se ouvia falar de desaparecido”: família e maternidade na militância do desaparecimento de pessoas no Brasil. **Revista Mana. Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 605–634, set.-dez. 2019. DOI 10.1590/1678-49442019v25n3p605.

Disponível em:

«[https://www.scielo.br/j/mana/a/Xm5bpdvMLpsXytZM7yOmTfm/?format=pdf&lang=pt&utm\\_source=chatgpt.com](https://www.scielo.br/j/mana/a/Xm5bpdvMLpsXytZM7yOmTfm/?format=pdf&lang=pt&utm_source=chatgpt.com)». Acesso em: 2 out. 2025.

LEWKOWICZ, Sérgio. Atenção flutuante focada e desfocada: algumas considerações sobre a escuta analítica. **Revista de Psicanálise da SPPA**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 417-447, 2005. Disponível em:

«<https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/886>». Acesso em: 4 ago. 2025.

LIMA, Samuel Pantoja. Jornalismo e ativismo: ainda cabe falar em “objetividade”, “neutralidade” e “imparcialidade”? **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, ed. 1.148, 27 jul. 2021, Imprensa em Questão. Disponível em:

«<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/jornalismo-e-ativismo-ainda-cabe-falar-em-objetividade-neutralidade-e-imparcialidade/>». Acesso em: 19 out. 2025.

LIMA, Venício A. de. Onde circulam, quem os lê? **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, ed. 549, 4 ago. 2009, Imprensa em Questão. Disponível em:

«<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/onde-circulam-quem-os-le/>». Acesso em: 22 jan. 2026.

LOPES, Boanerges. Por um jornalismo que restabeleça o humanismo pelo diálogo. **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, ed. 1.096, 14 jul. 2020, Tendências no Jornalismo. Disponível em:

«<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/tendencias-no-jornalismo/por-um-jornalismo-que-restabeleca-o-humanismo-pelo-dialogo/>». Acesso em: 14 nov. 2025.

LUPPI, Carlos Alberto. **Malditos frutos do nosso ventre**. São Paulo: Ícone, 1987.

MAGRAMO, Kathleen. Gangues faturam até US\$ 3 trilhões por ano com tráfico humano, diz Interpol. **CNN Brasil**, São Paulo, 28 mar. 2024. Disponível em: «<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/gangues-faturam-ate-us-3-trilhoes-por-ano-com-traffic-humano-diz-interpol/>». Acesso em: 9 nov. 2025.

MALCOLM, Janet. **O jornalista e o assassino**. Tradução: Tomás Rosa Bueno [*The Journalist and the Murderer*]. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

**MANUAL da redação: as normas de escrita e conduta do principal jornal do país**. 22. ed. Barueri (SP): Publifolha, 2021.

MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha? **Revista Desafios do Desenvolvimento**, ano 9, n. 72, p. 56-65, Brasília, 2012. Disponível em: «[https://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios072\\_completa.pdf](https://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios072_completa.pdf)». Acesso em: 19 out. 2025.

MARTINS, Eduardo. **Manual de redação e estilo O Estado de S. Paulo**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

MATTIUSI, Dante; CANABARRO, Manoel; MARKUN, Paulo. Editorial. **Revista Imprensa**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 8, set. 1987. Disponível em: «<https://digital.maven.com.br/pub/revistaimprensa/?numero=1&edicao=3815#page/2>». Acesso em: 9 nov. 2025.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista, o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2002.

MEDINA, Cremilda. Jornalismo e compromisso social: a arte do diálogo e das vozes plurais em Cremilda Medina. [*Entrevista cedida a*] Ana Lúcia Medeiros. **Revista Latinoamericana de Jornalismo**, João Pessoa, ano 4, v. 4, n. 2, p. 193-205, jul./dez. 2017. Disponível em: «<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ancora/article/view/40090/20128>». Acesso em: 27 dez. 2025.

MICK, Jacques (coord.); LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012**. Florianópolis: Insular, 2013.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. 16. reimpr. da 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2007. Disponível em: «[https://drive.google.com/file/d/1dOsX\\_TLKdd6cwURneIO1zJ-1qOmgjPTU/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1dOsX_TLKdd6cwURneIO1zJ-1qOmgjPTU/view?usp=sharing)». Acesso em: 8 jan. 2026.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019. DOI: 10.11606/extraprensa2019.153247. Disponível em: «<https://revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153247/155192>». Acesso em: 12 jul. 2025.

MORTALIDADE infantil ainda é um desafio no Brasil. *In*: **Fundação Abrinq**, São Paulo, 30 abr. 2025. Disponível em: «<https://www.fadc.org.br/noticias/mortalidade-infantil-2025>». Acesso em: 27 dez. 2025.

MORTOS pela aids no Brasil já são 892. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 8.895, p. 15, 19 ago. 1987, Nacional. Disponível em: <[http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274\\_03/102](http://memoria.bn.gov.br/docreader/028274_03/102)>. Acesso em: 25 jul. 2025.

MOTA, Camilla Veras. Ataque à Venezuela lembra invasão ao Iraque, diz ex-subsecretária de Defesa dos EUA. **BBC News Brasil**, Londres (Reino Unido), 4 jan. 2026. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy0518d413do>>. Acesso em: 27 jan. 2026.

MOTTA, Rayssa. Bebê repatriada de Portugal foi vítima de esquema de tráfico internacional para adoção, diz MPF. In: **Blog do Fausto Macedo**, São Paulo, 1º abr. 2025. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/bebe-repatriada-portugal-esquema-trafico-internacional-adoacao/>>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MULHER líder da quadrilha de tráfico de bebês concede entrevista exclusiva. **Record TV**, São Paulo, 14 nov. 2016, Repórter em Ação. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1fzAKNUyTbC9pY4hRxUKwYDccv0At2BSK/view>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

MUNHOZ, Fábio. Quem é a médica presa por sequestrar bebê recém-nascida em MG. **CNN Brasil**, São Paulo, 24 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quem-e-a-medica-presa-por-sequestrar-bebe-recem-nascida-em-mg/>>. Acesso em: 3 jun. 2025.

MUNIZ, Bianca. Brasil registrou 66 desaparecimentos de crianças e adolescentes por dia em 2025. **G1**, Rio de Janeiro, 28 jan. 2026a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/01/28/brasil-registrou-66-desaparecimentos-de-criancas-e-adolescentes-por-dia-em-2025.ghtml>>. Acesso em: 28 jan. 2026.

MUNIZ, Bianca. Registro de pessoas desaparecidas volta a subir e atinge recorde no Brasil em 2025. **G1**, Rio de Janeiro, 28 jan. 2026b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/01/28/registro-de-pessoas-desaparecidas-volta-a-subir-e-atinge-recorde-no-brasil-em-2025.ghtml>>. Acesso em: 28 jan. 2026.

NAS DIRETAS, o salto. **Revista Imprensa**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 36, set. 1987, Entrevista. Disponível em: <<https://digital.maven.com.br/pub/revistaimprensa/?numero=1&edicao=3815#page/36>>. Acesso em: 20 jan. 2026.

NIEMIETZ, César. Redemocratização e imprensa no Brasil: o caso paulista. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 2016, São Cristóvão (SE), **Anais [...]**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12927/2/RedemocratizacaoImprensaBrasil.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2026.

NOLAN, Rachel. *Guatemala's baby brokers: how thousands of children were stolen for adoption*. **The Guardian**, Londres (Reino Unido), 4 jan. 2024, *The Long Read*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/2024/jan/04/guatemalas-baby-brokers-how-tens-of-thousands-of-children-were-stolen-for-adoption>>. Acesso em: 9 nov. 2025.

NOVELA *Salve Jorge* cita série *Órfãos do Brasil* do *Diário Catarinense*. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 nov. 2012. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/11/novela-salve-jorge-cita-serie-orfaos-do-brasil-do-diario-catarinense-3947497.html>>. Acesso em: 11 jan. 2026.

**NOVO Manual da Redação**. São Paulo: *Folha de S.Paulo*, 1992.

O DOCE sabor do Sabra. **Morashá**, São Paulo, dez. 2005, ed. 51. Disponível em: [«https://www.morasha.com.br/israel-hoje/o-doce-sabor-do-sabra.html»](https://www.morasha.com.br/israel-hoje/o-doce-sabor-do-sabra.html). Acesso em: 3 abr. 2025.

O QUE significa a expressão “boi de piranha”? **Terra**, São Paulo, *s.d.*. Disponível em: [«https://www.terra.com.br/noticias/educacao/voce-sabia/o-que-significa-a-expressao-boi-de-piranha.9afccb0f8f70f0018f756c348d1b4f452vzon91v.html»](https://www.terra.com.br/noticias/educacao/voce-sabia/o-que-significa-a-expressao-boi-de-piranha.9afccb0f8f70f0018f756c348d1b4f452vzon91v.html). Acesso em: 12 jul. 2025.

O TRÁFICO: US\$ 7 mil foi um preço barato. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXI, n. 19.131, 3 abr. 1986, p. 7, Grande Rio. Disponível em: [«https://drive.google.com/file/d/1y2PyYrHtyjNyfBFEjvtAhttQU3MnEjnz/view»](https://drive.google.com/file/d/1y2PyYrHtyjNyfBFEjvtAhttQU3MnEjnz/view). Acesso em: 22 jul. 2025.

**OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA**. *O ombudsman na imprensa brasileira – 1: Caio Túlio Costa e Vera Guimarães Martins* (vídeo). Rio de Janeiro, 19 ago. 2014. Disponível em: [«https://www.observatoriodaimprensa.com.br/videos/o-ombudsman-na-imprensa-brasileira-ndash-1-1/»](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/videos/o-ombudsman-na-imprensa-brasileira-ndash-1-1/). Acesso em: 14 nov. 2025.

OLIVEIRA, Elza. Falsa advogada promove adoção de crianças por casais estrangeiros. **O Globo**, ano LIX, n. 18.386, 11 mar. 1984, O País, p. 8. Disponível em: [«https://drive.google.com/file/d/17Vbh3rjGbQ2WmOO-POOYLWjSLnfiIj6/view»](https://drive.google.com/file/d/17Vbh3rjGbQ2WmOO-POOYLWjSLnfiIj6/view). Acesso em: 22 jan. 2025.

*OMBUDSMAN*. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP)**. Lisboa (Portugal): Priberam, 2025. Disponível em: [«https://dicionario.priberam.org/ombudsman»](https://dicionario.priberam.org/ombudsman). Acesso em: 12 jul. 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Population Data Portal**. Nova York (Estados Unidos): *Department of Economic and Social Affairs, Population Division*, [2025?]. Disponível em: [«https://population.un.org/dataportal»](https://population.un.org/dataportal). Acesso em: 25 jan. 2026.

OPENAI. ChatGPT. Versão GPT-5.2. *Chat sobre concepção visual e geração de imagens para site de cunho informativo-acadêmico, janeiro de 2026*<sup>180</sup>. Disponível em: [«https://chat.openai.com/»](https://chat.openai.com/). Acesso em: 24 jan. 2026.

PARANÁ, grande celeiro de bebês. **Correio de Notícias**, Curitiba, ano V, n. 1.401, p. 7, 23 fev. 1986. Disponível em: [«http://memoria.bn.gov.br/docreader/325538\\_01/10453»](http://memoria.bn.gov.br/docreader/325538_01/10453). Acesso em: 25 jul. 2025.

PEDRO, Gabrielle. Caso Nicolas chama a atenção para a adoção ilegal de crianças: pena é de até 6 anos. **R7**, São Paulo, 12 mai. 2024. Disponível em: [«https://noticias.r7.com/sao-paulo/caso-nicolas-chama-a-atencao-para-a-adocao-ilegal-de-criancas-pena-e-de-ate-6-anos-12052023/»](https://noticias.r7.com/sao-paulo/caso-nicolas-chama-a-atencao-para-a-adocao-ilegal-de-criancas-pena-e-de-ate-6-anos-12052023/). Acesso em: 9 nov. 2025.

PEIXOTO, Clarissa. Objetividade, subjetividade e práxis jornalística. **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, ed. 1.318, 12 dez. 2024, Objethos. Disponível em: [«https://www.observatoriodaimprensa.com.br/objethos/objetividade-subjetividade-e-praxis-jornalistica/»](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/objethos/objetividade-subjetividade-e-praxis-jornalistica/). Acesso em: 14 nov. 2025.

PEIXOTO, Fernanda. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara (SP), v. 3, n. 4, p. 31-42, 1998. Disponível em: [«https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/904/859»](https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/904/859). Acesso em: 12 ago. 2025.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2025.

---

<sup>180</sup> Utilizadas no *site* que acompanha a dissertação, disponível em: [«https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/»](https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/).

PERES, Ana Cláudia. Jornalismo de teor testemunhal. In: ARRUDA, Agnes; SOSTER, Demétrio de Azeredo; ROVIDA, Mara (orgs.). **Dicionário brasileiro de narrativas midiáticas**. Alumínio (SP): CLEA Editorial, 2025, p. 123-125. Disponível em: [«https://www.academia.edu/144725678/Dicion%C3%A1rio\\_brasileiro\\_de\\_narrativas\\_midi%C3%A1ticas»](https://www.academia.edu/144725678/Dicion%C3%A1rio_brasileiro_de_narrativas_midi%C3%A1ticas). Acesso em: 6 jan. 2026.

PIÑEDA, Naomi Larsson. *She was told her babies were dead. Instead they were sold abroad. What happened when she met them 40 years on?* **The Guardian**, Londres (Reino Unido), 27 abr. 2024. Disponível em: [«https://www.theguardian.com/society/2024/apr/27/chile-forced-adoption-scandal»](https://www.theguardian.com/society/2024/apr/27/chile-forced-adoption-scandal). Acesso em: 9 nov. 2025.

PODER360. **Jornais no Brasil**. Brasília, [2025?]. Disponível em: [«https://static.poder360.com.br/2023/12/circulacao-jornais-IVC-nov2023.pdf»](https://static.poder360.com.br/2023/12/circulacao-jornais-IVC-nov2023.pdf). Acesso em: 4 ago. 2025.

PORTO, Renan. Exclusivo: grupos de adoção nas redes viram “mercado de bebês”. **Metrópoles**, Brasília, 29 mai. 2023a. Disponível em: [«https://www.metropoles.com/sao-paulo/exclusivo-grupos-de-adocao-nas-redes-viram-mercado-de-bebes»](https://www.metropoles.com/sao-paulo/exclusivo-grupos-de-adocao-nas-redes-viram-mercado-de-bebes). Acesso em: 6 abr. 2025.

PORTO, Renan. No WhatsApp, mãe que entregou bebê mostra desespero: “Culpa não passa”. **Metrópoles**, Brasília, 13 mai. 2023b. Disponível em: [«https://www.metropoles.com/sao-paulo/em-conversa-mae-que-entregou-bebe-mostra-deseperro-culpa-na-o-passa»](https://www.metropoles.com/sao-paulo/em-conversa-mae-que-entregou-bebe-mostra-deseperro-culpa-na-o-passa). Acesso em: 9 nov. 2025.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães (orgs.). **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RÁDIO NOVELO APRESENTA: Importação e exportação: o que acontece quando vidas passam pela alfândega [ep. 20]. Locução de: Rogério Galindo e Felipe Aníbal. Rio de Janeiro: **Rádio Novelo**, 6 abr. 2023 (1 episódio de 01:09’03”). Disponível em: [«https://radionovelo.com.br/originais/apresenta/importacao-e-exportacao/#»](https://radionovelo.com.br/originais/apresenta/importacao-e-exportacao/#). Acesso em: 27 jan. 2025

RAMOS, Giovanni; MOSER, Magali. O triste fim dos três grandes jornais catarinenses. **Observatório da Imprensa**, Rio de Janeiro, ed. 1.243, 20 jun. 2023, Jornalismo. Disponível em: [«https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo/o-triste-fim-dos-tres-grandes-jornais-catarinenses/»](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornalismo/o-triste-fim-dos-tres-grandes-jornais-catarinenses/). Acesso em: 5 nov. 2025.

REELEITO, Obama diz que volta à Casa Branca mais determinado e inspirado. **G1**, Rio de Janeiro, 7 nov. 2012. Disponível em: [«https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2012/noticia/2012/11/reeleito-obama-diz-que-volta-casa-branca-mais-determinado-e-inspirado.html»](https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2012/noticia/2012/11/reeleito-obama-diz-que-volta-casa-branca-mais-determinado-e-inspirado.html). Acesso em: 3 jun. 2025.

RELATÓRIO global do UNODC sobre tráfico de pessoas: número de vítimas detectadas aumenta 25%, com mais crianças exploradas e casos de trabalho análogo à escravidão em alta. In: **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime no Brasil**, Viena (Áustria), 11 dez. 2024. Disponível em: [«https://www.unodc.org/cofrb/pt/noticias/2024/12/relatrio-global-do-unodc-sobre-trfco-de-pessoas\\_-nmero-de-vtimas-detectadas-aumenta-25--com-mais-crianas-exploradas-e-casos-de-trabalho-anlogo--escravido-em-alta.html»](https://www.unodc.org/cofrb/pt/noticias/2024/12/relatrio-global-do-unodc-sobre-trfco-de-pessoas_-nmero-de-vtimas-detectadas-aumenta-25--com-mais-crianas-exploradas-e-casos-de-trabalho-anlogo--escravido-em-alta.html). Acesso em: 11 dez. 2025.

RELEMBRE novelas que abordaram temas sociais em suas tramas. **GShow**, Rio de Janeiro, 19 dez. 2021. Disponível em: [«https://gshow.globo.com/novelas/mundo-de-novela/noticia/relembre-novelas-que-abordaram-temas-sociais-em-suas-tramas.ghtml»](https://gshow.globo.com/novelas/mundo-de-novela/noticia/relembre-novelas-que-abordaram-temas-sociais-em-suas-tramas.ghtml). Acesso em: 25 jul. 2025.

REPORTAGEM do *Diário Catarinense* sobre o tráfico de crianças inspira personagens na novela *Salve Jorge* da Rede Globo. **Acontecendo Aqui**, Florianópolis, 22 out. 2012. Disponível em: [«https://acontecedoaqui.com.br/comunicacao/reportagem-do-diario-catarinense-sobre-o-traffic-de-criancas-inspira-personagens-na/»](https://acontecedoaqui.com.br/comunicacao/reportagem-do-diario-catarinense-sobre-o-traffic-de-criancas-inspira-personagens-na/). Acesso em: 11 jan. 2026.

RIBEIRO, Jorge Claudio. **Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.

RIZZINI, Irene. A crônica cegueira de uma nação. In: LUPPI, Carlos Alberto. **Malditos frutos do nosso ventre**. São Paulo: Ícone, 1987, p. 18-19.

ROVIDA, Mara. A pesquisa de campo na comunicação: a pesquisa etnográfica nos estudos e práticas socioculturais. In: DRIGO, Maria Ogécia; MARTINEZ, Monica (orgs). **Experiências com pesquisas em comunicação**. Sorocaba (SP): Eduniso, 2023, p. 127-156. Disponível em: [«https://drive.google.com/file/d/1bq04dKDSRlye54ak75sxIKTZ1qup2DrB/view?usp=sharing»](https://drive.google.com/file/d/1bq04dKDSRlye54ak75sxIKTZ1qup2DrB/view?usp=sharing). Acesso em: 8 abr. 2025.

ROVIDA, Mara Ferreira. **Jornalismo em trânsito – o diálogo social solidário no espaço urbano**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: [«https://drive.google.com/file/d/11-vvhoucpMgk42JC4Sye7epGMM57Ns9E/view?usp=sharing»](https://drive.google.com/file/d/11-vvhoucpMgk42JC4Sye7epGMM57Ns9E/view?usp=sharing). Acesso em: 8 ago. 2025.

ROVIDA, Mara Ferreira. Jornalistas e cientistas – experiências em diálogo na pesquisa comunicacional. In: BIANCHI, Graziela Soares; WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani (orgs). **Saberes e fazeres de gênero: trajetórias investigativas em Jornalismo**. São Paulo: Ria Editorial, 2025, p. 39-66. Disponível em: [«https://indd.adobe.com/view/publication/6c6873b1-7160-4c67-ac27-ea6a364133da/1/publication-web-resources/pdf/Saberes\\_e\\_fazeres\\_de\\_genero.pdf»](https://indd.adobe.com/view/publication/6c6873b1-7160-4c67-ac27-ea6a364133da/1/publication-web-resources/pdf/Saberes_e_fazeres_de_genero.pdf). Acesso em: 8 abr. 2025.

SALEME, Isabelle. Criança desaparecida em SC teria sido entregue pela mãe à mulher que foi presa. **CNN Brasil**, São Paulo, 9 mai. 2023. Disponível em: [«https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/crianca-desaparecida-em-sc-teria-sido-entregue-pela-mae-a-mulher-que-foi-presa/»](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/crianca-desaparecida-em-sc-teria-sido-entregue-pela-mae-a-mulher-que-foi-presa/). Acesso em: 13 jun. 2025.

*SALVE JORGE*: Chen Levy acredita que conhecer os pais biológicos será encerrar um ciclo [ep. 59]. Autoria de: Gloria Perez. Direção de: Luciano Sabino, Alexandre Klemperer, Adriano Melo, João Boltshausen e João Paulo Jabur. Rio de Janeiro: **TV Globo**, 28 dez. 2012a (1 capítulo de 01'38"). Disponível em: [«https://globoplay.globo.com/v/2318170/»](https://globoplay.globo.com/v/2318170/). Acesso em: 27 dez. 2025.

*SALVE JORGE*: Chen Levy Gavillon busca informações sobre sua família [ep. 34]. Autoria de: Gloria Perez. Direção de: Luciano Sabino, Alexandre Klemperer, Adriano Melo, João Boltshausen e João Paulo Jabur. Rio de Janeiro: **TV Globo**, 29 nov. 2012b (1 capítulo de 00'53"). Disponível em: [«https://globoplay.globo.com/v/2303188/»](https://globoplay.globo.com/v/2303188/). Acesso em: 27 dez. 2025.

*SALVE JORGE*: Chen Levy se emociona ao pensar no encontro com a família [ep. 26]. Autoria de: Gloria Perez. Direção de: Luciano Sabino, Alexandre Klemperer, Adriano Melo, João Boltshausen e João Paulo Jabur. Rio de Janeiro: **TV Globo**, 20 nov. 2012c (1 capítulo de 01'09"). Disponível em: [«https://globoplay.globo.com/v/2303187/»](https://globoplay.globo.com/v/2303187/). Acesso em: 27 dez. 2025.

*SALVE Jorge* está entre as produções mais assistidas do Globoplay; confira curiosidades da novela. **GShow**, Rio de Janeiro, 29 fev. 2024. Disponível em: [«https://gshow.globo.com/novelas/mundo-de-novela/noticia/salve-jorge-esta-entre-as-producoes-mais-assistidas-do-globoplay-confira-curiosidades-da-novela.ghtml»](https://gshow.globo.com/novelas/mundo-de-novela/noticia/salve-jorge-esta-entre-as-producoes-mais-assistidas-do-globoplay-confira-curiosidades-da-novela.ghtml). Acesso em: 20 jul. 2025.

SANTIAGO, Anna Luiza. *Salve Jorge* vira o conteúdo de ficção mais visto na TV paga de Lisboa. *In: Play*, Rio de Janeiro, 27 jul. 2025. Disponível em: [«https://oglobo.globo.com/play/novelas/noticia/2025/07/25/salve-jorge-vira-o-conteudo-de-ficcao-mais-visto-na-tv-paga-de-lisboa.ghtml»](https://oglobo.globo.com/play/novelas/noticia/2025/07/25/salve-jorge-vira-o-conteudo-de-ficcao-mais-visto-na-tv-paga-de-lisboa.ghtml). Acesso em: 20 jul. 2025.

SCHOLZ, Cley. A mais antiga *Remington* do Brasil. *In: Blog do Acervo Estadão*, São Paulo, 7 ago. 2010. Disponível em: [«https://www.estadao.com.br/reclames-do-estado/a-remington-mais-antiga-do-brasil»](https://www.estadao.com.br/reclames-do-estado/a-remington-mais-antiga-do-brasil). Acesso em: 8 jul. 2025.

SEM LIBERAR barriga de aluguel, CFM permite que mulher sem parentesco com quem tenta reprodução assistida seja opção para gestação de filho. **G1**, Rio de Janeiro, 20 set. 2022. Disponível em: [«https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/09/20/sem-liberar-barriga-de-aluguel-cfm-permite-que-mulher-sem-parentesco-com-quem-tenta-reproducao-assistida-seja-opcao-para-gestacao-de-filho.ghtml»](https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/09/20/sem-liberar-barriga-de-aluguel-cfm-permite-que-mulher-sem-parentesco-com-quem-tenta-reproducao-assistida-seja-opcao-para-gestacao-de-filho.ghtml). Acesso em: 9 nov. 2025.

SENRA, Ricardo. Após reencontrar irmão, catarinense ajuda a buscar mais de 10 mil desaparecidos. **BBC News Brasil**, Londres (Reino Unido), 27 jul. 2015. Disponível em: [«https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150714\\_salasocial\\_mapa\\_desaparecidos\\_rs»](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150714_salasocial_mapa_desaparecidos_rs). Acesso em: 8 nov. 2025.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Leitor vai contar com um procurador. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 set. 1989, ano 69, n. 22.088, p. A-7, Política. Disponível em: [«https://acervo.folha.com.br/digital/leitor\\_do?numero=10730&anchor=4908731&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=3f50253947f070069d6dbce90d7d6056»](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor_do?numero=10730&anchor=4908731&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=3f50253947f070069d6dbce90d7d6056). Acesso em: 14 nov. 2025.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil dias, seis mil dias depois**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2005.

SILVEIRA, Matilde. Ulysses, o ‘Senhor Diretas’, seis décadas de protagonismo na política brasileira. *In: Blog Acervo O Globo*, Rio de Janeiro, 4 out. 2016. Disponível em: [«https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/ulysses-senhor-diretas-seis-decadas-de-protagonismo-na-politica-brasileira-20236265»](https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/ulysses-senhor-diretas-seis-decadas-de-protagonismo-na-politica-brasileira-20236265). Acesso em: 8 jul. 2025.

SIMÕES, Rogério. O que foi e como terminou a Primavera Árabe? **BBC News Brasil**, Rio de Janeiro, 20 fev. 2021. Disponível em: [«https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502»](https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502). Acesso em: 3 jun. 2025.

SOEJIMA, Carolina Santos; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. O que leva uma mãe a abandonar um filho? **Aletheia**, Canoas (RS), v. 28, p. 174-187, jul.-dez. 2008. ISSN 1413-0394. Disponível em: [«https://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n28/n28a14.pdf»](https://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n28/n28a14.pdf). Acesso em: 27 dez. 2025.

SOUSA, Thaís. Aisha da vida real faz campanha para encontrar mãe biológica. **Extra**, Rio de Janeiro, 12 abr. 2013. Disponível em: [«https://extra.globo.com/noticias/brasil/aisha-da-vida-real-faz-campanha-para-encontrar-mae-biologica-8091823.html»](https://extra.globo.com/noticias/brasil/aisha-da-vida-real-faz-campanha-para-encontrar-mae-biologica-8091823.html). Acesso em: 3 jun. 2025.

SOUZA, Roberta de. Juizado de Menores faz 100 anos com o desafio de conseguir um lar para 1.597 crianças no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jul. 2023. Disponível em:

«<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/07/17/juizado-de-menores-faz-100-anos-com-o-desafio-que-c onseguir-um-lar-para-1597-criancas-no-rio.ghtml>». Acesso em: 9 mar. 2025.

*SPACE SHUTTLE COLUMBIA*. In: WIKIPEDIA, *The Free Encyclopedia*. Flórida (Estados Unidos): *Wikimedia Foundation*, 2026. Disponível em: «[https://en.wikipedia.org/wiki/Space\\_Shuttle\\_Columbia](https://en.wikipedia.org/wiki/Space_Shuttle_Columbia)». Acesso em: 25 jan. 2026.

SPONHOLZ, Liriam. Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 10, n. 21, p. 110-120, abr. 2003. ISSN: 1980-3729 *online*. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2003.21.3219>. Disponível em: «<https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/3219/2483>». Acesso em: 5 jan. 2026.

STEFANELLI, Ricardo. Conexão Israel. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 5 ago. 2012, ano 27, n. 9.604. Diário da Redação (editorial), p. 15. Disponível em: «<https://drive.google.com/file/d/11G4OELGh2YmntSTOBQ1PWutkigbBJAZV/view?usp=sharing>». Acesso em: 1º jun. 2025.

STRAUCH, Eliezer. Arlete Hilú, empresária eficiente e bem sucedida. **O Globo**, ano LIX, n. 18.386, 11 mar. 1984, O País, p. 8. Disponível em: «<https://drive.google.com/file/d/17Vbh3rjGbQ2WmOO-POOYLWjSLnfiIj6/view>». Acesso em: 22 jan. 2025.

SUPREMO decide que é inconstitucional a exigência de diploma para o exercício do jornalismo. In: **Portal STF**, Brasília, 17 jun 2009. Disponível em: «<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717&ori=1>». Acesso em: 27 dez. 2025.

SZWARCWALD, Célia Landmann; CASTILHO, Euclides Ayres de. Estimativas da mortalidade infantil no Brasil, década de oitenta: proposta de procedimento metodológico. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 6, p. 451-462, dez. 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101995000600006>. Disponível em: «<https://www.scielo.br/j/rsp/a/xjgBQvLqYYSH7BJ3fzNB6MB/?lang=pt>». Acesso em: 27 dez. 2025.

*THE BABY Trade/Selling Brazilian Babies for Profit*. **Independent Central TV (ITV)**, Londres (Reino Unido), 24 abr. 1988, *The Cook Report*, versão traduzida e legendada pelo autor Disponível em: «[https://drive.google.com/file/d/10m9kWXan6IoiLtEFYDxh4rqNphxuinMy/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/10m9kWXan6IoiLtEFYDxh4rqNphxuinMy/view?usp=drive_link)». Acesso em: 1º jun. 2025.

TONDO, Lorenzo; BASSO, Elena; JONES, Sam. *Adopted by their parents' enemies: tracing the stolen children of Argentina's 'dirty war'*. **The Guardian**, Londres (Reino Unido), 16 jan. 2023. Disponível em: «<https://www.theguardian.com/global-development/2023/jan/16/tracing-stolen-children-of-argentina-dirty-war>». Acesso em: 9 nov. 2025.

TONET, Carlos. Uma obra inacabada. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano 27, n. 9.611, 12 ago. 2012. Geral, p. 31. Disponível em: «[https://drive.google.com/file/d/1V4EVC1wsauHXnao\\_G4kUF4aKg\\_fOU84L/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1V4EVC1wsauHXnao_G4kUF4aKg_fOU84L/view?usp=sharing)». Acesso em: 5 jan. 2026.

TORRES, Ana Carolina Fróes; SILVA, Banivaldo Valber de Oliveira; SANTOS, Daniela Alves dos *et al.* Destituição do poder familiar. **Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 14, p. 219-222, out. 2012. ISSN 1980-1785. Disponível em: «<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/536/261>». Acesso em: 8 ago. 2025.

TOUEG, Gabriel. Israelense adotada no Brasil nos anos 1980 busca os pais biológicos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 133, n. 43.503, 25 nov. 2012. Vida, p. A30. Disponível em: «<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20121125-43503-nac-28-ger-a30-not/tela/fullscreen>». Acesso em: 12 jan. 2025.

TOUEG, Gabriel. Morre Arlete Hilú, líder de esquema de tráfico de bebês nos anos 1980. **UOL Notícias**, São Paulo, 20 abr. 2024a. Disponível em: «<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/04/20/arlete-hilu-traffic-bebes.htm>». Acesso em: 12 jan. 2025.

TOUEG, Gabriel. Morreu a maior traficante de bebês de todos os tempos – e eu com isso? *In*: **Blog Gabriel Toueg**. São Paulo, 20 abr. 2024b. Disponível em: «<https://www.gabrieloueg.com.br/post/morreu-a-maior-trafficante-de-beb%C3%AAs-de-todos-os-tempos-e-eu-com-isso>». Acesso em: 12 jan. 2025.

TOUEG, Gabriel. O deboche da mulher que integrou uma quadrilha de tráfico de bebês. *In*: **Blog Gabriel Toueg**. São Paulo, 20 dez. 2016. Disponível em: «<https://gabrieloueg.wordpress.com/2016/12/20/o-deboche-da-mulher-que-integrou-uma-quadrilha-de-traffic-de-bebes/>». Acesso em: 12 jan. 2025.

TOUEG, Gabriel. Tráfico de bebês: nos anos 1980, milhares foram adotados ilegalmente fora do Brasil. **MigraMundo**, 11 mar. 2024c. Disponível em: «<https://migramundo.com/traffic-de-bebes-nos-anos-1980-milhares-foram-adotados-ilegalmente-fora-do-brasil>». Acesso em: 23 abr. 2025.

TOUEG, Gabriel Mallet. A mulher jornalista na cobertura de polícia e crime na década de 1980: um olhar sobre o período a partir de memórias e narrativas de duas profissionais. *In*: XVII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO (ALAIC), 2024, Bauru (SP). **Anais [...]**. Bauru: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2024c, p. 2626–2629. Tema: Comunicação política, direitos de comunicação e gênero. Disponível em: «<https://alaic.org/wp-content/uploads/2025/02/ANAIS-ALAIC-2024.pdf>». Acesso em: 1º jun. 2025.

TOUEG, Gabriel Mallet; ROVIDA, Mara Ferreira. Caso Bruna: a (falta de) ética e o sensacionalismo na cobertura do tráfico de bebês nos anos 1980. *In*: 27º SEMINÁRIO DE INVERNO DE ESTUDOS EM COMUNICAÇÃO, 3 a 7 jun. 2024, Ponta Grossa (PR). **Anais [...]**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2024, p. 222–233. Disponível em: «<https://www2.uepg.br/ppgior/wp-content/uploads/sites/26/2025/03/Seminario-de-Inverno.pdf>». Acesso em: 1º jun. 2025.

TRÁFICO de bebês, 25 anos depois: as feridas de quem foi vendido. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano 27, n. 9.604, 5 ago. 2012, capa. Disponível em: «<https://drive.google.com/file/d/11G4OELGh2YmntSTOBQ1PWutkigbBJAZV/view?usp=sharing>». Acesso em: 22 jul. 2025.

TRÁFICO de bebê para Portugal: entenda como criança foi levada a país europeu e andamento das investigações. **G1**, Campinas, SP, 26 mar. 2025. Disponível em: «<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2025/03/26/traffic-de-bebe-para-portugal-entenda-com-o-estao-as-investigacoes-e-o-acolhimento-da-crianca-no-brasil.ghtml>». Acesso em: 24 mai. 2025.

TRÁFICO humano é terceira atividade ilegal mais lucrativa do mundo. *In*: **ONU News**, Nova York (EUA), 20 out. 2023. Disponível em: «<https://news.un.org/pt/story/2023/10/1822172>». Acesso em: 11 dez. 2025.

UM ESCÂNDALO que assombrou o país. **Diário Catarinense**, Florianópolis, ano 27, n. 9.604, 5 ago. 2012. Geral, p. 36. Disponível em: [«https://drive.google.com/file/d/11G4OELGh2YmntSTOBQ1PWutkigbBJAZV/view?usp=sharing»](https://drive.google.com/file/d/11G4OELGh2YmntSTOBQ1PWutkigbBJAZV/view?usp=sharing). Acesso em: 1º jun. 2025.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *The State of the World's Children 1987*. Nova York (EUA), 1987. Disponível em: [«https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210597333/read»](https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210597333/read). Acesso em: 17 nov. 2025.

UNODC – ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME. *8 facts you need to know about human trafficking in the 21st century*. Viena, 8 mai. 2024. Disponível em: [«https://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2024/May/8-facts-you-need-to-know-about-human-trafficking-in-the-21st-century.html»](https://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2024/May/8-facts-you-need-to-know-about-human-trafficking-in-the-21st-century.html). Acesso em: 14 jan. 2026.

VALE TUDO: 177. Capítulo 177 [ep. 177]. Autoria de: Gilberto Braga, Aguinaldo Silva e Leonor Bassères. Direção-geral de: Dennis Carvalho. Rio de Janeiro: **TV Globo**, 9 jan. 1988 (1 capítulo de 40'12"). Disponível em: [«https://globoplay.globo.com/v/7980772/»](https://globoplay.globo.com/v/7980772/). Acesso em: 27 dez. 2025.

VILLAMÉA, Luiza. Revolução tecnológica e reviravolta política. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 249–267.

WANG, Irene. Japão: Terremoto e tsunami de 2011 completam 14 anos nesta terça-feira (11). **CNN Brasil**, São Paulo, 11 mar. 2025. Disponível em: [«https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/japao-terremoto-e-tsunami-de-2011-completam-14-anos-nesta-terca-feira-11/»](https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/japao-terremoto-e-tsunami-de-2011-completam-14-anos-nesta-terca-feira-11/). Acesso em: 3 jun. 2025.

WESTIN, Ricardo. Aids chegou ao Brasil há 40 anos e trouxe terror, preconceito e desinformação. In: **Agência Senado**, Brasília, 2 jun. 2023. Disponível em: [«https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/aids-chegou-ao-brasil-ha-40-anos-e-trouxe-terror-preconceito-e-desinformacao»](https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/aids-chegou-ao-brasil-ha-40-anos-e-trouxe-terror-preconceito-e-desinformacao). Acesso em: 15 nov. 2025.

WESTIN, Ricardo. Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920. In: **Agência Senado**, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: [«https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920»](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920). Acesso em: 15 nov. 2025.

## APÊNDICE – Ensaio do autor

### “Meu” jornalismo investigativo na pesquisa sobre o tráfico de bebês<sup>181</sup>

Gabriel Toueg

O jornalismo investigativo reside, em grande parte, na banalidade do cotidiano. Não raro, é fruto de acaso e de sorte. Localiza-se bem longe dos terminais e do ar condicionado das redações. A máxima de que “jornalista precisa gastar sola de sapato” pertence sobretudo à prática do jornalismo investigativo — e aqui importa pouco o incansável debate em relação a todo jornalismo ser investigativo ou se “investigativo” é uma “categoria” do jornalismo. Quem deseja contar boas histórias – e fazê-lo bem – precisa bater perna. É clichê, mas também é verdade. O jornalismo investigativo<sup>182</sup> pode acontecer a partir das mais mundanas situações, como uma consulta médica, uma conversa com a própria mãe ou uma conversa de bar. Como se verá adiante, nenhum destes exemplos é aleatório.

Em 1983, a jornalista Elza Oliveira, que escrevia de Curitiba para o jornal *O Globo*, estava numa consulta de rotina com seu ginecologista quando ouviu dele uma dica, conforme ela relatou em entrevista a um podcast em 2023:

Eu fui ao ginecologista [...] e ele [era] diretor clínico da [...] Santa Brígida [...], uma das grandes maternidades aqui de Curitiba. Ele sabia da minha condição de jornalista, e falou: “Olha, Elza, tá acontecendo uma coisa engraçada lá no hospital, eu queria te contar, de repente vale a pena você dar uma investigada”. E aí ele me contou a seguinte história: quando as mães manifestavam a intenção de doar os filhos que nasciam no hospital, essas crianças eram deixadas no berçário do hospital até que o Juizado de Menores indicasse pais adotivos, e esses pais [adotivos] é que iam retirar essas crianças do hospital. [...] “E de uns meses pra cá” [...] “assim que uma mãe declara que não quer levar a criança pra casa, 48 horas depois do nascimento da criança, uma assistente social do Juizado de Menores já chega no berçário do hospital e leva embora essa criança” (Rádio Novelo Apresenta, 2023).

O médico de Elza estranhara porque era pouco tempo para tudo aquilo acontecer. Ao seguir a dica que recebeu no consultório, a jornalista acabaria descobrindo que acontecia, nos bastidores da maternidade, um organizado esquema

<sup>181</sup> Uma primeira versão deste ensaio foi elaborada na disciplina *Comunicação, cultura e arte*, sob responsabilidade da profa. dra. Míriam Cristina Carlos Silva (semestre 2025.1). Também compõe a entrega a apresentação realizada em sala de aula em 17 jun. 2025 e disponível em: [«https://www.canva.com/design/DAGqhOfSoWI/9zIExpAnn6WAlz4nicOfIQ/»](https://www.canva.com/design/DAGqhOfSoWI/9zIExpAnn6WAlz4nicOfIQ/).

<sup>182</sup> A partir daqui e em todo o texto, usa-se “jornalismo investigativo” (ou JI) em referência à prática do jornalismo investigativo mas também ao conjunto de atividades que a prática engloba (a “investigação”), do primeiro contato com o tema até a escrita do texto, por exemplo, passando pela investigação em si, contato com fontes, checagem de informações, levantamento de dados e documentos, confronto de informações etc. Quando escreve-se que “o jornalismo investigativo aconteceu...”, é a este conjunto de atividades que se refere.

de tráfico de bebês para o exterior. Com a informação em mãos, ela foi ao Juizado de Menores e ouviu algo inusitado de um funcionário: o órgão mantinha um “berçário” num endereço perto da maternidade, num edifício residencial da capital paranaense. Ela foi até o local, como relatou na entrevista de 2023:

Era um apartamento normal. Eu fiquei na sala [...] e no que seria a parte interna do apartamento, tinha uma placa dizendo “Proibida a entrada de pessoas estranhas” – coisa esquisita pra uma casa normal, né? [...] [A mulher que abriu a porta] disse que naquele momento não tinha nenhuma criança ali, que a irmã dela realmente tinha feito um trabalho de cuidar de algumas crianças pro Juizado, mas que não era nada – uma conversa meio estranha. Logo em seguida, chegou [uma] menina, [que] virou pra mim [...] e falou: “Ah, você que veio pegar o neném? A minha mãe chama ele de Bruno, porque ele não tem nome ainda”. A tia virou pra ela e falou [...]: “Mas não tem nenhuma criança aqui, sua boba, a única criança que tem aqui é você”. Daí ficou aquele clima meio esquisito (Rádio Novelo Apresenta, 2023).

Meses depois, sem avançar na pesquisa, Elza foi procurada por Eliezer Strauch, que à época era correspondente em Tel Aviv, Israel, do mesmo jornal em que ela trabalhava. Ele contou que crianças curitibanas vinham sendo adotadas aos montes por casais israelenses. Strauch aproveitaria suas férias no Brasil para visitar a capital do Paraná e investigar a história. “O Eliezer tinha levantado que, num só mês, fevereiro de 1984, 19 crianças brasileiras tinham sido adotadas por israelenses. Não era normal esse número”, relatou Elza em 2023. Os dois passaram a investigar a história juntos – Eliezer foi com a esposa ao Juizado de Menores em Curitiba e se passaram por um casal israelense interessado em adotar uma criança. Lá, foram orientados: “Tem uma pessoa que colabora muito com o Juizado e que tem todas as condições de ajudar”. A pessoa era Arlete Hilú. Strauch foi conhecê-la.

Num domingo de março de 1984, a dupla publicou um furo de reportagem no jornal *O Globo*: “Falsa advogada promove adoção de crianças por casais estrangeiros” (Oliveira, 1984). Strauch assinava uma “sub”<sup>183</sup> com um perfil da mulher: “Arlete Hilú, empresária eficiente e bem sucedida” (Strauch, 1984). Outras matérias indicavam a rotina dos casais estrangeiros à espera dos documentos para sair do Brasil e medidas adotadas por hospitais para “evitar as doações”.

\* \* \*

---

<sup>183</sup> “Também chamado no jargão jornalístico de “sub-retranca”, “[t]exto complementar, editado logo abaixo de uma matéria, ou diagramado no meio das colunas do texto principal. Seu título, geralmente em corpo menor do que o corpo do título principal, costuma ligar-se com este por uma nítida relação de conteúdo” (Rabaça; Barbosa, 2001, p. 698a).

A dica materna veio décadas depois. Em 2011, Amanda Boldeke, criadora de uma ONG que ajudava pessoas com parentes desaparecidos, contou para a filha, Mônica Foltran, que muitos jovens israelenses estavam entrando em contato com a ONG para tentar encontrar suas famílias biológicas — no Brasil. Aqueles bebês levados de Curitiba nos anos 1980, tema das matérias de Elza Oliveira e Eliezer Strauch no jornal *O Globo*, agora eram jovens com 25 anos, mais ou menos, cheios de perguntas e munidos de documentos que, em geral, eram falsos.

A história que Mônica ouviu de sua mãe foi o ponto de partida para a investigação que ela conduziu ao longo de meses e que, em agosto de 2012, viraria a série de reportagens *Órfãos do Brasil*, publicada ao longo de 10 dias pelo jornal *Diário Catarinense*<sup>184</sup> (Tráfico [...], 2012). Para a investigação, Mônica bateu perna e gastou sola: percorreu salas empoeiradas de cartórios e repartições públicas, descobriu nomes de pessoas vitimadas pelo tráfico de bebês de décadas antes, bateu na porta delas e obteve entrevistas, e viajou até Israel, onde pôde conversar com aqueles jovens que haviam entrado em contato com a mãe da jornalista.

No caso da repórter catarinense, a prática do jornalismo investigativo veio de uma dica que ela ouviu “em casa”, mas virou matéria quando seu editor acreditou na história – como ela conta, os olhos do chefe brilharam ao ouvir os detalhes. O editor, prática rara mas necessária no jornalismo investigativo, tirou Mônica da rotina diária da redação e permitiu que ela se dedicasse exclusivamente à pesquisa sobre os jovens israelenses adotados nos anos 1980.

\* \* \*

A conversa de bar aconteceu comigo quase 20 anos depois da consulta médica de Elza Oliveira e uma década antes das matérias de Mônica Foltran. Era 2002, eu tinha 23 anos e visitava Israel pela primeira vez. Eu ainda não sabia, mas dois anos depois eu me mudaria para o país e daria início a uma temporada trabalhando a partir de lá para a imprensa brasileira e estrangeira. Naquele 2002, porém, eu estava em Israel para conhecer os pecados e santidades daquela terra e para aproveitar meus vinte e poucos anos. Num bar de Tel Aviv acompanhado por argentinos e israelenses que acabara de conhecer, uma garota do grupo, pouco mais nova que eu, me abordou. Chen<sup>185</sup> – esse é seu nome – sabia que sou brasileiro e contou: “Nasci no Brasil”. Achei curioso, mas corriqueiro. Eu já sabia que há muitos brasileiros vivendo em Israel.

Mas a história de Chen, contada ao pé do ouvido para driblar o burburinho e a música do bar, não terminava ali. Lembro de estar recostado contra uma parede, copo com alguma bebida na mão, ouvindo ela narrar o que – nós só entenderíamos bem

<sup>184</sup> A série é analisada qualitativamente no *capítulo 6*, sob a lente do debate suscitado na dissertação. A íntegra pode ser consultada em «<https://sites.google.com/traficodebebes.info/mestrado/corpora/dc2012>».

<sup>185</sup> Por convenção, o “ch” na transliteração para o português a partir do hebraico se pronuncia como o “j” em espanhol. Lê-se, portanto, “Ren”.

depois – tinha sido um esquema gigantesco e altamente organizado que existira no Brasil mais ou menos na época em que ela e eu éramos bebês, os anos 1980.

Chen falava espanhol com forte sotaque marcado pelo hebraico, a língua local que eu ainda não dominava. Ela arranhava o idioma dos amigos argentinos para me contar o que sabia da história. E o que sabia não era muito – outra característica que eu entenderia ser comum a muitos outros casos. Chen fora vendida a seus pais adotivos que, não podendo ter filhos biológicos, recorreram a uma mulher que “ajudava” famílias israelenses a realizar o sonho da maternidade. A mulher era Arlete Hilú, mas eu só saberia seu nome muitos, muitos anos depois.

Por distópico que pareça, não é sem base que menciono o termo “ajudar” em relação ao que Hilú fazia para os casais israelenses – e em outros países, como também se saberia. Eram crimes, crimes graves, uma longa lista deles<sup>186</sup>. Eram também atividades imorais. Eram raptos de bebês e roubos de histórias. Mas para casais estrangeiros buscando realizar o sonho da parentalidade, que não raro já haviam percorrido a via-crúcis dos métodos conceptivos existentes (que eram poucos e caros nos anos 1980), com alto grau de frustração, aquilo era uma salvação.

Não foram poucos os casos que eu ouviria de casais que recorriam à “ajuda” de Arlete por indicação de outras famílias, mas sem suspeitar que eles participavam de um esquema criminoso – na lábia, a mulher convencia as famílias adotivas de que os valores transferidos, milhares de dólares – serviriam não mais do que para pagar os altos custos da burocracia brasileira. É premente lembrar que nos anos 1980 não havia a vasta circulação de informações como hoje a internet nos proporciona. Um casal israelense, vivendo a 11 mil quilômetros de onde as crianças nasciam, dificilmente teria como verificar a legislação e os meandros da burocracia brasileira.

Sobre as leis, vale lembrar, também: tudo acontecia ainda na década em que o Brasil começou sob um regime ditatorial militar e terminou em processo de redemocratização. Não havia mecanismos e dispositivos firmes para proteger a infância brasileira. O *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)* só seria promulgado em 1990, dois anos depois da Constituição. Era mais fácil penalizar Hilú e sua organizada e extensa “máfia” – termo dela (Mulher [...], 2016) – por crimes como uso de documento falso do que por retirar bebês de suas famílias e exportá-los a preço de ouro para casais estrangeiros. Certa vez, ela seria presa, de fato, ao entrar em Israel – mas não por ter levado bebês, e sim por usar um passaporte falso.

E não só as leis, tão frágeis, colaboravam com a quadrilha: havia também, é verdade, muita burocracia no funcionalismo, grande descentralização de controle de todo tipo, a ponto de tornar o país um juntado de estados não comunicados entre si; as fronteiras eram porosas, mais do que ainda são. Tirar uma criança do país era tão fácil que até um repórter estrangeiro e uma colega brasileira o fariam, diante das câmeras,

---

<sup>186</sup> Hilú seria condenada pelos crimes de tráfico de crianças, falsidade ideológica, formação de quadrilha e retirada ilegal de crianças do país (fonte: pesquisa realizada pelo autor junto a processos judiciais).

ambos em 1988, para provar (*The baby* [...], 1988; *Justiça* [...], 1988). Outro ponto importante seria decisivo para a atuação da quadrilha: a conivência, omissão e até mesmo a participação ativa de autoridades policiais, judiciárias e até de profissionais de saúde no esquema – cada um levando sua “comissão” (*Gangue* [...], 1986).

\* \* \*

Por anos, a história de Chen ficou trancada em algum lugar da minha memória. Vivi em Israel de 2004 a 2011, fiz coberturas de toda sorte de assuntos, de esporte a economia, de guerras a comportamento das sociedades locais e muito mais temas entre uma coisa e outra. Mas por alguma razão, a história dos brasileiros adotados em Israel nunca virou pauta minha. Para ser honesto, provavelmente nem me encontrei mais com Chen por bastante tempo mesmo morando no país – e, por um período considerável, em Tel Aviv, cidade vizinha à que ela morava.

Uma década depois daquela conversa de bar, em 2012, eu já estava de volta ao Brasil. Trabalhava na redação de *O Estado de S. Paulo* e comandava a editoria de Internacional do portal do jornal. Foram tempos interessantes para os jornalistas de *Inter*, como a chamávamos carinhosamente: o Oriente Médio fervia com uma onda de manifestações, que ficaria conhecida como Primavera Árabe (Simões, 2021), o líder da rede terrorista Al-Qaeda, Osama bin Laden, foi assassinado numa operação no Paquistão (Aguiar, 2021); Barack Obama foi reeleito nos EUA (Reeleito [...], 2012); o Japão sofreu um forte terremoto seguido de tsunami, com danos em usinas nucleares (Wang, 2025); o mundo pararia para assistir ao casamento do príncipe William, herdeiro do trono britânico (Casamento [...], 2010); importantes eleições ocorreriam em diversos países, tragédias climáticas etc.

À noite, eu costumava acompanhar, na *TV Globo*, a “novela das nove” da época, *Salve Jorge*, escrita por Gloria Perez, autora conhecida por folhetins que retratam cruas mazelas da sociedade brasileira. Era comum ver, em suas telenovelas, a ficção entrelaçada à realidade, com depoimentos de pessoas reais. O tráfico de pessoas estava no centro da trama de *Salve Jorge* – tráfico de mulheres para exploração sexual em outros países, mas também de bebês.

A personagem Aisha (interpretada pela atriz Dani Moreno) era filha adotiva de um casal turco secular e cosmopolita – Berna (Zezé Polessa) e Mustafá (Antonio Calloni). Aisha fora vendida para os pais adotivos. A história da ficção era confirmada e ganhava tom de realidade por meio de depoimentos de jovens nascidos no Brasil e adotados fora do país, que estavam – assim como Aisha – em busca de suas famílias biológicas para compreender suas origens.

A novela entrou na grade da *Globo* em outubro de 2012 e ficaria no ar até maio de 2013. Poucas semanas após a estreia, em novembro, mostrava o depoimento de um rosto que eu conhecia. Era a minha amiga israelense! Ela perguntava, às lágrimas:

“Por que me [abandonaram]? Por que não [me procuraram], só para saber se eu estou bem? Só [queria saber] isso” (Salve Jorge, 2012c). Dias depois, ela de novo na novela:

Oi, meu nome é Chen<sup>187</sup>. Eu nasci no Brasil na *fecha*<sup>188</sup> 21 de agosto... [...] de 1985, na cidade Santa Catarina<sup>189</sup>, Bom Retiro. Tenho papéis que têm o nome da minha mãe [biológica], se chama Marlene Bezerra. Eu estou buscando ela e qualquer informação [que houver], eu tô alegre (Salve Jorge, 2012b).

A novela revelava, na voz de Aisha, que os documentos de Chen eram falsos e contava que ela aprendeu português para conversar com a família biológica – o que até o fechamento do texto desta dissertação, quase 14 anos depois, não ocorreu. Eu sabia que, assim como Chen, os israelenses aprendem idiomas estrangeiros pela televisão – em Israel, programas estrangeiros não são dublados, mas legendados. No caso de Chen, o português foi aprendido justamente por meio de novelas brasileiras. Anos antes, em 2003, Chen tinha estado no Brasil com o marido investigando suas origens.

Não me lembro exatamente, mas acredito que liguei para Chen logo na manhã seguinte. Tranquei-me na cabine de gravação telefônica da redação e conversamos longamente, mais de uma vez. Soube de novos detalhes da história dela. A conversa virou entrevista e a entrevista, uma matéria que saiu publicada na versão impressa e no *site* do *Estadão* dias depois, inclusive fazendo referência à personagem Aisha. Além da história, eu contava no texto – que ocupava seis colunas de uma meia página numa edição de domingo – que “[e]mbora tenha investigado e procurado de forma quase incansável ao longo de vários anos, Chen ainda não sabe quem são os pais biológicos, pessoas que ela se recusa a chamar de ‘pais’, apesar do desejo de encontrá-los” (Toueg, 2012). Ela brincava: “Costumo dizer que sou uma ‘brasileira falsa’. Tenho muito orgulho disso” (idem). Sobre a busca de 2003, ela contava que acabaria desistindo depois de ser “alertada” por um policial.

Algumas semanas após o primeiro depoimento, Chen aparecia outra vez na novela (Salve Jorge, 2012a). Nesta ocasião, contava como funcionava e por que a adoção de crianças brasileiras em Israel era tão comum. Revelava também que o tema da adoção era tabu em sua família, dizendo que seus pais se esquivavam de falar a respeito – nós já havíamos contado isso no jornal. Como ela, outros adotados em Israel e em outros países também apareceram na novela *Salve Jorge*.

<sup>187</sup> Na legenda do depoimento de Chen, o nome dela aparece grafado como “Jen”. Embora a pronúncia seja parecida ao “j” em espanhol, a forma convencional de transliterar em português é com “ch”, daí a escolha do autor em grafar seu nome transliterado desta forma. O som é equivalente ao nosso “r”.

<sup>188</sup> A produção da novela manteve, na legenda do depoimento, a palavra em espanhol “*fecha*”, tal como dita por Chen. Como ela se esforça para falar português mas fala mais corriqueiramente o espanhol, algumas palavras “escapam”. “*Fecha*” significa “data”.

<sup>189</sup> Chen se refere ao estado de Santa Catarina como se fosse uma cidade; Bom Retiro é um município na região serrana do estado, mas não fica claro, no depoimento, se é a ele que ela se refere. Em matéria publicada no *Estadão*, eu esclareceria que se trata mesmo daquela cidade.

Na terceira aparição no folhetim, Chen fazia também um apelo às autoridades brasileiras: criar uma força-tarefa para ajudar os estrangeiros, o que demoraria alguns anos para acontecer e ainda é feito de forma incipiente<sup>190</sup>. Em 2024, a Polícia Federal (PF) passou a utilizar informações genéticas do Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG) para auxiliar os adotados em sua busca pela família biológica (Félix, 2024).

A novela teve papel importante em repercutir o tema, que não é coisa do passado<sup>191</sup>. Relatos pessoais, como o de Chen, começaram a aparecer na imprensa, revelando um aspecto da história brasileira pouco conhecido na nossa sociedade. Mesmo depois de a novela sair do ar, algumas reportagens ainda contavam histórias semelhantes e se referiam às pessoas como “Aishas da vida real” (Sousa, 2013). Gosto de pensar que tive um papel miúdo nisso.

\* \* \*

O jornalismo investigativo, para mim, naquele bar em 2002, foi despertado numa conversa ao pé do ouvido. Dez anos depois, sentado no sofá, reapareceu na tela da TV. Depois dos episódios de *Salve Jorge* e de escrever a matéria para o *Estadão* (e por razões que tenho dificuldade em explicar), eu começaria a me aprofundar intensamente na pesquisa a respeito do assunto. Procurei outros adotados, começando pelos que apareciam na novela: Charlotte Cohen-Tenoudji (França), Lior Vilck e Fabiana Soares (Israel), Marcos Ceder (Suécia). Ouvi as histórias de cada um deles e soube que havia desdobramentos inesperados em cada uma delas.

A partir dessas primeiras histórias, eu conheceria muitas outras. Depois de assumir o tráfico de bebês brasileiros como meu tema de pesquisa jornalística investigativa “de vida”, em não poucas vezes a história “me procurou”, na forma de um *email* com alguma informação, uma mensagem em rede social com alguma dica ou um comentário com um relato emocionado. Geralmente são pessoas pedindo ajuda para encontrar as próprias raízes, enviando a mim – um total desconhecido – dezenas de documentos oficiais, como certidões de nascimento, papelada de maternidades, documentos de viagem, anotações em diferentes idiomas, fotos...

Acompanhando o assunto e mantendo contato com Izaura Mandryk, uma senhora curitibana que estava também profundamente envolvida na pesquisa para tentar ajudar os adotados, era inevitável topar com reportagens e informações sobre o tráfico de bebês. Essa mulher – assim como a mãe de Mônica Foltran e várias outras voluntárias – fazia um trabalho incansável para tentar trazer aos adotados boas notícias. Nem sempre conseguia. Mas ela entendia muito do assunto e sempre me

---

<sup>190</sup> A entidade que coordena pedidos de busca de origens biológicas de pessoas adotadas residentes no exterior é a Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF), que recebe pedidos desde 2018. Em 2019, o Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras (CACB) editou uma resolução que estabelece o fluxo de recebimento e processamento desses pedidos (Brasil, 2019).

<sup>191</sup> O *capítulo 6* apresenta alguns casos recentes ocorridos no Brasil.

ajudou na pesquisa com informações menos evidentes, menos aparentes – funcionária pública, ela viraria uma espécie de “informante”.

Certa vez, em 2016, alguém me alertou de uma entrevista que tinha ido ao ar na *TV Record* meses antes. A entrevistada: Arlete Hilú. A equipe do programa *Repórter em Ação* havia localizado a traficante em uma casa simples do litoral catarinense e ela topou falar, de forma exclusiva. E o que ela falou – e também como<sup>192</sup> falou – era chocante. Em determinado trecho, a repórter Heleine Heringer perguntava: “O que a senhora acha hoje de as pessoas [a] apontarem [...] como uma das maiores traficantes de crianças que já [houve]?” Hilú respondia às gargalhadas: “Eu não acho nada, dou risada, ainda, digo ‘Oba!’” O tom era esse ao longo de toda a entrevista. Em determinado momento, a traficante parecia ameaçar a repórter ao ser indagada sobre um de seus parceiros no esquema, Valdemar Reinert, outro nome recorrente nas pesquisas a respeito do esquema. O diálogo se travava assim (Mulher [...], 2016):

- (repórter) – Quer dizer que era muito maior a rede?
- (Hilú) – Muito maior – a máfia. Gente de dentro da [PF] vendia os passaportes em branco. Mas não pra mim. Era o meu comparsa que pegava os passaportes.
- (repórter) – Quem que era o seu comparsa?
- (Hilú) – Eu vou dizer pra você. Agora... Se acontecer alguma coisa pra ele, eu já sei que foi você que fez. Pode ser? Você aceita?
- (repórter) – Eu tenho que ter medo? [...]
- (Hilú) – Também.
- (repórter) – Tá, primeiro só me fala quem é.
- (Hilú) – Valdemar.
- (repórter) – Ele era o chefe? Ele tinha conexões?
- (Hilú) – Não, não era o chefe. Ele cuidava dos passaportes, da documentação. Dentro da [PF] existem umas caixas cheias de passaportes, entende?

Assisti tantas vezes à entrevista que, a certo ponto, conseguia recitar as falas de Hilú de cor. Era, àquela altura, o mais perto que eu chegava de entender a mente dela, o que seria essencial para desdobramentos futuros da pesquisa. Não sou profissional de saúde mental, por isso recorri a psicólogos e psiquiatras para tentar entender algo da personalidade da traficante confessa. A entrevista ajudava muito nisso: ela tinha necessidade de palco, de aparecer, de se colocar no centro da narrativa. Debochava dos feitos, ria de ter sido presa e insistia em uma tese que manteve desde que fora condenada pela primeira vez, no final dos anos 1980: as crianças que ela raptava e vendia a dezenas de milhares de dólares estavam “em melhores condições”, como se

---

<sup>192</sup> Para uma análise aprofundada da fala de Hilú na entrevista, leia “Sentidos de violência e indiferença ao crime de tráfico humano de bebês: uma análise discursiva” (Costa, Toueg & Pereira Neto, 2024).

coubesse a ela determinar o destino de alguém e como se aquilo não tivesse ocorrido, em muitos casos, ao custo de muito sofrimento.

Em outro trecho, no início da entrevista, a repórter insiste perguntando se Hilú não temia ser apontada como traficante de crianças. Ela responde dizendo que não se importava e confessa: “Pode [me] chamar [...] de traficante de criança. Eu ia dizer... ‘Olha, fui traficante de criança e essas crianças estão maravilhosamente bem [sorri]. Maravilhosamente bem’. Você acha que isso aí é horrroso [...]?” (Mulher [...], 2016).

Em 2024 fiz, com colegas do PPGCC/Uniso, uma análise do discurso dela naquela entrevista à *Record*. Anotamos que “[a] análise [...] destaca a normalização da violência e a desvalorização da vida humana ao longo do discurso da entrevistada” (Costa *et al.*, 2024, p. 92). Ainda fazíamos as seguintes considerações:

A análise dos sentidos desses termos destaca não apenas a tentativa de [...] Hilú de minimizar sua responsabilidade, mas também a normalização e a banalização da violência associadas ao tráfico de bebês. [...] Em suma, a análise [...] permite compreender como a linguagem é utilizada para construir lógicas discursivas que tentam minimizar a responsabilidade pessoal e normalizar a violência e a criminalidade. A estratégia de Arlete Hilú de se apresentar como uma mera intermediária e de transferir a responsabilidade para as mães [biológicas] revela um ethos profundamente enraizado de indiferença e desvalorização da vida humana (Costa *et al.*, 2024, p. 105-106).

A entrevista de Hilú à *Record TV* me revirou o estômago, como certamente o de muita gente – por alguma razão, até hoje aparecem recortes daquele vídeo nas redes sociais como o *TikTok*. Tendo ouvido de primeira mão a história de tantos adotados e sabendo do sofrimento deles para ter pistas sobre suas origens, a dificuldade de achar respostas, de descobrir a verdade, o enjoo era ainda mais acentuado. Por isso, acho, sentei-me diante do computador e desabafei num texto a que daria o nome de *O deboche da mulher que integrou uma quadrilha de tráfico de bebês* (Toueg, 2016). Publiquei num *blog* que eu mantinha à época. Num tom mais informal do que o que o jornalismo prega, e em primeira pessoa, teci críticas ao deboche dela.

Naquele meu texto, incluí trecho de uma conversa que mantive a respeito da entrevista com minha “informante”, em que ela desmentia farsas de Arlete Hilú. A traficante insistia na tese de que os bebês que ela traficava eram doados ou vendidos pelas famílias biológicas. Em parte isso de fato aconteceu, mas sob condições muito diferentes às que ela relata na entrevista. Da forma como ela alegava, tratava-se de uma venda e a mãe ganhava “um dinheirinho”. A “informante” conhecia relatos demais para cair nessa história, e me disse:

É mentira que as mães biológicas “venderam” [as crianças], que [elas] receberam dinheiro... Algumas receberam cestas básicas ou pequenos valores. E o dinheiro ficava com os “intermediários”. As mães biológicas [eram] coagidas e ameaçadas: se denunciasses, [seriam] presas.

Algumas “patroas” levavam os bebês sem o consentimento das mães – e quando elas ficavam sabendo que foram para o Juizado [de Menores], as crianças já haviam sido adotadas, inclusive com o escrivão ameaçando (Toueg, 2016).

Havia um aspecto que Arlete Hilú ocultava da narrativa, ainda mais sombrio: muitos bebês foram raptados de maternidades, tirados de forma ardilosa dos braços das famílias biológicas: aproveitavam quando a parturiente – geralmente sozinha – dormia ou usavam escusas como a necessidade de levar o bebê para ser vacinado. Mais tarde, eu ouviria o depoimento chocante de uma mãe que teve um filho raptado de uma maternidade de Curitiba e, que, no ano seguinte, ao ter outra filha, quase passaria pelo mesmo trauma, se não tivesse conseguido impedir que uma mulher saísse do hospital com seu bebê nos braços. Também não são poucos os relatos de hospitais que tomavam providências para o enterro de bebês que, alegavam, haviam nascido mortos. Era tudo muito rápido: o hospital cuidava do caixão, da papelada, do funeral e arcava com os custos. Quando exumações foram feitas, por ordem da Justiça, revelaram-se caixões cheios de terra, colocada para simular o peso dos bebês – àquela altura, já nada se sabia a respeito do paradeiro das crianças.

Por alguma razão, meu texto no *blog* fez sucesso, viralizou. Foi compartilhado repetidas vezes em fóruns de adotados, em grupos de pessoas desaparecidas. Recebeu comentários diversos, como esses: “Meu nome [é] [...]”<sup>193</sup>, no ano de 1986 fui raptado por essa mulher do quintal da minha casa, eu [estava] com 2 anos, foi em Curitiba [...]”; ou “Fui adotada em 1980, em Caçador/SC por uma família maravilhosa, a quem muito amo. Mas, em vista desse recente descobrimento, temo que as circunstâncias da minha adoção não foram exatamente como explicadas a mim”; “Meu nome é [...] [...], hoje com 34 anos estou também à procura dos meus pais biológicos, eu nasci no ano de 1986, acredito também ter nascido em Pelotas no Rio Grande do Sul [...] e até hoje não conheço os meus pais biológicos” (Toueg, 2016, comentários).

De certa forma, a entrevista de Arlete Hilú me levava para perto dela. Era como se eu tivesse tido a chance de me aproximar e, mesmo que indiretamente, ouvir o que ela tinha a dizer. Mas eu queria que ela dissesse algumas coisas diretamente para mim. Eu tinha muitas perguntas. E sentia, em algum lugar, que ela desejava dar as respostas, se tivéssemos a chance de sentar perto a perto. Eu chegaria perto disso, mas não daria tempo suficiente para uma entrevista.

\* \* \*

Anos depois, eu passava uma temporada em Campinas, maior cidade do interior paulista. Era parte de um ritual anual que eu fazia para cuidar das três cachorras da minha irmã, que naquele período do ano viajava a trabalho e se afastava da cidade –

---

<sup>193</sup> Para manter a privacidade das pessoas, seus nomes foram omitidos.

de bônus, eu ainda podia fugir da loucura da capital. Era novembro de 2022. Recebi uma mensagem direta em alguma das minhas redes sociais: “Eu conheço [Arlete Hilú] há 2 anos e não fazia ideia de quem ela [é]. Descobri no sábado, [...] fiz algumas pesquisas sobre o caso e cheguei na sua matéria”. Mantenho em sigilo os detalhes sobre o autor da mensagem em respeito à fonte e por sua segurança e privacidade – aspectos essenciais na relação entre jornalista e informante.

A “matéria” em questão, na verdade, era aquele meu texto do *blog*. Como já relatei, não era uma produção jornalística, mas o desabafo de um ser humano indignado com a história. Minha fonte – a pessoa agora se tornava fonte – também estava. Na sequência, indagava: “O que eu não entendi é [por que] ela não está presa, e ficou [presa] somente 2 anos mesmo depois [de ela] ter assumido que continuou com as práticas”. Minha fonte tinha feito uma pesquisa aprofundada.

A indignação era natural considerando que, pela primeira vez, naquela entrevista de 2016 à *Record*, Arlete Hilú confessava os crimes. Ela deu algumas entrevistas ao longo da “carreira”, principalmente para a imprensa estrangeira e principalmente quando esteve presa. Mas sempre se dizia inocente e buscava se desvencilhar das evidências, que eram avassaladoras. Então a entrevista não era chocante apenas pelo fato de que Hilú debochava por ser conhecida como a maior traficante de bebês da história: ela o fazia assumindo os crimes que sempre negou.

Matéria ou não, o texto do *blog* me ajudou a aparecer nos resultados de busca quando se pesquisava sobre o assunto – dou risada ao lembrar que, quando começou a febre do *ChatGPT* no Brasil, me atrevi a perguntar ao robô qual era minha relação com Arlete Hilú, na esperança de que a inteligência artificial revelasse que pesquiso os crimes cometidos dela. Para minha surpresa, porém, o *GPT* respondeu que éramos casados... Calúnia! O erro foi corrigido: atualmente explica que “A relação entre Arlete Hilú e Gabriel Toueg é de jornalista / pesquisador e investigad[a]” (OpenAI, 2025<sup>194</sup>).

Desde 2016 eu buscava saber onde Hilú tinha ido parar depois de gargalhar ao se gabar de traficar bebês – a imprensa se calou a respeito do assunto porque de repente não havia *gancho*<sup>195</sup> que justificasse isso: a novela já era antiga, casos reais perderam força de notícia... De repente, o paradeiro dela caiu no meu colo. Na sequência da mensagem, falamos ao telefone e eu soube mais sobre a Arlete de 2022, sobre quem poucas pessoas (certamente poucos jornalistas) sabiam. Também recebi

<sup>194</sup> A informação foi obtida a partir do seguinte *prompt* (comando): “Qual é a relação entre Arlete Hilú e Gabriel Toueg?” Eis a resposta completa: “A relação entre Arlete Hilú e Gabriel Toueg é de jornalista / pesquisador e investigad[a]. Gabriel Toueg, repórter brasileiro, vem pesquisando desde 2012 o esquema de tráfico internacional de bebês liderado por Arlete Hilú nos anos 1980. Ele publicou diversas matérias e chegou a revelar, em abril de 2024, a notícia da morte de Arlete em uma casa de repouso no interior de São Paulo. Ilustrando essa ligação: Toueg se dedica ao estudo do caso como tema de seu mestrado e reportagens investigativas; [j]á Arlete foi identificada publicamente com base nas apurações de Toueg, que também revelou detalhes sobre seus últimos anos de vida. Ou seja, Gabriel Toueg atua como o principal pesquisador e divulgador das informações sobre Arlete Hilú e seu esquema criminoso”.

<sup>195</sup> No jargão jornalístico, “gancho” é algum evento ou efeméride que estimula a retomada do assunto e sua aparição na imprensa. “Trata-se de um modo de contextualizar a matéria” (Bravo, 2012).

imagens e pude ver uma Arlete envelhecida, sentada numa cadeira de rodas e colorindo o desenho de uma abóbora.

Ansioso pela informação completa sobre o paradeiro da traficante, fuzei o perfil do autor da mensagem, descobri onde vivia. Por sorte, era uma cidade pequena. Munido desses dados e fazendo uma pesquisa nas redes sociais, encontrei o perfil do local em que a pessoa dizia que Hilú estava – bingo: achei uma foto oficial do local e o fundo da imagem mostrava um padrão que se repetia na foto da mulher na cadeira de rodas. Após 9 anos de buscas infrutíferas, Arlete Hilú estava a 67 minutos<sup>196</sup> de distância (segundo um aplicativo de GPS) ali da casa da minha irmã – logo de onde eu só costumava passar algumas semanas por ano.

Tão perto, mas tão longe. Minha vontade imediata foi subir no carro e dirigir até o local. O que parecia simples, entretanto, tinha alguns complicadores: ela não estava morando num local próprio, como quando concedeu a entrevista de 2016. Desta vez, vivia numa casa de repouso, atrás de um muro de proteção em função da pandemia, que voltava a crescer naquele momento pelo país. Além das restrições sanitárias, o local ainda tinha uma política rígida, que só permitia visitas de familiares cadastrados. Não era o meu caso – o *fake* do ChatGPT não servia!

Não desisti. Com a minha esposa, pensei em diversas estratégias para chegar perto da mulher que sabia segredos sobre o esquema que traficou milhares de crianças para fora do Brasil. Chegamos a considerar a ideia de “infiltrar” alguém no asilo. Confesso que pensei em fazer isso com minha mãe (que odiou a ideia!) e meu pai (que adorou!) O problema: o lugar era caro e eu, como pesquisador independente, não poderia arcar. Certa vez, fomos até o local com o pretexto de que queríamos internar um parente. Conversamos com o proprietário, que não nos deixou passar do portão principal, mas quando fui ao banheiro, consegui avistar Hilú apoiada em duas enfermeiras que a acompanhavam numa caminhada ao sol. A mulher estava viva, mas não tinha a disposição que víamos na entrevista de 2016. Anos depois eu saberia que àquela altura, Hilú já estava debilitada – ela chegou a ser internada e desenganada pelos médicos meses antes – e em estado avançado de Alzheimer, com pouca sanidade. Não seria de muita utilidade, afinal.

Apesar disso, minha fonte conseguiu informações importantes: ela não recebia visitas, por exemplo. As roupas que usava eram emprestadas por outros idosos vivendo no local. Depois de ganhar dinheiro às custas de bebês, ela não parecia ter posses. Diferente de outros no local, ela não tinha acesso a celular ou computador: estava isolada do mundo, adoecida, dependente da assistência e boa vontade alheia e sem amigos ou parentes (Toueg, 2024a).

---

<sup>196</sup> A esse respeito, escrevi *Uma hora e 7 minutos*, texto que mantenho impublicado. A ideia é publicá-lo em algum registro futuro sobre a investigação, como nota de bastidores. Nele também conto a mistura de empolgação e frustração que senti ao obter a informação.

Aprender coisas assim certamente não me servia para obter as respostas que eu buscava, mas de alguma forma ajudava a entender uma coisa ou outra sobre o destino da mulher por trás do maior esquema de tráfico de bebês da história.

\* \* \*

Saber o paradeiro de Arlete Hilú – e ser provavelmente o único jornalista com tal informação – devolveu algo da empolgação com a pesquisa, que tinha desvanecido durante alguns anos. Entendi que precisava organizar e sistematizar as informações de que já dispunha e buscar novos dados, nomes, entrevistas etc. Comecei a organizar os nomes ligados à pesquisa em um fichário em papel, mesmo. Montei um mural de cortiça. Adotados, famílias biológicas, famílias adotivas, autoridades policiais, autoridades judiciárias, envolvidos no esquema, integrantes da quadrilha de Hilú e de outras quadrilhas (a dela era a maior, mas não era a única), jornalistas, “informantes”, pessoas que pesquisam o tema com finalidades distintas, voluntárias etc. Fiz uma sistematização indicando, nas fichas, com um código de cores, a que “grupo” cada pessoa pertencia – isso me ajudava a visualizar o todo e a encontrar rapidamente algum nome sempre que eu precisava consultar alguma informação. As fichas também têm a foto de cada pessoa, o que me ajuda a “conversar” com cada um.

Também comecei a organizar anotações usando cadernos comuns, de tamanho pequeno, capa dura. Eles me permitiam anotar, de forma mais “solta”, pensamentos, ideias, conversas que mantinha com fontes, ideias apuradas em documentos e leituras etc. É uma excelente referência para quando eu preciso resgatar uma informação específica que sei que está ali anotada – muitos preferem um sistema mais digital, mas escrever à mão me ajuda a manter as ideias na memória. Em algum momento eu passei essa avalanche de informações para arquivos digitais.

Além do fichário com os nomes, entendi ser importante, também, ter um “caderno de fontes”. Parece algo tirado do baú da história, considerando que hoje temos todos os contatos ao alcance dos dedos na tela do celular. É uma forma que eu gosto de usar para organizar nomes de um projeto específico. Comprei uma agenda telefônica e fui anotando os nomes e telefones de todas as pessoas com quem eu já tinha falado ou com quem gostaria de falar – cada novo contato também ia para a agenda. É um espaço que sempre atualizo (anoto os nomes à caneta e os dados de contato, como *email* e telefone, a lápis). A agenda, depois, virou um arquivo, também.

O mural de cortiça me permite ter o tema sempre à vista. Nele, costumo anotar descobertas recentes, caminhos de pesquisa que desejo fazer, pessoas que quero localizar e também relações entre diferentes personagens do esquema. O mural é dividido em duas partes. Num lado, coloco fichas em quadrantes por categoria – pessoas sobre quem estou investigando algo naquele momento. Na outra parte, bem bagunçada, há papéis com lembretes, fotos, listas de afazeres e de pessoas com quem

quero/ preciso falar, lista de leituras, organizador de viagens (moro longe dos locais que foram foco do esquema) e até um mini-glossário com termos relacionados aos crimes em questão em português e hebraico.

O próximo passo era organizar recortes de imprensa. Há um farto material disponível e muito bem documentado sobre o esquema de tráfico de bebês dos anos 1980 em veículos de comunicação no Brasil e fora do país. A hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional tem uma coleção imensa de jornais e revistas brasileiros que ajudam na pesquisa, com buscas por veículo, década ou local de publicação ou ainda usando termos específicos. Acervos de jornais também – costumo usar bastante os arquivos dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Programas da *TV Globo* estão arquivados no *Globoplay* – todos esses estão *online*, mas exigem que o pesquisador mantenha uma assinatura ativa.

Como muitas adoções ilegais nos anos 1980 ocorreram em Israel, a *National Library of Israel* é também fonte rica de material da imprensa local. O *site* deles tem versão em inglês, mas para conseguir ler matérias em hebraico, foi bem útil eu ter vivido lá e aprendido o idioma. A busca, para ser efetiva, também precisa ser realizada no idioma local. Um caso fartamente documentado é o de Bruna Vasconcelos – até hoje, a única traficada que voltou para casa ainda bebê. Com ajuda de um canal de TV britânico, a mãe de Bruna conseguiu reverter a adoção ilegal da menina na Justiça israelense, que ordenou o retorno dela ao Brasil dois anos depois de ter sido raptada por uma falsa babá do berço em que dormia em casa, em Curitiba (Caso Bruna, 2025).

A busca sobre o tráfico de bebês na imprensa resultou num número imenso de entradas: era necessário criar uma forma de organização que ajudasse em vez de atrapalhar e sobrecarregar a pesquisa. Lancei mão de uma ferramenta *online* que já usava, para outra finalidade: um *site* em que mantenho meu portfólio. Usei a mesma lógica para criar um banco que reúne todos os recortes que já localizei e os que ainda localizo quando pesquiso o tema (o que nunca cessa). Isso também me ajuda a achar facilmente uma matéria específica – a ferramenta tem recursos como busca por termo, *tags*, publicações. Construí o *site* de forma que é fácil encontrar entradas por caso, pelo nome de determinados envolvidos, representações na cultura popular, países, décadas etc. Neste momento, estou criando, com ajuda de IA generativa, um banco de dados robusto que faz o cruzamento de matérias, nomes de pessoas, locais etc.

Meu catálogo de imprensa não se resume ao que está *online*. Muito do que tenho ali está também copiado/impresso e organizado em pastas temáticas – Arlete Hilú tem uma só dela, o caso de Bruna Vasconcelos, por exemplo, tem a sua. Também tenho edições originais de algumas matérias, como da saudosa revista *Manchete* e de *Veja* e, ainda, da revista *piauí*, que publicou matéria completa recentemente.

Uso o *clipping* para diversas finalidades, mas destaco sua importância como fonte de informação para construir uma linha do tempo fiável sobre os acontecimentos: as matérias foram publicadas em determinadas datas e mencionam eventos que

ocorreram em determinado momento – então fica fácil entender o que veio antes do quê. Para mim, é a fonte mais rica de informações, que se soma à documentação oficial que eu tenho obtido (processos judiciais, por exemplo), a trabalhos de especialistas sobre temas relacionados à adoção internacional e ao tráfico de pessoas, a documentos enviados por pessoas que entram em contato etc.

Com tudo isso – e para desespero da minha esposa! – nosso escritório em casa é uma ode à pesquisa sobre o tráfico de bebês nos anos 1980. Há, por todo lado, pastas, caixas, fichários, cadernos, mural, fotos, etiquetas, marcadores, livros etc. Tenho até o DVD de um filme ficcional sobre tráfico de bebês, mas nunca consegui assistir ao longa porque já não tenho mais leitores dessa mídia!

\* \* \*

Depois de receber a dica sobre Hilú, comecei a tentar conversar com parentes e pessoas próximas a ela. Não havia muitos – mas eu sabia que ela tem dois filhos. O mais velho é instrutor de paraquedismo no interior de São Paulo – não por acaso, em uma cidade próxima à casa de repouso. Consegui seu contato, depois de becos sem saída. Após alguma resistência, agendamos uma conversa. Era compreensível que ele quisesse distância da imprensa e que não morresse de orgulho da mãe. Mesmo assim, topou me atender ao telefone. Eu ainda estava atrás de falar com a traficante e achava, sem muita esperança, que ele poderia me ajudar nisso. Se alguém pudesse autorizar uma visita à casa de repouso, seria ele. Antes do nosso telefonema, porém, quis saber o que se sabia de Arlete Hilú àquela altura – já haviam se passado alguns meses desde a última informação concreta que eu tinha do paradeiro da mulher.

Conversei com a pessoa que entrara em contato comigo em 2022 e ela me informou, em primeira mão: Hilú estava morta. Não tinha sido na véspera. Na verdade, ela morrera alguns meses antes, mas por alguma razão minha fonte preferiu não me contar e só revelou a informação quando eu a questioneei a respeito. A relação do jornalista com suas fontes não se dá no ritmo e ao gosto do jornalista, mas conforme os sentimentos de quem tem a informação, que podem muito bem ser contraditórios.

Lembro que quando soube da morte de Hilú, eu estava no carro com a minha esposa, a caminho de levá-la ao trabalho. Tive uma mistura de sentimentos: confusão, inquietude, solidariedade, luto, raiva, certo alívio. “Se alguém tinha um panorama [...] de tudo que acontecia e [dos] envolvidos, esse alguém era ela. Levou as informações embora, cremadas em Piracicaba como ela” (Toueg, 2024b) – é um trecho de texto que eu escrevi para tentar processar o que sentia.

Após a conversa com o filho de Hilú – em que expressei minhas sinceras condolências e ouvi tudo e apenas o que ele quis me contar, escrevi sobre a morte no *UOL Notícias* (Toueg, 2024a), com informações exclusivas obtidas com ele e no atestado de óbito, que eu buscara no cartório horas depois de receber a notícia. Esse

detalhe foi outro golpe de sorte: eu sabia onde ela vivia e sabia que o falecimento seria registrado oficialmente em um cartório daquela cidade. Ter um só cartório ali foi de grande ajuda – não demorei mais do que 20 minutos para ter o documento em mãos (Brasil, 2023). Também desabafei no *blog*:

Para muita gente que eu conheci nesta jornada [...], sei que a notícia [da morte de Hilú] vem como alívio; para outros, para fechar um ciclo; para alguns, como uma parede no fundo do beco sem saída da busca pelas próprias raízes. Consigo visualizar como se sentiu cada pessoa que eu conheci e que teve a vida e o destino alterados por Hilú (Toueg, 2024b).

\* \* \*

Minha pesquisa, ao longo dos anos, de 2012 para cá, nunca foi totalmente linear. Houve momentos de imersão total, em que li tudo que podia a respeito do esquema criminoso de Arlete Hilú e de outras quadrilhas: vasculhei acervos de jornais e revistas para encontrar tanto quanto possível; fui atrás de processos na Justiça envolvendo a quadrilha, estudei casos a fundo mexendo em documentos cedidos pelas vítimas, conversei com adotados, com familiares biológicos de crianças levadas, com pessoas que de alguma forma se relacionavam com o tema.

Em outros momentos, entretanto, tive de me afastar. Por vezes, até mesmo o termo “tráfico de bebês” tinha peso massacrante. Nesses momentos, buscava um distanciamento sabendo que não seria duradouro. Como num chamado, o tráfico de bebês acaba retornando às minhas mãos, como se eu tivesse a responsabilidade – honestamente hoje sinto que tenho, de fato – em revelar o que se sabe e o que é possível descobrir sobre o assunto. Tenho certeza de que esse meu esforço se soma ao de outros jornalistas que se dedicaram e se dedicam a expor o tema.

Não foram poucas as vezes em que o assunto veio até mim, como já contei. Fui procurado por muitos adotados que vivem em Israel e estão em busca de saber quem são e de onde vieram – ajudou muito o fato de ter vivido em Israel, de falar hebraico e de conhecer um pouco sobre a mentalidade *sabra*<sup>197</sup>. A experiência tem me mostrado que as pessoas começam a fazer essa busca quando pensam, elas mesmas, em ter filhos: é nesse momento que surgem a curiosidade com o passado e as preocupações com a genética – daí aquele 2012 da novela *Salve Jorge* e da série *Órfãos do Brasil* ter visto uma quantidade expressiva de pessoas em busca de informações.

Também me procuram pessoas adotadas em outros países, a quem ouço de igual forma e com quem busco manter contato. Cada um tem sua história, que tem muito em comum com as outras mas é, ao mesmo tempo, única: particularidades da

---

<sup>197</sup> O termo hebraico *tzabar*, traduzido como *sabra*, se refere a uma fruta desértica conhecida por ter uma casca espinhosa e um conteúdo doce e macio. Numa analogia, o termo dos anos 1930 é usado para descrever a personalidade dos israelenses, “áspero[s] e resistente[s], em sem exterior, mas extremamente terno[s] em seu coração” (O doce... [...], 2005).

adoção, da família adotiva (uma garota, por exemplo, contou-me que foi adotada por uma família francesa apenas para ser abusada pelo pai), do país para o qual foi – e também a relação que tem com o tema da adoção. Cada pessoa é uma história nova, fascinante e, quase invariavelmente, triste.

Também me procuram mães biológicas de filhos raptados, com depoimentos de arrepiar. São, também, histórias muito tristes – elas, as mães, sabem que tiveram um rebento tirado delas, mas sufocaram por muito tempo essa certeza com medo de serem tratadas como “loucas” – ouvi isso de uma mulher, não saiu da minha cabeça: ela acusa a fragilidade do parto recente e a impaciência de parentes perante a ideia que ela levanta sobre a ocorrência do rapto.

Juízes, policiais civis e policiais federais, jornalistas também me procuram. Até uma pessoa do círculo próximo de Arlete Hilú, que foi, ela mesma, adotada pela mãe – amiga da traficante – aparentemente também de forma ilegal, me procurou certa vez. As histórias pipocam. Infelizmente, o interesse pelo assunto na imprensa não é grande. É difícil emplacar pautas a respeito, especialmente quando tenta-se fazê-lo como esta dissertação defende, tendo o ser humano no centro da narrativa.

O interesse cresce quando ocorrem casos parecidos: em 2023, por exemplo, uma criança desapareceu em Santa Catarina e foi encontrada em São Paulo com um homem e uma mulher. A mãe biológica, descrita como num “quadro de extrema vulnerabilidade”, estava internada quando o bebê sumiu – ela acabaria confessando que entregou a criança. A polícia descobriria que o homem a vinha cooptando para entregar a criança (Saleme, 2023). O homem e a mulher, segundo a investigação, estavam a caminho de registrar a criança sob o nome da mulher – o que é ilegal no Brasil, conforme o artigo 142 do Código Penal, que prevê prisão de 2 a 6 anos.

Também em 2023, outro caso teve destaque: um cidadão português foi preso pela PF ao tentar sair do país com um bebê recém-nascido registrado sob seu nome – apesar de não estar no Brasil quando a criança foi concebida. A investigação revelou que ele já havia levado para fora outro bebê – uma menina. As duas crianças nasceram em Valinhos, interior de São Paulo, mas as mães eram de cidades distantes, levantando a suspeita de que se tratava de um caso de tráfico. A bebê levada para Portugal foi repatriada em 2025 (Tráfico [...], 2025).

Em 2024, uma médica neurologista raptou uma bebê recém-nascida numa maternidade mineira. A criança foi encontrada numa cidade a 135 km de distância do local de nascimento. A mulher se passou por pediatra para ter acesso ao quarto em que a família da bebê estava. Segundo a defesa da médica, “ela queria ser mãe e estava realizando procedimento de inseminação artificial” (Munhoz, 2024). Nem todos esses casos se provaram como sendo de tráfico de bebês, mas certamente atraíram bastante atenção da imprensa, com cobertura vasta.

Mais recentemente, para trazer o assunto de novo à tona, escrevi a respeito no site *MigraMundo*, especializado na temática migratória (Toueg, 2024c). Busco explicar

o esquema, apresentar os principais nomes, dados e, acima de tudo, mostrar que não se trata de uma história medieval, mas de algo que acontece à nossa volta ainda hoje. Também abordo especificamente o caso da menina Bruna, sobre o qual já falei aqui. A partir da publicação do texto, mais pessoas me procuraram em busca de e com informações a respeito do assunto.

Com a febre do *true crime*, também já fui procurado por produtores de *streaming*. Numa ocasião, durante a pandemia de covid-19, recebi um telefonema de uma pessoa interessada na história de Arlete Hilú. A ideia era fazer uma temporada inteira de uma série a respeito da maior traficante de bebês da história. Fiquei empolgado – tenho material suficiente para um longa-metragem sobre ela! Mas a série tinha um viés com o qual eu não poderia concordar: transformar Hilú no personagem central da história, papel que não pertence a ela. Declinei o convite – bem irritado, porque achei que aquela seria uma oportunidade importante de contar a história. Até onde sei, o projeto não foi adiante. Haverá outros...

Por ocasião da morte de Hilú, fui procurado para falar a respeito dela e do esquema de tráfico de bebês duas vezes. O podcast *Adotivas*, mantido por mulheres adotadas, ativistas pela visibilidade da adoção pelo ponto de vista da criança e não de forma romantizada, e também pelo direito à origem, me convidou em abril de 2024 (Adotivas, 2024). Tive, com Larissa Alves, Gisele Assis e Fernanda Tuna, conversa muito interessante, em que pude aprender muito sobre a adoção a partir do olhar delas.

Conversei com o *Canal Desaparecidos*, que abordou o assunto na esteira da condenação de uma mulher por tráfico humano e escravidão (Desaparecidos, 2024). Foi rico observar e discutir com o apresentador Anderson Jesus as semelhanças nos dois “tipos” de tráfico e entre as duas personagens. Em determinado momento, chamei atenção para uma característica comum entre elas: a lábia e a sedução. Era assim que Arlete Hilú conseguia cooptar famílias biológicas para vender ou entregar bebês e, do outro lado, convencer famílias adotivas a pagar milhares de dólares por uma criança.

\* \* \*

A pesquisa não acabou. Ao que tudo indica, não deve acabar jamais. Ao contrário: no fim de 2023, tomei coragem, incentivado pela minha esposa, para trazer o tema para a Academia e transformar meu material coletado em algo que possa servir ao estudo do jornalismo. Nesta dissertação está o resultado. Os projetos também não param por aí. Existe a ideia de escrever um livro e, mais recentemente, a de fazer um *podcast*, dando voz a essas histórias e espaço dedicado a esse assunto, que considero uma ferida significativa na história brasileira – já cicatrizou, para uns, mas para muita gente segue sendo uma marca indelével na alma.

Este texto nasceu a partir da proposta, contraintuitiva para jornalistas, de se inserir na narrativa sobre nosso trabalho. Não se pretende, de forma alguma, um

manual de jornalismo investigativo. Mas pode ser, para quem gosta de bastidores, como eu, uma curiosidade sobre como uma investigação se faz – ou como o “meu JI” se fez no caso do tráfico de bebês. Não há fórmula mágica, pronta. Mas se eu puder dar uma dica, ela será: se você vai assumir uma investigação como projeto de vida, faça isso sobre algo que te move, ou facilmente ela se tornará um peso.